

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

Relatório técnico contendo as principais políticas, programas, planos federais que têm a Amazônia Legal como foco, bem como alguns estudos relevantes sobre a região

## ÍNDICE

	Pág.
<b>Levantamento de Políticas, Programas, Planos e Estudos para Região</b>	<b>5</b>
<b>Políticas</b>	<b>6</b>
✚ Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA	6
✚ Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT	7
✚ Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR	9
✚ Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH	14
✚ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER	16
✚ Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas	19
✚ Política Nacional de Assistência Social	20
✚ Política Nacional de Biodiversidade	21
✚ Política Nacional de Biossegurança - PNB	25
✚ Política de Desenvolvimento da Biotecnologia	25
✚ Política de Defesa Nacional	
✚ Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	28
✚ Política Nacional de Educação Ambiental	30
✚ Política Nacional de Habitação	31
✚ Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	32
✚ Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia	34
✚ Política Nacional de Saneamento	34
✚ Política Nacional de Turismo	35
✚ Política Urbana	37
<b>Programas</b>	<b>39</b>
✚ Brasil Municípios	40
✚ Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE	48
✚ Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil – PRODEV	49
✚ Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX	50
✚ Programa do Artesanato Brasileiro - PAB	51
✚ PDA Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA	53
✚ PROAMBIENTE	65
✚ PROECOTUR	67
✚ Programa Agenda 21 Local	70
✚ Programa PROARCO	71
✚ Programa Nacional de Florestas (PNF)	71
✚ Programa PREVFOGO	72
✚ Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)	73
✚ Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II)	74
✚ Programa Zoneamento Ecológico-Econômico	75

✚ Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz Para Todos	80
✚ Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia	83
✚ Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)	85
✚ Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel	86
✚ Programa Territórios da Cidadania	96
✚ Programa Arca das Letras	111
✚ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea)	111
✚ Programa Terra Legal	112
✚ Programa de Promoção dos Arranjos Produtivos Locais (APL).	115
✚ Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	116
✚ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	118
✚ PROMESO	119
✚ Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	128
✚ Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	133
✚ Programa Integração de Bacias Hidrográficas	136
✚ Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	137
✚ Programa de Prevenção e Preparação para Emergência e Desastres – PPED	139
✚ Programa de Resposta aos Desastres - PRD	140
✚ PRODES - Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite	140
✚ Programa integrado de C,T&I para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica	151
✚ Programa de Pesquisa em Biodiversidade	151
✚ Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA)	153
✚ Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado	154
✚ Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	155
✚ Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura	157
✚ Programa de Zoneamento Agrícola	159
✚ PROAGRO	161
✚ Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC	162
✚ Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	163
✚ Programa de Mobilidade Urbana	163
✚ Programa de Regionalização do Turismo	164
✚ Programa de Redução de Acidentes no Trânsito – PARE	165
Planos do Governo	166
✚ Plano Amazônia Sustentável	166
✚ Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)	170
✚ Plano Agrícola e Pecuário	173

✚ Plano Nacional de Logística de Transportes	176
✚ Plano BR-163	181
✚ Plano Nacional de Recursos Hídricos	183
✚ Plano Nacional de Agroenergia	185
✚ Plano Nacional de Energia	187
✚ Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó	190
✚ Plano Nacional de Reforma Agrária	191
✚ Plano Plurianual	195
✚ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	201
<b>ALGUNS ESTUDOS RELEVANTES</b>	<b>220</b>
✚ Projeto Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia – Desafios ao Projeto Amazônia (CGEE)	220
✚ Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI – A necessidade de uma Revolução Científica e Tecnológica, da Academia Brasileira de Ciências	222
✚ Macrodiagnostico da Amazônia Legal (incluindo o Banco de Dados atualizado em 2000)	223
✚ CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA A AMAZÔNIA (2005 – 2025)	224
✚ Cenários Socioenergéticos da Amazônia (2000-2020)	228



## **Levantamento de Políticas, Planos, Programas, Projetos e Estudos para a Região**

O MacroZEE deverá ser estruturado a partir das contribuições propostas por diferentes ações e estudos já realizados para a região, como o PAS, o Projeto Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia, executado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, o Plano BR-163, os Zoneamentos Estaduais já concluídos, incorporando as ações já em curso com reatamento no território amazônico e as demais políticas públicas, incluindo os grandes investimentos previstos no PAC e PPA.

O presente item foi estruturado em 4 partes principais, a saber:

- ✚ Levantamento das principais Políticas Federais
- ✚ Levantamento dos principais programas ministeriais de atuação na Amazônia
- ✚ Levantamento dos Planos de Governo
- ✚ Levantamento de Estudos realizados para Amazônia que poderão servir de base para estruturação do MacroZEE.

## POLÍTICAS



### **Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA**

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Esta lei estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Conforme o Art. 4º - dos objetivos, a Política Nacional do Meio Ambiente visará:

“I - à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.”

Esta lei estabelece de forma não taxativa os instrumentos que terão que ser utilizados pelo Poder Público e pela sociedade para a realização prática da PNMA, podendo destacar o Zoneamento Ambiental ou Ecológico-Econômico, Plano de Manejo, Avaliação de Impacto Ambiental que contem o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto de Meio Ambiente, o Licenciamento Ambiental, Monitoramento Ambiental, Auditorias Ambientais e criação de espaços territoriais protegidos pelo poder público federal, estadual e municipal.



## **Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT**

O artigo 21-IX da Constituição Federal afirma que compete à União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Assim o constituinte brasileiro, ao colocá-los no mesmo inciso, vinculou os planos nacionais e regionais de ordenação do território aos de desenvolvimento econômico e social.

O governo Lula propõe enfrentar o desafio de construir uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Para tanto, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (artigo 27 – inciso XIII – letra L e parágrafo 3º do mesmo artigo), a qual incumbiu o Ministério da Integração Nacional, junto com o Ministério da Defesa, “coordenar” este processo de formulação da PNOT. ]

### **Princípios da PNOT**

- Soberania Nacional e integridade territorial
- Inclusão social e cidadania
- Reconhecimento da diversidade sócio-cultural
- Reconhecimento da diversidade ambiental e proteção do meio-ambiente
- Uso e ocupação racional e sustentável do território
- Incorporação da dimensão territorial, e suas especificidades, na formulação das políticas públicas setoriais

Em 2006 ocorreu em Brasília – DF um Seminário Nacional de Ordenamento Territorial: apresentação e discussão de documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial.

A adoção de uma PNOT deve ter como objetivo estimular o uso e a ocupação racional e sustentável do território, com base na distribuição mais equânime da população e das atividades produtivas; valorizando as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais das regiões brasileiras; e reduzindo as disparidades e desigualdades espaciais, inter e intra-regionais.

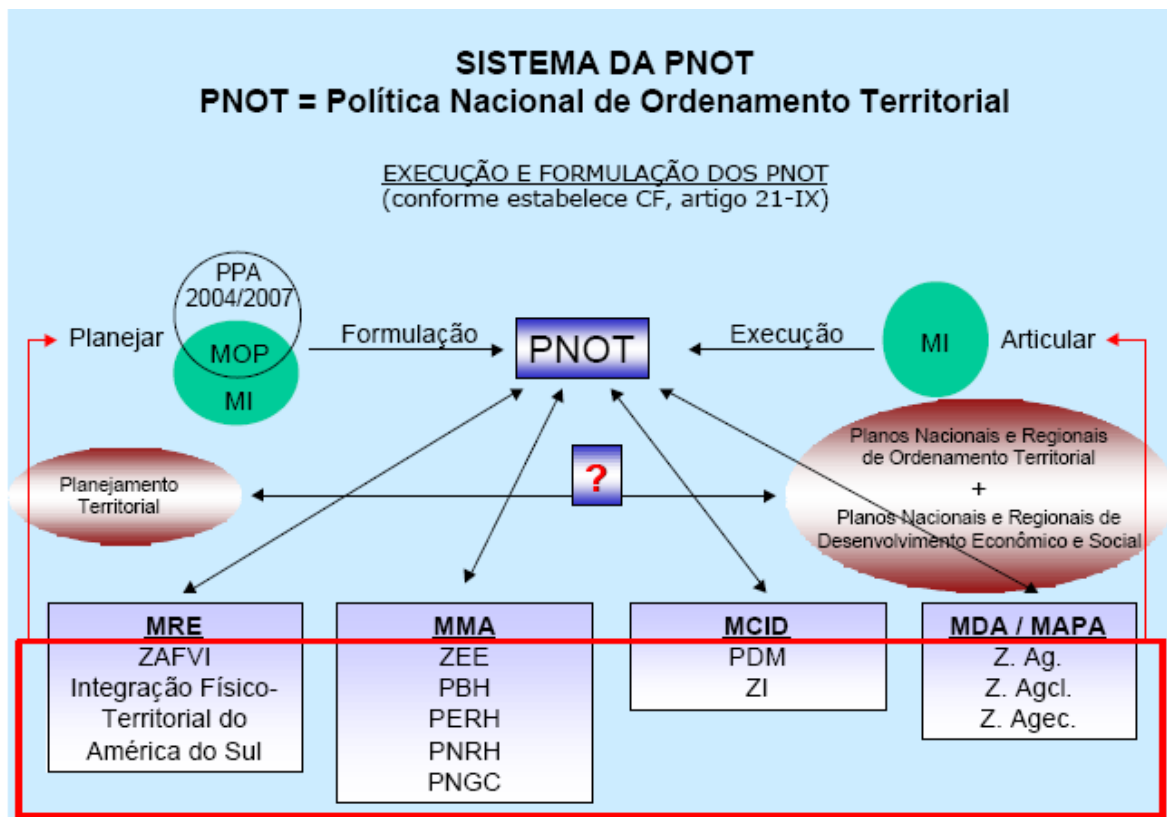


Figura: Apresentação MI (PNOT)

Cabe esclarecer que apesar da Política não ter sido normatizada, foi realizado Projeto Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro - MI/FUNDEP/CEDEPLAR/UFGM, disponível no site do MI contendo os seguintes estudos:

#### ESTUDOS ELABORADOS

<b>MÓDULO TEMÁTICO 1</b> SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LINHAS TEÓRICAS E METOLÓGICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
<b>MÓDULO TEMÁTICO 2</b> EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS COMPARADAS
<b>MODULO TEMÁTICO3</b> LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS REGIONAIS

<b>MODULO TEMÁTICO 4</b> A REGIONALIZAÇÃO COMO BASE PARA O PLANEJAMENTO
--

<b>MODULO TEMÁTICO 5</b> AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO VERSUS POLÍTICAS REGIONAIS
---



## **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR foi instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional.

Os planos, programas e ações da PNDR voltados para a redução das desigualdades regionais e ampliação das oportunidades de desenvolvimento regional serão executados, dentre outros, por meio dos seguintes instrumentos:

I - Orçamento Geral da União;

II - Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte - FNO, Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO;

III - Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, bem como outros fundos de desenvolvimento regional que venham a ser criados;





IV - outros Fundos especialmente constituídos pelo Governo Federal com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais;

V - recursos dos Agentes Financeiros Oficiais; e

VI - Incentivos e Benefícios Fiscais.

O Ministério da Integração Nacional, por intermédio de sua Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, é responsável pela formulação e consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional visando a redução das desigualdades e a ativação do potencial endógeno das sub-regiões.



Dentre os principais desafios da PNDR, destacam-se:

-  Necessidade de priorizar áreas de atuação que sejam críticas das desigualdades regionais;
-  Focalizar espacialmente os instrumentos disponíveis, centrando sua ação na redução das desigualdades regionais;
-  Tornar mais transparente e visível a natureza, os objetivos e os resultados do MI nas mesorregiões diferenciadas;
-  Fazer com que a PNDR seja política de governo podendo enxergar no combate as desigualdades regionais, um elemento catalisador de sua ação.





A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional, tem por objeto principal as profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais do país. Os diferentes potenciais de desenvolvimento das diversas subregiões, que refletem a diversidade social, econômica, ambiental e cultural presente no País, são a matéria-prima das políticas regionais. É para atuar nessas duas direções, de forma clara e direta, que se justifica a existência da PNDR. Atuar nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, valorizando suas diversidades, configura-se como uma estratégia para a redução das desigualdades. Ou seja, a desigualdade de renda, na sua expressão territorial, decorrente da ausência e/ou estagnação da atividade econômica é o que interessa a essa política. Reduzi-la, ajuda a construir um país de todas as regiões e não apenas de algumas.

O sentido maior de uma PNDR é, portanto, duplo: de um lado, sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades regionais que, à exceção de curtos períodos históricos, não pararam de se ampliar no Brasil; de outro, explorar, com afinco, os potenciais endógenos da magnificamente diversa base regional de desenvolvimento, em conformidade com os fundamentos sociais atuais de uma produção mais diversificada e sofisticada, mas portadora de valores sociais regionalmente constituídos. Um dos mais importantes patrimônios do país é sua diversidade ambiental, sócio-econômica e cultural.

Conforme a PNDR, o quadro apresentado abaixo, demonstra os espaços prioritários para a ação governamental compartilhado com os objetivos da PNDR, com enfatizando duas variáveis principais:

-  rendimento domiciliar médio por habitante (variável estatística de mensuração do poder de compra médio);
-  variação anual média do PIB (variável dinâmica de mensuração da produção em um determinado espaço geográfico).

A partir do superposicionamento de cartogramas compostos por àquelas duas variáveis, retrataram uma tipologia regional definida pelos seguintes conjuntos territoriais:

-  alta renda,
-  renda média pouco dinâmica,
-  renda baixa e pouco dinâmica,
-  renda baixa/média de dinâmica.

A idéia da definição de critérios regionais de mensuração de rendimentos territoriais com aplicabilidade nos programas de desenvolvimento sub-regionais, especificamente no PPA 2004-2007, corresponde no quadro no caso do MI aos programas PROMESO e PROMOVER, que, preferencialmente, deveriam ser financiados com aporte de recursos provenientes de um grande Fundo.

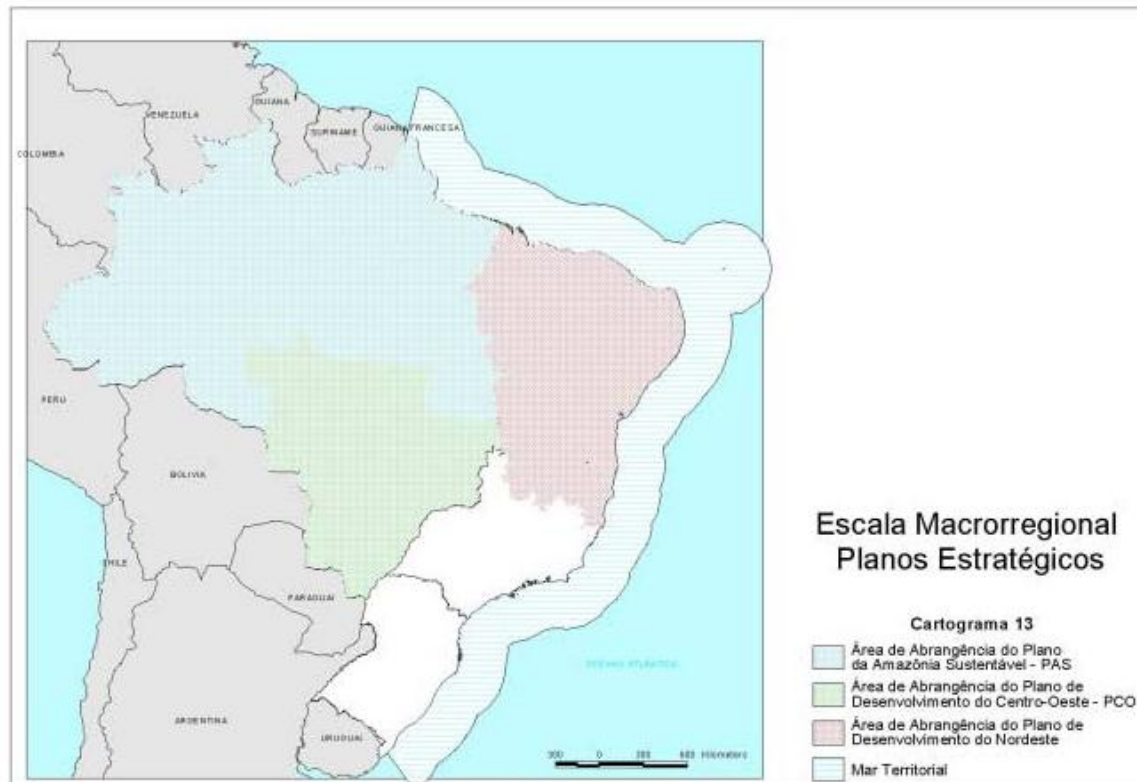


O cenário drástico das desigualdades de densidades demográficas e de renda per capita entre regiões e sub-regiões existentes no país, representa uma referência objetiva para orientação de ações de política pública do governo, urgindo para uma PNDR que contemple múltiplas escalas territoriais, que explore os potenciais da rica diversidade social, econômica e cultural das regiões, que articule ações entre órgãos federados e movimentos sociais com o objetivo de maior inclusão social no desenvolvimento econômico-financeiro, com sustentabilidade ambiental e integração nacional.

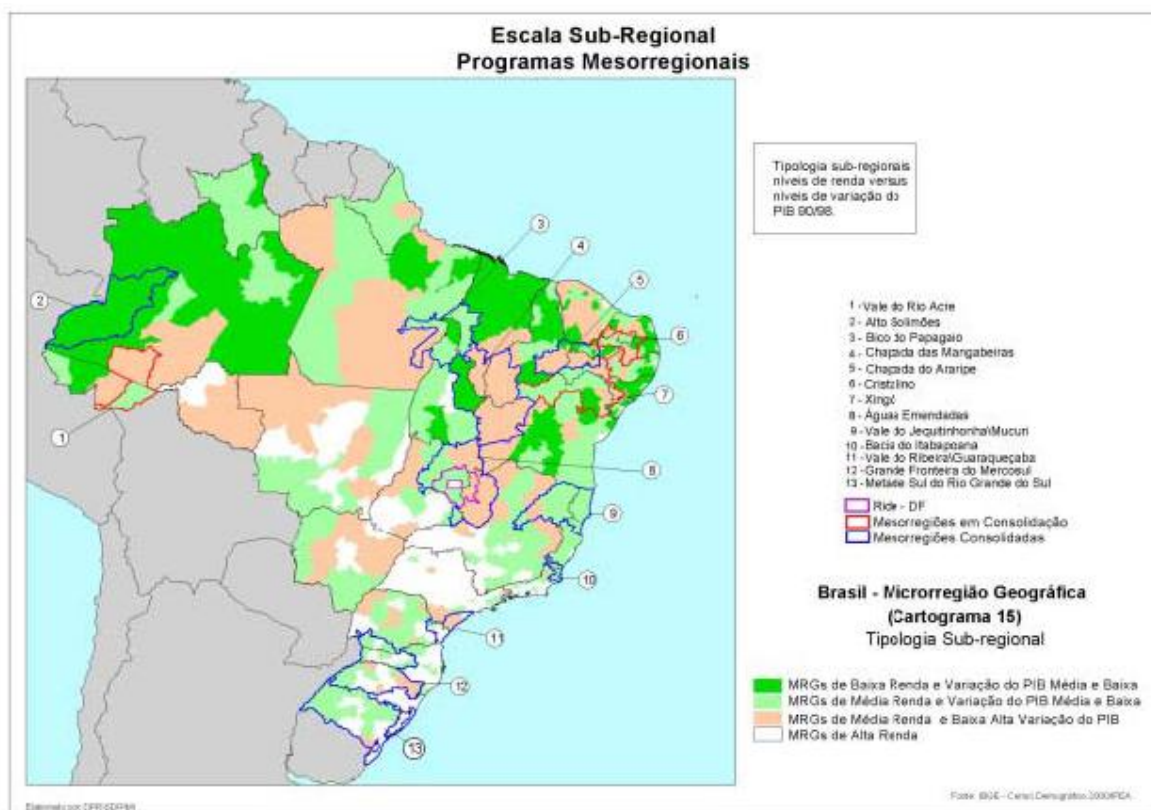
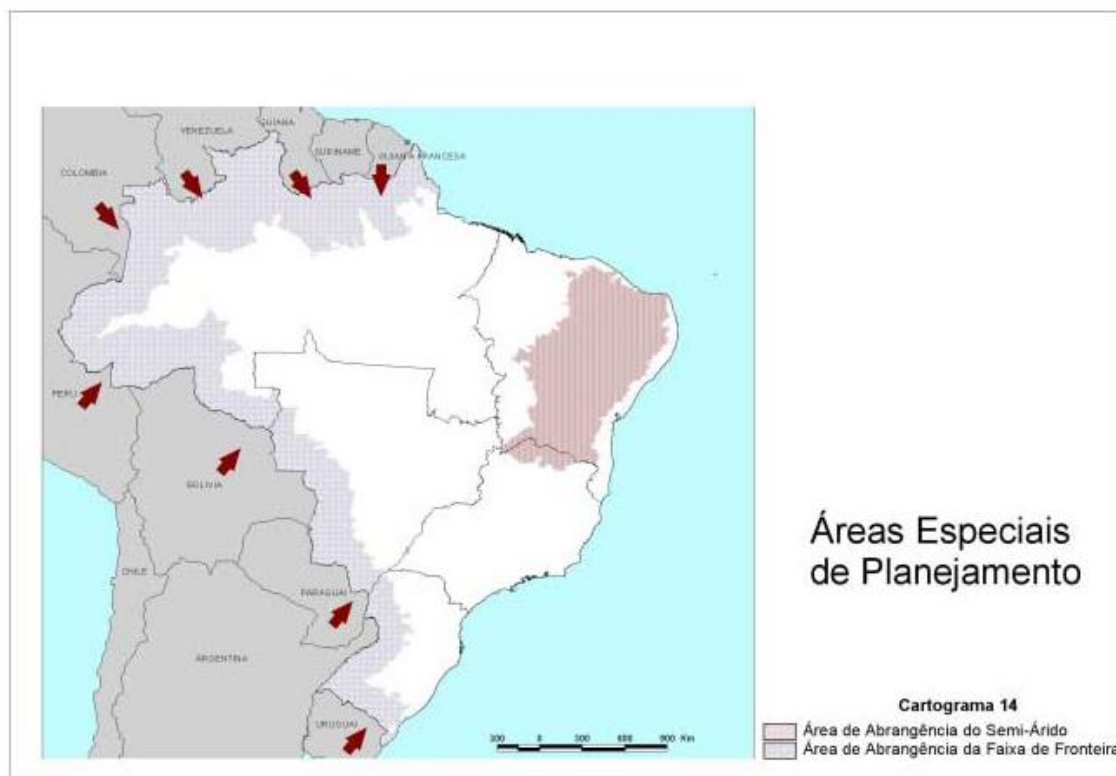
Com base neste contexto, o quadro abaixo demonstra o esforço proposto e realizado pelo MI ao longo do ano de 2003, com busca na reorganização e adequação de sua ação concreta aos princípios básicos e as diretrizes da PNDR, empenhando-se em definir essa ação no âmbito do PPA 2004-2007, com a proposição da criação de novas instituições de desenvolvimento regionais, paralelamente a formulação de planos estratégicos para orientação do desenvolvimento de regiões e sub-regiões sustentadas através da implementação de programas específicos como PROMOVER, PROMESO e FAIXA DE FRONTEIRA, financiados, basicamente, por recursos de Fundos Constitucionais.

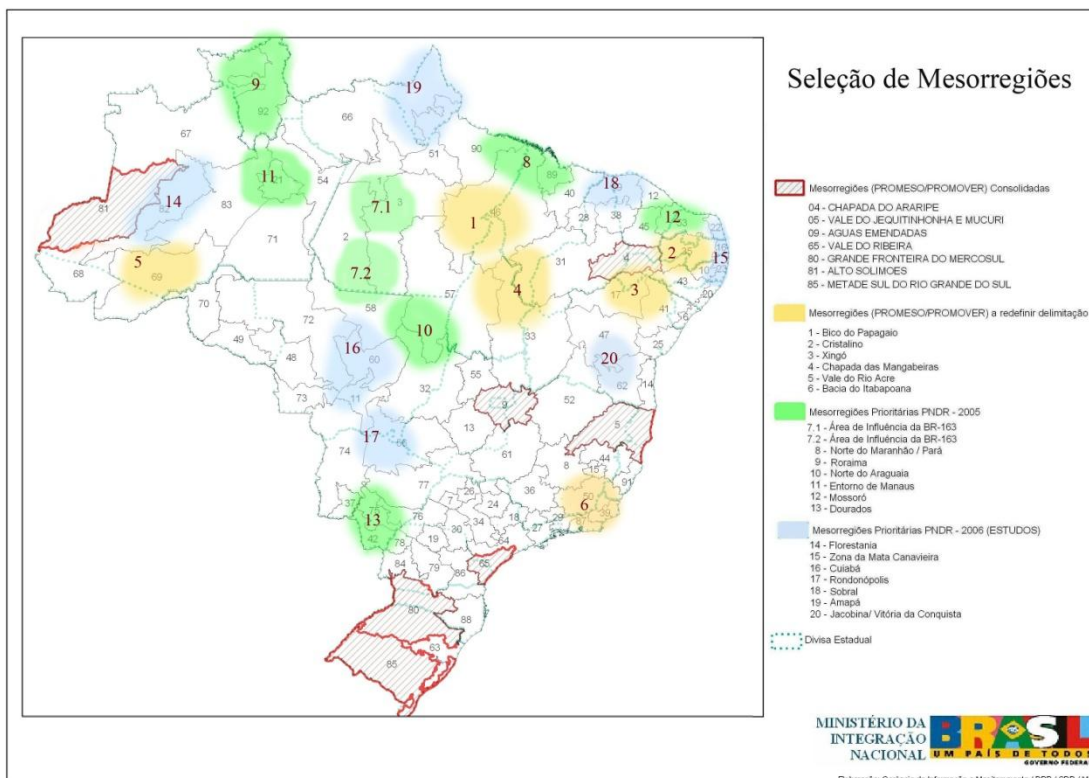


Conforme proposto pela PNDR (2003), a questão regional deverá ser considerada em múltiplas escalas, na escala macro-regional, com proposta de criação de novas instituições de desenvolvimento (SUDAM, SUDENE e SUDECO), na escala intermediária, com o programa Faixa de Fronteira e CONVIVER e finalmente, numa escala sub-regional, cuja espacialização foi baseada nas mesorregiões delimitadas no PPA anterior, com dupla estratégia: apoiar as áreas consolidadas e rediscutir as que mostraram mais incipientes ou cujos limites geográficos tem divergências com os critérios da PNDR, conforme cartogramas demonstrados nas figuras a seguir:









## Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal

Os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

- I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;
- II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;
- III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 4º A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

### Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



### Principais Atribuições

- ✚ Conselhos - subsidiar a formulação da Política de Recursos Hídricos e dirimir conflitos.
- ✚ MMA/SRH - formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e subsidiar a formulação do Orçamento da União.
- ✚ ANA - implementar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio da União.
- ✚ Órgão Estadual - outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio do Estado.
- ✚ Comitê de Bacia - decidir sobre o Plano de Recursos Hídricos (quando, quanto e para que cobrar pelo uso de recursos hídricos).
- ✚ Agência de Água - escritório técnico do comitê de Bacia.

O Siapreh é o Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil, constitui-se num conjunto de dados e informações que são levantados periodicamente junto às entidades integrantes do Sistema Nacional de

Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh. Os resultados de 2006 dos sistema de acompanhamento estão disponíveis no site do MMA, para os estados de Tocantins e Mato Grosso.

O site apresenta problemas no acesso as tabelas com informações estaduais sobre RH.

## **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER**

Pelo Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Ater - Dater, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. No mesmo ano, foi construída a Política Nacional de Ater, de forma democrática e participativa, em articulação com diversos setores do governo federal, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais.

Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Entre os pilares fundamentais que sustentam a Política Nacional de Ater, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater.

A PNATER tem em vista contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto: (i) potencializará atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos sadios e matérias primas, bem como (ii) apoiará estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais; e também deverá (iii) estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como (iv) o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Outro aspecto a destacar é que a concepção da PNATER está também fundamentada em aspectos considerados básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, e se pretende que (i) ela seja estabelecida de forma sistêmica, (ii) articulando recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional.

### Princípios da Política Nacional de Ater



Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta,

seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.

Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.

Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.

Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

#### Diretrizes da Política Nacional de Ater

Apoiar ações múltiplas e articuladas de Assistência Técnica e Extensão Rural, que viabilizem o desenvolvimento econômico eqüitativo e solidário, nas comunidades e territórios rurais, levando em conta a dimensão ambiental.

Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do país.

Apoiar ações destinadas à qualificação e aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase à produção de alimentos básicos.

Assegurar que as ações de Ater contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.

Privilegiar os Conselhos como fóruns ativos e co-responsáveis pela gestão da Política Nacional de Ater, no âmbito municipal, estadual e federal, de modo a fortalecer a participação dos beneficiários, e de outros representantes da sociedade civil, na qualificação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Desenvolver ações de capacitação de membros de Conselhos ou Câmaras Técnicas de Ater (ou similares), apoiando e incentivando a formação e qualificação dos conselheiros.

Promover uma relação de participação e gestão compartilhada, pautada na co-responsabilidade entre todos os agentes do processo de



desenvolvimento, estabelecendo interações efetivas e permanentes com as comunidades rurais.

✚ Desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade.

✚ Viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional.

✚ Estimular a participação da Ater nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais, em relação sistêmica com instituições de ensino e de pesquisa, de modo a proporcionar um processo permanente e sustentável de fortalecimento da agricultura familiar.

✚ Orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos agricultores e demais públicos da extensão no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda.

✚ Garantir que os planos e programas de Ater, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas.

✚ Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão.

✚ Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas.

A nova Ater deverá organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e apresentem as condições mínimas estabelecidas nesta Política. Este Sistema se estabelecerá tendo como base o conjunto de princípios e diretrizes antes enunciados, devendo ser coordenado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - Dater da SAF/MDA, instituído pelo Decreto Nº 5.033, de cinco de abril de 2004. Sua atuação, com respeito às ações a serem apoiadas e desenvolvidas pelos serviços de Ater pública, seguirá uma missão, objetivos, orientações estratégicas e metodológicas que se constituem em elementos-chave para o novo serviço de Ater,

No plano federal a implementação da Política Nacional Ater deverá estar articulada com as orientações emanadas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf.



## **Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas**










A Política Nacional de atenção a Saúde dos Povos Indígenas foi aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde n. 254, de 31 de janeiro de 2002.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações das Leis Orgânicas da Saúde com as da Constituição Federal, que reconhecem aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais.

Esta proposta foi regulamentada pelo Decreto n.º 3.156, de 27 de agosto de 1999, que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas, e pela Medida Provisória n.º 1.911-8, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, onde está incluída a transferência de recursos humanos e outros bens destinados às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a FUNASA, e pela Lei nº 9.836/99, de 23 de setembro de 1999, que estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS.

O propósito desta política é garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura.

Para o alcance desse propósito são estabelecidas as seguintes diretrizes, que devem orientar a definição de instrumentos de planejamento, implementação, avaliação e controle das ações de atenção à saúde dos povos indígenas:

-  organização dos serviços de atenção à saúde dos povos indígenas na forma de Distritos Sanitários Especiais e Pólos-Base, no nível local, onde a atenção primária e os serviços de referência se situam;
-  preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural;
-  monitoramento das ações de saúde dirigidas aos povos indígenas;
-  articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde;
-  promoção do uso adequado e racional de medicamentos;
-  promoção de ações específicas em situações especiais;
-  promoção da ética na pesquisa e nas ações de atenção à saúde envolvendo comunidades indígenas;
-  promoção de ambientes saudáveis e proteção da saúde indígena;
-  controle social.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas prevê a existência de uma atuação coordenada, entre diversos órgãos e ministérios, no sentido de viabilizar as medidas necessárias ao alcance de seu propósito.



## **Política Nacional de Assistência Social**

A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004)

A Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:




- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:



-  Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
-  Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
-  Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária;



## **Política Nacional de Biodiversidade**

O Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, cujos princípios são:

I - a diversidade biológica tem valor intrínseco, merecendo respeito independentemente de seu valor para o homem ou potencial para uso humano;

II - as nações têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos biológicos, segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento;

III - as nações são responsáveis pela conservação de sua biodiversidade e por assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente e à biodiversidade de outras nações ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional;

IV - a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade são uma preocupação comum à humanidade, mas com responsabilidades diferenciadas, cabendo aos países desenvolvidos o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e a facilitação do acesso adequado às tecnologias pertinentes para atender às necessidades dos países em desenvolvimento;

V - todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e as futuras gerações;

VI - os objetivos de manejo de solos, águas e recursos biológicos são uma questão de escolha da sociedade, devendo envolver todos os setores relevantes da sociedade e todas as disciplinas científicas e considerar todas as formas de informação relevantes, incluindo os conhecimentos científicos, tradicionais e locais, inovações e costumes;

VII - a manutenção da biodiversidade é essencial para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera e, para tanto, é necessário garantir e promover a capacidade de reprodução sexuada e cruzada dos organismos;

VIII - onde exista evidência científica consistente de risco sério e irreversível à diversidade biológica, o Poder Público determinará medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental;

IX - a internalização dos custos ambientais e a utilização de instrumentos econômicos será promovida tendo em conta o princípio de que o poluidor deverá, em princípio,

suportar o custo da poluição, com o devido respeito pelo interesse público e sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais;

X - a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente deverá ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

XI - o homem faz parte da natureza e está presente nos diferentes ecossistemas brasileiros há mais de dez mil anos, e todos estes ecossistemas foram e estão sendo alterados por ele em maior ou menor escala;

XII - a manutenção da diversidade cultural nacional é importante para pluralidade de valores na sociedade em relação à biodiversidade, sendo que os povos indígenas, os quilombolas e as outras comunidades locais desempenham um papel importante na conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira;

XIII - as ações relacionadas ao acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade deverão transcorrer com consentimento prévio informado dos povos indígenas, dos quilombolas e das outras comunidades locais;

XIV - o valor de uso da biodiversidade é determinado pelos valores culturais e inclui valor de uso direto e indireto, de opção de uso futuro e, ainda, valor intrínseco, incluindo os valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético;

XV - a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade devem contribuir para o desenvolvimento econômico e social e para a erradicação da pobreza;

XVI - a gestão dos ecossistemas deve buscar o equilíbrio apropriado entre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade, e os ecossistemas devem ser administrados dentro dos limites de seu funcionamento;

XVII - os ecossistemas devem ser entendidos e manejados em um contexto econômico, objetivando:

- a) reduzir distorções de mercado que afetam negativamente a biodiversidade;
- b) promover incentivos para a conservação da biodiversidade e sua utilização sustentável; e
- c) internalizar custos e benefícios em um dado ecossistema o tanto quanto possível;

XVIII - a pesquisa, a conservação ex situ e a agregação de valor sobre componentes da biodiversidade brasileira devem ser realizadas preferencialmente no país, sendo bem vindas as iniciativas de cooperação internacional, respeitados os interesses e a coordenação nacional;

XIX - as ações nacionais de gestão da biodiversidade devem estabelecer sinergias e ações integradas com convenções, tratados e acordos internacionais relacionados ao tema da gestão da biodiversidade; e

XX - as ações de gestão da biodiversidade terão caráter integrado, descentralizado e participativo, permitindo que todos os setores da sociedade brasileira tenham, efetivamente, acesso aos benefícios gerados por sua utilização.

A Política Nacional da Biodiversidade reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I - estabelecer-se-á cooperação com outras nações, diretamente ou, quando necessário, mediante acordos e organizações internacionais competentes, no que respeita a áreas além da jurisdição nacional, em particular nas áreas de fronteira, na Antártida, no alto-mar e nos grandes fundos marinhos e em relação a espécies migratórias, e em outros assuntos de mútuo interesse, para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica;

II - o esforço nacional de conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica deve ser integrado em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes de forma complementar e harmônica;

III - investimentos substanciais são necessários para conservar a diversidade biológica, dos quais resultarão, conseqüentemente, benefícios ambientais, econômicos e sociais;

IV - é vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica;

V - a sustentabilidade da utilização de componentes da biodiversidade deve ser determinada do ponto de vista econômico, social e ambiental, especialmente quanto à manutenção da biodiversidade;

VI - a gestão dos ecossistemas deve ser descentralizada ao nível apropriado e os gestores de ecossistemas devem considerar os efeitos atuais e potenciais de suas atividades sobre os ecossistemas vizinhos e outros;

VII - a gestão dos ecossistemas deve ser implementada nas escalas espaciais e temporais apropriadas e os objetivos para o gerenciamento de ecossistemas devem ser estabelecidos a longo prazo, reconhecendo que mudanças são inevitáveis.

VIII - a gestão dos ecossistemas deve se concentrar nas estruturas, nos processos e nos relacionamentos funcionais dentro dos ecossistemas, usar práticas gerenciais adaptativas e assegurar a cooperação intersetorial;

IX - criar-se-ão condições para permitir o acesso aos recursos genéticos e para a utilização ambientalmente saudável destes por outros países que sejam Partes Contratantes da Convenção sobre Diversidade Biológica, evitando-se a imposição de restrições contrárias aos objetivos da Convenção.

A Política Nacional da Biodiversidade tem como objetivo geral a promoção, de forma integrada, da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável de seus componentes, com a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

Política Nacional da Biodiversidade abrange os seguintes Componentes:

I - Componente 1 - Conhecimento da Biodiversidade: congrega diretrizes voltadas à geração, sistematização e disponibilização de informações que permitam conhecer os componentes da biodiversidade do país e que apoiem a gestão da biodiversidade, bem como diretrizes relacionadas à produção de inventários, à realização de pesquisas ecológicas e à realização de pesquisas sobre conhecimentos tradicionais;

II - Componente 2 - Conservação da Biodiversidade: engloba diretrizes destinadas à conservação in situ e ex situ de variabilidade genética, de ecossistemas, incluindo os serviços ambientais, e de espécies, particularmente daquelas ameaçadas ou com potencial econômico, bem como diretrizes para implementação de instrumentos econômicos e tecnológicos em prol da conservação da biodiversidade;

III - Componente 3 - Utilização Sustentável dos Componentes da Biodiversidade: reúne diretrizes para a utilização sustentável da biodiversidade e da biotecnologia, incluindo o fortalecimento da gestão pública, o estabelecimento de mecanismos e instrumentos econômicos, e o apoio a práticas e negócios sustentáveis que garantam a manutenção da biodiversidade e da funcionalidade dos ecossistemas, considerando não apenas o valor econômico, mas também os valores sociais e culturais da biodiversidade;

IV - Componente 4 - Monitoramento, Avaliação, Prevenção e Mitigação de Impactos sobre a Biodiversidade: engloba diretrizes para fortalecer os sistemas de monitoramento, de avaliação, de prevenção e de mitigação de impactos sobre a biodiversidade, bem como para promover a recuperação de ecossistemas degradados e de componentes da biodiversidade sobreexplorados;

V - Componente 5 - Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios: alinha diretrizes que promovam o acesso controlado, com vistas à agregação de valor mediante pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, e a distribuição dos benefícios gerados pela utilização dos recursos genéticos, dos componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados, de modo que sejam compartilhados, de forma justa e equitativa, com a sociedade brasileira e, inclusive, com os povos indígenas, com os quilombolas e com outras comunidades locais;

VI - Componente 6 - Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade: define diretrizes para a educação e sensibilização pública e para a gestão e divulgação de informações sobre biodiversidade, com a promoção da participação da sociedade, inclusive dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, no respeito à conservação da biodiversidade, à utilização sustentável de seus componentes e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado à biodiversidade;

VII - Componente 7 - Fortalecimento Jurídico e Institucional para a Gestão da Biodiversidade: sintetiza os meios de implementação da Política; apresenta diretrizes para o fortalecimento da infra-estrutura, para a formação e fixação de recursos humanos, para o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia, para o estímulo à criação de mecanismos de financiamento, para o fortalecimento do marco-legal, para a integração de políticas públicas e para a cooperação internacional.



## **Política Nacional de Biossegurança - PNB**

Lei nº 11.105, de 24 de Março de 2005. Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Esta Lei estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente.



## **Política de Desenvolvimento da Biotecnologia**

O Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007, institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, cria o Comitê Nacional de Biotecnologia.

As áreas setoriais priorizadas na Política de Desenvolvimento da Biotecnologia deverão ser objeto de programas específicos, contemplando as seguintes diretrizes:

I - Área de Saúde Humana: estimular a geração e controle de tecnologias e a conseqüente produção nacional de produtos estratégicos na área de saúde humana para posicionar competitivamente a bioindústria brasileira na comunidade biotecnológica internacional, com potencial para gerar novos negócios, expandir suas exportações, integrar-se à cadeia de valor e estimular novas demandas por produtos e processos inovadores, levando em consideração as políticas de Saúde;

II - Área de Agropecuária: estimular a geração de produtos agropecuários estratégicos visando novos patamares de competitividade e a segurança alimentar, mediante a diferenciação de produtos e a introdução de inovações que viabilizem a conquista de novos mercados;

III - Área Industrial: estimular a produção nacional de produtos estratégicos na área industrial para que a bioindústria brasileira possa caminhar na direção de novos patamares de competitividade, com potencial para expandir suas exportações e estimular novas demandas por produtos e processos inovadores;

IV - Área Ambiental: estimular a geração de produtos estratégicos na área ambiental visando novos patamares de qualidade ambiental e competitividade, mediante articulação entre os elos das cadeias produtivas, conservação e aproveitamento sustentável da biodiversidade, inclusão social e desenvolvimento de tecnologias limpas.

São atribuições do Comitê Nacional de Biotecnologia:

I - coordenar a implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, promovendo os aperfeiçoamentos necessários a sua plena execução;

II - realizar suas atividades de forma articulada e integrada para definição e execução das ações e programas relacionados à implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia;

III - constituir grupos de trabalho sobre temas específicos que demandem conhecimento técnico especializado para dar suporte às atividades do Comitê;

IV - harmonizar a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia com as demais Políticas vigentes e correlatas;

V - convidar profissionais de notório saber na matéria ou especialistas de outros órgãos ou entidades e da sociedade para prestar assessoria as suas atividades;

VI - propor a atualização da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

### **Política de Defesa Nacional**

Do exame das situações acima, emerge a necessidade de se explicitarem prioridades estratégicas específicas, decorrentes do interesse nacional e dos objetivos básicos da defesa nacional.

Em que pese a conjuntura favorável no entorno imediato, deve-se manter um sistema de defesa adequado à preservação da soberania nacional e do estado democrático de direito. Esse é o sentido da formulação de uma política de defesa nacional, com recursos para implementá-la, que integre as visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático, e que conte com o respaldo da Nação.

São objetivos da Defesa Nacional:

- a. a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;
- b. a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas;
- c. a preservação da coesão e da unidade da Nação;
- d. a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;
- e. a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior;
- f. a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e
- g. a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional, as seguintes diretrizes deverão ser observadas:

- a. contribuir ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade;
- b. participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;

- c. aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional;
- d. promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado multilateralmente;
- e. participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais;
- f. contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional;
- g. atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais, e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul;
- h. intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas;
- i. manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento sócio-econômico do País, em harmonia com sua destinação constitucional;
- j. proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar;
- l. priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste;
- m. aprimorar a organização, o aparelhamento, o adestramento e a articulação das Forças Armadas, assegurando-lhes as condições, os meios orgânicos e os recursos humanos capacitados para o cumprimento da sua destinação constitucional;
- n. aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito;
- o. aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo;
- p. garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional;
- q. fortalecer os sistemas nacionais de transporte, energia e comunicações;
- r. buscar um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa;
- s. promover o conhecimento científico da região antártica e a participação ativa no processo de decisão de seu destino;
- t. aprimorar o Sistema de Mobilização para atender às necessidades do País, quando compelido a se envolver em conflito armado; e

u. sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional, por meio do incentivo ao civismo e à dedicação à Pátria.

## **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**

A instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais é fundamental não somente por propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também por estabelecer um pacto entre o poder público e estes grupos, que inclui obrigações vis a vis, alicerçadas num modelo de sociabilidade, o que denota um comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira.

A implementação de políticas direcionadas a esses segmentos requer uma definição do conceito de comunidades tradicionais. No campo teórico são várias as tentativas de conceituação, partindo da realidade diferenciada desses grupos frente à sociedade envolvente. Busca-se definir em que ponto exatamente a sociedade envolvente se diferencia de todos os povos e comunidades tradicionais clarificando, assim, quais sinais poderiam servir como diacríticos ou elementos identificadores desse conjunto heterogêneo.

Invariavelmente, a questão primordial é o acesso à terra, ou, no caso, ao território. Sabe-se que assegurar o acesso ao território significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Isso, além de sua dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele também estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados.

O território também faz parte da cosmologia do grupo, referendando um modo de vida e uma visão de homem e de mundo; ele é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento, portanto, encerra também uma dimensão lógica e cognitiva. Além de assegurar a sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais, os territórios constituem a base para a produção e a reprodução dos saberes tradicionais. Outro ponto que marca a especificidade dos povos e das comunidades tradicionais são as características do seu processo produtivo. Defende-se que tais segmentos se situam num contexto em que a economia – com uma lógica específica de produção e com noções singulares acerca da “necessidade” - está à mercê das relações sociais, enquanto que na sociedade envolvente, de tradição ocidental e modo de produção capitalista, as relações sociais é que estão subordinadas à economia.

O Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.



Segundo o Decreto, as ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos

grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

São instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006;

III - os fóruns regionais e locais; e

IV - o Plano Plurianual.

## **Política Nacional de Educação Ambiental**

O Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

I - a todos os níveis e modalidades de ensino;

II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;

III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde;

IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas;

V - a projetos financiados com recursos públicos; e

VI - ao cumprimento da Agenda 21.

São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

## **Política Nacional de Habitação**


A Política Nacional da Habitação tem como componentes principais: Integração Urbana de Assentamentos Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação.

A elaboração e implementação da Política Nacional da Habitação obedecem a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano.

A Política Fundiária tem um papel estratégico na implantação da Política Nacional de Habitação, cabendo a ela estabelecer as bases das políticas urbanas no âmbito dos Municípios capazes de viabilizar a realização de programas habitacionais. É elemento básico dessa política a implementação de instrumentos como os Planos Diretores Municipais – que garantam a função social da propriedade urbana –, os de regularização fundiária – que ampliem o acesso da população de menor renda a terra urbanizada –, bem como a revisão da legislação urbanística e edilícia, tendo em vista a ampliação do mercado formal de provisão habitacional.

A Política Nacional de Habitação conta com um conjunto de instrumentos a serem criados, pelos quais se viabilizará a sua implementação. São eles: o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação, e o Plano Nacional de Habitação.

A Política Nacional de Habitação deve perseguir os seguintes objetivos:

-  universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos

- existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH;
- ✚ promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade;
  - ✚ fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados;
  - ✚ tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH;
  - ✚ democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis;
  - ✚ ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional; e
  - ✚ incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão-de-obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB).

## ✚ **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**

O Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências

### Objetivo Geral

Garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.

### Objetivos Específicos

Ampliar as opções terapêuticas aos usuários, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde, considerando o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais.

Construir o marco regulatório para produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos a partir dos modelos e experiências existentes no Brasil e em outros países.

Promover pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e inovações em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva.

Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos e o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional neste campo.

Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos de plantas medicinais e ao conhecimento tradicional associado.

### DIRETRIZES

1. Regular o cultivo, o manejo sustentável, a produção, a distribuição e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, considerando as experiências da sociedade civil nas suas diferentes formas de organização.
2. Promover a formação técnico-científica e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos.
3. Incentivar a formação e a capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e inovação em plantas medicinais e fitoterápicos.
4. Estabelecer estratégias de comunicação para divulgação do setor plantas medicinais e fitoterápicos.
5. Fomentar pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação com base na biodiversidade brasileira, abrangendo espécies vegetais nativas e exóticas adaptadas, priorizando as necessidades epidemiológicas da população.
6. Promover a interação entre o setor público e a iniciativa privada, universidades, centros de pesquisa e organizações não-governamentais na área de plantas medicinais e desenvolvimento de fitoterápicos.
7. Apoiar a implantação de plataformas tecnológicas piloto para o desenvolvimento integrado de cultivo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos.
8. Incentivar a incorporação racional de novas tecnologias no processo de produção de plantas medicinais e fitoterápicos.
9. Garantir e promover a segurança, a eficácia e a qualidade no acesso a plantas medicinais e fitoterápicos.
10. Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros.
11. Promover a adoção de boas práticas de cultivo e manipulação de plantas medicinais e de manipulação e produção de fitoterápicos, segundo legislação específica.
12. Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios derivados do uso dos conhecimentos tradicionais associados e do patrimônio genético.
13. Promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos.
14. Estimular a produção de fitoterápicos em escala industrial.
15. Estabelecer uma política intersetorial para o desenvolvimento socioeconômico na área de plantas medicinais e fitoterápicos.
16. Incrementar as exportações de fitoterápicos e insumos relacionados, priorizando aqueles de maior valor agregado.
17. Estabelecer mecanismos de incentivo para a inserção da cadeia produtiva de fitoterápicos no processo de fortalecimento da indústria farmacêutica nacional.

## **Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia**

O Decreto nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001, regulamenta a Lei no 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências

Os níveis máximos de consumo de energia, ou mínimos de eficiência energética, de máquinas e aparelhos consumidores de energia fabricados ou comercializados no País, bem como as edificações construídas, serão estabelecidos com base em indicadores técnicos e regulamentação específica a ser fixada nos termos deste Decreto, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia.

Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética - CGIEE, composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério de Minas e Energia, que o presidirá;

II - Ministério da Ciência e Tecnologia;

III - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - Agência Nacional de Energia Elétrica;

V - Agência Nacional do Petróleo; e

VI - um representante de universidade brasileira e um cidadão brasileiro, ambos especialistas em matéria de energia, a serem designados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, para mandatos de dois anos, podendo ser renovados por mais um período.

## **Política Nacional de Saneamento**

A Lei nº 5.318, de 26 de setembro de 1967, institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento. A abrangência da política inclui:

- a) saneamento básico, compreendendo abastecimento de água, sua fluoretação e destinação de dejetos;
- b) esgotos pluviais e drenagem;
- c) controle da poluição ambiental, inclusive do lixo;
- d) controle das modificações artificiais das massas de água;
- e) controle de inundações e de erosões.

## **Política Nacional de Turismo**

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

Esta Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

A Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo - PNT estabelecido pelo Governo Federal.

Parágrafo único. A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável.

A Política Nacional de Turismo tem por objetivos:

I - democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;

II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

III - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico brasileiro;

IV - estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, com vistas em atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social;

V - propiciar o suporte a programas estratégicos de captação e apoio à realização de feiras e exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos e eventos nacionais e internacionais;

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

VII - criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades;

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

X - prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

XI - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos;

XII - implementar o inventário do patrimônio turístico nacional, atualizando-o regularmente;

XIII - propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferências da demanda, e, também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes;

XIV - aumentar e diversificar linhas de financiamentos para empreendimentos turísticos e para o desenvolvimento das pequenas e microempresas do setor pelos bancos e agências de desenvolvimento oficiais;

XV - contribuir para o alcance de política tributária justa e equânime, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, para as diversas entidades componentes da cadeia produtiva do turismo;

XVI - promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infra-estrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico;

XVII - propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços, da busca da originalidade e do aumento da produtividade dos agentes públicos e empreendedores turísticos privados;

XVIII - estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos;

XIX - promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho; e

XX - implementar a produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no País, integrando as universidades e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico brasileiro.

Parágrafo único. Quando se tratar de unidades de conservação, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade.



O Plano Nacional de Turismo - PNT será elaborado pelo Ministério do Turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados, inclusive o Conselho Nacional de Turismo, e aprovado pelo Presidente da República, com o intuito de promover:

I - a política de crédito para o setor, nela incluídos agentes financeiros, linhas de financiamento e custo financeiro;

II - a boa imagem do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional;

III - a vinda de turistas estrangeiros e a movimentação de turistas no mercado interno;

IV - maior aporte de divisas ao balanço de pagamentos;

V - a incorporação de segmentos especiais de demanda ao mercado interno, em especial os idosos, os jovens e as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo incentivo a programas de descontos e facilitação de deslocamentos, hospedagem e fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas institucionais de promoção;

VI - a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico;

VII - a atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística;






VIII - o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais protegidas ou não;

IX - a orientação às ações do setor privado, fornecendo aos agentes econômicos subsídios para planejar e executar suas atividades; e

X - a informação da sociedade e do cidadão sobre a importância econômica e social do turismo.

## **Política Urbana**

A Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece as diretrizes gerais da Política Urbana, denominada Estatuto da Cidade e tendo como objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental. As atribuições da União são:

-  legislar sobre normas gerais de direito urbanístico;
-  legislar sobre normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional;
-  promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
-  instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
-  elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Os instrumentos referenciados pela Lei têm estreita relação com as ações propostas pela PNDR e PNMA, podendo citar especificamente os planos nacionais, regionais e

estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, planejamento das regionais metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, planejamento municipal, estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

É importante considerar que o plano diretor é obrigatório para cidades:

I - com mais de vinte mil habitantes;

II - integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III - onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;

IV - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V - inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O novo Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, referentes à cidade e à urbanização. Tendo-se em vista a legislação até então vigente, podem ser consideradas novidades: a introdução do IPTU progressivo no tempo, mecanismos especiais de desapropriação, reforço do direito usucapião individual e coletivo, o estudo do impacto de vizinhança, entre outras inovações. No capítulo III do estatuto fala-se até mesmo de qualidade de vida, justiça social e do desenvolvimento de atividades econômicas, enquanto no capítulo IV se propõe a gestão orçamentária participativa. Aqui podemos ler textualmente: “Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação das populações e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania”.


## PROGRAMAS

A seguir serão levantados os principais programas atribuídos a diferentes ministérios, que poderão ser considerados no processo de elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal. Cabe acrescentar que a presente pesquisa baseou-se como fonte de dados o material disponível nos sites dos ministérios e institutos responsáveis por cada programa.

MINISTÉRIOS	PRINCIPAIS PROGRAMAS
<b>Planejamento, Orçamento e Gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Brasil Municípios:</b> Reforço da Capacidade Institucional em Municípios selecionados para a Redução da Pobreza</li> <li>✓ <b>Gespública</b> - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização</li> <li>✓ <b>PMPEF</b> - Programa de Modernização do Poder Executivo Federal</li> <li>✓ <b>Pnape</b> - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal</li> <li>✓ <b>Prodev</b> - Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil</li> <li>✓ <b>Promoex</b> - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros</li> <li>✓ <b>Pro-Reg</b> - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação</li> </ul>
<b>Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa do Artesanato Brasileiro - PAB</li> <li>✓ Programa PROSPECTAR (projeção das tendências tecnológicas futuras do País)</li> <li>✓ Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEx</li> <li>✓ Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, e de Pesquisa de Mercado.</li> </ul>
<b>Meio Ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ PDA</li> <li>✓ Proambiente</li> <li>✓ Proecotur</li> <li>✓ Programa Agenda 21</li> <li>✓ Proarco</li> <li>✓ Programa Nacional de Florestas</li> <li>✓ Prevfogo</li> <li>✓ ARPA</li> <li>✓ Programa Nacional do Meio Ambiente II</li> <li>✓ ZEE</li> </ul>
<b>Minas e Energia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa Luz para Todos</li> <li>✓ PROCEL</li> <li>✓ PROINFA: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica</li> <li>✓ Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel</li> </ul>
<b>Desenvolvimento Agrário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa Territórios da Cidadania</li> <li>✓ Programa de bibliotecas rurais Arca das Letras P</li> <li>✓ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)</li> <li>✓ Programa Terra Legal</li> <li>✓ Programa de Promoção dos Arranjos Produtivos Legais (APL)</li> <li>✓ Programa Nacional de Desenvolvimento</li> </ul>

	Sustentável de Territórios Rurais ✓ PRONAF
<b>Integração Nacional</b>	✓ Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - PROMESO ✓ Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira ✓ Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada ✓ Programa Integração de Bacias Hidrográficas ✓ Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial ✓ Programa de Prevenção e Preparação para Emergência e Desastres – PPED ✓ Programa de Resposta aos Desastres - PRD
<b>Ciência e Tecnologia</b>	✓ Prodes, Deter e Degrad ✓ Programa integrado de C,T&I para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica ✓ Programa de Pesquisa em Biodiversidade ✓ Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (geoma) ✓ Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado
<b>Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>	✓ Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário ✓ Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura ✓ Programa Zoneamento Agrícola ✓ Proagro
<b>Cidades</b>	✓ Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC ✓ Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários ✓ Programa Mobilidade Urbana
<b>Turismo</b>	✓ Programa de Regionalização do Turismo
<b>Transportes</b>	✓ Programa de Redução de Acidentes no Trânsito – PARE

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG

 **Brasil Municípios** - Reforço da Capacidade Institucional em Municípios selecionados para a Redução da Pobreza

**DIRETOR ATUAL:**

**RODRIGO LOFRANO ALVES DOS SANTOS**

E-mail: [rodrigo.lofrano@planejamento.gov.br](mailto:rodrigo.lofrano@planejamento.gov.br)

Tel: (61) 2020-4769 - Fax: (61) 2020-4401

O Projeto "Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza", ou Projeto Brasil Municípios, é resultado de uma parceria entre o

Governo Brasileiro e a União Européia com o objetivo de contribuir para aumentar a eficácia e o impacto das políticas públicas em nível local, por meio do apoio ao desenvolvimento da capacidade de gestão nos municípios brasileiros, com melhores condições para o aumento da qualidade e da eficiência da atuação dos quadros gerenciais e técnicos dos governos locais.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) é o organismo governamental brasileiro responsável pela Direção Estratégica do Projeto, enquanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é o agente implementador dos recursos da União Européia, responsável pela Direção Executiva do Projeto. A iniciativa conta também com um Comitê Consultivo composto por representantes do MP, da Comissão Européia (CE), do BID e de outros órgãos e entidades relevantes no cenário nacional.

### ***Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios***

Fonte: Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios.

Brasília: MP, 2008.

#### **Cultura**

Programa Arca das Letras

Programa Brasil Patrimônio Cultural

Programa Cultura Afro-Brasileira

Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania

Programa Engenho das Artes

Programa Livro Aberto

Programa Mais Cultura - Microprojetos

Programa Monumenta

Programa Pontos de Difusão Digital - Circuito Brasil

Programa Rede Olhar Brasil

Programa Revelando os Brasis

#### **Desenvolvimento Econômico**

Programa Artesanato Brasileiro

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER

Programa de Promoção da Política de Desenvolvimento Industrial e do Ambiente de Inovação

Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO

Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Programa Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS

Programa Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca

Programa Feira do Peixe

Programa Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA

Programa Nacional de Desenvolvimento da Maricultura em Águas da União

### **Desenvolvimento Rural e Agronegócios**

Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Programa de Assistência Técnica e Desenvolvimento Rural na Agricultura Familiar

Programa de Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamentos

Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Programa Garantia Safra

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

Programa Nordeste Territorial

Programa Territórios da Cidadania

### **Desenvolvimento Social**

Programa Acesso à Alimentação

Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Brasil

Programa Bolsa Família

Programa Comunidades Tradicionais

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Programa de Proteção Social Básica

Programa de Proteção Social Especial

### **Desenvolvimento Urbano**

Linha de Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos (PMI)

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local

Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – PRÓ-MORADIA

Programa de Compartilhamento de Receitas Patrimoniais

Programa de Destinação de Imóveis da Extinta RFFSA para Apoio ao Desenvolvimento Local

Programa de Regularização Fundiária em Áreas da União

Programa Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

Programa Drenagem Urbana Sustentável

Programa Fortalecimento da Gestão Urbana

Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano - Conselho das Cidades

Programa Habitação de Interesse Social

Programa Pró Água Infra-Estrutura

Programa Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Programa Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Ambiental Urbana

Programa Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Integrada

Programa Serviços Urbanos de Água e Esgotos

Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Projeto Orla

Pró-Municípios

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI

### **Desporto e Lazer**

Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Programa de Implantação de Infra-estrutura Esportiva

Programa de Implantação e Modernização de Infra-estrutura Esportiva – Esporte e Lazer da Cidade

Programa de Inclusão Social pelo Esporte – Pintando a Cidadania

Programa Esporte e Lazer da Cidade – Praças da Juventude

Programa Esporte e Lazer da Cidade – Projeto Social e Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Programa Segundo Tempo

### **Direitos da Cidadania**

Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes – CEAV

Programa Balcões de Direitos

Programa Brasil Quilombola

Programa de Defesa do Consumidor

Programa de Educação em Direitos Humanos

Programa de Formação de Núcleos de Justiça Comunitária

Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direito da Criança e do Adolescente

Programa de Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

Programa de Promoção de Políticas Afirmativas para Igualdade Racial

Programa de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência

Programa de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Programa Garantia de Acesso a Direitos

Programa Nacional de Acessibilidade

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem

Programa Olho Vivo no Dinheiro Público

Programa Participação Popular

Programa Turismo Sustentável e Infância

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em conflito com a Lei – Pró-SINASE

## **Educação**

Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

Prêmio Gestor Eficiente de Merenda Escolar

Programa Brasil Alfabetizado

Programa Brasil Profissionalizado

Programa Caminho da Escola

Programa Caminho da Escola

Programa de Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres – Gênero e Diversidade na Escola

Programa de Desenvolvimento da Educação Especial – Formação de Professores

Programa de Desenvolvimento da Educação Especial – Implantação de Salas Multifuncionais

Programa de Desenvolvimento da Educação Especial – Promoção da Acessibilidade

Programa de Financiamento à Aquisição de Veículos de Transporte Escolar – PROESCOLAR

Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE



Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE

Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância.....32

Programa Nacional de Tecnologia Educacional

Programa Pescando Letras

Programa Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

Programas dos Livros Didáticos

ProJovem Campo – Saberes da Terra (modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem)

## **Energia**

Programa de Gestão Energética Municipal – PROCEL RELUZ

Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficientes – PROCEL RELUZ

## **Gestão Pública**

Linha de Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Básicos - PMAT

Portal de Convênios - Siconv

Programa Certificação Cadastral

Programa de Fortalecimento da Gestão Pública

Programa de Gestão da Política Aquícola e Pesqueira

Programa de Manutenção da Planta de Valores Genéricos

Programa de Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza –

Brasil Municípios

Programa Escola Virtual SOF - Curso Básico de Orçamento Público

Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM

Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA

Programa Portal de Compras – Outros Compradores

Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - SISTN

Sistema de Informações Socioeconômicas dos Municípios Brasileiros - SIMBRASIL

Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS – SIPREV GESTÃO

## **Meio Ambiente**

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P

Programa de Conservação de Bacias Hidrográficas - PROBACIAS

Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos – Ações para Conservação da Biodiversidade

Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Proteção dos Recursos Genéticos e Conhecimentos Associados

Programa de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Programa de Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Programa Nacional de Florestas

### **Previdência Social**

PREVCidade

PREVMóvel

### **Saúde**

Programa Brasil Sorridente

Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – Atenção Básica

Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – Farmácia Popular

Programa de Avaliação de Tecnologias em Saúde

Programa de Cooperação Técnica para Organização e Gestão de Fundos de Saúde

Programa de Gestão da Política Nacional sobre Drogas

Programa de Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência

Programa de Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde

Programa de Qualificação da Atenção Hospitalar de Urgência no Sistema Único de Saúde – QualiSUS

Programa de Saúde da Criança e Aleitamento Materno

Programa de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 92

Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos - Vigilância em Saúde

Programa Pacto pela Saúde

Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde

Programa Saúde do Idoso

Programa Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional

### **Segurança Pública**

Programa de Aprimoramento da Execução Penal

Programa de Prevenção e Preparação para Desastres - PPED

Programa de Resposta aos Desastres e Reconstrução – PRDR

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Sistema Único de Segurança Pública – SUSP

### **Tecnologia da Informação e Inclusão Digital**

Estação Digital: Programa de Inclusão Digital da Fundação Banco do Brasil

Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social

Programa Comunidade, Conhecimento, Compartilhamento e Colaboração dos Municípios Brasileiros

Programa de Inclusão Digital – Apoio à Gestão Governamental

Programa de Inclusão Digital - Equipamentos de Informática e Acesso à Internet

Programa Identidade Digital CAIXA – certificado digital

Programa Telecentro da Pesca – Maré

Programa Telecentro de Informação e Negócios

Projeto Computadores para Inclusão - Projeto CI

### **Trabalho e Renda**

Plano Nacional de Qualificação – Plano Setorial de Qualificação – PlanSeQ/QSP

Programa Adolescente Aprendiz

Programa de Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres – Pró-Eqüidade de Gênero – Oportunidades Iguais

Programa de Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres – Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres

Programa de Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE

Programa de Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem

### **Transporte**

Programa de Infra-Estrutura de Transporte Coletivo

Programa de Infra-Estrutura para a mobilidade urbana – PROMOB

Programa de Intervenções Viárias – Provias

Programa Mobilidade Urbana

## **Turismo**

Programa de Apoio à Comercialização Nacional

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo – PRODETUR

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE

Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos

Programa de Infra-Estrutura Turística

## **Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE**

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE, tem como objetivo geral melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, a fim de alcançar uma maior eficiência do gasto público. Na primeira fase, o PNAGE conta com recursos da ordem de US\$ 55 milhões, sendo US\$ 93 milhões oriundos de empréstimo contraído pela União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, da ordem de US\$ 93 milhões e US\$ 62 milhões de contrapartida local (Estados e União).

A preparação do PNAGE \_ autorizada nos termos da Recomendação Nº 654, de 0/2/2004, da COFIEIX, financiada com recursos do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, conforme Recomendação 655, de 0 de dezembro de 2002\_ teve início efetivamente a partir de abril de 2003, com a definição de uma metodologia de assistência técnica aos Estados e DF promovida pelo MP. O Conselho Nacional de Secretários de Administração - CONSAD, o Fórum Nacional de Secretários de Planejamento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Caixa Econômica Federal atuaram como parceiros no desenvolvimento do programa. O Contrato de Empréstimo nº 78/ OC-BR foi assinado em 3 de maio de 2006, sendo que a fase de execução terá duração até maio de 20.

### **Os principais Componentes do Programa são:**

- (I) Fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas;
- (II) Desenvolvimento de políticas e da capacidade de gestão de recursos humanos;
- (III) Modernização de estruturas organizacionais e de processos administrativos;
- (IV) Fortalecimento de mecanismos de transparência administrativa e de comunicação;
- (V) Modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia de informação;
- (VI) Desenvolvimento de uma cultura de promoção e implantação de mudança institucional; e
- (VII) Apoio à cooperação em gestão.

A Modernização institucional no âmbito do PNAGE é tratada com uma visão sistêmica, transversal e integrada do ciclo da gestão pública. Neste sentido, incentiva-se o compartilhamento de soluções de modernização em nível das administrações estaduais e também entre diferentes estados.

### **Objetivos Específicos:**

Os objetivos específicos do Programa, com relação a cada Estado Participante e ao Distrito Federal, são: (i) fortalecer a capacidade de planejamento e gestão de políticas públicas; (ii) desenvolver a capacidade de administração de recursos humanos; (iii) modernizar a estrutura organizacional e seus processos administrativos; (iv) fortalecer mecanismos de transparência administrativa e de comunicação social; (v) modernizar a gestão de informação e integrar seus sistemas informáticos, (vi) desenvolver mecanismos para promover e implantar uma cultura de mudança institucional e (vii) desenvolver mecanismos para promover a cooperação entre os Estados e o Governo Federal e a harmonização e compartilhamento de soluções.

### **Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil – PRODEV**

DIRETOR NACIONAL DO PRODEV  
RODRIGO LOFRANO ALVES DOS SANTOS  
E-mail: [rodrigo.lofrano@planejamento.gov.br](mailto:rodrigo.lofrano@planejamento.gov.br)  
Tel: (61) 2020-4769 - Fax: (61) 2020-4401

O PRODEV é um programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) voltado ao fortalecimento da gestão para resultados nos países da América Latina e Caribe, visando à melhoria da efetividade e do impacto das políticas públicas nas metas de desenvolvimento nacionais. O Brasil aderiu ao Programa em fevereiro de 2007, efetivando acordo de cooperação técnica não reembolsável (“doação”) por parte do BID no valor total de US\$ 495,500.00.

Dadas as especificidades da estrutura federativa descentralizada do Brasil, o Programa foi concebido com a finalidade de atender, de maneira diferenciada, às necessidades de maior efetividade das políticas e programas de investimento tanto no nível federal quanto nos níveis estadual e municipal. Para tanto, 05 componentes foram estruturados:

- 01 – Monitoramento e avaliação de programas em nível federal;
- 02 – Monitoramento e avaliação de programas em nível estadual;
- 03 – Capacidades municipais para a gestão por resultados;
- 04 – Oferta de capacitação em gestão e monitoramento de programas; e
- 05 – Elaboração do Plano de Ação Integrado.

Tais componentes compreendem, basicamente, a realização de diagnósticos das capacidades de gestão por resultados nos três níveis de governo (componentes 01 a 03), bem como da oferta de capacitação relacionada ao tema (componente 04) e, com base

nos pontos fortes e fragilidades identificadas, a formulação de um Plano de Ação Integrado, baseado nos produtos dos quatro componentes anteriores, que contribua para a superação das deficiências identificadas em cada nível (componente 05), contemplando assim o objetivo final do PRODEV.

O PRODEV terá continuidade em uma segunda fase, a ser negociada com o BID, na qual deverão ser implementadas as sugestões constantes do Plano de Ação Integrado resultante da fase atual, visando ao fortalecimento das capacidades para a gestão por resultados nos três níveis de governo, principalmente por meio de ações de capacitação referenciadas por diagnósticos embasados e planejadas em conjunto com outros programas voltados para capacitação.

### **Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX**

#### **DIRETORIA NACIONAL DO PROMOEX**

**Diretora: HELOISA GARCIA PINTO**

E-mail: [heloisa.pinto@planejamento.gov.br](mailto:heloisa.pinto@planejamento.gov.br)

Tel: (61) 2020-4023 - Fax: (61) 3225-5183

#### **EQUIPE DO PROMOEX**

**ANDREIA DE MORAIS KAFURI**

E-mail: [andreia.kafuri@planejamento.gov.br](mailto:andreia.kafuri@planejamento.gov.br)

Tel: (61) 2020-4627

**ARION PASSOS FLEURY DE OLIVEIRA**

E-mail: [arion.oliveira@planejamento.gov.br](mailto:arion.oliveira@planejamento.gov.br)

Tel: (61) 2020-4186

### **Objetivos**

Fortalecer o sistema de controle externo como instrumento da cidadania, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000, doravante LRF).

As atividades financiadas com recursos do Programa estão agrupadas em Componentes Nacional e Local. São eles:

**Componente Nacional:** executado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), e pelos TCs, com a colaboração da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e do Instituto Ruy Barbosa (IRB). Este componente consiste nos três subcomponentes seguintes:

- Desenvolvimento de vínculos interinstitucionais entre os TCs e destes com o Governo Federal.

- Redefinição dos procedimentos de controle externo com ênfase no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Desenvolvimento de políticas e gestão de soluções compartilhadas e cooperação técnica.

**Componente Local: executado pelos TCs e compreende os seguintes subcomponentes:**

- Desenvolvimento de vínculos com Poderes e instituições dos três níveis de governo e com a sociedade.
- Integração dos TCs ao ciclo de gestão governamental.
- Redefinição das metodologias, técnicas e procedimentos de controle externo. Planejamento estratégico e modernização administrativa.
- Desenvolvimento de política e de gestão de tecnologia da informação.
- Adequação da política e gestão de pessoal.

## **Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior - MDIC**

### **Programa do Artesanato Brasileiro - PAB**

Tem como missão estabelecer ações conjuntas no sentido de enfrentar os desafios e potencializar as muitas oportunidades existentes para o desenvolvimento do Setor Artesanal, gerando oportunidades de trabalho e renda, bem como estimular o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo.

Induzir e promover políticas públicas em prol do artesanato em todo o território brasileiro e no Exterior, coordenando e desenvolvendo atividades para a valorização do artesão.

O Programa do Artesanato Brasileiro - PAB está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conforme Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995. O PAB atua na elaboração de políticas públicas envolvendo órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além de entidades privadas, priorizando a geração de ocupação e renda, e o desenvolvimento de ações que valorizem o artesão brasileiro, majorando seu nível cultural, profissional, social e econômico. Em consonância com a agenda política do governo federal, de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais, o Programa do Artesanato Brasileiro ganhou importância na gestão pública, com o status de Programa Orçamentário na proposta do Plano Plurianual de Investimentos. O PAB é representado em cada uma das 27 Unidades da Federação por meio das Coordenações Estaduais do Artesanato.

O Programa desenvolve suas atividades com base em 4 macro-ações: 1. Capacitação de Artesãos e Multiplicadores; 2. Feiras e Eventos para Comercialização da Produção

Artesanal; 3. Estruturação de Núcleos Produtivos no Segmento Artesanal; e 4. Gestão e Administração do Programa.

O Fórum do Artesanato Brasileiro é um espaço do PAB onde as diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas são construídas, de forma democrática e participativa, cuja abrangência contempla quatro gerências básicas.

### **Sistema de Informações do Artesanato**

Com o objetivo de formar uma base de dados sobre o setor, foi desenvolvido pelo PAB o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro. Além de se constituir uma ferramenta para a inclusão de novos cadastros, possibilitará a migração de bases de dados existentes nos estados, reunindo em um único sistema, dados dos artesãos e suas organizações. O projeto piloto foi concluído em quatro UFs e está estruturado em módulo de treinamento, destinado aos coordenadores e técnicos, para nortear as atividades de preparação para a coleta de dados. O Sistema está em fase de implantação nas demais 23 UFs.

Em 2006, foi iniciado processo de elaboração de base conceitual do artesanato no Brasil e no Mercosul. Essa ação estabelece a nomenclatura padronizada que servirá de base para instituição de legislação regulamentar do setor, definição de políticas públicas e criação de parâmetro para planejamento das ações governamentais (no Brasil e Mercosul, inicialmente). Está estruturado em sete seções: 1. Conceitos Básicos; 2. Tipologias; 3. Classificação; 4. Características; 5. Produtos; 6. Técnicas de Produção Artesanal; e 7. Matéria Prima. No glossário estão definidos os termos utilizados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro.

### **Plano Nacional de Capacitação**

Visando a formação e ampliação de capital social nos territórios, o PAB elaborou o Plano Nacional de Capacitação para o Setor Artesanal a ser implantado em conjunto com os PABs Estaduais, a partir de 2008.

### **Acesso a Mercados**

Outro foco de atuação do PAB é a área de acesso a mercados. Consolidar e ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais têm relação direta com a geração de novas oportunidades de trabalho e de aumento de renda no setor. Para tanto o PAB conta com a macro-ação "Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal", espaço de promoção e de aproximação dos artesãos com o mercado consumidor.

### **Legislação**

Decreto nº 783 de 25 de março de 1993. Fixa o processo produtivo básico – PPB para produtos industrializados na Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995. Dispõe sobre a subordinação do Programa do Artesanato Brasileiro, e dá outras providências.

O ICMS - Imposto sobre operação relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestaduais, intermunicipais e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Sua regulamentação constitucional



está prevista na Lei Complementar 87/1996 (lei Kandir), alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/97 e 99/99 e 102/2000. Para ter acesso Leis do ICMS, acesse o sítio da Secretaria Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

A Legalização e Regulamentação são questões fundamentais para quaisquer negócios, sejam por segurança comercial ou pelos riscos operacionais. É interessante conhecer as vantagens e desvantagens de ser uma empresa artesanal e, principalmente, conhecer as obrigações para a manutenção da qualidade e compor o diferencial. Junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, o artesão poderá obter as informações necessárias para cumprir com todas as exigências previstas em lei.

O Licenciamento ambiental no âmbito federal é detalhado pelo Centro de Licenciamento Ambiental Federal ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. O Licenciamento ambiental está previsto na Lei nº 6.938 de 1981, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de meio ambiente e é caracterizado por três fases distintas: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. A Resolução CONAMA nº 237 de 1987, regulamenta os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente. Todo processo de licenciamento no IBAMA é feito ouvindo-se os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Quanto às normas sanitárias, essas são regidas pelos seguintes decretos, leis e portarias: Lei 6.938/81 de 31/08/1981 e Resolução CONAMA nº 237/97.

## **Ministério do Meio Ambiente - MMA**

### **PDA Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA**

O Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) foi criado em 1995, entrando em operação em 1996, ano em que se iniciou o apoio aos primeiros projetos. A sua construção resultou de um processo de negociação envolvendo o Governo Brasileiro, organismos de cooperação internacional representando os países do G7 e as redes de Ongs e Movimentos Sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica (RMA). Implementado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), recebe apoio principalmente da Cooperação Internacional Alemã e tem como principais desafios demonstrar por meio de experiências inovadoras a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e, a partir dos aprendizados produzidos por estas experiências, estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação destas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais.

Com essa orientação têm sido apoiadas iniciativas na Amazônia, na Mata Atlântica e em seus ecossistemas associados. Em sua primeira fase (1995 a 2003), o PDA apoiou 194 projetos, sendo 147 na Amazônia e 47 na Mata Atlântica. Os projetos desenvolveram ações nas áreas de sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, manejo de recursos

florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental. No processo de implementação das experiências, em sua maioria inovadoras, muitas foram as lições aprendidas pelas instituições executoras e parceiras dos projetos e pela Secretaria Técnica. O PDA tem em sua concepção, o entendimento de que está na sociedade civil e nos movimentos sociais grande parte do campo de inovações socioambientais, base para a construção de processos de desenvolvimento pautados em novos paradigmas.

Em 2000, o PDA fez um esforço para avaliar os seus primeiros cinco anos. Os 29 projetos finalizados ou em fase de finalização foram visitados e avaliados por uma equipe de consultores independentes contratados em parceria com o Banco Mundial e a Agência de Cooperação Alemã (GTZ). Esse processo culminou com a realização de um seminário em maio/2000, em Brasília (DF), o qual contou com a participação de executores dos projetos, das redes de ONGs, integrantes do PPG7 e de órgãos do Governo Brasileiro que discutiram os relatórios das avaliações, as experiências, acertos e debilidades identificados.

Os resultados deste balanço foram compilados na publicação "PDA 5 Anos: Uma Trajetória Pioneira", que juntamente com a Avaliação de Meio Termo do PDA, os estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), os resultados das oficinas de intercâmbio realizadas em 1998 envolvendo executores de projetos (na Amazônia e Mata Atlântica), e a Revisão de Meio Termo do PPG7 forneceram uma base consistente para se visualizar as experiências do PDA e repensar o seu futuro.

Entre 2002 e 2003, foram realizados dois estudos: da Mata Atlântica e da Amazônia. Foram visitados 12 projetos na Mata Atlântica e 21 projetos na Amazônia., tendo sido realizadas monitorias e avaliações em campo. Nesses estudos e visitas foi possível verificar que a maioria dos projetos obteve êxito no alcance de seus objetivos e deseja ampliar ou continuar suas experiências.

A primeira fase do PDA foi marcada pelo esforço em viabilizar os projetos, estabelecer as regras do jogo, formar as instâncias do Subprograma, avaliar as primeiras propostas, rever os formulários e o manual, estabelecer um sistema de monitoramento e superar juntamente com os executores as inevitáveis inseguranças e falhas iniciais exigindo grande esforço da equipe da Secretaria Técnica.

As avaliações até agora realizadas indicam também alguns pontos de estrangulamento dos projetos apoiados dentre os quais destacam-se: a) a insuficiente sistematização dos resultados; b) a falta de estratégias claras de disseminação por parte dos projetos; c) a carência de assistência técnica qualificada; e, d) o período de duração (três anos) insuficiente para gerar resultados em projetos de caráter socioambiental.

Os pontos de estrangulamento assinalados indicam desafios e os próximos passos a serem dados pelo PDA. O PDA construiu uma grande rede de projetos de desenvolvimento sustentável, que são uma chance única de consolidar experiências por meio da sistematização e disseminação dos resultados e de avançar aprendendo com os acertos e falhas, sem repetir os mesmos erros em lugares diferentes. Especialmente na Amazônia, muitas iniciativas de base comunitária sofrem com um certo isolamento. Para que haja um melhor aproveitamento do potencial dessas experiências é necessário a sua integração por meio de mecanismos de informação e intercâmbio, possibilitando a

formação de massa crítica e qualificando cada vez mais pessoas para assumir os desafios do desenvolvimento sustentável.

A partir de 2004, o PDA iniciou uma nova fase que levou em conta todo o acúmulo de aprendizados gerado até o presente, as orientações da política ambiental e o papel da sociedade civil. Atualmente, são apoiados projetos por meio de três componentes: a) o Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (Padeq) com 49 projetos contratados nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins; b) o Consolidação, que visa fortalecer as experiências anteriormente apoiadas pelo PDA por meio da consolidação, de forma mais integrada, da sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional e atualmente apóia 31 grandes projetos, sendo 12 na Mata Atlântica e 19 na Amazônia; c) Ações de Conservação da Mata Atlântica, envolvendo 99 projetos aprovados, entre grandes e pequenos, distribuídos por quase todos os estados onde este bioma está presente.

A partir da definição dos cenários das experiências apoiadas pelo PDA (com o encerramento das chamadas do Padeq, Consolidação e Mata Atlântica), hoje a Secretaria Técnica e parceiros têm como principal foco a construção de instrumentos que contribuam para o fortalecimento das estratégias de geração de conhecimento, monitoramento, sistematização, comunicação e negociação de políticas públicas, promovendo o protagonismo das organizações parceiras, objetivos centrais do Subprograma.

A seguir é apresentado os mapas do PDA para um trecho do Estado do Acre e Rondônia, cabe informar que os dados estão disponíveis para todos os estados da Amazônia Legal.

# Projetos Demonstrativos na Amazônia

150 75 0 150 Km

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável  
Ministério do Meio Ambiente - 2007

## Legenda

- Projetos Demonstrativos - PDA
- UCs de Proteção Integral
- UCs de Uso Sustentável
- Hidrografia
- Terras Indígenas
- Assentamentos de Reforma Agrária



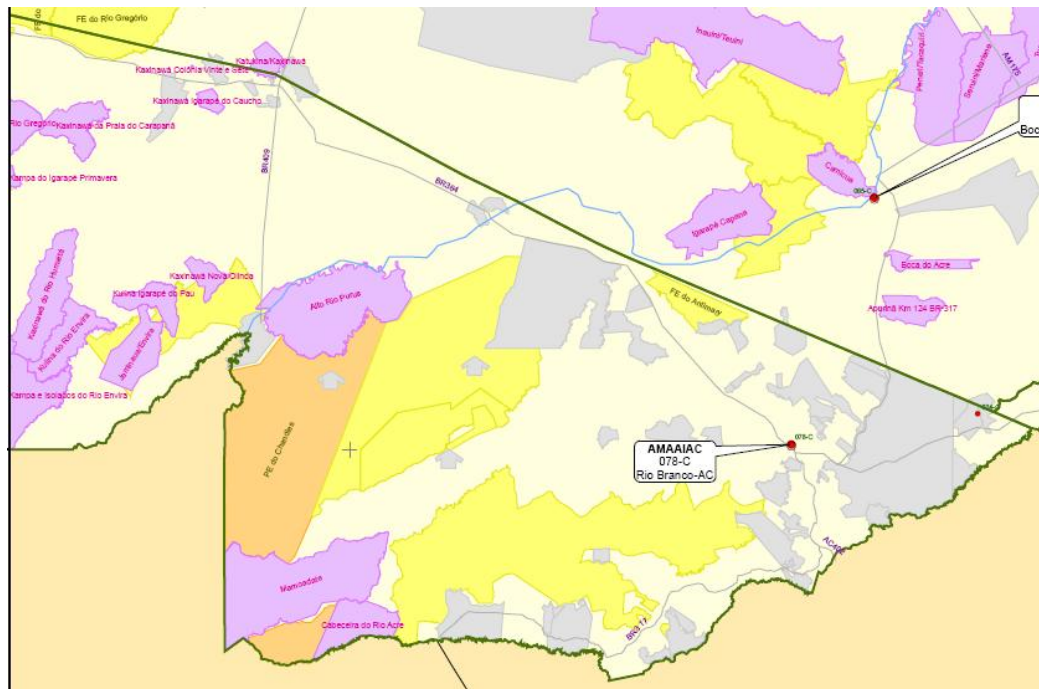
Subprograma  
Projetos Demonstrativos



gtz

kfw  
ENTWICKLUNGSBANK

Ministério do  
Meio Ambiente





Bioma	Componente	Projeto	Proponente	UF	Municípios ou UC	Público	Atividades
AMZ	CONS	001-C	APRUCIPESC	PA	Santarém	Ribeirinhos	SAF, Apicultura, Piscicultura, Meliponicultura
AMZ	CONS	003-C	VYTY-CATI	MA, TO	Amarante do Maranhão, Barra do Corda, Fernando Falcão, Lajeado Novo, Montes Altos, Sítio Novo, Goiatins, Itacajá, Tocantinópolis	Indígenas	Polpa de Frutas, Capacitação
AMZ	CONS	004-C	TIPITI	PA	Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri	Ribeirinhos	Manejo de Açaí, Polpa de Frutas, Agroindústria
AMZ	CONS	006-C	FVPP	PA	Pacajá, Medicilândia	Agricultores Familiares	Roça sem Queima, Apicultura
AMZ	CONS	009-C	GRAAL	PA	Marabá, Itupiranga	Assentados de RA	Produtos Madeireiros, Produtos Não Madeireiros
AMZ	CONS	034-C	RECA	RO, AC, AM	Porto Velho, Acrelândia, Lábrea	Agricultores Familiares	SAF, Polpa de Frutas, Agroindústria
AMZ	CONS	036-C	AJOPAM	MT	Juína	Agricultores Familiares	SAF, Polpa de Frutas, Agroindústria
AMZ	CONS	041-C	ATRV	TO	Wanderlândia	Agricultores Familiares	Agroindústria, SAF, Polpa de Frutas, Apicultura
AMZ	CONS	055-C	CCPY	RR, AM	Alto Alegre, Mucajaí, Barcelos	Indígenas	SAF, Capacitação
AMZ	CONS	056-C	IPAM	PA	Anapú, Senador José Porfírio, Pacajá	Agricultores Familiares	Capacitação, Roça sem Queima
AMZ	CONS	065-C	AMVCM	AM	Boca do Acre	Ribeirinhos	Óleos Vegetais
AMZ	CONS	066-C	APAS	TO	Santa Maria do Tocantins, Bom Jesus do Tocantins, Itacajá, Recursolândia, Campos Lindos	Extrativistas	Agroindústria, Polpa de Frutas, SAF, Capacitação
AMZ	CONS	074-C	COLÔNIA Z-16	PA	Cametá	Ribeirinhos	Manejo de Açaí, Acordos de Pesca, Piscicultura

AMZ	CONS	078-C	AMAAIAC	AC	Rio Branco	Indígenas	Capacitação
AMZ	CONS	091-C	APA	RO	Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Nova União, Urupá, Teixeiraópolis, Vale do Paraíso	Agricultores Familiares	SAF, Apicultura, Polpa de Frutas
AMZ	CONS	096-C	APRURAM	RO	Rolim de Moura	Agricultores Familiares	SAF, Polpa de Frutas, Agroindústria
AMZ	CONS	097-C	GPPRG	MA	Cidelândia	Agricultores Familiares	Polpa de Frutas, SAF, Meliponicultura
AMZ	CONS	098-C	COOPER	PA	Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás	Agricultores Familiares	Polpa de Frutas, Agroindústria
AMZ	CONS	099-C	ASPAC	AM	Silves	Ribeirinhos	Manejo de Lagos, Ecoturismo, SAF, Agroindústria
AMZ	PADEQ	002-P	ASSEEFA	PA	Anapú	Assentados de RA	SAF, Roça sem Queima, Produtos Madeireiros, Produtos Não Madeireiros
AMZ	PADEQ	004-P	STR PACAJÁ	PA	Pacajá	Agricultores Familiares	SAF, Recuperação Florestal, Educação Ambiental
AMZ	PADEQ	007-P	APRAR	PA	Altamira	Assentados de RA	Recuperação Florestal, Apicultura, Avicultura
AMZ	PADEQ	009-P	CTA	MT	Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	Agricultores Familiares	SAF, Apicultura, Manejo de Pastagens
AMZ	PADEQ	022-P	ASDCONO	PA	Igarapé-Açu	Agricultores Familiares	Roça sem Queima, SAF, Capacitação
AMZ	PADEQ	026-P	MMNEPA	PA	Aurora do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Santa Maria do Pará	Grupos de Mulheres	Apicultura, Capacitação

AMZ	PADEQ	041-P	APROAPA	PA	Parauapebas	Agricultores Familiares	SAF, Manejo de Açaí, Manejo de Pastagens, Apicultura
AMZ	PADEQ	044-P	FANEP	PA	Concórdia do Pará, Irituía, Mãe do Rio, São Domingos do Capim	Agricultores Familiares	Roça sem Queima, SAF, Capacitação
AMZ	PADEQ	049-P	STR TRAIRÃO	PA	Trairão	Agricultores Familiares	Apicultura, Piscicultura, Manejo de Açaí
AMZ	PADEQ	059-P	ICV	MT	Nova Guarita, Terra Nova do Norte	Agricultores Familiares	Manejo de Pastagens, SAF, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	062-P	COPATIORÔ	PA	Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Piçarra, Xinguara	Assentados de RA	SAF, Apicultura, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	063-P	STR PORTO DE MÓZ	PA	Porto de Móz	Ribeirinhos	Roça sem Queima, Produtos Não Madeireiros
AMZ	PADEQ	068-P	STR MEDICILÂNDIA	PA	Medicilândia	Agricultores Familiares	Roça sem Queima
AMZ	PADEQ	070-P	ISA	MT	Água Boa	Assentados de RA	Recuperação Florestal, SAF
AMZ	PADEQ	079-P-pp	FETAGRI	PA	Barcarena, Curralinho, Dom Eliseu, Itupiranga, Marabá, Paragominas, Redenção, Tailândia, Tucumã, São Sebastião da Boa Vista	Agricultores Familiares	Capacitação
AMZ	PADEQ	085-P	CEAPAC	PA	Santarém	Ribeirinhos, Agricultores Familiares	Manejo de Açaí, SAF, Apicultura
AMZ	PADEQ	086-P	COOPERAGREPA	MT	Terra Nova do Norte, Novo Mundo	Assentados de RA	Produtos Não Madeireiros, SAF, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	087-P	APAA	RR	Mucajá	Agricultores Familiares	SAF, Apicultura, Recuperação Florestal



AMZ	PADEQ	089-P	STR PLACAS	PA	Placas	Agricultores Familiares	Roça sem Queima, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	090-P	CEFT-BAM	PA	Alenquer	Ribeirinhos, Agricultores Familiares	SAF, Apicultura, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	100-P	CECOJAPA	PA	Cametá	Ribeirinhos	Apicultura, Capacitação, SAF
AMZ	PADEQ	101-P	ASSOC. RIO BONITO	PA	Ulianópolis	Assentados de RA	SAF, Avicultura, Apicultura
AMZ	PADEQ	103-P	APA	RO	Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Nova União, Urupá, Teixeiraópolis, Vale do Paraíso	Agricultores Familiares	SAF, Apicultura, Polpa de Frutas
AMZ	PADEQ	106-P	COOPTER	TO	Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Pium, Pequizeiro, Colméia, Juarina, Bernardo Sayão	Agricultores Familiares	Recuperação Florestal, Capacitação
AMZ	PADEQ	108-P	STR BELTERRA	PA	Belterra	Agricultores Familiares	Recuperação Florestal, Apicultura, SAF
AMZ	PADEQ	110-P	ECOCACHIMBO	MT	Guarantã do Norte	Agricultores Familiares	Manejo de Pastagens, Apicultura, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	112-P	IOV	MT	Carlinda	Agricultores Familiares	Manejo de Pastagens, Recuperação Florestal, Capacitação
AMZ	PADEQ	113-P	FETAG-RR	RR	Mucajaí, Iracema, Caracaraí, Cantá	Agricultores Familiares	SAF, Apicultura, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	115-P	STR MIN.ANDREAZZA	RO	Ministro Andreazza	Agricultores Familiares	Recuperação Florestal, Manejo de Pastagens

AMZ	PADEQ	117-P	AMUCICAMP	PA	Prainha	Agricultores Familiares	Recuperação Florestal, Apicultura, Manejo de Açaí
AMZ	PADEQ	125-P	ASSOC. ENTRE RIOS	MT	Nova Ubitatã	Assentados de RA	Apicultura, Recuperação Florestal
AMZ	PADEQ	127-P	IPAM	PA	Rurópolis, Trairão, Itaituba	Agricultores Familiares	Apicultura, SAF, Produtos Não Madeiros
AMZ	PADEQ	129-P	ADPRATO	TO	Babaçulândia	Comunidades Rurais, Ribeirinhos	Capacitação, SAF, Apicultura
AMZ	PADEQ	130-P	APPAFC	MT	Vera	Assentados de RA	Apicultura, Recuperação Florestal, SAF
AMZ	PADEQ	137-P	GAPA	MT	Claudia	Proprietários Rurais	Recuperação Florestal, SAF, Educação Ambiental
AMZ	PADEQ	141-P	FETAGRO	RO	Cacoal, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Vale do Paraíso, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Nova União, Theobroma	Agricultores Familiares	Manejo de Pastagens, Capacitação
AMZ	PADEQ	143-P	STR L. DO RIO VERDE	MT	Nova Mutum	Assentados de RA	Apicultura, Recuperação Florestal, SAF
AMZ	PADEQ	154-P	AJOPAM	MT	Juína	Agricultores Familiares	SAF, Apicultura, Manejo de Palmito
AMZ	PADEQ	160-P	AFABIP	PA	Belém	Ribeirinhos	Manejo de Açaí
AMZ	PADEQ	173-P-pp	APROCAMP	RR	Mucajá	Agricultores Familiares	SAF, Recuperação Florestal, Capacitação
AMZ	PADEQ	175-P-pp	ASPEC	TO	Bom Jesus do Tocantins	Extrativistas	Recuperação Florestal, SAF, Manejo de Barú, Meliponicultura
AMZ	PADEQ	177-P-pp	ASMOREX	RO	Machadinho D'Oeste	Extrativistas	Educação Ambiental

AMZ	PADEQ	178-P-pp	ASSOCIAÇÃO JAÓ	TO	Itacajá	Agricultores Familiares	Recuperação Florestal, Meliponicultura, Produção de Mudanças
AMZ	PADEQ	182-P	CPPT CUNIÃ	RO	Porto Velho	Ribeirinhos	Recuperação Florestal, Apicultura, Capacitação
AMZ	PADEQ	187-P-pp	AMTMO	PA	Oriximiná	Grupos de Mulheres	Plantas Medicinais
AMZ	REDE	001-R	GTNA	PA	Belém	Agricultores Familiares, Extrativistas	Capacitação, Educação Ambiental
AMZ	REDE	002-R	FECAT	PA, MA, TO	Itupiranga, Parauapebas, Eldorado, São João do Araguaia, São Domingos, Marabá, Nova Ipixuna	Agricultores Familiares	Comercialização, Capacitação, Polpa de Frutas
AMZ	REDE	004-R	STR LRV	MT	Terra Nova do Norte, Nova Ubiratã, Vera, Nova Mutum, Água Boa, Lucas do Rio Verde, Carlinda, Alta Floresta, Novo Mundo, Guarantã do Norte, Claudia	Diversificado	Sistematização, Diagnóstico, Capacitação
AMZ	REDE	005-R	STR MEDICILÂNDIA	PA	Medicilândia	Agricultores Familiares	Roça sem Queima

Cabe informar que para cada PDA descrito na tabela acima, existe uma ficha resumo, conforme exemplo a seguir:

**Projeto PDA 001-C - Implantação de Bases Integradas para Proteção do Meio Ambiente**

Atualmente a Associação dos Produtores Rurais e Criadores de Peixe da Comunidade de Coroca, vem desenvolvendo diversas atividades de produção familiar, como a piscicultura comunitária de forma semi-intensiva, a queloniocultura, a apicultura familiar comunitária, o desenvolvimento de sistemas agroflorestais e a recuperação da mata ciliar do lago da Coroca, com recursos próprios da associação, adquiridos a partir dos produtos extraídos destas atividades. No entanto, há diversos problemas relacionados principalmente à falta de recursos financeiros e materiais, além de outros problemas emergentes detectados na realização das atividades descritas acima, como por exemplo, a necessidade de um muro de contenção do lago para evitar a fuga dos quelônios; o alto custo da ração comercial, a falta de manutenção dos SAFs assim como da recuperação da mata ciliar do lago, a falta de uma infra-estrutura para o processamento dos produtos apícolas (casa do mel), que

por sua vez necessita de uma fonte abastecimento de água e uma rede de distribuição para a comunidade e de uma fonte de energia própria, além da necessidade de ampliação da quantidade de caixas de abelhas. Além disso, podemos citar a falta de um transporte fluvial próprio da associação para o transporte da produção e para o transporte de matéria-prima para a produção de ração alternativa, a falta de assistência técnica adequada e qualificada, a falta de monitoramento e sistematização das atividades. Somado a isso está a necessidade de equipamentos como aparelho televisor, vídeo cassete e caixa amplificada, para facilitar e otimizar a disseminação dos resultados dos projetos, para outras comunidades, em forma de cursos, palestras intercâmbios, além de outros.

A importância do desenvolvimento deste subprojeto para a região se dá em influenciar políticas públicas, melhorar a qualidade de vida dos envolvidos e mudar as atitudes da população local e regional em relação ao uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Além da profunda necessidade, da região de Santarém, em difundir essas novas idéias e alternativas para a geração de renda, melhoria da qualidade de vida e conservação dos recursos naturais, surgidas a partir de experiências e resultados obtidos neste projeto.

Associação dos Produtores Rurais e Criadores de Peixe da Comunidade de Coroca (APRUCIPESC)

Rua Ordoenia Benchimol, 243, Bairro Prainha - Santarém – PA

CEP: 68010-730

TELEFONE: (93) 3522-5702

[marciosousa@yahoo.com.br](mailto:marciosousa@yahoo.com.br)

## **PROAMBIENTE**

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) tem como objetivo promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais.

A proposta de política pública do Proambiente foi construída pelos principais movimentos sociais rurais da Amazônia, em parceria com organizações não-governamentais, e foi incorporada como política pública do Governo Federal a partir da incorporação das ações no Plano Plurianual de 2004 a 2007.

O Programa tem como princípios norteadores a gestão compartilhada, o controle social, o planejamento integrado da unidade de produção e o reconhecimento dos serviços ambientais.

O Proambiente tem como públicos prioritários os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais. Atualmente são 11 pólos localizados na Amazônia Legal envolvendo cerca de 4.000 famílias.

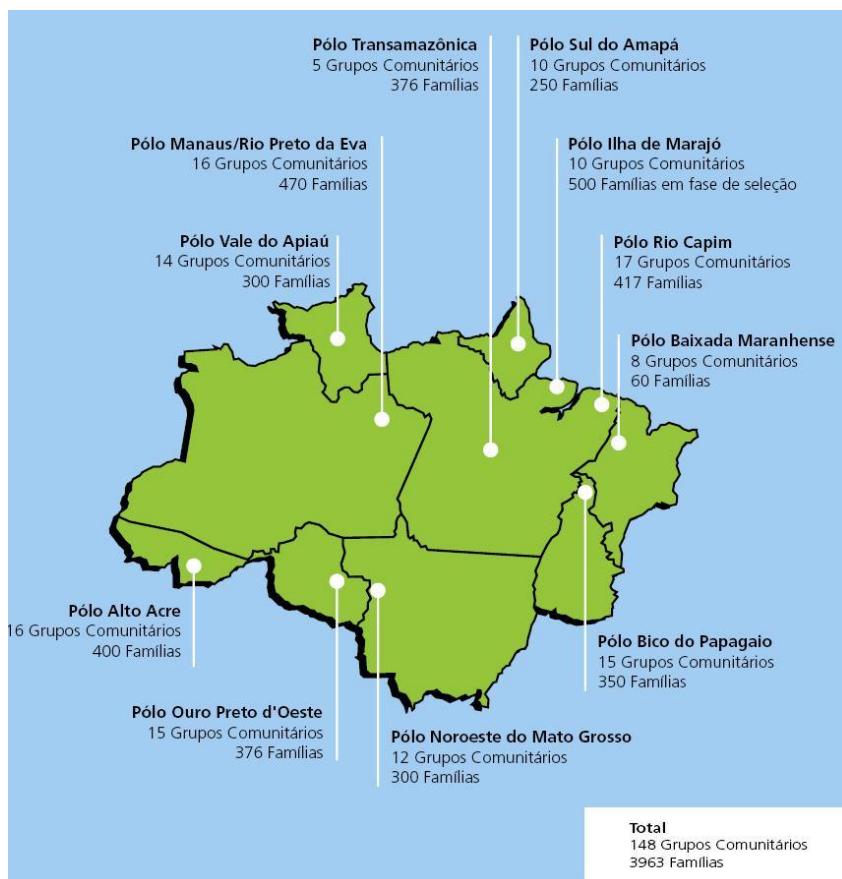
Pólos Pioneiros

Os Pólos pioneiros do Proambiente são formados por um conjunto de associações de produtores rurais e cooperativas, com aproximadamente, 500 famílias em cada Pólo. A base territorial dos pólos pioneiros foi definida como projeto da sociedade civil (2000/2002), por indicação das Federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags) dos nove estados da Amazônia Legal (Pólos de Agricultura Familiar e Agroextrativismo), Movimento Nacional dos Pescadores - Monape (Pólo de Pesca Artesanal) e Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab (Pólo Indígena), sendo usado como critério a organização social de cada região.

Portanto, foram constituídos dez pólos pioneiros de agricultura familiar e agroextrativismo, - um em cada estado da Amazônia Legal, com exceção do estado do Pará, que constituiu dois Pólos, pelo fato deste estado abrigar em torno de 40% do setor de produção familiar da região amazônica - e um Pólo de Pesca Artesanal.

A partir da definição da base territorial, foram constituídos os Conselhos Gestores dos Pólos (Congeps) como instâncias deliberativas das atividades locais e espaços de pactuação e articulação entre sindicatos, movimentos sociais, órgãos públicos federais de atuação local, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, instituições de ensino, pesquisa e extensão e organismos de cooperação internacional.

Aos Conselhos Gestores dos Pólos (Congeps) foi dada a atribuição de indicar as Entidades Executoras dos Pólos, entidades técnicas que executam as atividades de Implantação dos Pólos Pioneiros.



Para cada Pólo são apresentadas informações básicas e um resumo, conforme exemplificado, a seguir, para o Pólo Alto Acre.

### **Pólo Alto Acre - Acre**

Entidade Executora: *PESACRE - Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais do Acre*

O Pólo Pioneiro do Alto Acre é formado por 04 municípios: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri (leste do Estado), faixa de maior taxa de desmatamento em relação a outras regionais do Estado do Acre. Esta regional compreende uma área territorial de 13.623,5 Km<sup>2</sup>, correspondente a (8,88%) do território estadual, com uma população de 43.481 habitantes, sendo que deste total, 18.456 habitantes (6,4%) está na zona rural e 23.316 habitantes (10,4 %) na zona urbana, com uma densidade demográfica de 0,3 hab/km<sup>2</sup> (ZEE/AC, 2000). Segundo informações do IBAMA/AC e do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, o município de Assis Brasil é o único na regional que concentra população indígena, somando um total de 240 índios Jaminawás e 480 Manchineris. Estes estão em áreas de reservas, sendo uma área na cabeceira do rio Acre com 78.513 ha, pertencentes aos Jaminawás, e outra intitulada área indígena Mamoadade com 313.647 ha habitada pelos Manchineris e Jaminawás (ZEE/AC, 2000).

A Regional do Alto Acre tem como limites ao Norte a capital Rio Branco e o município de Capixaba, ao Sul a divisa internacional com a Bolívia e o Peru, ao Leste a divisa internacional com a Bolívia e ao Oeste a divisa internacional com o Peru e o município de Sena Madureira.

Em relação à cobertura florestal, os municípios do Pólo possuem vegetação composta, em sua grande maioria, por floresta aberta com palmeira, em composição de floresta densa. Na floresta aberta com palmeira aluvial o destaque é para a seringueira, cuja a concentração é expressiva em relação as demais fisionomias, e encontra-se em maior quantidade nos municípios de Xapuri (21,84%), Epitaciolândia (21,67%), e Brasiléia (16,72%). A área desmatada na região do Pólo é de 10,9%, correspondente a 1.484,93 Km<sup>2</sup>. Esse índice pode ser considerado alto se comparado à Regional do Juruá (oeste do Estado), cuja área é de 808,4 Km<sup>2</sup>, ou seja, 2,72%. Tais diferenças estão acentuadas na mesma região, com maior índice de desmatamento em Epitaciolândia (33,75%) e menor índice em Assis Brasil (1,2%) (fonte: SEBRAE, 2000). Entretanto, o sudoeste da Amazônia, da qual faz parte a região compreendida pelo Pólo, continuam a ser uma fronteira biológica, várias espécies novas foram descobertas recentemente e ainda não foram publicadas pelos especialistas (ZEE, 2000).

A ocupação das terras no Acre ocorreu primeiramente pelos rios, cujas margens se encontra a maioria das sedes municipais do Estado. Ao longo destas margens, estabeleceram-se os chamados ribeirinhos, constituindo comunidades organizadas a partir de unidades produtivas familiares que utilizam os rios como principal meio de transporte.

A estrutura fundiária não é excessivamente concentrada, considerando o nível de concentração existente no Estado, contudo, quando se observa a situação por município, chama a atenção a alta concentração de terras, particularmente em Assis Brasil e Xapuri. Na regional de Brasiléia, encontra-se a menor concentração fundiária, o que

provavelmente se explica por ser nele que se encontra a quase totalidade dos projetos de assentamento regional (SEBRAE, 2000).

Os Produtores (Colonos, Ribeirinhos, Extrativistas/Seringueiros, Pecuáristas e Índios) desta regional desenvolvem agricultura de subsistência e realizam extração de alguns produtos florestais, dentre os quais se destacam economicamente a borracha, a castanha-do-brasil e a madeira. Os métodos de exploração dessas atividades é reconhecidamente de baixo impacto ambiental (exceto os pecuaristas e as grandes madeiras que utilizam a exploração predatória), com práticas de extração não predatória e agricultura de subsistência (roçado - culturas anuais), além de sistemas perenes (quintais e SAF's), sendo que esta última é bastante diversificada e voltada para a produção de frutas, hortaliças, raízes comestíveis e grãos (SEBRAE, 2000).

### **PROECOTUR**

O Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal cuja meta é desenvolver o ecoturismo na Região Amazônica Brasileira, de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação.

Concebido com a finalidade de fomentar diretrizes para o ecoturismo na Amazônia, o PROECOTUR atua no sentido de maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais dessa atividade. Gerar alternativas para as atividades degradadoras do meio ambiente, criar empregos, renda e oportunidades de negócios de natureza sustentável, são objetivos do Programa. A meta do programa é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Região Amazônica Brasileira, estabelecendo a base de investimentos públicos necessários para a atração de investidores privados. O propósito é estabelecer uma estrutura adequada e implementar as condições necessárias, incluindo os investimentos requeridos, que possibilitarão aos nove estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) se preparar para administrar suas áreas selecionadas para o ecoturismo de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação.

O PROECOTUR tem como objetivos específicos: proteger os atrativos ecoturísticos; implementar infra-estrutura básica de serviços; criar ambiente de estabilidade; avaliar o mercado nacional e internacional; propor base normativa; capacitar recursos humanos; estimular a utilização de tecnologias apropriadas; valorizar as culturas locais e contribuir para a conservação da biodiversidade.

O PROECOTUR é essencialmente um programa estruturante, dividido em duas fases: a fase de pré-investimentos, que vai até 2003, e a fase de investimentos. A atual fase tem como objetivo suprir os pré-requisitos essenciais para a implantação com sucesso de uma segunda fase.

Estes pré-requisitos envolvem um planejamento cuidadoso nas áreas de ecoturismo selecionadas, avaliação da demanda do mercado, estabelecimento de uma base normativa, treinamentos básicos necessários, assistência técnica e investimentos necessários nos locais priorizados.

Simultaneamente, esta fase do PROECOTUR irá indicar os principais elementos para a segunda fase do programa, baseado nos resultados a serem obtidos nos planos de estudos que estão sendo elaborados em diferentes níveis (Amazônia, estados e pólos), e na preparação dos projetos de investimentos públicos requeridos nas localidades selecionadas da região.

O programa foi estruturado em 3 componentes principais e atividades relacionadas, como segue abaixo.

#### **Planejamento de Ecoturismo para a região da Amazônia:**

Estratégia para turismo sustentável na Amazônia Legal: prevê uma avaliação estratégica para determinar o alcance, os principais pontos, as oportunidades e as restrições a serem considerados em relação ao potencial de desenvolvimento do turismo nessa região. Este estudo deverá articular as oportunidades e restrições ao desenvolvimento do turismo sustentável da região nos próximos 10 anos, e servirá de referência para futuros investimentos;

Estratégias estaduais e locais de ecoturismo: estratégias de ecoturismo para os estados do Acre, Amapá e Roraima. As estratégias incluirão recomendações específicas para o potencial dos estados, desenvolvimento do ecoturismo sustentável em áreas geográficas selecionadas e serão usadas como referência para investimentos futuros. Também serão empreendidas estratégias locais específicas de ecoturismo para avaliar as oportunidades do potencial de desenvolvimento sustentável em quatro novas localidades que poderão tornar-se novas áreas prioritárias para ecoturismo; e

Estudos para gerenciamento e/ou estabelecimento de áreas protegidas: (na maior parte Parques Nacionais já existentes e novos Parques Estaduais). Serão preparados planos de manejo para definir claramente a demanda para o uso compatível e incompatível dessas novas áreas. Estes planos também definirão uma infra-estrutura em pequena escala necessária às áreas estabelecidas e seus entornos.

#### **Planejamento de ecoturismo dos pólos:**

Planejamento das áreas priorizadas para ecoturismo: o propósito é preparar e implementar nos pólos os planos principais que possibilitem aos estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Amazonas, Maranhão e Tocantins gerenciar suas áreas de ecoturismo

Investimentos chave para os pólos: estão sendo efetuados investimentos necessários e vitais em infra-estrutura para a proteção das áreas naturais existentes e/ou para facilitar a recepção do ecoturista durante o período de execução do programa proposto; e

2.3. Estudos de projetos de infra-estrutura para um segundo estágio de investimentos: atividade para financiar projetos para serem implementados na segunda fase.

#### **Fortalecimento Institucional:**

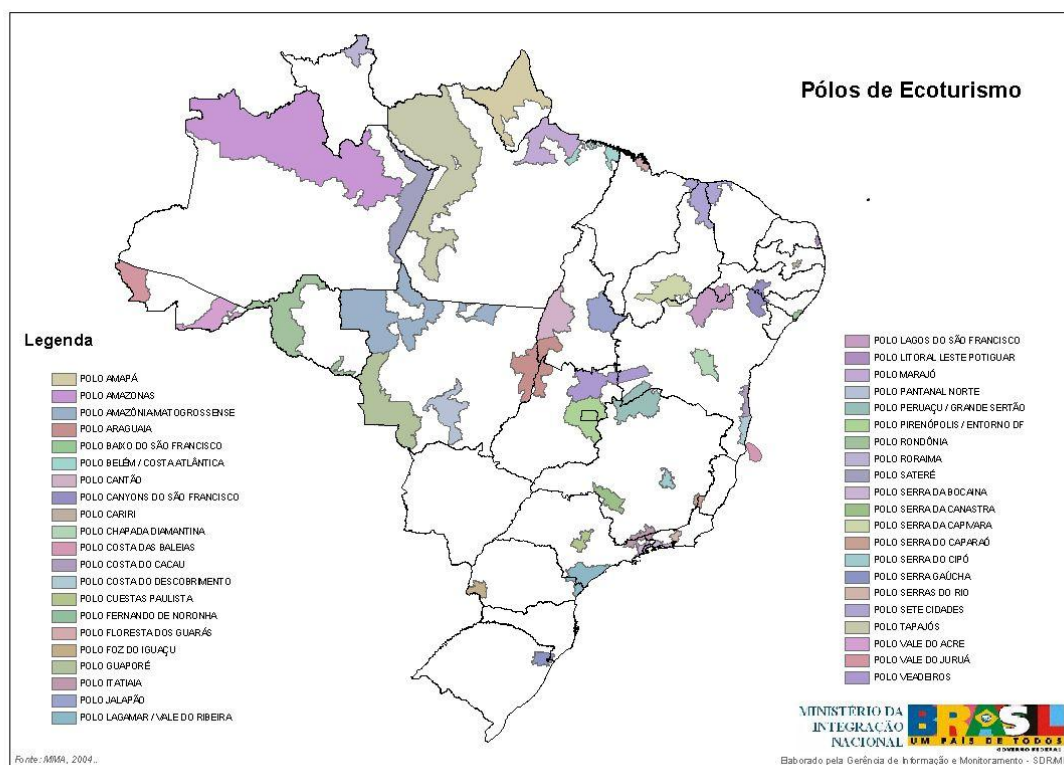
Assistência Técnica e Melhores Práticas: será efetuado o levantamento das melhores práticas para o ecoturismo, englobando a área de gerenciamento de negócios, conservação da biodiversidade e uso de tecnologia apropriada, tais como o uso de energia limpa, tratamento biológico de esgotos, técnicas construtivas apropriadas. Essas práticas serão disseminadas na forma de publicações (manuais) que servirão de base para a oferta de Assistência Técnica aos investidores; inicialmente essa assistência será



providenciada para negócios na área de ecoturismo que já estão operando nas áreas selecionadas do programa, em seguida será expandido para os novos investimentos;

**Capacitação em ecoturismo:** O processo de capacitação do PROECOTUR foi planejado para ser realizado em quatro etapas: Sensibilização, Oficinas de Planejamento, Cursos Específicos e Seminários. As Ações de Sensibilização consistem de reuniões de trabalho com as lideranças comunitárias e oficinas nos municípios dos respectivos pólos de ecoturismo da Amazônia. Para a realização das Oficinas de Planejamento foi estabelecido com a EMBRATUR, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, Uma parceria entre os dois programas. Os Cursos Específicos serão realizados em parceria com Instituições de Ensino que possuam reconhecida experiência na área e representações em todos os estados da Amazônia Legal.

**Gerenciamento:** o programa financiou o estabelecimento de uma unidade de execução técnica a nível federal e a manutenção de unidades de co-execução a nível estadual.



## Programa Agenda 21 Local

A Agenda 21 Brasileira é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global.

Os principais desafios do Programa Agenda 21 são:

- Implementar a Agenda 21 Brasileira. Passada a etapa da elaboração, a Agenda 21 Brasileira tem agora o desafio de fazer com que todas as suas diretrizes e ações prioritárias sejam conhecidas, entendidas e transmitidas, entre outros, por meio da atuação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira (CPDS); implementação do Sistema da Agenda 21; mecanismos de implementação e monitoramento; integração das políticas públicas; promoção da inclusão das propostas da Agenda 21 Brasileira nos Planos das Agendas 21 Locais.
- Orientar para a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais. A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades para a gestão de desde um estado, município, bacia hidrográfica, unidade de conservação, até um bairro, uma escola. O processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais; análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros; difusão e intercâmbio de experiências; definição de indicadores de desempenho.
- Implementar a formação continuada em Agenda 21. Promover a educação para a sustentabilidade através da disseminação e intercâmbio de informações e experiências por meio de cursos, seminários, workshops e de material didático. Esta ação é fundamental para que os processos de Agendas 21 Locais ganhem um salto de qualidade, através da formulação de bases técnicas e políticas para a sua formação; trabalho conjunto com interlocutores locais; identificação das atividades, necessidades, custos, estratégias de implementação; aplicação de metodologias apropriadas, respeitando o estágio em que a Agenda 21 Local em questão está.

A Agenda 21 passou de ação a programa no Plano Plurianual de Governo, PPA 2004-2007, uma vez que seu escopo envolve problemas estruturais amplos, que demandam maior consenso e soluções integradas de médio e longo prazos. Questões estratégicas como a economia da poupança na sociedade do conhecimento; inclusão social para uma sociedade solidária; estratégia para a sustentabilidade urbana e rural; recursos naturais estratégicos; e governança e ética para a promoção da sustentabilidade só poderão ser tratadas a partir de responsabilidades efetivas e compartilhadas entre governo e sociedade.

## **Programa PROARCO**

O Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão e Tocantins. Esta área delimitada forma a figura de um arco, denominando-se de “Arco de Desflorestamento”.

O Governo Federal criou o mencionado programa, através do Decreto nº 2.662/98 com posterior e constante atualização. Este decreto cria uma Força Tarefa para Combate a Incêndios Florestais, na Amazônia Legal e o Núcleo Estratégico com capacidade institucional de mobilizar a força tarefa, que tem o Município de Itaituba incluído na sua área de atuação.

Este mesmo programa possui relação com o PREVFOGO, através da detecção de focos de calor em Unidades de Conservação e, mantém ligações com outras entidades públicas e privadas e prevê ações de controle de incêndios nas faixas de domínio da região afetada.

## **Programa Nacional de Florestas (PNF)**

O Programa Nacional de Florestas foi criado para satisfazer necessidades mais abrangentes do setor florestal, estabelecendo, portanto, o Decreto n.º 3.420/2000, que prima pela reciprocidade participativa, entre instituições públicas e privadas recebe sugestões de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Os objetivos desta política seriam: a promoção e implementação do desenvolvimento florestal sustentável; proteção da diversidade biológica associada aos ecossistemas florestais; compatibilização do desenvolvimento florestal sustentável com as políticas setoriais e extra-setoriais e o desenvolvimento institucional, sobressaindo o papel do Governo Federal na coordenação e articulação das ações.

Com a publicação do Decreto nº 6.101 de 26 de abril de 2007, que definiu a nova estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, o PNF passou a ser coordenado pelo Departamento de Florestas (DLFOR).

Dentre as ações desenvolvidas pelo PNF, no âmbito do DFLOR, destacam-se:

- UAP Nordeste
- Gestão Florestal Compartilhada - o Art. 19 do Código Florestal (alterado pela Lei 11.284 de 2 de março de 2006) define as atribuições da União, Estados e Municípios relacionada ao licenciamento das atividades florestais. Esta recente alteração do Código Florestal esta promovendo o processo de descentralização da gestão florestal. Neste novo modelo, os Estados passam a ser responsáveis pelo licenciamento de atividades florestais em propriedades privadas e terras públicas estaduais, a União fica responsável pelo licenciamento em terras públicas federais e projetos de impacto regional e os municípios em terras públicas municipais.
- Mecanismo da FAO para o Apoio ao PNF

- Diretrizes Voluntárias para Florestas Plantadas - com os seguintes objetivos: Contribuir positivamente para que as florestas plantadas possam satisfazer as necessidades da população tanto como meio de vida, assegurar a produção de madeira e outros produtos não madeireiros, salvaguardando os valores ambientais e a segurança alimentar; Codificar os princípios amplamente aceitos a fim de fortalecer um marco político, legal e institucional de modo a gerar as condições necessárias para investimentos em florestas plantadas e sua ordenação, incluindo os aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais do manejo florestal sustentável; e Contribuir para um melhor entendimento do que são florestas plantadas, a fim de ajudar a elaboração e execução de políticas e programas nacionais e internacionais relacionadas ao tema.
- CONAFLOR - é a Comissão Nacional de Florestas, fornece diretrizes para a implementação das ações do PNF e permite articular a participação dos diversos grupos de interesse no desenvolvimento das políticas públicas do setor florestal brasileiro.
- Portal da Gestão Florestal - está vinculado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA e ao Sistema Nacional de Informações Florestais, criado pela Lei 11.284/06, e tem por objetivo integrar e unificar informações, para garantir transparência e publicidade sobre a gestão florestal no país, assim como permitir o acompanhamento dos programas e ações desenvolvidas por instituições públicas responsáveis pela gestão de florestas.

### **Programa PREVFOGO**

Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, pertencente ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que concede ao IBAMA a competência de coordenar as ações necessárias à organização, implementação e operacionalização das atividades referidas a educação, pesquisa, prevenção, controle e combate aos incêndios florestais e queimadas.

No primeiro ano de atuação deste plano, 1990, foram definidas duas linhas distintas de atuação. A primeira teve como finalidade estabelecer mecanismos emergenciais de proteção contra incêndios nas Unidades de Conservação da União mais suscetíveis a este tipo de circunstância. A segunda linha de atuação objetivou o desenvolvimento de trabalhos que organizaram a operação do sistema.

O PREVFOGO é um Centro Especializado, dentro da estrutura do IBAMA, responsável pela política de prevenção e combate aos incêndios florestais em todo o território nacional, incluindo atividades relacionadas com campanhas educativas, treinamento e capacitação de produtores rurais e brigadistas, monitoramento, pesquisa e manejo de fogo nas unidades de conservação administradas pelo ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Também são atribuições do PREVFOGO atender aos pedidos de informação sobre o uso do fogo em atividades agrosilvipastoris recebidas através da "Linha Verde" do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, das unidades de conservação gerenciadas pelo ICMBio e

de particulares preocupados com a problemática das queimadas e dos incêndios florestais.

O trabalho do PREVFOGO é realizado em estreita cooperação com as Superintendências Estaduais do IBAMA e os chefes das Unidades de Conservação Federais. O PREVFOGO conta atualmente com 28 representantes nas Superintendências Estaduais e nas Unidades de Conservação que atuam não apenas como colaboradores, mas, principalmente como elo de ligação entre o PREVFOGO e entidades públicas e privadas, procurando desta forma estabelecer uma linha de ação capaz de atender as necessidades específicas de cada uma das distintas áreas geográficas.



### **Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)**

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) é um programa do Governo Federal, com duração prevista de dez anos, para expandir, consolidar e manter uma parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Bioma Amazônia, protegendo pelo menos 50 milhões de hectares e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

O ARPA é implementado por uma parceria entre o MMA, o IBAMA, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KfW (banco de cooperação do governo da Alemanha), a GTZ (agência de cooperação da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), e organizações da sociedade civil. Juntos, esses parceiros comprometeram-se em investir US\$ 400 milhões ao longo de 10 anos na criação, consolidação e manutenção de áreas protegidas na Amazônia.

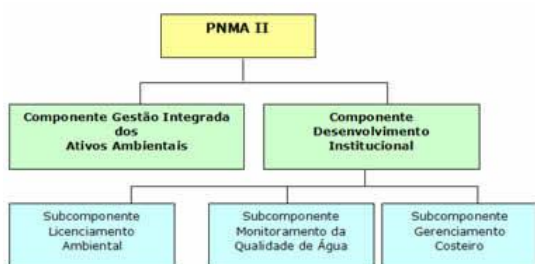
A coordenação executiva será de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e participação de ONGs sociais e ambientais, estados, municípios e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), como gestor dos recursos e o IBAMA como executor das ações.

Este programa aborda questões socioambientais como: deslocamento voluntário ou involuntário, envolvendo populações indígenas e locais em Unidades de Conservação; utilização de mecanismos de participação das populações tradicionais, quilombolas e povos indígenas na criação, consolidação e manutenção de UCs; metodologia para criação de unidades de conservação no âmbito do programa ARPA e; uma maior proteção de certas categorias de Unidades de Conservação, no âmbito do SNUC.

A previsão até 2009 é a criação de 19,5 milhões de hectares de novos parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. Consolidar 20,5 milhões de hectares de unidades de conservação já criadas.

- **Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II)**

O Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II) é uma ação do Ministério do Meio Ambiente, que pretende atuar no fortalecimento das instituições que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e no incentivo à gestão integrada do meio ambiente com o objetivo geral de estimular a adoção de práticas sustentáveis entre os diversos setores cujas atividades impactam o meio ambiente, além de contribuir para o fortalecimento da infraestrutura organizacional e de regulamentação do poder público, melhorando efetivamente a qualidade ambiental e gerando benefícios socioeconômicos. A nível estadual, o PNMA II deverá envolver o governo estadual e prefeituras municipais, além das parcerias com organizações não governamentais, setor privado e instituições acadêmicas, entre outros. Este Programa, objeto de acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, está basicamente estruturado em dois componentes: Desenvolvimento Institucional e Gestão Integrada de Ativos Ambientais. O Componente Desenvolvimento Institucional ainda subdivide-se em três subcomponentes: Licenciamento Ambiental, Monitoramento da Qualidade da Água e Gerenciamento Costeiro. Nesse sentido, o PNMA II está estruturado da seguinte forma:



Componentes do PNMA II

**Fonte:** [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

O PNMA II está planejado para ser implementado, sob a Coordenação do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em três fases sucessivas ao longo de dez anos. A primeira fase é caracterizada pelo apoio aos estados para se qualificarem a participar do Programa e assim apresentarem e executarem projetos, prioritariamente de fortalecimento institucional. Na segunda e terceira fase, será dada continuidade à execução de projetos, com ênfase para os relativos à gestão integrada de ativos ambientais.





## **Programa Zoneamento Ecológico-Econômico**

O zoneamento é um instrumento de ação há muito utilizado pelo poder público e pelos agentes privados. Pode-se argumentar que desde quando as sociedades foram formadas, os homens sentiram a necessidade de “esquadrinhar” seus territórios para distribuir suas atividades de maneira organizada.

Entretanto, com o advento da sociedade industrial contemporânea e o acelerado processo de formação e crescimento das cidades, o zoneamento passou a ser utilizado de forma mais sistemática. Isso ocorreu inicialmente com a organização da distribuição das atividades intra-urbanas, estendendo-se, a seguir, para o mundo rural, através da criação dos parques e reservas, bem como do ordenamento da agricultura. Posteriormente, houve o aparecimento dos zoneamentos setoriais, destinados a organizar atividades específicas, utilizando os mais diversos qualificativos: zoneamentos industriais, de recursos minerais, de áreas de proteção, de recursos florestais, e assim por diante.

O ZEE nasceu com a pretensão de integrar aspectos naturais e sociais na gestão do território. Essa foi uma demanda proveniente da Conferência das Nações Unidas, promovida em Estocolmo em 1972, que se tornou ponto de referência para a questão ambiental. Nessa época, a clivagem entre desenvolvimento e meio ambiente saudável era uma visão de mundo predominante e a demanda por proteção ambiental uma necessidade inadiável.

Segundo MMA (2001), após a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981), que arrolou o zoneamento ambiental entre seus instrumentos de planejamento, diversas iniciativas esparsas de zoneamento foram tomadas durante a década de 80, até que o ZEE aparecesse, pela primeira vez, nas diretrizes do Programa Nossa Natureza, criado pelo Decreto nº 96.044 de 12 de outubro de 1988, com o objetivo de ser estendido a todo território nacional.

Entretanto, o Grupo de Trabalho criado em março de 1990 (Decreto nº 99.193), com o objetivo de propor medidas necessárias à execução do ZEE, conferiu prioridade à Amazônia Legal, indicando a realização do diagnóstico ambiental desta região, o zoneamento de áreas prioritárias e estudos de casos em áreas críticas e de relevante significado ecológico, social e econômico.

Em setembro de 1990, o Governo Federal instituiu a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico - CCZEE com o objetivo de orientar a execução do ZEE (Decreto nº 99.540), tendo a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR como braço operacional. A CCZEE passou a exercer atribuições de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução do ZEE, recebendo como missão articular-se com os estados para apoiá-los e compatibilizar seus zoneamentos com o ZEE do Governo Federal. A responsabilidade pelo ZEE em nível macrorregional e regional também foi atribuída à CCZEE, mais uma vez priorizando-se a Amazônia Legal. Neste sentido, foi criado em 1991 o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia Legal – PZEEAL, gerando um importante produto, o Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, feito pelo IBGE e publicado em CD-ROM.

A SAE como coordenadora do programa, celebrou convênios de cooperação técnica com os Estados com vistas a capacitá-los tecnicamente por meio de treinamento de suas equipes e aquisição de laboratórios de geoprocessamento para a elaboração do ZEE em regiões prioritárias pré-selecionadas.

Com a extinção da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR, através da Medida Provisória nº 1911-8/99 de 29/07/1999, a responsabilidade pela coordenação e execução do ZEE passou ao MMA.

Desta forma, o ZEE é um instrumento de gestão territorial que já está entrando nos seus vinte anos de vida. Inicialmente planejado para a Amazônia Legal, devido à visibilidade da floresta nos organismos internacionais, à pressão de entidades ligadas ao meio ambiente e às formas inadequadas de uso dos recursos naturais, o ZEE tornou-se, posteriormente, um Programa do Plano Plurianual – PPA para todo o país.

O ZEE integra o Plano Plurianual desde 2000 sob a denominação de Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, tendo um crescimento acentuado nos indicadores globais no PPA 2004-2007, a saber:

Percentual e Variação de área com ZEE concluído no Brasil

<i>Período</i>	<i>% do Território Nacional com ZEE Concluído</i>	<i>Variação Percentual</i>
1999	5%	
2003	11%	120%
2007	36%	227%

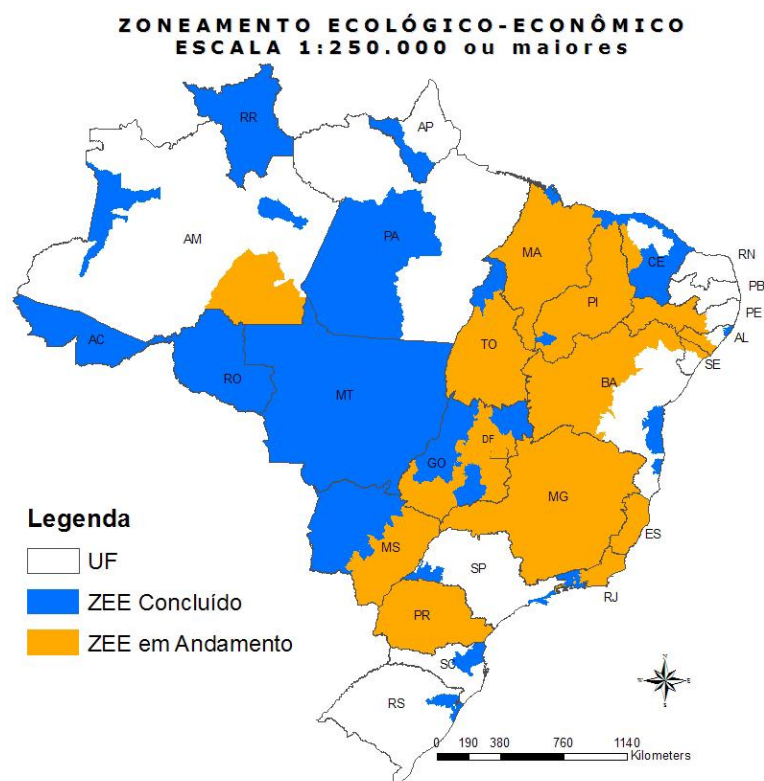
O ZEE para a Amazônia Legal foi inserido em duas vertentes, da cooperação internacional e do Governo Brasileiro. Além do Programa Piloto de Conservação das Florestas Tropicais - PPG7, um programa que vinha sendo gestado desde a Rio 92, financiado com recursos de doação do chamado Grupo dos 7 países mais industrializados, havia projetos coordenados pela Organização dos Estados Americanos – OEA através do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA.

Coordenado pela Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia - SCA do MMA, o PPG7 tinha entre suas atividades o Subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN, que planejava, com os Estados amazônicos, os Projetos de Gestão Ambiental Integrada - PGAIs, dos quais o ZEE era uma das componentes mínimas, ao lado do Monitoramento e do Controle e Fiscalização.

O ZEE representa uma ferramenta essencial de planejamento e gestão territorial na medida em que analisa o território integradamente, considerando seus aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, jurídico-institucionais, com uma evolução metodológica nos últimos anos na proposição de unidades de intervenção, no estabelecimento de cenários tendenciais e desejados, bem como na proposição de diretrizes gerais e específicas para cada zona.

A área com projetos de zoneamentos concluídos ou em andamento, na escala 1:250.000 ou maiores, descontando as áreas de sobreposições entre projetos de 1:250.000 e 1:100.000 totalizam 5.389.872,3 km<sup>2</sup>, o que representa 63,3% do território nacional.





Situação atual dos Projetos de ZEEs no Brasil.

O estágio dos projetos existentes de ZEE é apresentado na tabela a seguir.

UF	Nome do Projeto	Escala	FASES DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO				
			Planejamento	Diagnóstico	Prognóstico	Normatização	Implementação
AC	Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre	1:1.000.000	Concluída	Concluída	Concluída	Iniciada	Em andamento
AC	Projeto de Mapas de Vulnerabilidade Natural da Região Fronteira Brasil-Peru, Assis Brasil e Brasília-AC	1:250.000	Concluída	Concluída	Iniciada	Não Iniciada	Não Iniciada
AC	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - Fase II	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Concluída	Iniciada
AM	Projeto de ZEE da Região Fronteira Brasil-Colômbia – Eixo Tabatinga-Apapóris	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada
AM	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas	1:250.000	Concluída	Concluída	Em andamento	Não Iniciada	Não Iniciada
AP	ZEE da Área Sul do Estado do Amapá	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Em andamento
AP	Macrodiagnóstico do Estado do Amapá - Primeira Aproximação do ZEE	1:1.000.000	Concluída	Concluída	Concluído	Não Iniciada	Não Iniciada
GO MT	Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Araguaia - Trecho Barra do Garças(Mt) - Luís Alves(Go)	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada

UF	Nome do Projeto	Escala	FASES DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO				
			Planejamento	Diagnóstico	Prognóstico	Normatização	Implementação
MA	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão	1:250.000	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada	Não Iniciada
MA	ZEE - Floresta dos Guarás	1:100.000	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada	Não Iniciada
MA	Subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do Itapecuru	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada
MA	ZEE da Bacia do Rio Munim	1:250.000	Concluída	Concluída	Em andamento	Não Iniciada	Não Iniciada
MS/MT	Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP)	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada
MT	Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado do Mato Grosso	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Em andamento	Em andamento
PA	ZEE da Rodovia BR 163	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada
PA	Macrodiagnóstico do Estado do Pará	1:2.500.000	Concluída	Concluída	Concluída	Concluída	Iniciada
RO	Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Concluída	Iniciada
RO	ZEE Brasil – Bolívia – Eixo Rio Abunã – Vale do Guaporé	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada
RR	ZEE da Região Central do Estado de Roraima	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada
RR	Projeto Conjunto Brasil-Venezuela - ZEE e o Ordenamento Territorial da Região Fronteiriça entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada
TO	ZEE: Projeto Gestão Ambiental Integrada - Bico do Papagaio	1:250.000	Concluída	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Em andamento
TO	Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial.	1:250.000	Concluída	Concluída	Não Iniciada	Não Iniciada	Não Iniciada

- Mapa Integrado dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos dos Estados da Amazônia Legal

Segundo o MMA ([http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/\\_arquivos/](http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/)), o Programa ZEE está coordenando a implementação do MacroZEE da Amazônia Legal através de ações estruturantes, a saber: o Sistema de Informações Integradas – SII, a recuperação e atualização do Macrodiagnóstico da Amazônia Legal (descrito no item anterior), a elaboração dos cenários para a região, a articulação entre o ZEE e as políticas públicas regionais e a montagem de uma rede ZEE, congregando instituições públicas e civis da

região. Um dos produtos desta ação é o Mapa Integrado dos ZEEs dos Estados da Amazônia Legal.

O produto propicia um primeiro passo para a consolidação de uma base de informações integrada, articulando uma perspectiva macrorregional para orientar as políticas públicas e criar as condições de efetiva implementação do ZEE na região. Outras informações relevantes deverão ser inseridas na segunda fase dos trabalhos, inclusive proporcionando ligações diretas com as bases de dados estaduais.

A realização do trabalho tornou-se possível graças a uma ampla parceria entre o Programa ZEE, SPRN, as coordenações estaduais de ZEE, o Consórcio ZEE Brasil e a GTZ (Agência de Cooperação Técnica Alemã).

Para sua construção, um amplo processo de discussão técnica, com multiplicidade de profissionais e instituições envolvidos, de negociações políticas em busca de um consenso mínimo, foi considerado. Representa uma base concreta para debate e aprimoramento da gestão territorial na região.

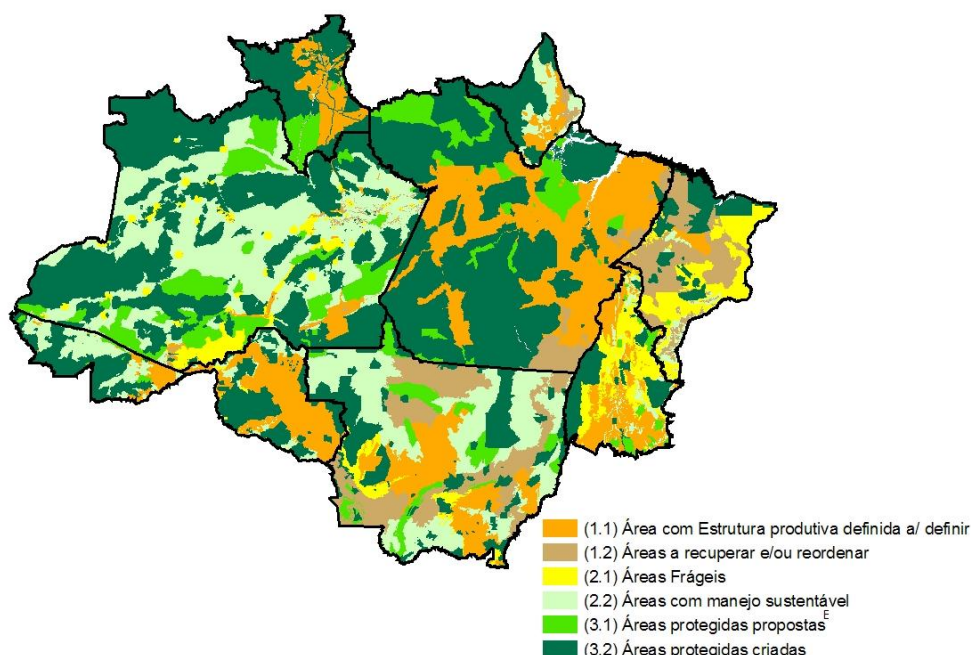
Este produto tem a função de planejamento territorial. O ZEE não é apenas instrumento de comando e controle, apesar de sua importância para o sistema de monitoramento, fiscalização e aplicação da lei. O ZEE tem, ainda, uma expressiva função indicativa e de prospecção, capaz de propor alternativas de uso sustentável dos recursos naturais e de aproveitamento das potencialidades sociais e econômicas. O ZEE é um instrumento regulatório que faz interface com outros instrumentos de gestão, respeitando as diversidades culturais e regionais.

Apesar de ser uma generalização cartográfica esse produto não altera os resultados empreendidos pelos Estados. Ao contrário, é a porta de entrada para acessar os produtos detalhados dos projetos sub-regionais e locais. Isso deverá ocorrer via internet, com os projetos ligados em rede. Nesse ponto, há a convergência com outro projeto, denominado Sistema de Informações Integradas para a Amazônia Legal – SII, que pretende integrar as bases de informação do MacroZEE, dos ZEEs dos Estados e da Base Cartográfica Digital Contínua na escala de 1:100.000 para a Amazônia Legal.

As bases de informações, que permitiram a construção do mapa integrado, encontram-se em diversas escalas e muitas vezes com denominações diferentes para o mesmo evento. Os Estados de Rondônia, Mato Grosso, Amapá e Roraima elaboraram Cartas de Zoneamento na escala de 1:250.000. Os Estados do Acre e Tocantins mesclaram áreas em escalas de 1:1.000.000 e 1:250.000. Tocantins também utilizou informações do seu Zoneamento Agro-Ecológico, resultante de uma base de dados na escala 1:250.000. Os Estados do Pará e Maranhão possuem um Macrozoneamento ao milionésimo. O Estado do Amazonas não possui uma carta de Subsídio à Gestão para todo seu território, mas está em processo de discussão na Comissão Estadual de ZEE, apresentando, aqui, uma proposta técnica preliminar.

Embora tenham sido realizadas diversas experiências de ZEE na Amazônia Legal, este trabalho segundo o MMA, é ponto de partida para um projeto mais ambicioso para a região: o Macrozoneamento Ecológico-Econômico.

#### MAPA INTEGRADO DOS ZEE'S ESTADUAIS



**Figura 07:** Mapa integrado dos ZEE's estaduais.

## Ministério de Minas e Energia

### Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz Para Todos

O Governo Federal iniciou em 2004 o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita.

As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. Por isso, o objetivo do Programa é levar a energia elétrica a estas comunidades para que elas a utilizem como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

Além disso, a chegada da energia elétrica facilita a integração de outros programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.



Programa Luz para Todos

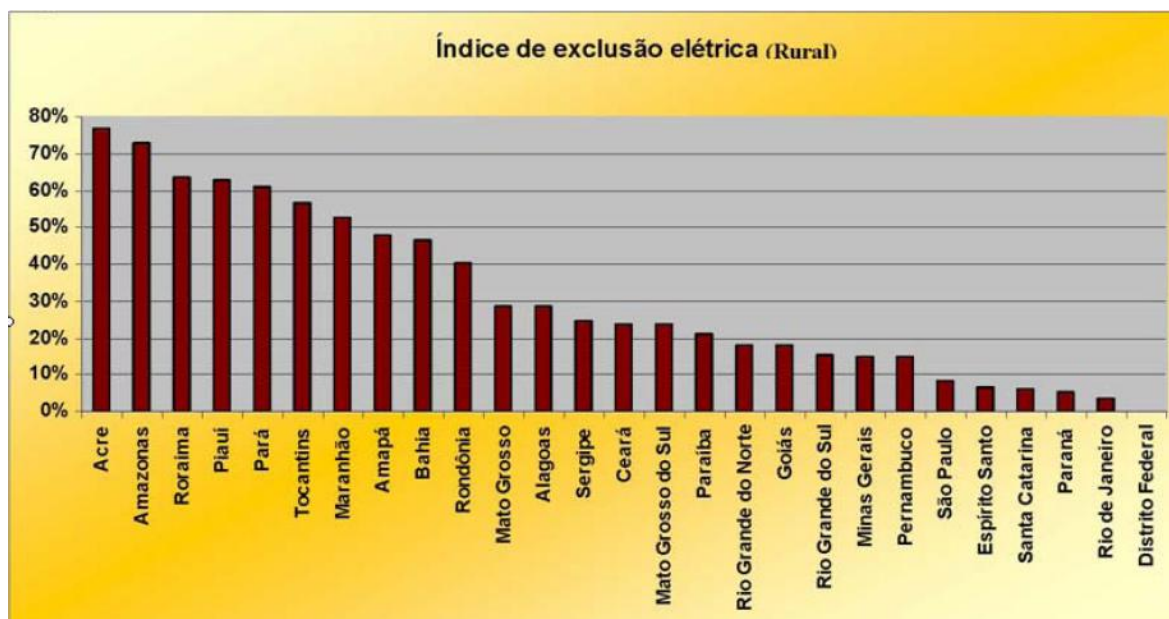
Fonte: [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

Cabe informar que estão disponíveis no site do MME, informações sobre os comitês estaduais do programa, com respectivos contatos, conforme exemplo para o Estado do Amazonas.

### Dados Comitês Estaduais AM

#### Amazonas

Nome do Coordenador :				Robson de Bastos
Nome da Secretária :				
E-mail :				<a href="mailto:robsonb@eln.gov.br">robsonb@eln.gov.br</a>
Telefone :				(92) 234-6281 ou 621 1110 / 9169 4753
Concessionárias participantes no Programa Luz para Todos				
Nome	Sigla	Telefone	E-mail	
Manaus Energia - Capital S/A	MESA CAPITAL	(92) 621-1111	<a href="mailto:flavio.decat@eletrobras.com">flavio.decat@eletrobras.com</a>	
Manaus Energia - Interior S/A	MESA INTERIOR	(92) 621-1111	<a href="mailto:flavio.moura@eletronorte.gov.br">flavio.moura@eletronorte.gov.br</a>	



Índices percentuais de não atendimento rural, por Estado da Federação

Fonte: Manual de Operacionalização do Programa Luz Para Todos (2007)

Luz Para todos – Meta PAC

UF	Meta 2009	Realizado em 2009	% Realizado
AC	12.745	1.025	8
AM	28.921	2.023	7
AP	9.914	161	2
PA	70.000	10.128	14
RO	23.526	4.126	18
RR	2.111	22	1
TO	19.000	3.897	21
AL	15.592	5.161	33
BA	60.376	14.170	23
CE	26.562	7.117	27
MA	40.000	3.624	9
PB	10.156	2.335	23
PE	5.000	5.491	110
PI	52.788	3.957	7
RN	10.000	3.241	32
SE	7.423	3.035	41
GO	10.214	2.685	26
MT	24.616	5.774	23
MS	5.013	494	10
ES	7.755	1.889	24
MG	27.813	5.260	19
RJ	2.882	375	13
SP	12.379	3.193	26
PR	14.350	2.678	19
RS	8.932	3.718	42
SC	2.129	1.284	60
<b>Total</b>	<b>510.197</b>	<b>96.863</b>	<b>19</b>





### **Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia**

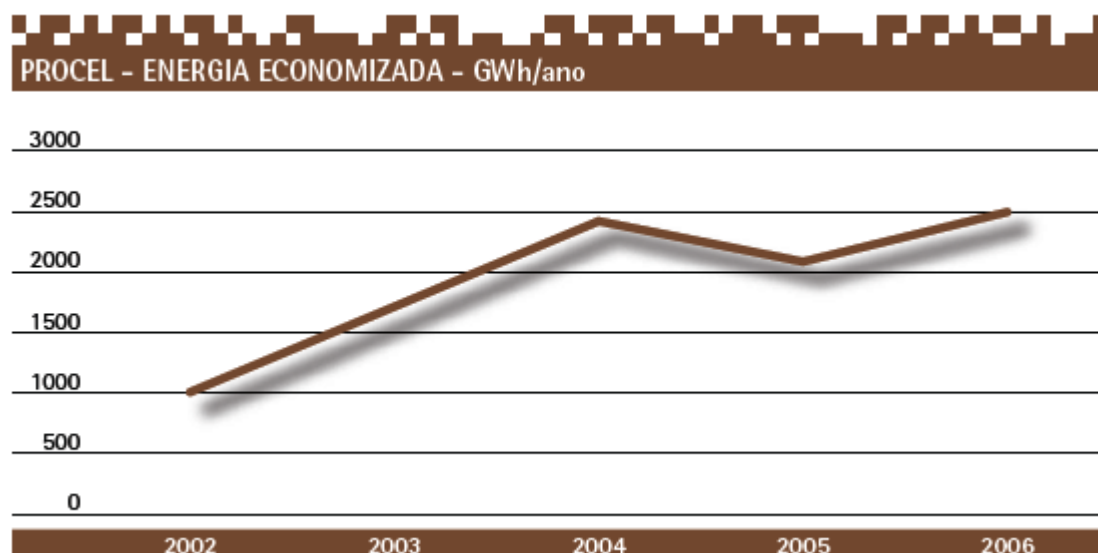
O Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel) é o Programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício, e tendo a Eletrobrás, na função de Secretária Executiva do Programa.

Os benefícios gerados pelo Procel podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

Em 2006, o Procel, com investimentos de aproximadamente R\$ 112 milhões incluindo recursos próprios da Eletrobrás, da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Global Environment Facility (GEF), desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 2.500 GWh.

Estes resultados podem ser comparados ao consumo de energia elétrica de quase 1,5 milhões de residências no período de um ano, representando um investimento postergado para o setor elétrico em torno de R\$ 2 bilhões, que podem ser alocados para programas governamentais, prioritários em outras áreas.

O gráfico a seguir, mostra a economia de energia estimada no período de 2002 a 2006.



Em 2006, foram desenvolvidos projetos significativos no âmbito do Procel, tais como: Procel Edifica, Procel Sanear, Procel Indústria, Procel Prédios Públicos e Procel Gestão Energética Municipal.

### Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Procel Reluz)

A iluminação pública representa 3,2% do consumo nacional de energia elétrica. Criado em 2000, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Procel Reluz) tem R\$ 2 bilhões até 2010, para tornar eficientes cinco milhões de pontos de iluminação pública e instalar mais um milhão de pontos no país. Em 2006, o Procel Reluz beneficiou 170 municípios, tornando eficientes mais de 368 mil pontos, o que levou a uma economia de energia de aproximadamente 82,3 mil MWh/ano e redução da demanda de cerca de 18,8 mil kW. Além disso, foram instalados cerca de 3.800 novos pontos eficientes. O investimento total do Procel Reluz foi da ordem de R\$ 103,8 milhões, sendo R\$ 77,8 milhões financiados pela Eletrobrás.

PROCEL RELUZ - 2006						
	REGIÃO					Total
	N	NE	SE	CO	S	
Número de pontos	216	19.241	217.311	115.325	16.186	368.279
Redução de demanda (kW)	-	438	9.320	8.214	823	18.795
			2005 - REALIZADO		2006 - REALIZADO	
Economia de energia (MWh/ano)			60.964		82.299	
Redução de demanda total (kW)			15.235,		18.795	
Nº de municípios beneficiados			197		170	
Novos pontos instalados			3.324		3.807	
Pontos tornados mais eficientes			387.324		368.279	
Investimento total (R\$1.000,00)			68.530		103.844	
Total financiado pela Eletrobrás (R\$1.000,00)			51.397		77.883	



### **Projeto de Eficiência Energética (PEE Brasil)**

O Global Environment Facility (GEF), que concede suporte financeiro para atividades relacionadas com a mitigação de impactos ambientais pelo uso racional e eficiente de energia, doou recursos ao governo brasileiro, por intermédio do Bird, para o desenvolvimento de vários projetos dentro de um Projeto de Eficiência Energética (PEE).

As metas do PEE se traduzem em termos de economia de energia, do conseqüente montante de investimento postergado, e da quantidade de emissão de gás carbônico evitado.

Os recursos doados foram da ordem de 11,9 milhões de dólares, e a contrapartida da Eletrobrás, de aproximadamente 4,7 milhões de dólares. Todos esses recursos foram gerenciados pela Eletrobrás/ Procel, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Eletrobrás/ Procel foi, ainda, responsável pela seleção, implementação e acompanhamento dos projetos.

### **Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA )**

O Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) é um exemplo de projeto desenvolvido com ecoeficiência. Além de diversificar a matriz energética nacional, gerando 3.300 MW através de diferentes fontes limpas e renováveis, o que corresponde à redução de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas de emissões de gás carbônico por ano.

O Proinfa criará cerca de 150 mil novos empregos – 40 mil deles no Nordeste – com a construção e operação de 139 novas usinas até 2008.

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2006:

- A entrada em operação comercial de 28 empreendimentos, sendo cinco eólicas, 15 térmicas a biomassa e oito Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), acrescentando 755,08 MW de potência ao sistema;
- O pagamento realizado para os empreendedores, no montante de R\$ 113,8 milhão, para compra da energia gerada;
- O processo de preparação e validação dos Documentos de Concepção de Projeto (DCP) para obtenção dos Créditos de Carbono do Proinfa e os estudos para viabilizar a comercialização nos mercados nacionais e internacionais dos Créditos de Carbono dos empreendimentos contratados do Programa.

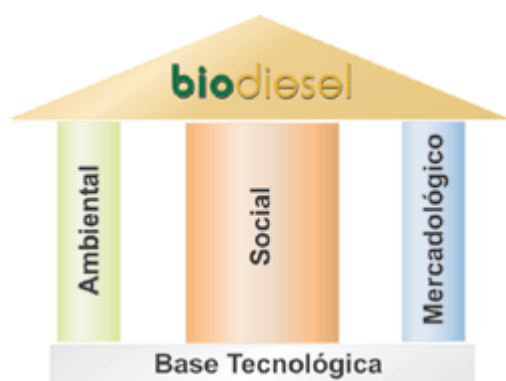
Diante da preocupação mundial pela busca de novas fontes de energia, a Eletrobrás vem, através do Proinfa, incentivando todas as novas alternativas energéticas predominantes no Brasil.

## Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) é um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda .

### Principais diretrizes do PNPB:

- Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social ;
- Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento;
- Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.



A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território nacional. Esse percentual obrigatório será de 5% oito anos após a publicação da referida lei, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da mesma.

### Histórico do Programa

Durante quase meio século, o Brasil desenvolveu pesquisas sobre biodiesel, promoveu iniciativas para usos em testes e foi um dos pioneiros ao registrar a primeira patente sobre o processo de produção de combustível, em 1980. No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), o Governo Federal organizou a cadeia produtiva, definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório do novo combustível.

Em 02 de julho de 2003 a Presidência da República instituiu por meio de Decreto um Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de biodiesel como fonte alternativa de energia. Como resultado foi elaborado um relatório que deu embasamento ao Presidente da República para estabelecer o PNPB como ação estratégica e prioritária para o Brasil.

A forma de implantação do PNPB foi estabelecida por meio do Decreto de 23 de dezembro de 2003. A estrutura gestora do Programa ficou definida com a instituição da Comissão Executiva Interministerial, possuindo, como unidade executiva, um Grupo Gestor.

Foi aprovado pela CEIB, em 31 de março de 2004, o plano de trabalho que norteia as ações do PNPB . No decorrer de 2004 as ações desenvolvidas permitiram cumprir uma etapa fundamental para o PNPB que culminou com seu lançamento oficial pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 06 de dezembro de 2004. Na oportunidade houve o lançamento do Marco Regulatório que estabelece as condições legais para a introdução do biodiesel na Matriz Energética Brasileira de combustíveis líquidos .

Em 13 de janeiro de 2005 foi publicada a Lei 11.097, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, altera Leis afins e dá outras providências.

### Estrutura Gerencial

Compete à **Comissão Executiva Interministerial** (CEIB) elaborar , implementar e monitorar programa integrado, propor os atos normativos que se fizerem necessários à implantação do programa, assim como analisar, avaliar e propor outras recomendações e ações, diretrizes e políticas públicas. Ao **Grupo Gestor** compete a execução das ações relativas à gestão operacional e administrativa voltadas para o cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pela CEIB.

### Plano de Trabalho



### Selo Combustível Social

Além das vantagens econômicas e ambientais, há o aspecto social, de fundamental importância, sobretudo em se considerando a possibilidade de conciliar sinergicamente todas essas potencialidades.

A área plantada necessária para atender ao percentual de mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é estimada em 1,5 milhão de hectares, o que equivale a 1% dos 150 milhões de hectares plantados e disponíveis para agricultura no Brasil. Este número não inclui as regiões ocupadas por pastagens e florestas. As regras permitem a produção a partir de diferentes oleaginosas e rotas tecnológicas, possibilitando a participação do agronegócio e da agricultura familiar.

O cultivo de matérias-primas e a produção industrial de biodiesel, ou seja, a cadeia produtiva do biodiesel, tem grande potencial de geração de empregos, promovendo, dessa forma, a inclusão social, especialmente quando se considera o amplo potencial produtivo da agricultura familiar. No Semi-Árido brasileiro e na região Norte, a inclusão social é ainda mais premente.

No Semi-Árido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares com mamona e uma produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare, pode variar entre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil. Além disso, a área pode ser consorciada com outras culturas, como o feijão e o milho.

Para estimular ainda mais esse processo, o Governo Federal lançou o Selo Combustível Social, um conjunto de medidas específicas visando estimular a inclusão social da agricultura, nessa importante cadeia produtiva, conforme Instrução Normativa no. 01, de 05 de julho de 2005. Em 30 de Setembro de 2005, o MDA publicou a Instrução Normativa no. 02 para projetos de biodiesel com perspectivas de consolidarem-se como empreendimentos aptos ao selo combustível social. O enquadramento social de projetos ou empresas produtoras de biodiesel permite acesso a melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras, além dar direito de concorrência em leilões de compra de biodiesel. As indústrias produtoras também terão direito a desoneração de alguns tributos, mas deverão garantir a compra da matéria-prima, preços pré-estabelecidos, oferecendo segurança aos agricultores familiares. Há, ainda, possibilidade dos agricultores familiares participarem como sócios ou quotistas das indústrias extratoras de óleo ou de produção de biodiesel, seja de forma direta, seja por meio de associações ou cooperativas de produtores.

Os agricultores familiares também terão acesso a linhas de crédito do Pronaf, por meio dos bancos que operam com esse Programa, assim como acesso à assistência técnica, fornecida pelas próprias empresas detentoras do Selo Combustível Social, com apoio do MDA por meio de parceiros públicos e privados. Na safra 2005-2006 os agricultores familiares que desejarem participar da cadeia produtiva do biodiesel têm à disposição uma linha de crédito adicional do Pronaf para o cultivo de oleaginosas. Com isso, o produtor terá uma possibilidade a mais de gerar renda, sem deixar a atividade principal de plantio de alimentos. Essa nova linha vai viabilizar a safrinha. Os agricultores manterão suas produções de milho e mandioca, por exemplo, e na safrinha farão o plantio de oleaginosas. O limite de crédito e as condições do financiamento seguem as mesmas regras do grupo do Pronaf em que o agricultor estiver enquadrado.

### **Produção Industrial**

A dimensão e a diversidade do mercado para o biodiesel permitirá a ampliação do parque industrial em todo o país, possibilitando o surgimento e a evolução de novas empresas no

setor e de diversas soluções inovadoras com padrão de qualidade elevado e tecnologia de ponta. A regulamentação vigente cria a figura do produtor de biodiesel, estabelece as especificações do combustível e estrutura a cadeia de comercialização (ver [legislação](#)).

Autorizações concedidas pela ANP:

- Autorização ANP no. 403, de 27 de outubro de 2005 - Renobras Indústria Química Ltda
- Autorização ANP no. 402, de 27 de outubro de 2005 - Fertibom Indústrias Ltda
- Autorização ANP no. 332, de 08 de setembro de 2005 - Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará - NUTEC
- Autorização no. 280, de 27 de julho de 2005 - Brasil Biodiesel Comércio e Indústria Óleos Vegetais Ltda.
- Autorização no. 78, de 18 de março de 2005 - Soy-Minas Biodiesel Derivados de Vegetais Ltda.
- Autorização no. 94, de 31 de março de 2005 - Companhia Refinadora da Amazônia.
- Autorização no. 165, de 17 de maio de 2005 - Biolix Indústria e Comércio de Combustíveis Vegetais Ltda.
- Autorização no. 183, de 23 de maio de 2005 - Brasil Ecodiesel Comércio e Indústria Óleos Vegetais Ltda.

Os benefícios tributários, em função do fornecedor de matéria-prima, serão concedidos aos produtores industriais de biodiesel que tiverem o Selo Combustível Social. Para receber o Selo, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o produtor industrial terá que adquirir matéria-prima de agricultores familiares, além de estabelecer contrato com especificação de renda e prazo e garantir assistência e capacitação técnica. A obtenção de financiamentos também está vinculada ao referido selo.

### **Marco Regulatório**

O marco regulatório que autoriza o uso comercial do biodiesel no Brasil considera a diversidade de oleaginosas disponíveis no País, a garantia do suprimento e da qualidade, a competitividade frente aos demais combustíveis e uma política de inclusão social. As regras permitem a produção a partir de diferentes oleaginosas e rotas tecnológicas, possibilitando a participação do agronegócio e da agricultura familiar.

Os atos legais que formam o marco regulatório estabelecem os percentuais de mistura do biodiesel ao diesel de petróleo, a rampa de mistura, a forma de utilização e o regime tributário. Os decretos regulamentam o regime tributário com diferenciação por região de plantio, por oleaginosa e por categoria de produção (agronegócio e agricultura familiar), criam o selo Combustível Social e isentam a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A regulamentação feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), responsável pela regulação e fiscalização do novo produto, cria a figura do produtor de biodiesel, estabelece as especificações do combustível e estrutura a cadeia de comercialização. Também foram revisadas 18 resoluções que tratam sobre combustíveis líquidos, incluindo agora o biodiesel.

A mistura do biodiesel ao diesel de petróleo será feita pelas distribuidoras de combustíveis, assim como é feito na adição de álcool anidro à gasolina. As refinarias também estão autorizadas a fazer a mistura e, posteriormente, entregarão o B2 às distribuidoras.

A regulamentação também permite usos específicos do biodiesel, com misturas superiores à estabelecida pelo marco regulatório, desde que autorizadas pela ANP. Essas experiências serão acompanhadas e vão gerar informações para aumentar o percentual de adição do combustível ao diesel de petróleo. O novo combustível também poderá ser utilizado na geração de energia elétrica em comunidades isoladas, principalmente na região Norte, substituindo o óleo diesel em usinas termelétricas.

A adição de 2% de biodiesel não exigirá alterações nos motores movidos a diesel, assim como não exigiu nos países que já utilizam o produto. Os motores que passarem a utilizar o combustível misturado ao diesel nesta proporção terão a garantia de fábrica.

### **Regime Tributário**

As regras tributárias do biodiesel referentes ao PIS/PASEP e à COFINS determinam que esses tributos sejam cobrados uma única vez e que o contribuinte é o produtor industrial de biodiesel. Ele poderá optar entre uma alíquota percentual que incide sobre o preço do produto, ou pelo pagamento de uma alíquota específica, que é um valor fixo por metro cúbico de biodiesel comercializado, conforme dispõe a **Lei nº 11.116**, de 18 de maio de 2005.

Essa Lei dispõe ainda que o Poder Executivo poderá estabelecer coeficientes de redução para a alíquota específica, que poderão ser diferenciadas em função da matéria-prima utilizada na produção, da região de produção dessa matéria-prima e do tipo de seu fornecedor (agricultura familiar ou agronegócio).

Ao regulamentar a Lei, o **Decreto nº 5.297**, de 6 de dezembro de 2004, alterado pelo **Decreto nº 5.457**, de 6 de junho de 2005, estabeleceu um percentual geral de redução de 67,63% em relação à alíquota definida na Lei. Isso determina, portanto, que a alíquota máxima de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a receita bruta auferida pelo produtor ou importador, na venda de biodiesel, fica reduzida para R\$ 217,96 por metro cúbico, equivalente a carga tributária federal para o seu concorrente direto, o diesel de petróleo.

Estabeleceu também três níveis distintos de desoneração tributária para reduzir a alíquota máxima de R\$ 217,96 / m<sup>3</sup>, com a introdução de coeficientes de redução diferenciados de acordo com os critérios dispostos na Lei:

- Para o biodiesel fabricado a partir de mamona ou a palma produzida nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-Árido pela agricultura familiar, a desoneração de PIS/PASEP e COFINS é total, ou seja, a alíquota efetiva é nula (100% de redução em relação à alíquota geral de R\$ 217,96 / m<sup>3</sup>);
- Para o biodiesel fabricado a partir de qualquer matéria-prima que seja produzida pela agricultura familiar, independentemente da região, a alíquota efetiva é R\$ 70,02 / m<sup>3</sup> (67,9% de redução em relação à alíquota geral);

- Para o biodiesel fabricado a partir de mamona ou a palma produzida nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-Árido pelo agronegócio, a alíquota efetiva é R\$ 151,50 / m<sup>3</sup> (30,5% de redução em relação à alíquota geral).

### **Financiamento**

O uso comercial do biodiesel terá apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel\* prevê financiamento de até 90% dos itens passíveis de apoio para projetos com o Selo Combustível Social e de até 80% para os demais projetos. Os financiamentos são destinados a todas as fases de produção do biodiesel, entre elas a agrícola, a de produção de óleo bruto, a de armazenamento, a de logística, a de beneficiamento de subprodutos e a de aquisição de máquinas e equipamentos homologados para o uso deste combustível.

Nas operações diretas para micro, pequenas e médias empresas, os empréstimos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 1% (projetos com o Selo Combustível Social) ou 2% ao ano. Para grandes empresas, cobrará a TJLP mais 2% ao ano (projetos com o Selo) ou 3% ao ano. Em operações indiretas, os juros serão idênticos, mas acrescidos da remuneração do banco repassador.

O BNDES também ampliou em 25% o prazo total de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos com motores homologados para utilizar, pelo menos, 20% de biodiesel ou óleo vegetal bruto adicionado ao diesel. Essa operação inclui veículos de transporte de passageiros e de carga, tratores, colheitadeiras e geradores.

Também será flexibilizado o percentual de garantias reais, reduzindo-se os atuais 130% para 100% do valor do financiamento. Além disso, existe a possibilidade de dispensa de garantias reais e pessoais quando houver contrato longo prazo de compra e venda de biodiesel.

A produção de matéria-prima para o biodiesel pela agricultura familiar também conta com linhas de financiamento do Pronaf, que colocará a disposição desse segmento, em 2005, R\$ 100 milhões, com possibilidade de o valor ser aumentado. As taxas de juros do Pronaf variam de 1% a 4%.

### **BB BIODIESEL - Programa BB de Apoio a Produção e Uso de Biodiesel**

O programa visa apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego e renda.

A assistência ao setor produtivo será feita por meio da disponibilização de linhas de financiamento de custeio, investimento e comercialização, colaborando para a expansão do processamento de biodiesel no país, a partir do incentivo à produção de matéria-prima, à instalação de plantas agroindustriais e à comercialização.

O Programa beneficiará os diversos componentes da cadeia produtiva do biodiesel de forma sistêmica: a) Na produção agrícola, com linhas de crédito de custeio, investimento e comercialização, disponíveis para financiamento ao produtor rural familiar e empresarial. b) Na industrialização: BNDES Biodiesel, Pronaf Agroindústria, Prodecoop, Crédito Agroindustrial (aquisição de matéria-prima), além das linhas disponíveis para o setor industrial.

O principal critério a ser considerado pelo Banco na concessão do crédito, além das exigências específicas de cada linha, é a garantia de comercialização tanto da produção agrícola quanto do biodiesel.

Inicialmente serão priorizadas as culturas do dendê, da mamona, da soja, do algodão (caroço), do girassol e do nabo forrageiro, observando-se o zoneamento agrícola e a aptidão regional.

### **Ganhos de Divisas e Potencial de Exportação**

Hoje, 10% do diesel consumido no Brasil são importados. Este combustível, utilizado principalmente no transporte de passageiros e de cargas, é o mais utilizado no país, com comercialização anual da ordem de 38,2 bilhões de litros, o que corresponde a 57,7% do consumo nacional de combustíveis veiculares.

O biodiesel permite a economia de divisas com a importação de petróleo e óleo diesel, trata-se de uma vantagem estratégica ao reduzir a dependência das importações de petróleo. Esse combustível renovável terá impacto na balança comercial brasileira por permitir a redução da importação de óleo diesel. O uso comercial do B2 (mistura de 2% do biodiesel ao diesel) cria um mercado potencial para a comercialização de 800 milhões de litros de biodiesel/ano, o que representa uma economia anual da ordem de US\$ 160 milhões na importação de diesel.

O Brasil apresenta reais condições para se tornar um dos maiores produtores de biodiesel do mundo por dispor de solo e clima adequados ao cultivo de oleaginosas. Assim, além de assegurar o suprimento interno, o biodiesel produzido no Brasil tem grande potencial de exportação.

Este combustível já é utilizado comercialmente nos Estados Unidos e em países da União Européia. A Alemanha é responsável por mais da metade da produção européia de combustíveis e já conta com centenas de postos que vendem o biodiesel puro (B100), com plena garantia dos fabricantes de veículos. O total produzido na Europa já ultrapassa 1 bilhão de litros por ano, tendo crescido à taxa anual de 30% entre 1998 e 2002. A União Européia definiu meta de que até 2005, 2% dos combustíveis consumidos devem ser renováveis. Em 2010, de acordo com a diretiva 30 do Parlamento Europeu, de maio de 2003, este percentual deve ser de 5,75%. Entretanto, o continente tem restrições quanto à área de cultivo disponível para oleaginosas e a capacidade industrial, o que abre oportunidades ao Brasil para exportar seu combustível.

A médio prazo, o biodiesel pode tornar-se importante fonte de divisas para o País, somando-se ao álcool como combustível renovável que o Brasil pode e deve oferecer à comunidade mundial.

### **Desenvolvimento Tecnológico**

O Brasil desenvolve pesquisas sobre biodiesel há quase meio século e foi um dos pioneiros ao registrar a primeira patente sobre o processo de produção de combustível, em 1980. Pode-se dizer que o País já dispõe de conhecimento tecnológico suficiente para iniciar e impulsionar a produção de biodiesel em escala comercial, embora deva continuar avançando nas pesquisas e testes sobre esse combustível, como aliás se deve



avançar em todas as áreas tecnológicas, de forma a ampliar a competitividade do produto. Em resumo, é só usar e aperfeiçoar o que já temos.

No âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o módulo de Desenvolvimento Tecnológico é coordenado pelo MCT, o qual abrange a constituição da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, cujo escopo é a consolidação de um sistema gerencial de articulação dos diversos atores envolvidos na pesquisa, no desenvolvimento e na produção de biodiesel, permitindo assim a convergência de esforços e otimização de investimentos públicos.

Outro objetivo relevante da rede é a identificação e eliminação de gargalos tecnológicos que venham a surgir durante a evolução do Programa Nacional em questão, o que será feito por meio de constante pesquisa e desenvolvimento tecnológico realizados no âmbito de parcerias entre instituições de P&D e o setor produtivo.

Na busca de atingir estes objetivos nos próximos meses estão realizado 5 workshops regionais e 2 nacionais no âmbito da Rede. O primeiro seminário nacional terá também o objetivo de fazer o lançamento oficial da rede (evento).

No decorrer de 2003 e 2004, foram elaborados projetos em parceria com 23 Estados, os quais firmaram entre si um Acordo de Cooperação. Este trabalho permitiu o mapeamento da competência instalada no país, servindo como base para a estruturação e implantação da Rede.

A execução dos projetos e demais atividades no âmbito da Rede contam R\$ 12 milhões dos Fundos Setoriais de C&T alocados em 2003 e 2004. Estão sendo pleiteados novos recursos em 2005. Ressalta-se ainda que todos os Estados entraram com contrapartida.

As ações de P&D estão divididas nas seguintes áreas: Agricultura; Bens de Capital e Processos Produtivos; Rotas Tecnológicas; Co-produtos.

Na área de **Agricultura** as ações são planejadas e executadas em conjunto com a EMBRAPA, sendo consideradas as seguintes linhas: zoneamento pedoclimático; variedades vegetais e oleaginosas; economia e modelagem de sistemas; processamento e transformação.

As ações nas demais áreas contemplam o seguinte:

1. **Programa de testes e ensaios com motores** no sentido de avaliar a viabilidade do aumento gradativo da mistura do biodiesel ao diesel.
2. **Desenvolvimento (otimização) de tecnologia** para produção de biodiesel em laboratório e em escalas adequadas às produções locais de óleo, de forma a garantir qualidade e economicidade.
3. **Destino e uso dos co-produtos** (glicerina, torta, farelo etc.) para que seja garantida a agregação de valor e criadas outras fontes de renda para os produtores.
4. **Caracterização e controle de qualidade do combustível.** Caracterização do óleo in natura, dos combustíveis oriundos de diversas matérias-primas e suas misturas, com análise da qualidade segundo critérios e normas estabelecidos. Desenvolvimento de metodologias para análise e controle de qualidade, visando praticidade e economicidade.

5. **Critérios e formas de armazenamento** do biodiesel e das misturas (biodiesel & diesel), visando ao alcance das condições ideais de condicionamento do produto. Estudos quanto ao período de armazenamento e à necessidade de uso de aditivos.

6. **Estruturação de laboratórios e formação de RH**, relevantes para atendimento às demandas do mercado de biodiesel – quanto ao suporte técnico à produção, controle de qualidade do combustível produzido e mão-de-obra especializada – cuja produção deverá ocorrer em plantas instaladas de forma dispersa no território nacional.

Os projetos são elaborados e executados com acompanhamento e supervisão do MCT, evitando-se repetição de esforços, promovendo-se parcerias, adequando-se a realidade e vocações estaduais ao Programa Nacional e controlando-se a aplicação de recursos, no sentido de otimizá-la.

### **Meio Ambiente**

Estudos indicam os males do efeito estufa e o uso de combustíveis de origem fóssil tem sido apontado como o principal responsável por isso. Melhorar as condições ambientais, sobretudo nos grandes centros metropolitanos, significa também melhorar a qualidade de vida da população e evitar gastos dos governos e dos cidadãos no combate aos males da poluição.

A Comunidade Européia, os Estados Unidos e diversos outros países vêm estimulando a substituição do petróleo por combustíveis de fontes renováveis, incluindo principalmente o biodiesel, diante de sua expressiva capacidade de redução da emissão de poluentes e de diversos gases causadores do efeito estufa.

A atenção ao meio ambiente é uma das formas mais eficazes de projetar o nome de um país no cenário internacional, diante da visibilidade e da importância crescente do tema ambiental. Além disso, a produção de biodiesel possibilita pleitear financiamentos internacionais em condições favorecidas, no mercado de créditos de carbono, sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Quioto.

Cabe acrescentar que estão disponíveis as iniciativas e respectivos representantes do Programa em todos os Estados da Amazonia Legal, conforme exemplificado para o Amazonas.

### **Amazonas**

**Mária do Rosário Lobato Rodrigues**

E-mail: [mrosario@sect.am.gov.br](mailto:mrosario@sect.am.gov.br)

Telefones: (92) 642 3967 / 642 1814

## **PROGRAMA ESTADUAL DE BIODIESEL DO AMAZONAS**

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que visa a produção e incorporação desse novo combustível a matriz energética do país, é uma opção política estratégica face às crescentes crises do petróleo, além de ser uma opção sustentável e um componente socioeconômico relevante para a inclusão social e o desenvolvimento regional.

O Amazonas oficializou sua participação no PNPB quando o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) articulou e elaborou o Programa Estadual do Biodiesel (PEB), com a participação das várias instâncias representativas do Estado. Como resultado, cita-se: a) a construção de uma matriz contendo as principais linhas de P&D que compõem o Programa Estadual do Biodiesel do Amazonas; b) a elaboração e aprovação de dois projetos de P&D relacionados com o Processo de Produção do Biodiesel (foco tecnológico) fomentados pela FINEP/MCT e pela FAPEAM/SECT, sendo: Projeto 01 - "Programa de Biodiesel para o Amazonas: Oleaginosas Nativas", e Projeto 02 - "Programa de Biodiesel para o Amazonas: Dendê".

O desafio maior para que o Programa tenha êxito e não sofra descontinuidade é propor um modelo de implantação integrado, sem descuidar de nenhum dos seus segmentos/componentes, de maneira que se promova uma nova dinâmica econômica, inserindo esse novo componente energético aos arranjos produtivos locais - APL's, sem descuidar da análise dos possíveis impactos (ambiental, social, econômico, etc) que podem ser causados pela introdução dessa nova forma de combustível.

Para atingir tais objetivos, além do início da execução dos projetos já aprovados, existe a perspectiva da SECT articular a elaboração/apresentação de novos projetos aos Fundos Setoriais, visando o fortalecimento do Programa Estadual do Biodiesel. No sentido de congrega esforços para alcançar estes objetivos, a SECT promoverá o "I Seminário Estadual de Energias Renováveis: Biodiesel e Sustentabilidade". Espera-se que a realização desse Seminário, além de promover a troca de experiências e a possibilidade de construção de uma agenda regional, oportunize, também, um amplo debate sobre as potencialidades reais e prioritárias para a região, assim como aponte para as necessidades de fortalecimento das linhas de P&D que compõem o Programa Estadual de Biodiesel e para a valorização das potencialidades regionais, de modo a agregar valor aos produtos amazônicos, melhorando a qualidade de vida da população.

A inserção do Amazonas significa a busca pela tão sonhada auto-sustentabilidade energética para as 61 cidades interioranas, já que a elaboração do Programa em nível estadual, prevê que cada comunidade produza o biodiesel necessário para o seu abastecimento.

## Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA



### Programa Territórios da Cidadania

O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

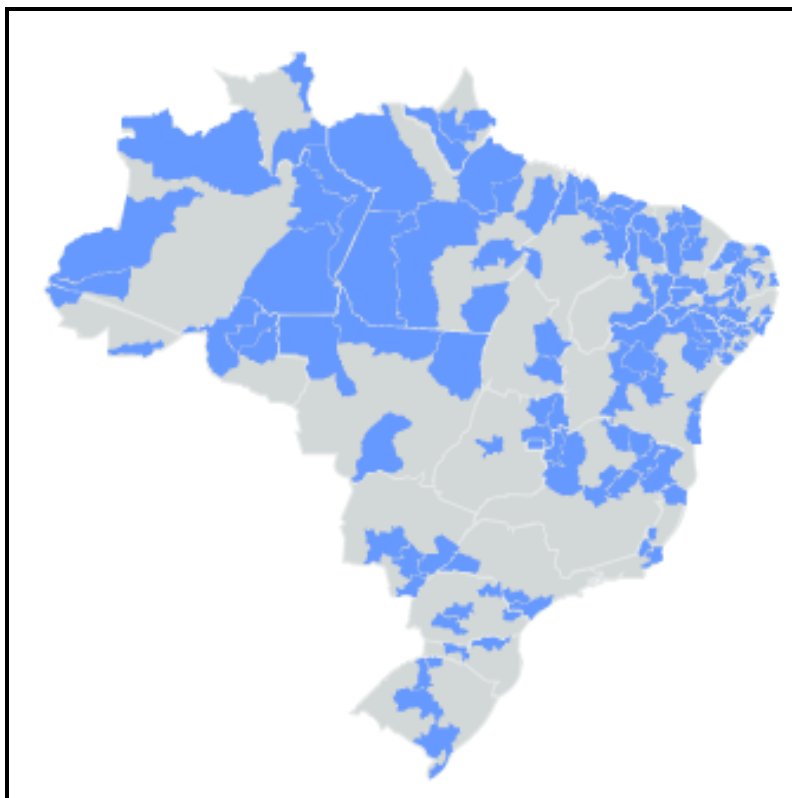


Figura: Mapa dos Territórios da Cidadania

Nos Estados da Amazonia Legal, os territórios são:

UF	Territórios	Área	Municípios	População	Distribuição Populacional	Total de Ações 2009 / Valor
AC	Alto Acre e Capixaba - AC	15.347,50 Km²	Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia e Xapuri	60.250 habitantes	3.441 agricultores familiares, 4.553 famílias assentadas e 3 terras indígenas	Total para este território: R\$ 51.021.965,45 Total de ações: 36
AC	Vale do Juruá - AC	29.686,20 Km²	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves	120.351 habitantes	5.225 agricultores familiares, 5.939 famílias assentadas e 12 terras indígenas	Total para este território: R\$ 73.801.456,38 Total de ações: 46

UF	Territórios	Área	Municípios	População	Distribuição Populacional	Total de Ações 2009 / Valor
AM	Alto Juruá - AM	51.941,50 Km²	Eirunepé, Envira, Guajará e Ipixuna	76.741 habitantes	3.812 agricultores familiares, 367 famílias assentadas e 4 terras indígenas	Total para este território: R\$ 42.726.000,56 Total de ações: 38
AM	Baixo Amazonas - AM	107.507,60 Km²	Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará	229.228 habitantes	7.303 agricultores familiares, 2.428 famílias assentadas e 4 terras indígenas	Total para este território: R\$ 135.328.849,22 Total de ações: 44
AM	Madeira - AM	221.979,40 Km²	Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã	148.041 habitantes	9.140 agricultores familiares, 9.735 famílias assentadas e 21 terras indígenas	Total para este território: R\$ 94.604.330,83 Total de ações: 45
AM	Manaus e Entorno - AM	90.928,50 Km²	Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manaquiri, Manaus, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves e Urucurituba.	1.969.700 habitantes	15.161 agricultores familiares, 8.455 famílias assentadas e 32 terras indígenas	Total para este território: R\$ 574.710.277,87 Total de ações: 45
AM	Mesorregião Alto Solimões - AM	214.217,80 Km²	Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins	211.071 habitantes	6.196 agricultores familiares, 987 famílias assentadas e 38 terras indígenas	Total para este território: R\$ 78.139.327,76 Total de ações: 39
AM	Rio Negro da Cidadania Indígena - AM	295.917,10 Km²	Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira	79.435 habitantes	2.540 agricultores familiares, 37 famílias assentadas e 11 terras indígenas	Total para este território: R\$ 31.192.043,21 Total de ações: 40
AP	Centro Oeste - AP	26.823,00 Km²	Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapará, Porto Grande e Serra do Navio	29.527 habitantes	709 agricultores familiares, 2.025 famílias assentadas e 1 terra indígena	Total para este território: R\$ 18.079.705,15 Total de ações: 38
AP	Dos Lagos - AP	20.924,60 Km²	Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho	23.036 habitantes	agricultores familiares, 1.807 famílias assentadas	Total para este território: R\$ 55.341.979,16 Total de ações:

UF	Territórios	Área	Municípios	População	Distribuição Populacional	Total de Ações 2009 / Valor
						32
AP	Sul do Amapá - AP	46.787,90 Km²	Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari	61.676 habitantes	266 agricultores familiares, 3.132 famílias assentadas e 2 terras indígenas	Total para este território: R\$ 34.704.827,70 Total de ações: 33
MA	Alto Turi e Gurupi - MA	27.777,00 Km²	Amapá do Maranhão, Araguaianã, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Godofredo Viana, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Maracaçumé, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.	256.601 habi	15.894 agricultores familiares, 12.982 famílias assentadas e 2 terras indígenas	Total para este território: R\$ 183.439.284,81 Total de ações: 48
MA	Baixada Ocidental - MA	18.273,30 Km²	Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro, Porto Rico do Maranhão, Presidente Sarney, Santa Helena, Serrano do Maranhão, Turiaçu e Turilândia	369.056 habitantes,	20.599 agricultores familiares, 6.740 famílias assentadas e 183 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 242.533.890,75 Total de ações: 58
MA	Baixo Parnaíba - MA	19.178,80 Km²	Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araiões, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos	376.126 habitantes	33.580 agricultores familiares, 4.693 famílias assentadas e 14 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 220.158.457,83 Total de ações: 49
MA	Campo e Lagos - MA	8.955,50 Km²	Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim	299.202 habitantes	23.991 agricultores familiares, 6.054 famílias assentadas e 5 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 170.099.120,21 Total de ações: 49
MA	Cocais - MA	29.970,40 Km²	Afonso Cunha, Aldeias Altas, Buriti Bravo, Caxias, Codó, Coelho Neto,	719.799 habitantes	39.516 agricultores familiares, 10.906	Total para este território: R\$

UF	Territórios	Área	Municípios	População	Distribuição Populacional	Total de Ações 2009 / Valor
			Coroatá, Duque Bacelar, Fortuna, Lagoa do Mato, Matões, Parnarama, Peritoró, São João do Soter, Senador Alexandre Costa, Timbiras e Timon		famílias assentadas e 11 comunidades quilombolas	453.982.141,75 Total de ações: 49
MA	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	14.374,90 Km²	Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário e Santo Amaro do Maranhão.	236.056 habitantes	9.616 agricultores familiares, 7.842 famílias assentadas e 2 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 124.045.714,34 Total de ações: 43
MA	Médio Mearim - MA	8.765,30 Km²	Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale	247.117 habitantes	21.428 agricultores familiares, 3.060 famílias assentadas e 11 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 159.057.073,08 Total de ações: 47
MA	Vale do Itapecuru - MA	8.932,20 Km²	Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande	232.956 habitantes	16.477 agricultores familiares, 6.369 famílias assentadas e 40 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 131.175.424,92 Total de ações: 45
MT	Baixada Cuiabana - MT	85.369,70 Km²	Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande	918.658 habitantes	5.515 agricultores familiares, 9.060 famílias assentadas, 48 comunidades quilombolas e 5 terras indígenas	Total para este território: R\$ 321.512.850,73 Total de ações: 52
MT	Baixo Araguaia - MT	116.040,30 Km²	Alto Boa Vista, Canabrava do Norte, Confresa, Luciára, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica e Bom Jesus do Araguaia	112.969 habitantes	4.439 agricultores familiares, 14.457 famílias assentadas e 11 terras indígenas	Total para este território: R\$ 79.250.520,55 Total de ações: 40
MT	Noroeste - MT	149.223,50 Km²	Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juína,	118.138 habitantes	4.777 agricultores	Total para este território: R\$

UF	Territórios	Área	Municípios	População	Distribuição Populacional	Total de Ações 2009 / Valor
			Juruena e Rondolândia		familiares, 5.509 famílias assentadas e 10 terras indígenas	65.220.369,81 Total de ações: 41
MT	Portal da Amazônia - MT	111.167,50 Km²	Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte	259.688 habitantes	15.967 agricultores familiares, 16.980 famílias assentadas e 8 terras indígenas	Total para este território: R\$ 130.888.261,19 Total de ações: 42
PA	Baixo Amazonas - PA	317.273,50 Km²	Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.	636.080 habitantes	23.063 agricultores familiares, 36.580 famílias assentadas, 19 comunidades quilombolas e 17 terras indígenas	Total para este território: R\$ 273.594.131,24 Total de ações: 51
PA	Baixo Tocantins - PA	36.024,20 Km²	Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia	650.691 habitantes	32.818 agricultores familiares, 18.031 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas	Total para este território: R\$ 283.059.225,94 Total de ações: 51
PA	BR 163 - PA	190.427,10 Km²	Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão	239.244 habitantes	5.313 agricultores familiares, 13.235 famílias assentadas e 10 terras indígenas	Total para este território: R\$ 121.308.371,11 Total de ações: 54
PA	Marajó - PA	104.606,90 Km²	Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure	436.381 habitantes	24.597 agricultores familiares, 4.618 famílias assentadas, 18 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas	Total para este território: R\$ 174.008.040,26 Total de ações: 45
PA	Nordeste Paraense - PA	69.038,40 Km²	Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São	634.338 habitantes	23.117 agricultores familiares, 14.445 famílias assentadas, 24 comunidades quilombolas e 8 terras indígenas	Total para este território: R\$ 224.531.002,01 Total de ações: 44



UF	Territórios	Área	Municípios	População	Distribuição Populacional	Total de Ações 2009 / Valor
			Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu e Ulianópolis			
PA	Sudeste Paraense - PA	54.469,20 Km²	Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia	550.610 habitantes	9.831 agricultores familiares, 25.175 famílias assentadas e 5 terras indígenas	Total para este território: R\$ 155.374.543,02 Total de ações: 39
PA	Sul do Pará/Alto Xingu - PA	174.875,80 Km²	Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xingua	400.656 habitantes	15.261 agricultores familiares, 24.756 famílias assentadas e 10 terras indígenas	Total para este território: R\$ 139.395.747,34 Total de ações: 44
PA	Transamazônica - PA	251.839,20 Km²	Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu	290.013 habitantes	15.910 agricultores familiares, 26.206 famílias assentadas e 14 terras indígenas	Total para este território: R\$ 127.607.470,21 Total de ações: 44
RO	Central - RO	31.243,30 Km²	Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso	309.943 habitantes	20.119 agricultores familiares, 7.076 famílias assentadas e 2 terras indígenas	Total para este território: R\$ 129.857.280,67 Total de ações: 44
RO	Madeira Mamoré - RO	80.342,50 Km²	Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré e Porto Velho	444.773 habitantes	4.274 agricultores familiares, 5.818 famílias assentadas e 10 terras indígenas	Total para este território: R\$ 368.490.656,68 Total de ações: 50
RO	Vale do Jamari - RO	32.141,20 Km²	Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Monte Negro e Rio Crespo	208.712 habitantes	8.185 agricultores familiares, 15.526 famílias assentadas e 1 terra indígena	Total para este território: R\$ 98.983.809,08 Total de ações: 50
RR	Sul de Roraima -	99.325,70 Km²	Caracaraí, Caroebe, Rorainópolis, São João da	58.499 habitantes	2.468 agricultores familiares, 8.730	Total para este território: R\$

UF	Territórios	Área	Municípios	População	Distribuição Populacional	Total de Ações 2009 / Valor
	RR		Baliza e São Luiz		famílias assentadas e 5 terras indígenas	30.938.573,31 Total de ações: 35
RR	Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos - RR	23.162,50 Km²	Normandia, Pacaraima e Uiramutã.	22.849 habitantes	438 agricultores familiares, 0 famílias assentadas e 2 terras indígenas	Total para este território: R\$ 24.277.857,90 Total de ações: 41
TO	Bico do Papagaio - TO	15.852,60 Km²	São Bento do Tocantins, Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Santa Terezinha do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis e Sampaio	179.238 habitantes	7.406 agricultores familiares, 5.644 famílias assentadas e 1 terra indígena	Total para este território: R\$ 135.867.410,47 Total de ações: 42
TO	Jalapão - TO	34.113,20 Km²	Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins.	28.561 habitantes	2.073 agricultores familiares, 183 famílias assentadas e 4 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 42.001.789,86 Total de ações: 40
TO	Sudeste - TO	48.666,40 Km²	Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirópolis, Paranã, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Taguatinga e Taipas do Tocantins	121.826 habitantes	5.502 agricultores familiares, 829 famílias assentadas e 7 comunidades quilombolas	Total para este território: R\$ 93.005.923,89 Total de ações: 44

Conjunto de ações dos Ministérios englobados nos Territórios da Cidadania

**Direitos e Desenvolvimento Social**

1	<a href="#">Fomento às Ações de Acesso e Manutenção dos Benefícios Sociais e Previdenciários</a>	135.000 Índios Acessando Benefícios Sociais e Previdenciários R\$ 15.000.000,00
2	<a href="#">Registro Civil de Nascimento de Povos Indígenas - RCNI</a>	8.500 Registros Cíveis de Nascimento - RCN R\$ 1.350.000,00
3	<a href="#">Proteção para os Índios de Recente Contato</a>	2 Terra Indígena Zoé - PA, fiscalizada e Permanentemente Acompanhada R\$ 88.500,00
4	<a href="#">Proteção para os Índios Isolados</a>	1 Posto de Vigilância Montado em Funcionamento na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau R\$ 88.500,00
5	<a href="#">Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)</a>	368 Mutirões R\$ 14.059.600,00
6	<a href="#">Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais</a>	20.662 Mulheres Atendidas em Ações de Capacitação e Formação R\$ 7.565.341,48
7	<a href="#">Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas</a>	26.910 Famílias Assistidas R\$ 4.400.312,85
8	<a href="#">Formação de Lideranças em Políticas Públicas no PNDTR</a>	36 Projetos Apoiados R\$ 3.600.000,00
9	<a href="#">Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família</a>	3.879.742 Famílias Atendidas R\$ 4.412.055.737,03
10	<a href="#">Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência</a>	457.610 Pessoas com Deficiência Atendidas R\$ 2.529.173.861,20
11	<a href="#">Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa</a>	328.159 Pessoas Idosas Atendidas R\$ 1.813.708.540,28
12	<a href="#">Serviço Socioeducativo do PETI</a>	4.870.788 Crianças e Adolescentes Atendidos R\$ 122.310.000,00
13	<a href="#">Programa de Atenção Integral à Família</a>	5.237.009 Famílias Referenciadas R\$ 114.780.000,00
14	<a href="#">Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada</a>	1.830 Municípios atendidos R\$ 109.980.835,62
15	<a href="#">Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS</a>	223.680 Pessoas Atendidas R\$ 23.600.496,00
<b>Organização Sustentável da Produção</b>		
16	<a href="#">Aquisição de Produtos Agropecuários</a>	65.700 Quilogramas (Kg) R\$ 25.000.000,00
17	<a href="#">Desenvolver serviços de ATER e Pesquisas, para Agricultores Familiares, nas Regiões Produtoras de Cacau</a>	23.521 Agricultores Familiares Assistidos R\$ 6.344.750,00
18	<a href="#">Geração de Tecnologia</a>	72 Pesquisas Desenvolvidas R\$ 5.897.665,00
19	<a href="#">Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural</a>	14 Entidades Assistidas R\$ 2.000.000,00
20	<a href="#">Aquisição de Máquinas e Equipamentos</a>	1.628 Produtores Atendidos R\$ 2.000.000,00
21	<a href="#">Sistemas de Produção Sustentável</a>	1.633 Produtores Atendidos

		R\$ 2.000.000,00
22	<a href="#">Programa Embrapa Agrofuturo - Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar</a>	4.000 Pessoas Capacitadas
		R\$ 1.000.000,00
23	<a href="#">Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social</a>	306 Ações Implementadas
		R\$ 0.00
24	<a href="#">Apoio a Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais - APL's</a>	1 Projetos de C&T e Inovação
		R\$ 200.000,00
25	<a href="#">Programa de Implementação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT</a>	1 Centro Vocacional Tecnológico Implantado
		R\$ 200.000,00
26	<a href="#">Cresce Nordeste</a>	15.876 Operações Contratadas
		R\$ 2.082.785.154,66
27	<a href="#">Nordeste Territorial</a>	2.465 Operações de Crédito
		R\$ 172.051.908,65
28	<a href="#">Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais - PROMESO</a>	21 Arranjos Produtivos Locais Apoiados
		R\$ 7.096.000,00
29	<a href="#">Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais - CONVIVER</a>	12 Empreendimentos Gerados
		R\$ 5.600.000,00
30	<a href="#">Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER</a>	2.700 Produtores Atendidos
		R\$ 2.400.000,00
31	<a href="#">Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)</a>	13 APLs Apoiados
		R\$ 800.000,00
32	<a href="#">Primeiro Emprego - Projeto Amanhã</a>	350 Jovens Capacitados
		R\$ 310.000,00
33	<a href="#">Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aqüicultura</a>	1 Estações de Piscicultura em Operação
		R\$ 200.000,00
34	<a href="#">Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Tanques-Rede em Rios e Grandes Reservatórios</a>	120 Pessoas Capacitadas
		R\$ 90.000,00
35	<a href="#">Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) - Capacitação</a>	90 Pessoas Capacitadas
		R\$ 36.000,00
36	<a href="#">Aproveitamento de Canais de Perímetros de Irrigação para Piscicultura</a>	15 Pessoas Capacitadas
		R\$ 20.000,00
37	<a href="#">Implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado</a>	1 Unidades Implantadas
		R\$ 15.000,00
38	<a href="#">Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas</a>	Índios Atendidos com Projetos de Etnodesenvolvimento e Produtos Certificados
		R\$
39	<a href="#">Crédito Pronaf</a>	431.936 Contratos Firmados
		R\$ 2.285.995.172,00
40	<a href="#">ATER/Agricultores Familiares</a>	581.108 Agricultores Familiares Assistidos
		R\$ 170.264.644,00
41	<a href="#">Assistência Técnica e Capacitação de Assentados</a>	197.746 Famílias Assentadas Assistidas
		R\$ 149.496.332,00
42	<a href="#">Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais</a>	120 Territórios Apoiados
		R\$ 149.400.000,00
43	<a href="#">Programa de Aquisição de Alimentos - PAA</a>	78.184 Toneladas de Alimentos Adquiridos
		R\$ 132.913.062,00
44	<a href="#">Garantia Safra</a>	331.819 Agricultores Segurados

		R\$ 36.500.090,00
45	<a href="#">Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos</a>	120 Empreendimentos Apoiados
		R\$ 15.660.000,00
46	<a href="#">Projeto Dom Helder Câmara</a>	10.640 Famílias Beneficiadas
		R\$ 10.900.000,00
47	<a href="#">Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária</a>	9.324 Unidades Familiares de Produção Atendidas (parcelas)
		R\$ 9.324.500,00
48	<a href="#">Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária</a>	581 Licenças Ambientais Protocoladas
		R\$ 7.365.500,00
49	<a href="#">Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais</a>	60 Projetos Apoiados
		R\$ 6.000.000,00
50	<a href="#">Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais</a>	54 Projetos Apoiados
		R\$ 5.400.000,00
51	<a href="#">Terra Sol</a>	13.250 Famílias Assentadas Beneficiadas
		R\$ 5.300.000,00
52	<a href="#">Biodiesel</a>	18.519 Famílias Atendidas
		R\$ 5.062.827,20
53	<a href="#">Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar</a>	108.890 Famílias Assistidas
		R\$ 4.900.000,00
54	<a href="#">Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas</a>	645 Comunidades Assistidas
		R\$ 3.748.947,00
55	<a href="#">Elaboração de Plano Safra Territorial</a>	79 Planos Elaborados
		R\$ 1.577.000,00
56	<a href="#">Formação em Cooperativismo e Comercialização</a>	2.100 Pessoas Capacitadas
		R\$ 1.530.000,00
57	<a href="#">Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas</a>	30 Comunidades Apoiadas
		R\$ 401.890,80
58	<a href="#">Elaboração de Estudos de Potencialidade Econômica</a>	8 Estudos de Potencialidade Econômica Elaborados
		R\$ 160.000,00
59	<a href="#">Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite</a>	142.924.070 Litros
		R\$ 119.090.632,81
60	<a href="#">PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar</a>	71.643 Toneladas de Alimentos Adquiridos
		R\$ 101.273.719,05
61	<a href="#">Curso de Capacitação em Manejo Florestal e Agrofloresta para Agentes de ATES/ATER</a>	2.472 Agentes Capacitados
		R\$ 4.855.788,76
62	<a href="#">Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e na Mata Atlântica</a>	5 Projetos Apoiados
		R\$ 1.039.795,00
63	<a href="#">Apoio ao Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária</a>	6 Projetos Apoiados
		R\$ 600.000,00
64	<a href="#">Capacitação de Comunidades Tradicionais</a>	260 Pessoas Capacitadas
		R\$ 300.000,00
65	<a href="#">Capacitação em Ecoturismo</a>	200 Pessoas Capacitadas
		R\$ 200.000,00
66	<a href="#">Qualificação do Jovem para o Mercado de Trabalho</a>	92.690 Jovens Capacitados
		R\$ 91.602.859,23
67	<a href="#">Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores visando a Inserção no Mercado de Trabalho (PlanteQs)</a>	57.143 Trabalhadores Qualificados
		R\$ 40.000.000,00
68	<a href="#">Qualificação Social e Profissional de</a>	5.485 Pessoas Capacitadas

	<a href="#">Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanseQs)</a>	R\$ 3.236.150,00
69	<a href="#">Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aquícola e Pesqueira</a>	10 Estruturas Físicas e Logísticas de Unidades Integrantes das Cadeias Produtivas Aquícola e Pesqueira Implantadas e em Funcionamento
		R\$ 4.200.000,00
70	<a href="#">Capacitação de Profissionais de Aquicultura e Pesca</a>	700 Profissionais Capacitados
		R\$ 2.500.000,00
71	<a href="#">Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei 9.445/1997)</a>	2.000.000 Litros de Óleo Subvencionado
		R\$ 1.500.000,00
72	<a href="#">Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira</a>	8 Unidades do Sistema de Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Implantadas
		R\$ 1.300.000,00
73	<a href="#">Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira</a>	4 Unidades Apoiadas
		R\$ 1.200.000,00
74	<a href="#">Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira</a>	500 Profissionais Atendidos
		R\$ 1.000.000,00
75	<a href="#">Implantação da Aquicultura em Águas Públicas</a>	2 Parques Aquícolas e Áreas de Preferência Demarcados
		R\$ 1.000.000,00
76	<a href="#">Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola</a>	1 Unidades Apoiadas
		R\$ 700.000,00
77	<a href="#">Apoio à Extensão Pesqueira</a>	700 Pescadores Atendidos
		R\$ 700.000,00
78	<a href="#">Registro Geral da Pesca</a>	100.000 Agentes Registrados e Munidos de Documentação Legal
		R\$ 600.000,00
79	<a href="#">Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca</a>	2 Estudos Realizados
		R\$ 500.000,00
80	<a href="#">Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos</a>	1 Unidades Apoiadas
		R\$ 500.000,00
81	<a href="#">Implantação de Unidades Demonstrativas de Aquicultura</a>	1 Unidades Demonstrativas de Aquicultura Instaladas
		R\$ 500.000,00
82	<a href="#">Apoio a Unidades de Ensino em Aquicultura e Pesca</a>	1 Unidades de Ensino Apoiadas
		R\$ 300.000,00
83	<a href="#">Apoio à Renovação da Frota Artesanal</a>	30 Embarcações Pesqueiras Reformadas e/ou Substituídas
		R\$ 250.000,00
84	<a href="#">Apoio a Projetos Demonstrativos na Atividade da Pesca</a>	1 Projetos Apoiados
		R\$ 200.000,00
85	<a href="#">Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob Formas Associativas</a>	2 Organizações Atendidas
		R\$ 200.000,00
86	<a href="#">Fomento ao Desenvolvimento Local para as Comunidades Remanescentes de Quilombos</a>	8 Projetos Apoiados
		R\$ 3.000.000,00
<b>Saúde, Saneamento e Acesso à Água</b>		
87	<a href="#">Programa de Revitalização do São Francisco</a>	198.530 Famílias Beneficiadas

	<a href="#">e do Parnaíba - Esgotamento Sanitário</a>	R\$ 266.424.910,00
88	<a href="#">Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Processos Erosivos</a>	97 Municípios Beneficiados R\$ 24.975.979,00
89	<a href="#">Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Resíduos Sólidos</a>	215.046 Famílias Atendidas R\$ 12.189.542,00
90	<a href="#">Programa de Revitalização do São Francisco e Parnaíba - Água para Todos</a>	129.674 Famílias Atendidas R\$ 4.232.371,00
91	<a href="#">Projeto de Irrigação Sampaio (1.000 ha) na região do Bico do Papagaio no Estado do Tocantins</a>	13 Infra-estrutura Comum de Irrigação Disponibilizada (% a ser executado) R\$ 3.600.000,00
92	<a href="#">Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF</a>	Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF implantado R\$
93	<a href="#">Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família</a>	9.697 Equipes de Saúde da Família Implantadas R\$ 898.229.600,00
94	<a href="#">Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania</a>	78.841 Agentes Comunitários de Saúde Mantidos R\$ 549.679.452,00
95	<a href="#">Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania</a>	217.577.601 Doses aplicadas R\$ 508.287.350,89
96	<a href="#">Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica</a>	7.014 Equipes Implantadas R\$ 229.797.600,00
97	<a href="#">Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)</a>	111 Municípios Atendidos R\$ 173.506.264,54
98	<a href="#">Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)</a>	335 Municípios Atendidos R\$ 161.744.015,29
99	<a href="#">Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS</a>	544 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Implantados R\$ 73.601.256,00
100	<a href="#">Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais de Assentamento - INCRA e Comunidades Rurais</a>	52 Comunidades Beneficiadas R\$ 44.107.221,14
101	<a href="#">Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas</a>	157 Municípios Atendidos R\$ 40.524.964,62
102	<a href="#">Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos</a>	125 Municípios Atendidos R\$ 36.839.412,77
103	<a href="#">Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais (Quilombolas)</a>	57 Municípios Atendidos R\$ 27.740.250,19
104	<a href="#">Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia</a>	276 Centros Implantados R\$ 25.728.000,00
105	<a href="#">Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil</a>	216 Farmácias Populares Implantadas e Mantidas R\$ 20.880.000,00
106	<a href="#">Qualidade da Água</a>	5 Municípios Atendidos



		R\$ 7.594.522,00
107	<a href="#">Saneamento nas Escolas</a>	107 Municípios Atendidos
		R\$ 6.773.537,95
108	<a href="#">Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas</a>	27 Aldeias Beneficiadas
		R\$ 4.751.937,55
109	<a href="#">Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192</a>	589 Municípios Atendidos
		R\$ 0.00
110	<a href="#">Programa Cisternas</a>	16.354 Cisternas Construídas
		R\$ 27.654.614,00
111	<a href="#">Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)</a>	2.166 Estruturas Implantadas
		R\$ 20.827.970,24
112	<a href="#">Atlas Nordeste - Abastecimento Urbano de Água</a>	891 Estudo/Relatório
		R\$ 2.262.580,00
113	<a href="#">Atlas Sul - Abastecimento Urbano de Água</a>	170 Estudo/Relatório
		R\$ 431.800,00
114	<a href="#">Atlas Regiões Metropolitanas - Abastecimento Urbano de Água</a>	27 Estudo/Relatório
		R\$ 68.580,00
<b>Educação e Cultura</b>		
115	<a href="#">Programa Nacional de Inclusão Digital</a>	1 Projeto de Inclusão Digital
		R\$ 100.000,00
116	<a href="#">Modernização de Bibliotecas Públicas</a>	180 Bibliotecas Modernizadas
		R\$ 9.900.000,00
117	<a href="#">Pontos de Cultura</a>	150 Pontos de Cultura Instalados ou Apoiados
		R\$ 9.000.000,00
118	<a href="#">Preservação do Patrimônio Histórico Urbano</a>	4 Centros Históricos ou Patrimônios Preservados
		R\$ 5.700.734,97
119	<a href="#">Edital das Culturas Populares</a>	140 Projetos Apoiados
		R\$ 2.200.000,00
120	<a href="#">Edital LGBT</a>	44 Projetos Apoiados
		R\$ 1.350.000,00
121	<a href="#">Cine Mais Cultura</a>	85 Cines Instalados, Agentes Capacitados
		R\$ 1.275.000,00
122	<a href="#">Instalação de Bibliotecas Públicas</a>	10 Bibliotecas Instaladas
		R\$ 550.000,00
123	<a href="#">Revelando os Brasis</a>	9 Produções Apoiadas
		R\$ 146.250,00
124	<a href="#">ProInfo Rural e Urbano</a>	17.379 Escolas Equipadas
		R\$ 1.225.621.638,00
125	<a href="#">Construção de Escolas no Campo</a>	280 Escolas Construídas e Equipadas
		R\$ 193.200.008,00
126	<a href="#">Expansão das Escolas Técnicas</a>	18.050 Vagas Criadas
		R\$ 127.734.874,00
127	<a href="#">Proinfância</a>	105 Escolas Construídas
		R\$ 100.000.000,00
128	<a href="#">Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior</a>	5.995 Vagas Criadas
		R\$ 85.532.162,00
129	<a href="#">Programa Dinheiro Direto na Escola</a>	43.025 Escolas Apoiadas



		R\$ 70.529.415,33
130	<a href="#">ProJovem - Saberes da Terra</a>	26.750 Alunos Atendidos
		R\$ 64.725.000,00
131	<a href="#">Escola Ativa</a>	1.203 Escolas Atendidas
		R\$ 44.423.000,00
132	<a href="#">Construção de Escolas em Comunidades Indígenas</a>	146 Escolas Construídas e Equipadas
		R\$ 24.920.000,00
133	<a href="#">Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas</a>	107 Escolas Construídas
		R\$ 18.190.000,00
134	<a href="#">Salas de Recursos Multifuncionais</a>	1.402 Salas Equipadas
		R\$ 12.010.305,00
135	<a href="#">Brasil Alfabetizado</a>	139.014 Alfabetizando
		R\$ 9.837.668,75
136	<a href="#">Caminho da Escola</a>	600 Ônibus Adquiridos
		R\$ 100.000.000,00
137	<a href="#">Programa BNB Cultura</a>	91 Projetos Contratados
		R\$ 1.474.430,22
138	<a href="#">Implantação de Pontos de Cultura Indígena</a>	20 Pontos de Cultura Indígena Implantados
		R\$ 2.400.000,00
139	<a href="#">Apoio a Estudantes Indígenas Fora da Aldeia</a>	200 Estudantes Apoiados
		R\$ 360.000,00
140	<a href="#">Promoção de Culturas Materiais de Povos Indígenas do Brasil</a>	16 Atividades Culturais Realizadas
		R\$ 336.000,00
141	<a href="#">Curso de Formação de Professores Indígenas (Magistério e Licenciatura)</a>	6.100 Professores Formados e Técnicos Treinados
		R\$ 170.000,00
142	<a href="#">Oficinas de Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena</a>	250.000 Índios Capacitados
		R\$ 80.000,00
143	<a href="#">Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos</a>	1.526 Telecentros Implantados
		R\$ 33.589.384,81
144	<a href="#">Operação do Sistema de Acesso Banda Larga</a>	1.667 Pontos de Presença GESAC (antena)
		R\$ 7.579.882,34
145	<a href="#">Capacitação de Multiplicadores</a>	5.240 Agentes Capacitados
		R\$ 2.620.000,00
146	<a href="#">Programa Arca das Letras</a>	Bibliotecas Implantadas
		R\$
147	<a href="#">Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária</a>	3.131 Profissionais Capacitados
		R\$ 14.440.800,00
148	<a href="#">Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.</a>	600 Profissionais Capacitados
		R\$ 5.600.000,00
149	<a href="#">Capacitação para Inclusão Digital</a>	32 Pessoas Capacitadas
		R\$ 300.000,00
<b>Infra-estrutura</b>		
150	<a href="#">Implementação do Programa de Moradia</a>	700 Casas Construídas
		R\$ 3.500.000,00
151	<a href="#">PRÓ-MORADIA 2008 - Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público</a>	33.998 Famílias Atendidas
		R\$ 461.845.102,00

152	<a href="#">PAC 2008/Urbanização de Favelas e Saneamento Integrado</a>	15.803 Famílias Atendidas R\$ 173.830.940,00
153	<a href="#">FNHIS 2008/Urbanização de Assentamentos Precários</a>	8.864 Famílias Atendidas R\$ 97.489.000,00
154	<a href="#">FNHIS 2008/Habitação de Interesse Social</a>	4.791 Famílias Atendidas R\$ 86.153.000,00
155	<a href="#">FNHIS 2008/Planos Habitacionais de Interesse Social</a>	167 Planos Realizados R\$ 6.641.794,00
156	<a href="#">FNHIS 2008/Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social</a>	10.928 Famílias Atendidas R\$ 2.185.100,00
157	<a href="#">Instalação de Postos de Serviços de Telecomunicações - PST</a>	240 Postos de Serviços de Telecomunicações Instalados R\$ 7.920.000,00
158	<a href="#">Programa Luz Para Todos</a>	239.103 Ligações de Energia R\$ 1.421.631.748,00
159	<a href="#">Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas</a>	36.114 Famílias Atendidas R\$ 408.084.500,00
160	<a href="#">Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento</a>	32.126 Famílias Assentadas Atendidas R\$ 176.695.491,00
161	<a href="#">Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento</a>	48.823 Famílias Atendidas R\$ 39.871.417,00
162	<a href="#">Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária</a>	1.635 Famílias Atendidas R\$ 3.921.363,67
<b>Apoio à Gestão Territorial</b>		
163	<a href="#">Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais - PDFF</a>	4 Arranjos Produtivos Locais Apoiados R\$ 1.900.000,00
164	<a href="#">Diagnóstico Etnoambiental em Terras Indígenas</a>	15 Diagnósticos Realizados R\$ 1.500.000,00
165	<a href="#">Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)</a>	5.950 Membros do Colegiado e das suas Instâncias Deliberativas Capacitados R\$ 14.361.000,00
166	<a href="#">Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)</a>	60 Planos (PTDRS) Elaborados, Revisados e/ou Qualificados R\$ 2.030.180,00
167	<a href="#">Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Específica</a>	2.241 Agentes Capacitados R\$ 1.596.000,00
168	<a href="#">Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Inicial</a>	2.360 Agentes Capacitados R\$ 1.180.000,00
169	<a href="#">Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Complementar</a>	1.041 Agentes de Desenvolvimento Capacitados R\$ 756.000,00
170	<a href="#">Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais</a>	6 Organizações Apoiadas R\$ 525.866,00
171	<a href="#">Capacitação de Agentes Representativos das Comunidades Remanescentes de Quilombos</a>	6 Projetos Aprovados R\$ 600.000,00
<b>Ações Fundiárias</b>		
172	<a href="#">Regularização de Terras Indígenas</a>	15 Terras Indígenas Regularizadas R\$ 19.908.400,00
173	<a href="#">Demarcação de Terras Indígenas</a>	10 Terras Indígenas Demarcadas

		R\$ 1.951.100,00
174	<a href="#">Identificação de Terras Indígenas</a>	21 Estudos de Identificação Realizados
		R\$ 1.403.500,00
175	<a href="#">Regularização de Terras Indígenas</a>	2 Terras Indígenas Regularizadas
		R\$ 400.000,00
176	<a href="#">Identificação de Terras Indígenas</a>	1 Estudos de Identificação Realizados
		R\$ 102.000,00
177	<a href="#">Programa Nacional de Crédito Fundiário</a>	5.792 Famílias Beneficiadas
		R\$ 181.625.000,00
178	<a href="#">Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais</a>	121.017 Hectares (ha) de Áreas Obtidas
		R\$ 159.742.568,00
179	<a href="#">Regularização Fundiária de Imóveis Rurais</a>	5.303.157 Hectares (ha) de Áreas Regularizadas
		R\$ 30.000.000,00
180	<a href="#">Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos</a>	119 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação e/ou Portaria de Reconhecimento Publicados
		R\$ 3.700.000,00
181	<a href="#">Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes Quilombolas</a>	575.926 Hectares (ha) de Áreas Indenizadas
		R\$ 15.550,00



### **Programa Arca das Letras**

Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, o programa Arca das Letras promove o acesso à leitura por meio da implantação de bibliotecas nas comunidades rurais brasileiras. Atende famílias de agricultores, assentados da reforma agrária, pescadores, quilombolas, indígenas e populações ribeirinhas.

Os livros são armazenados em móveis-bibliotecas, denominados arcas. A fabricação segue um padrão cuidadosamente organizado para receber o acervo inicial, que tem cerca de 200 livros, e também o material básico de trabalho do agente de leitura. Entre nesta categoria para ter acesso às instruções detalhadas do móvel-biblioteca.

O curso de capacitação do agente de leitura é indispensável. O treinamento é realizado pela equipe técnica do MDA e inclui os processos de organização e conservação de uma biblioteca, a catalogação e o empréstimo dos livros. O curso é agendado pela coordenação do Arca.



### **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Pronera capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

O programa apóia projetos em todos os níveis de ensino, conforme relacionado abaixo:

Educação de jovens e adultos (EJA) – Desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Ensino Médio e Técnico Profissionalizante – Destina-se à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária. Objetivam formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Ensino Superior – Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais.

Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade. O Pronera é uma parceria do Incra com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.



### **Programa Terra Legal**

O Governo Federal, por meio do Programa Terra Legal, vai titular a propriedade de terras públicas ocupadas por posseiros na Amazônia Legal. Nos próximos três anos, a meta é regularizar 296,8 mil posses de até 15 módulos fiscais ocupados por posseiros antes de 1º de dezembro de 2004. Um módulo fiscal tem, em média, 76 hectares.

Para agilizar os processos de regularização, que hoje levam cerca de cinco anos, o rito de titulação foi simplificado. Em áreas de até quatro módulos fiscais, o processo deverá ser concluído em até 120 dias, a partir do cadastramento da posse.

O Programa Terra Legal, desenvolvido em parceria com estados e municípios, é coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao entregar o título de propriedade, o Terra Legal Amazônia leva segurança jurídica aos produtores rurais da Amazônia Legal. E reforça as políticas públicas de preservação do meio ambiente na região.

Do total de imóveis a serem regularizados, 95,5% (283.641 propriedades rurais) possuem até quatro módulos fiscais. O processo de regularização, que envolve uma área potencial de 67,4 milhões de hectares, será desenvolvido em parceria com os estados da região. A primeira etapa do Programa será realizada em 33 dos 43 municípios do Arco Verde, onde há terras públicas federais. Nas áreas estaduais, o processo de regularização será conduzida pelos estados, que receberão o cadastro das áreas georreferenciadas. Situações de posseiros em áreas indígenas e de preservação ambiental serão repassados aos ministérios correspondentes.

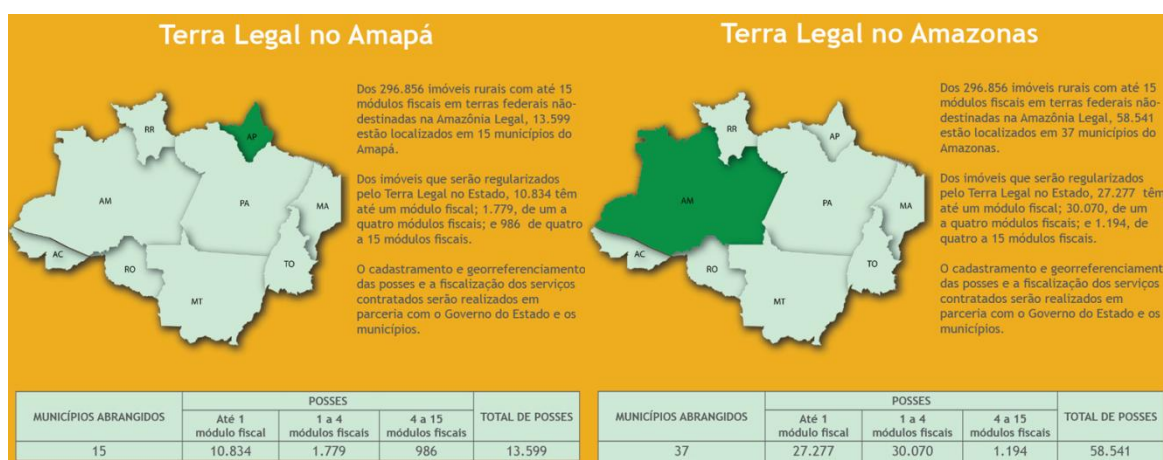
O processo de regularização será:

- Em posses de até um módulo, a titulação será gratuita.
- Em posses de um a quatro módulos fiscais, será cobrado um valor diferenciado pela terra, com 20 anos para pagamento e três anos de carência.
- Em posses de quatro a 15 módulos fiscais, será cobrado valor de mercado pela área, com regras de pagamento semelhantes às das áreas de um e quatro módulos fiscais.

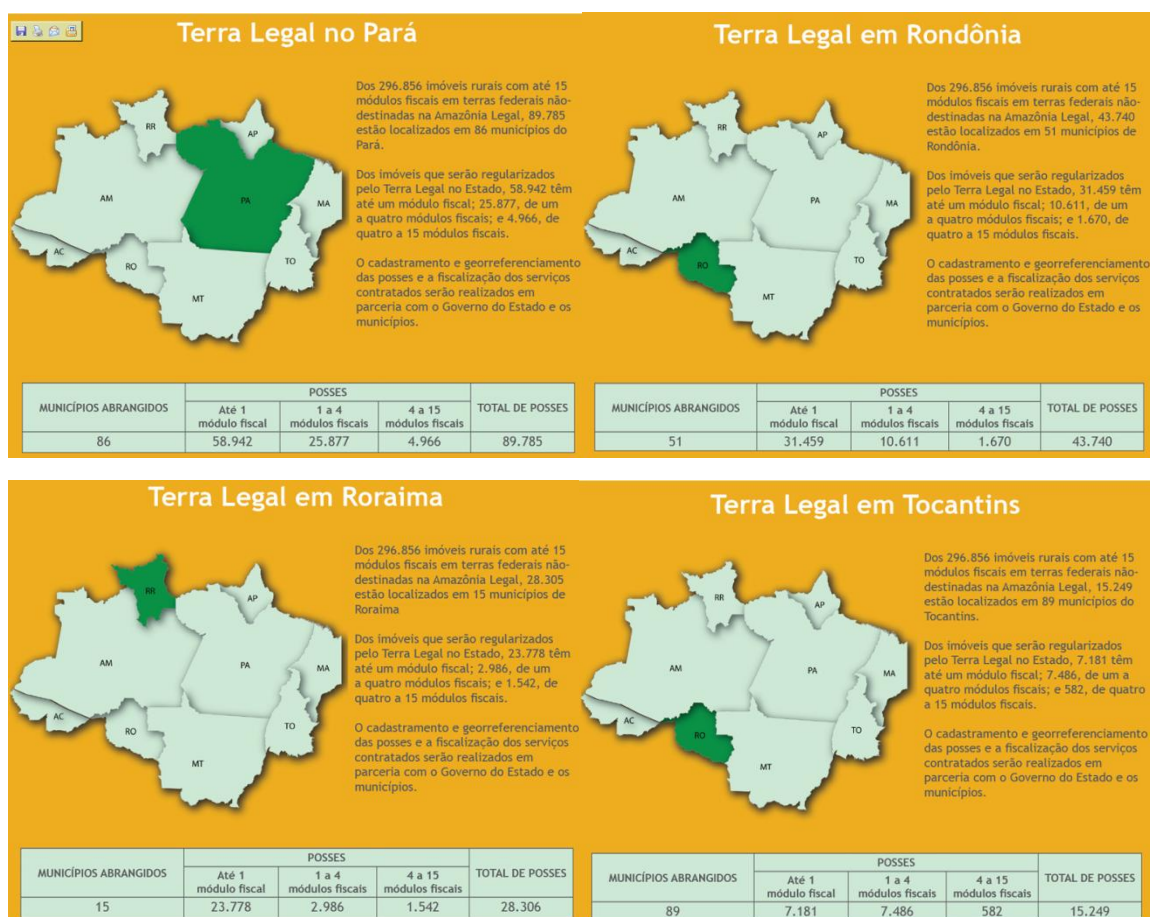
Deve-se cumprir a legislação ambiental vigente e não vender a área titulada nos próximos dez anos.

## Etapas do Terra Legal









## Programa de Promoção dos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Relaciona-se com o conceito de planejamento regional. São fenômenos vinculados à economia de aglomeração e têm a localização e a cadeia de valor como aspectos relevantes.

Os APLs requerem um diagnóstico das suas principais características, com a identificação de gargalos (demandas e necessidades), entre outros, tecnológicos, de formação, qualificação e especialização de mão-de-obra. Devem considerar a relevância regional, setorial, econômica e social.

A incorporação da abordagem de APLs na esfera das políticas públicas e privadas ocorreu a partir de 1999 no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foi incluída pela primeira vez uma ação em APLs no Plano Plurianual de governo (PPA 2000-2003), de responsabilidade do MCT.

Em agosto de 2004 foi instalado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL, por Portaria Interministerial nº 200, de 03/08/2004, envolvendo 23 instituições, com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do MDIC, com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais. Essa

portaria foi reeditada em 24/10/2005 (com a inclusão de mais instituições), 31/10/2006 e em 24/04/2008.

As atividades desse Grupo de Trabalho foi focalizada, inicialmente, em 11 APLs pilotos, distribuídos nas 5 regiões do país, com o propósito de testar a metodologia de atuação integrada.

A escolha dos APLs pilotos baseou-se em um Levantamento da Atuação Institucional em APL, que registram as localidades em que 11 instituições, daquelas que participam do Grupo de Trabalho, atuam com a ótica de abordagem de APL. Os registros compreendem APLs em seus diferentes estágios de desenvolvimento em termos de Integração com o território; e Capacidade de cooperação entre firmas e com entidades de apoio entre outros.

O Governo Federal está organizando o tema Arranjos Produtivos Locais (APL) por meio das seguintes medidas: incorporação do tema no âmbito do PPA 2004-2007 e PPA 2008-2011, e Instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais.

Para o ano de 2008, no âmbito do PPA, coexistem as seguintes ações dirigidas aos Arranjos Produtivos Locais: Projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEx, Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, e de Pesquisa de Mercado.

A metodologia do GTP APL tem como principal eixo reconhecimento e valorização da iniciativa local, por meio do(a):

- Estímulo à construção de Planos de Desenvolvimento participativos, envolvendo necessariamente, mas não exclusivamente, instituições locais e regionais;
- Busca de acordo por uma interlocução local comum (articulação com os órgãos do Grupo de Trabalho) e por uma articulação local com capacidade para estimular o processo de construção do Plano de Desenvolvimento (agente animador).

Um APL deve ter a seguinte caracterização:

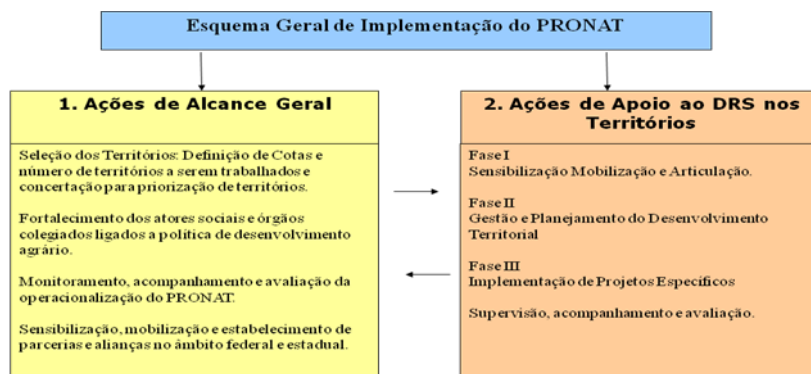
- Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e
- Que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas, médias e grandes empresas. (Fonte: Termo de Referência para a Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais).

### **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**

Os objetivos visam promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia.



O Pronat tem como eixos estratégicos a Gestão social dos territórios; o Fortalecimento do Capital Social; a Dinamização das Economias Territoriais e a Articulação interinstitucional.



Esquema geral de implementação do PRONAT.

A Figura a seguir apresenta a estratégia metodológica de Apoio ao Desenvolvimento Territorial prevista no Pronat.

FASES	I - FASE DE SENSIBILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO	II - FASE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	III - FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS, CONTROLE E AVALIAÇÃO
Prazo médio de execução > Tempo total desde início >	2 a 4 meses (Total 2 a 4 meses)	2 a 4 meses (Total 4 a 8 meses)	2 a 4 meses (Total 6 a 12 meses)
AÇÃO DE APOIO - OFERTA	<b>Oficina</b> Nivelamento Conceitual e Metodológico (Estadual) <b>Oficina</b> Nivelamento Conceitual e Metodológico (Territorial)	<b>Oficina</b> Planejamento e Gestão Territorial (CIAT) <b>Oficina</b> Concepção Básica do Desenvolvimento Territorial <b>Consultorias</b> especializadas pontuais	<b>Oficina</b> Gestão, Monitoramento e Avaliação do DTR <b>Consultorias</b> especializadas pontuais
AÇÃO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO - DEMANDA	Acordo territorial Compromissos territoriais e governamentais Constituição dos CIAT's Núcleos Dirigente e Operacional Levantamento de Informações Preliminares	Formação de grupos de trabalho setores priorizados Aprofundar o conhecimento da realidade Definição das linhas estratégicas do DT Consolidar um modelo de gestão Elaboração de projetos setoriais e específicos	Organização dos Arranjos Institucionais Articulação de Políticas Públicas Monitoramento e Avaliação dos Programas e Projetos

Estratégia metodológica de Apoio ao Desenvolvimento Territorial prevista no Pronat

Os principais resultados do Programa são:

- Colaborar para a ampliação das capacidades humanas, institucionais e de gestão participativa dos territórios,
- promover e apoiar o processo de *construção e implementação de planos territoriais* de desenvolvimento sustentável,
- apoiar a articulação dos Arranjos Institucionais em torno dos programas e projetos dos territórios,
- que promovam o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário.



## **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Entende-se por serviços, atividades ou renda não-agropecuários aqueles relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. As vantagens do PRONAF:

a) Para os produtores:

- i. Obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas a realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais;
- ii. O aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade;
- iii. Melhoria das condições de vida do produtor e de sua família;
- iv. Agilidade no atendimento;
- v. Para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até 5 anos, no caso de custeio das atividades.

b) Para o país:

- i. Maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, mandioca milho, trigo e leite;
- ii. Estimula a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida.

Podem obter financiamento do Pronaf os Produtores rurais que atendam condições específicas estabelecidas pelo programa e apresentem a Declaração de Aptidão – DAP, emitida pelas instituições e órgãos oficiais autorizados.

- a) explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

- b) residam na propriedade ou em local próximo;
- c) possuam, no máximo 4 módulos fiscais (6 módulos fiscais, no caso de atividade pecuária);
- d) tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento;
- e) tenham renda bruta anual estabelecida pelo Programa.

## **Ministério da Integração Nacional - MI**



### **PROMESO**

O Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais que busca aumentar a autonomia e a sustentabilidade desses espaços por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno.

PROMESO busca a redução das inaceitáveis desigualdades sociais e regionais, a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas.

Tem como objetivos:

- induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas especiais, preferencialmente em sub-regiões;
- promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada;
- buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas.

O primeiro aspecto enfatizado pelo PROMESO é a organização e capacitação das populações nas Mesorregiões, apresentadas na figura a seguir.



### Mesorregião do Alto Solimões

A Mesorregião do Alto Solimões está situada no extremo sudoeste do Estado do Amazonas, em região inserida no contexto da Bacia do Rio Amazonas, compreendendo 9 municípios – Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa. Abrange área de 214 mil km<sup>2</sup> e população de mais de 200 mil habitantes, em região de tríplice fronteira com Peru e Colômbia.

A Mesorregião é fortemente influenciada pela presença do Rio Solimões, principal elemento de conexão e acessibilidade dos municípios que a formam, norteando as relações sociais e as atividades econômicas locais. A presença de populações tradicionais, ribeirinhos e povos indígenas, reforça o contexto mais rural que urbano, e a biodiversidade do ecossistema amazônico se constitui em grande potencial para o desenvolvimento da base econômica local.

Em março de 2003, foi criado o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões como espaço de discussão responsável pela identificação, pela priorização, pelo encaminhamento das demandas locais e pelo acompanhamento da implementação de projetos. Este Fórum, contemplando mais de 48 instituições, está estruturado em várias instâncias – Assembléia Geral, Conselho de Representantes e Comissões Setoriais – visando à articulação e à integração dos atores locais, tanto governamentais (o que inclui prefeituras e câmaras municipais, órgãos estaduais e federais) quanto não governamentais, incluindo organizações indígenas, de produtores rurais e extrativistas, entre outros.

A Mesorregião do **Alto Solimões** abrange parte do estado do Amazonas sendo constituída por 09 municípios, totalizando uma área de 214.218 km<sup>2</sup>, com uma população de 219.734 habitantes.

## **Principais projetos**

### **■ Arranjo Produtivo Local da Pesca e Aqüicultura:**

A estruturação do APL propõe organizar pólos de produção de pescado, integrando, em sua primeira etapa, os Pólos I e II, com a instalação de dois frigoríficos de pescado nos municípios de Tabatinga e Santo Antônio do Içá e de 12 unidades de recepção em comunidades pesqueiras selecionadas, encadeando um sistema organizado de produção, desde a captura até o beneficiamento e a comercialização do pescado. Ações de capacitação organizacional, empreendedora e tecnológica, a realização de estudo de mercado e a constituição de Central de Negócios estruturaram o modelo de gerenciamento integrado dos dois pólos. Uma segunda etapa do projeto implantará, em Tabatinga, um Pólo de Processamento de Pescado, constando de uma indústria de processamento e uma fábrica de farinha de peixe. A importância do projeto, no qual já foram aplicados R\$ 3.700.000,00, em parceria do MI, Sepror/AM e Sebrae/AM, consiste em iniciar o processo de verticalização da produção, agregando valor e competitividade, melhorando a qualidade da produção regional, ampliando o mercado e qualificando a região para a exportação do produto

### **■ Arranjo Produtivo Local do Artesanato Indígena**

As comunidades indígenas da Mesorregião do Alto Solimões alcançam uma população de mais de 40 mil índios e têm no artesanato uma potencial fonte de renda para as comunidades. Dois projetos, no valor de R\$ 300.000,00, realizados em parceria com a Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Estado do Amazonas, iniciaram a organização de quatro pólos de produção e comercialização de artesanato indígena, por meio de ações de identificação e catalogação das tipologias de artesanato e de artesãos, da capacitação de artesãos em oficinas de gestão, qualidade do artesanato e comercialização e do apoio à abertura de canais de comercialização. Um terceiro projeto, no valor de R\$ 198.385,30 (em andamento) procura identificar novos pólos e superar os gargalos encontrados na execução dos 2 projetos anteriores (já concluídos), especialmente a dificuldade ainda existente de comercialização, a melhoria constante da qualidade dos produtos e a preocupação com a proteção dos conhecimentos tradicionais.

### **■ Arranjo Produtivo Local da castanha-do-brasil**

A necessidade de buscar novos mercados e melhorar a qualidade da produção da castanha-do-brasil produzida no município de Amaturá reuniu esforços de vários parceiros – entre eles a Comissão de Desenvolvimento Humano (CDH) do Governo do Estado do Amazonas e o MI – visando à construção de uma miniusina de beneficiamento para a produção de óleo e outros derivados. A capacitação dos produtores da Associação dos Produtores de Castanha de Amaturá (Aprocam) e capacitação tecnológica do empreendimento receberam o apoio do Projeto PRODUZIR. Novas parcerias do MI com o Governo do Estado do Amazonas (por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas e da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas) permitirão novas ações de capacitação, certificação e a construção de um novo galpão para armazenagem do produto.

### **■ Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Madeira**

O setor madeireiro, atividade tradicional no Alto Solimões, recebe o apoio de projetos que propõem dinamizar e estruturar o setor a partir da organização dos produtores em três pólos de produção de madeira, por meio das seguintes atividades: organização e capacitação dos produtores, com base em planos de manejo simplificado já aprovados na região; organização de associações municipais e de cooperativa de produtores; instalação de infra-estrutura de produção nos três pólos, tal como galpões de armazenagem, secadoras e serrarias portáteis; apoio à estruturação de serrarias-escolas, estruturação de canais de comercialização dos produtos madeireiros e instalação de uma unidade de pré-beneficiamento de madeira. Esta parceria do MI com o Governo do Estado do Amazonas (por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas e da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas), já soma recursos de mais de R\$ 2.200.000,00.

#### ■ **Turismo**

O Projeto Pólo de Turismo e Integração da Faixa de Fronteira do Alto Solimões propõe iniciar a estruturação do setor turístico na Mesorregião com base nas suas potencialidades e no fluxo de turistas que já acessa a região pela fronteira colombiana com Letícia (Colômbia). Para tanto, o projeto executado pela Amazonastur inicia a organização do pólo I, incluindo Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, realizando inventários da oferta turística, oficinas de sensibilização para o turismo e cursos de qualidade no atendimento ao turista, além de uma oficina de integração entre Tabatinga e Letícia. O município de Tabatinga, como porta de entrada da Mesorregião, receberá infra-estrutura de Centros de Atendimento ao Turista e de Comercialização de Produtos Regionais, em ação conjunta do Ministério do Turismo e do Ministério da Integração Nacional, que investe no projeto R\$ 149.497,72.

#### ■ **Sistema de comunicação pública**

O Ministério da Integração Nacional, em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação e o Governo do Estado do Amazonas, implementa um sistema de comunicação mesorregional com o objetivo de facilitar o acesso e a disseminação de informação como instrumento para a consolidação da sua organização social, do seu processo de desenvolvimento econômico e social e do fortalecimento da identidade mesorregional. A implementação do sistema teve como primeira etapa a instalação de uma Rádio AM com alcance para toda a Mesorregião, por meio da recuperação das antigas instalações da Rádio Nacional de Tabatinga, em projeto conjunto do MI com a Empresa Brasil de Comunicação, no valor de R\$ 1.011.039,00. Esta rádio permitirá a produção, a disseminação e o intercâmbio de informações e programações em nível local com programação mesorregional, estadual e nacional..

#### **Mesorregião do Vale do Rio Acre**

A Mesorregião do Vale do Rio Acre envolve [13 municípios](#), sendo 11 do estado do Acre e 02 do estado do Amazonas. Na porção acreana os municípios abrangidos são: Porto Acre, Acrelândia, Bujari, Senador Guimard, Rio Branco, Plácido de Castro, Capixaba, Xapurí, Brasiléia, Assis Brasil e Epitaciolândia e, na área pertencente ao Estado do Amazonas, encontram-se os municípios de Boca do Acre e Pauini. Além do que, faz fronteira com a Bolívia e Peru.

A Mesorregião Vale do Rio Acre é banhada pelos rios Acre, Endimari, Iquiri e Abunã em sua porção acreana, e pelos rios Xirua, Pauini, Inauini, Purus e, novamente, Acre, em sua porção amazonense. As características ambientais da região estão condicionadas por um clima onde predominam altas temperaturas e elevados índices pluviométricos, com a instalação de um período seco e de temperaturas mais baixas, conhecido como “friagem”, que se estende de maio a agosto.

O potencial econômico da flora da Região é imensurável, tanto do ponto de vista madeireiro (madeira e látex) e da abundância de variedades de espécies produtoras de frutos para alimentação e uso industrial (açaí, andiroba, camu-camu, castanha do Brasil, urucum, copaíba, cacau, bucuri, jarina, pupunha, etc.) quanto da existência de plantas medicinais e ornamentais.

Existem na porção acreana da Mesorregião Vale do Rio Acre duas Unidades de Conservação, uma de Uso Sustentável, a Reserva Extrativista Chico Mendes (976.570 ha) e uma de Proteção Integral, a Estação Ecológica do Rio Acre (77.500 ha). Nos municípios de Boca do Acre e Pauini, no Amazonas, encontram-se as Florestas Nacionais Mapiá-Inauini (311.000 ha) e Purus (256.000 ha). Portanto, na totalidade da Mesorregião Vale do Rio Acre encontram-se 1,6 milhão de hectares de terras em unidades de conservação federal e estadual, correspondendo a cerca de 15,7% do seu território.

Porém, o setor de transporte, como infra-estrutura prioritária para a integração tanto econômica como social de um território, apresenta-se na Mesorregião Vale do Rio Acre fortemente relacionado às condições físicas e às opções políticas que o condicionaram. O sistema aeroviário da Mesorregião é formado por um aeroporto internacional, em Rio Branco, servido por linhas aéreas regulares nacionais, e por pequenos aeroportos com infra-estrutura compatível para o pouso e decolagem de pequenas aeronaves em Assis Brasil, Brasília e Xapurí.

Dada a política vigente nos anos setenta, quando da abertura das principais vias de comunicação desta região, foram priorizadas as rodovias como principal forma de ligação com o interior e com outras regiões do país. Assim foram abertas a BR 364 e a BR 317. A BR 364 liga Rio Branco às principais cidades do Estado do Acre, ao Estado de Rondônia, e à rede de rodovias que correm para o sul do país, sendo que em seu trecho interior à mesorregião, a mesma se encontra pavimentada e transitável durante todo o ano.

Perpendicularmente a esta via foi aberta a BR 317 que faz conexão com a região do Alto Acre ao sul, incorporando-se aos sistemas pan-americano de rodovias, e com o município de Boca do Acre, no Amazonas, ao norte, conectando entre si as principais cidades da Mesorregião Vale do Rio Acre.

Hoje, a maior obra de infra-estrutura em construção é a Transoceânica que ligará o Acre aos portos do Pacífico através do Peru impulsionando o desenvolvimento econômico e social de toda esta região.

A Mesorregião do **Vale do Rio Acre** envolve 13 municípios, sendo 11 do estado do Acre e 02 do estado do Amazonas. Na porção acreana os municípios abrangidos são: Porto Acre, Acrelândia, Bujari, Senador Guimard, Rio Branco, Plácido de Castro, Capixaba,



Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Eitaciolândia e, na área pertencente ao Estado do Amazonas, encontram-se os municípios de Boca do Acre e Pauini. Além do que, faz fronteira com a Bolívia e Peru.

### **Principais projetos**

#### **▪ Arranjo Produtivo Local da Avicultura**

Após a seleção do Arranjo Produtivo, juntamente com a comunidade local, INCRA e Governo do Estado do Acre, foi promovido na região um Evento de Capacitação em Campo do PRODUIR. Dando continuidade ao desenvolvimento da atividade econômica selecionada foi elaborado o projeto “Implantação de Unidades de Produção e Abate de Aves no Estado do Acre”, no valor de R\$ 1.103.477,25.

Este incrementará a cadeia produtiva da galinha caipira em Sistemas Agroflorestais (SAF's) localizados na Região do Alto Acre. Com isso, espera-se tornar a atividade rentável e competitiva, reduzindo as importações e promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas.

Para tanto, o projeto contemplará através da parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Estado do Acre os municípios de Xapuri, Brasiléia e Eitaciolândia com a construção de um abatedouro de frangos, a aquisição de equipamentos, materiais, insumos para funcionalidade da agroindústria, um veículo para escoamento da produção e a capacitação dos produtores locais.

O projeto está sendo executado pela Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar - SEPROF, em parceria com a Secretaria de Extensão Agroflorestal - SATER, a Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC, o Instituto de Defesa Animal e Florestal - IDAF, Universidade Federal do Acre - UFAC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Acre - EMBRAPA/AC

#### **▪ Arranjo Produtivo Local da Castanha-do-Brasil**

Atualmente, a castanha é o produto mais procurado e representa um montante significativo das exportações do Estado. Porém, faz-se necessária a garantia da melhoria da qualidade do produto a partir do controle da contaminação química, principalmente por aflatoxina, fungos micotoxigênicos e contaminação por microorganismos enteropatogênicos.

Neste sentido, foi elaborado um projeto de R\$ 412.972,59 que visa instalar 05 unidades armazenadoras de pré-beneficiamento, com capacidade mínima entre 60 e 100 toneladas de castanha com casca, promover a capacitação em boas práticas extrativistas para 400 famílias envolvidas com as unidades armazenadoras, melhorando a qualidade de sua produção e a sua renda, monitorar a produção nas etapas de pré-colheita, colheita, pós-colheita, armazenamento e beneficiamento; treinar técnicos da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - SEATER para a capacitação dos extrativistas em manejo dos castanhais, e treinar técnicos do Estado na especialização de exames de aflatoxina e microbiologia da castanha-do-brasil.

Em concomitância as ações de capacitação foram incrementadas através da realização de um Evento de Capacitação em Campo do PRODUIR, através de parceria com o SEBRAE-AC. O evento foi realizado no município de Brasiléia e buscou a consolidação



dos arranjos produtivos locais, baseados na produção extrativista, além de complementar e integrar-se às ações já iniciadas.

#### ▪ **Arranjo Produtivo Local do Látex**

O Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado do Acre, vem trabalhando o projeto para Implantação da Fábrica de Preservativos Masculinos no Município de Xapuri - Ac. Esta parceria abrange o Ministério da Saúde (FNS e FUNASA), Ministério da Integração Nacional e SUFRAMA.

Os convênios firmados com o Ministério da Integração referem-se à melhoria da infraestrutura logística para coleta e retirada do látex da Reserva Chico Mendes em Xapuri e a capacitação dos seringueiros que irão trabalhar na coleta da matéria prima em questão.

O montante envolvido nos dois projetos somam o valor de R\$ 1.600.000,00 e beneficiará mais diretamente os seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes e trabalhadores que vivem no meio urbano do município de Xapuri, mais especificamente serão beneficiadas 250 famílias cadastradas para serem inseridas no processo de exploração do látex.

#### **Mesorregião do Bico do Papagaio**

A Mesorregião do Bico do Papagaio compreende [66 municípios](#) – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de [140.106,2 km<sup>2</sup>](#) e com população de 1.645.861 habitantes (estimativa 2008 – IBGE).

A partir da década de 60, com a construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília, esta Mesorregião passou a sofrer grandes modificações em sua base produtiva. Os programas governamentais implantados nos anos 70, como o Polamazônia e o Polocentro, promoveram o aumento da fronteira econômica, acelerando o processo de modernização agrícola com a introdução de novas tecnologias. No entanto, a despeito dessas iniciativas, esse modelo de desenvolvimento produziu algumas seqüelas significativas, como a concentração fundiária, disputas de terras e expulsão de pequenos produtores para os centros urbanos.

Na referida Mesorregião, as atividades econômicas predominantes são a produção agropecuária, a extração vegetal e mineral. Ocorre, no entanto, que os sistemas de produção caracterizam-se essencialmente pelo baixo nível de tecnologia empregado. A pecuária, tanto a de corte como a de leite, é extensiva e emprega técnicas ainda rudimentares. A produção agrícola, ainda incipiente, tem pouca expressão nacional, destacando-se as culturas do arroz, milho, feijão e mandioca, todas ainda em moldes de subsistência. No norte do Tocantins, merece destaque, também, a fruticultura, representada, principalmente, pelo cultivo da banana, do coco e da laranja.

A extração vegetal é a atividade mais tradicional na região, especialmente a exploração de madeiras e de óleo do babaçu. A atividade madeireira, ainda que apresente um grande potencial a ser explorado, requer a realização de um sério esforço no sentido de aprimorar as condições de sua sustentabilidade para que possa ser desenvolvida de forma viável. É importante lembrar que a Mesorregião possui uma grande biodiversidade

e que, justamente por isso, a questão ambiental adquire nesta área uma importância capital.

A exploração de minério, por sua vez, apresenta uma notável potencialidade para geração de riquezas, especialmente nas microrregiões de Marabá (PA), Redenção (PA) e Parauapebas (PA), onde existem jazidas de ferro, ouro, manganês, níquel, bauxita e cassiterita. No entanto, mesmo com o Grande Projeto Carajás, essa atividade não tem conseguido internalizar os benefícios econômicos para a região.

É possível, no entanto, potencializar algumas atividades, haja vista a aptidão agrícola dos solos e a razoável infra-estrutura já existente, especialmente a de transporte, onde o eixo multimodal do Centro-Norte viabiliza o escoamento da produção tanto em direção ao norte quanto ao sul do país.

A Mesorregião do Bico do Papagaio compreende 66 municípios – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.106,2 km<sup>2</sup> e com população de 1.645.861 habitantes (estimativa 2008 – IBGE).

### **Principais projetos**

#### **■ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APICULTURA**

O projeto, mediante convênio com a Prefeitura Munic. de Pau D'Arco-PA, visa promover o desenvolvimento sustentável da apicultura através de atividades que integrem a sustentabilidade da produção rural, o beneficiamento/armazenamento/comercialização. Contempla construção de uma unidade de processamento de mel/cera e a assistência técnica aos apicultores, beneficiando famílias de produtores rurais residentes em projetos de assentamento em 7 municípios da região (Pau D'Arco, Bannach, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção, Rio Maria e Santa Maria das Barreiras) e alunos das escolas e faculdades rurais próximas. O valor total do projeto é de R\$ 323.132,00.

#### **■ ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE GEMAS E JÓIAS**

O projeto, fruto de convênio com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará – SEBRAE/PA, constitui em apoio à estruturação de oficinas de artesanato mineral em Floresta do Araguaia/PA e de ourivesaria, fundição e lapidação de gemas em Parauapebas/PA, por meio da aquisição de equipamentos, máquinas e consultoria especializada. A iniciativa fortalece o Programa de Desenvolvimento do Setor de Gemas e Jóias do Pará, implementado pelo governo estadual, e beneficia diretamente os ourives, artesãos e lapidários dos municípios atendidos. O valor total do projeto é de R\$ 544.359,00.

#### **■ DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU**

O projeto, mediante convênio com o Governo do Estado do Tocantins (Ruraltins/SEAGRO), pretende promover o desenvolvimento social e econômico das famílias de trabalhadores rurais extrativistas da Microrregião de São Miguel do Tocantins

(municípios de Carrasco Bonito, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Sampaio e São Miguel do Tocantins), por meio da revitalização da micro-usina de babaçu e seus subprodutos, da construção da mini-fábrica de sabão e extração de mesocarpo e da capacitação dos produtores. O valor total do projeto é de R\$ 391.700,00.

#### ■ **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRUTICULTURA**

A iniciativa abrange um conjunto de projetos de assentamento de reforma agrária localizados em sete municípios do sudeste paraense (Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Nova Ipixuna e Parauapebas), com foco na agricultura familiar, mais especificamente da fruticultura do cupuaçu e do açaí, e apóia atividades que cobrem desde a capacitação dos produtores, passando pelo processamento da produção à definição de estratégias de comercialização. O valor total do projeto é de R\$ 331.676,00, transferido ao INCRA – Administração Regional do Sul do Pará, e executado pela Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará – FECAT.

Em continuidade ao projeto original, mantidas as parcerias com INCRA e FECAT, foram aprovados mais R\$ 271.946,00, em 2007, objetivando o fortalecimento e qualificação da atividade produtiva, contemplando contratação de técnicos e capacitação dos agricultores familiares (cooperativismo, associativismo, comercialização, produção agrícola familiar, organização social com foco na agricultura familiar); aquisição de material de consumo (embalagens/rótulos) e implantação de programa de qualidade nas agroindústrias.

■ **APOIO À ESTRUTURAÇÃO DE PROGRAMAS RURAIS (Grãos e Olericultura)** - Em parceria com a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás-PA, a iniciativa visa melhorar o desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Grãos (milho, feijão e arroz) e Olericultura, atendendo as necessidades dos produtores rurais, com melhoria do desenvolvimento econômico das comunidades. O projeto no valor R\$ 489.845,00 contempla a aquisição de máquinas (tratores) e implementos para estruturar o Município, Associações, Grupo de Mulheres e Cooperativas, aumentando a economia rural e criando melhores condições de vida para os agricultores e olericultores familiares.

■ **APOIO À ESTRUTURAÇÃO DA BOVINOCULTURA DE LEITE**  
A ser implementado no município de Marabá/PA, em parceria com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura, no valor de R\$ 476.266,44 (repassa à CEF-Caixa Econômica Federal). O projeto contempla a construção de uma unidade agroindustrial coletiva de beneficiamento de leite, sua sede administrativa e aquisição de máquinas e equipamentos, objetivando o fortalecimento da cadeia produtiva da pecuária leiteira e seus derivados na região.

#### ■ **APOIO AO DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO DO LEITE E DERIVADOS**

A ser implementado no município de São Francisco do Brejão/MA, em parceria com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura, no valor de R\$ 311.213,11. O projeto contempla a construção de três postos de resfriamento e conservação de leite com dependências e escritório, montagem de laboratório de análise,

aquisição de tanque de resfriamento de leite, construção de poço tubular e contratação e treinamento de técnicos e pessoal operacional

#### ▪ **APOIO AO PROJETO TEIA MANDALA JUVENIL**

Via emenda parlamentar ao OGU 2008 no valor de R\$ 910.000,00 - o projeto em parceria com o SEBRAE-PA (contrapartida de R\$ 273 mil) prevê a capacitação rural no Sistema Mandala com foco na criação e consolidação de uma rede composta por 900 jovens na faixa etária dos 18 aos 29 anos, objetivando a geração de oportunidades de trabalho e renda a partir do uso racional e harmônico dos recursos naturais água e terra, contribuindo para a revitalização social, econômica e ambiental do Estado do Pará, numa ação de inter-relacionamento institucional entre a Sociedade Civil Organizada e Governos. A metodologia Mandalla será aplicada em 18 municípios do estado do Pará (Bom Jesus do Tocantins, Conceição do Araguaia, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia e Xinguaçu), capacitando cerca de 50 jovens por município.



#### **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**

O programa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul.

Objetivos Associados:

- Promover a convergência das políticas públicas setoriais na faixa de fronteira, para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e cultural da região;
- Articular a questão da soberania nacional com o desenvolvimento regional, em sua dimensão econômica, social, institucional e cultural;
- Formular e promover a implementação das potencialidades endógenas, em diversas escalas espaciais, visando à inserção social e econômica das populações locais;
- Articular investimentos em infra-estrutura econômica para apoiar o processo de integração nacional; e
- Estimular investimentos em arranjos e cadeias produtivas prioritários para o desenvolvimento sustentável de regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes, o desenvolvimento local e a integração da América do Sul.

O novo PDFF depara-se com desafios estratégicos visando à mudança de mentalidade no tocante às fronteiras, que não podem mais ser entendidas como áreas longínquas e isoladas, e sim como uma região com a singularidade de estimular processos de desenvolvimento e integração regional.

As faixas contíguas dos países fronteiriços apresentam vantagens comparativas para provocar o fortalecimento regional, a partir de características políticas e propósitos comuns.

O Brasil tem fronteiras com dez países da América do Sul entre os doze existentes, o que reforça o caráter estratégico desta região para a competitividade do país e para a integração do continente.

**O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira configura-se como importante diretriz da política nacional e internacional brasileira.** Apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, a região ainda apresenta-se como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, historicamente abandonada pelo Estado e pela falta de coesão social, por problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania.

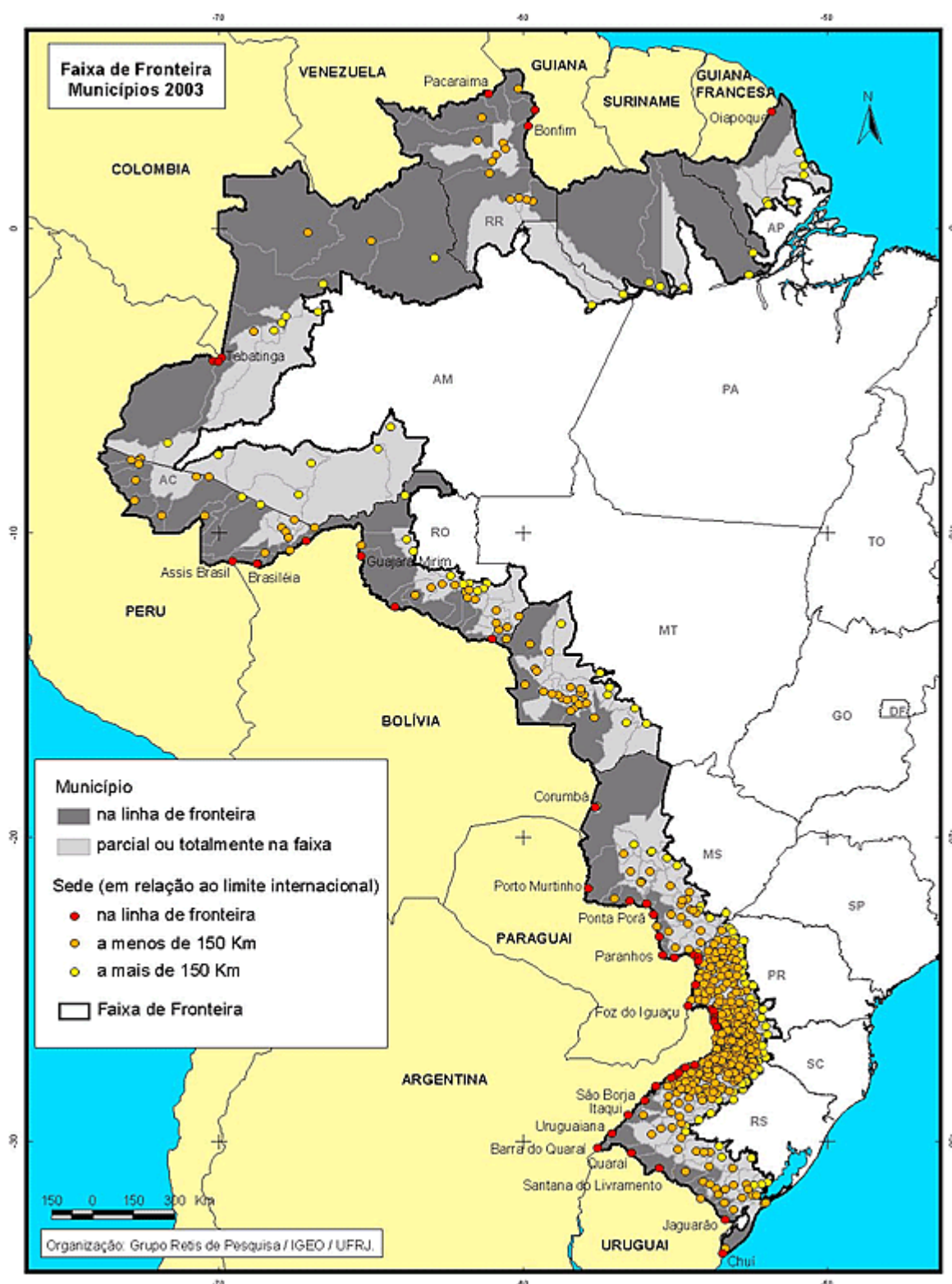
A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira (Lei 6.634/79, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980), que abrange 11 unidades da Federação e [588 municípios](#) e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes.

O fortalecimento das regiões de fronteira e de seus sub-espacos, envolvendo a Amazônia, a região central e o MERCOSUL configura-se como uma oportunidade de adquirir a competitividade necessária para o desenvolvimento sustentável integrado com os países da **América do Sul**.

Como uma das estratégias principais de combate às desigualdades, fortalecimento e viabilização dos potenciais endógenos e resgate de dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade, **o Desenvolvimento Regional** foi definido como prioritário nesse governo. A grande inovação desta política refere-se à abordagem dirigida a espacos sub-regionais, buscando a dinamização econômica, o fornecimento de infra-estrutura econômica e social e a melhoria nas condições de cidadania, envolvendo o fortalecimento dos atores locais e o aproveitamento das peculiaridades da organização social e das características produtivas locais.

Outra importante iniciativa do Governo Federal que espelha a seriedade na busca do desenvolvimento integrado e sustentável refere-se à conformação da 'Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional', coordenada pela Casa Civil da Presidência da República. Esta Câmara, composta por 23 Ministérios e Secretarias Especiais, constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, coordenado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, visando à articulação concreta das iniciativas do governo, de modo a promover sinergias (ações coordenadas), aproveitar complementaridades e proporcionar desenvolvimento e sustentabilidade das políticas implementadas. Estas políticas são priorizadas de acordo com necessidades, problemas e potencialidades locais, consideradas as diretrizes políticas estaduais, municipais e das sociedades locais.





Visando à eficiência na atenção das metas prioritárias do governo referentes ao desenvolvimento e integração regional, a estratégia de implementação do PDFF seguirá três grandes linhas de ação:

### 1. Desenvolvimento Integrado das Cidades Gêmeas

Seguindo a orientação do Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional foi priorizado o desenvolvimento integrado das

[cidades gêmeas](#) nesta primeira etapa de ação de desenvolvimento da Faixa de Fronteira, baseada nas potencialidades locais cujo padrão de atuação é articulado. As cidades contíguas constituem uma oportunidade para fortalecer e catalisar os processos de integração, social e institucional em bases supra-nacionais, fundamentais para a competitividade nacional.

Não são muitas as cidades gêmeas na fronteira do Brasil com os países vizinhos. O maior número e as mais importantes estão localizadas em fronteira seca ou estão articuladas por pontes de grande ou pequeno porte. Sendo este um projeto piloto que se adequa às diretrizes maiores do Estado de integração sul-americana, integração regional e inclusão social, os critérios de seleção das cinco cidades gêmeas foi baseado nos seguintes aspectos:

- Potencial para a nova estratégia do Governo Lula: desenvolvimento regional, cidadania e integração da América do Sul;
- Inserção em espaços prioritários nos programas de desenvolvimento regional;
- Pólos estratégicos nas relações internacionais;
- Potencial de impacto a curto prazo;
- 1 Piloto em cada Arco ([Norte/Central/Sul](#)) e dois adicionais no MERCOSUL (diretriz governamental).

## **2 . Articulação das Prioridades do PDFF com o Desenvolvimento das Mesorregiões Prioritárias dos Programas de Desenvolvimento Regional**

Quatro mesorregiões em que o Governo Federal já vem atuando de forma importante – Alto Solimões (AM), Vale do Rio Acre (AM e AC), Grande Fronteira do Mercosul (PR, SC e RS) e Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS) – encontram-se em áreas coincidentes com a faixa de fronteira.

Essas mesorregiões são beneficiadas pelas ações do PDFF e do PROMESO, de modo que, complementarmente, os programas em questão possam garantir o desenvolvimento sustentável dessas sub-regiões que já estão em processo de consolidação de uma base local de desenvolvimento, envolvendo articulação de estratégias e ações do Governo Federal com os Estados, Municípios e as sociedades locais organizadas, constituindo uma oportunidade para o aproveitamento de sinergias das ações públicas e privadas.

## **3. Melhoria das Condições Econômicas, Sociais e de Cidadania das Sub-regiões que Compõem a Faixa de Fronteira**

As ações aqui propostas tem o objetivo de articular os atores da Faixa de Fronteira em torno de projetos de desenvolvimento comuns e de construção de percepções da realidade local e sub-regional, assim como provocar a elaboração de agenda para a superação dos obstáculos e utilização das potencialidades, englobando, em sua estratégia de atuação, o fortalecimento da sociedade civil, o incentivo a Arranjos Produtivos Locais (APLs), a promoção da articulação dos atores e o estímulo à infraestrutura econômica, social e gerencial.

Vislumbra-se a ampliação da área geográfica coberta pelo Programa, estimulando a implementação de programas sub-regionais, dividindo a Faixa de Fronteira em Arcos e espaços sub-regionais, permitindo otimizar e catalisar o aproveitamento de peculiaridades da organização social e das características produtivas locais. A Faixa foi dividida em três grandes Arcos – Norte, Central e Sul –, composta por 17 sub-regiões, definidas em função de afinidades sociais, culturais, históricas, étnicas e de potencialidade e dinamismo econômico que sejam fortes o suficiente para otimizar iniciativas conjuntas.

### **Arco Norte**

O Arco Norte abrange a Faixa de Fronteira dos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Apesar de também fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e outros indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar a Faixa de Fronteira de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para o estado de Mato Grosso, outro estado componente da Amazônia Legal).

Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predomínio de população indígena foram os principais critérios para a definição das sub-regiões do Arco Norte. Apesar de fluxos migratórios procedentes de outras regiões do país (principalmente nordestina), a Faixa de Fronteira norte constitui um “arco indígena”, tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva) como da identidade territorial (importância étnicocultural indígena mesmo fora das áreas de reserva).

Em função das características acima descritas, observa-se, preliminarmente, a potencialidade de desenvolvimento dos seguintes Arranjos Produtivos Locais:

- Agroindústria
- Aquicultura
- Artesanato
- Atividade Pesqueira
- Beneficiamento de frutas regionais
- Bovinocultura, principalmente na criação de búfalos associada à indústria de laticínios
- Construção civil
- Extração e beneficiamento de látex
- Fabricação de artefatos de piaçava (vassouras)
- Floricultura
- Madeira e Moveleira
- Mandioca
- Turismo



## Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

A diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo subutilizados, continua sendo um importante desafio. Muitos planos, programas e projetos concebidos e implementados, não surtiram os efeitos desejados para a redução do problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto não, a custos inferiores a aqueles em outros setores da economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores a aqueles produzidos nas áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do Programa, a área irrigada per capita do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o País em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas. Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação; nas outras regiões do País, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria prima.

### Estratégia

A execução do Programa é descentralizada, sendo responsáveis diretos pela execução das ações os governos municipais e estaduais, bem como as entidades vinculadas ao MI (DNOCS e CODEVASF). A coordenação e supervisão são de responsabilidade da SIH/MI. Os Planos anuais e plurianuais são elaborados segundo as necessidades detectadas pelos governos estaduais, municipais e pelas entidades vinculadas. O Programa contempla ações de diversas índoles: apoio a estados e municípios para elaboração de planos diretores, como forma de disciplinar as ações do Programa na visão do desenvolvimento regional; estudos e projetos, apoio e fortalecimento institucional, execução de obras e aquisição de equipamentos. As ações são priorizadas segundo critérios estabelecidos pela SIH/MI e incorporarão a parceria dos setores público e privado na implantação de projetos de agricultura irrigada.

Ações em execução na Amazônia Legal

### Projeto Pinar – MT

O Programa PINAR foi lançado pelo Governo do Estado do Mato Grosso em 1997 e compreende a implantação de 26 Núcleos de Produção Agrícola, visando promover o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

O Programa está sendo implantado dentro de uma parceria entre o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado de Mato Grosso.

DADOS GERAIS DO PROJETO	
Localização	Localiza-se em diversos municípios do Estado de Mato Grosso entre eles Indiavaí, Araputanga, Rondonópolis, Campo Verde e Cuiabá.
Finalidade	Aproveitamento hidroagrícola em uma área total de 3.712ha.

Custo Total	R\$ 39.894.977,30	
Valor investido	R\$ 8.894.977,30	
Módulos do Projeto	Etapa Única	Compreende de 26 núcleos agrícolas e sua implantação se dará na medida da disponibilidade de recursos.
<b>- ETAPA ÚNICA (30%concluída)</b>		
Início da obra	1997	
Localização	<p>Em diversos Municípios do Estado de Mato Grosso, sendo:</p> <p>04 núcleos no Município de Rondonópolis-MT (03 executados);</p> <p>02 núcleos no Município de Juscimeira-MT (executado);</p> <p>02 núcleos no Município de Poxoréo-MT (executados);</p> <p>02 núcleos no Município de Campo Verde-MT (01 executado);</p> <p>02 núcleos no Município de Araputanga-MT (01 executado);</p> <p>01 núcleos no Município de Guiratinga-MT (executado);</p> <p>01 núcleos no Município de Dom Aquino-MT;</p> <p>01 núcleos no Município de Livramento-MT (executado);</p> <p>01 núcleos no Município de Sto Antônio Leverger-MT (executado);</p> <p>01 núcleos no Município de Cuiabá-MT (executado);</p> <p>01 núcleos no Município de Alto Paraguai-MT;</p> <p>01 núcleos no Município de Arenópolis-MT;</p> <p>02 núcleos no Município de Tangará da Serra-MT;</p> <p>01 núcleos no Município de Nova Olímpia-MT;</p> <p>01 núcleos no Município de Barra dos Bugres-MT;</p> <p>01 núcleos no Município de Indiavaí-MT (executado);</p> <p>01 núcleos no Município de Arenópolis-MT;</p> <p>01 núcleos no Município de Sorriso-MT.</p>	
Finalidade	Fornecer a demanda hídrica para Irrigação de 3.712 ha.	
Valor investido	<p>R\$ 8.894.977,30 ( Deste valor, R\$ 808.634,30 foi contrapartida do Governo do Estado).</p> <p>OGU 2004 empenhados: R\$ 2.400.000,00. Estes recursos possibilitarão implementar 02 dos novos núcleos adicionados (92 ha), além de melhorias em alguns projetos já concluídos. Atualmente, estão concluídos 14 núcleos.</p> <p>No atual governo, não foram repassados recursos em 2003. Para 2004 estão previstos recursos no valor de R\$ 2.400.000,00.</p> <p>Estão previstos para serem aplicados no âmbito do PPA os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ em 2005 não há recursos previstos;</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ em 2006 recursos no montante de R\$ 2.000.000,00;</li> <li>○ em 2007 recursos no montante de R\$ 7.106.000,00;</li> </ul> <p>em 2008 não há recursos previstos.</p>
Exploração Agrícola	Banana, quiabo, maxixe, jiló, milho, mandioca, tomate, olerícolas, maracujá, abacaxi, couve, batata doce, coco, entre outros

### **Projeto de Fruticultura Irrigada São João - Porto Nacional – TO**

Localizado no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins, tem como fonte hídrica o reservatório da Usina Hidrelétrica de Lajeado.

A área do Projeto situa-se nas proximidades da margem direita, sendo que a captação será realizada através de um canal de chamada que conduz a água até uma estação de bombeamento, a qual coloca a vazão necessária em dois canais secundários que a distribuem a dez setores de irrigação. Cada setor possui uma estação de pressurização que conduz a água até os lotes por uma rede de distribuição (tubulação enterrada).

Os métodos de irrigação selecionados para o projeto são gotejamento e microaspersão.

<b>DADOS GERAIS DO PROJETO</b>	
Localização	Parte central do Estado do Tocantins, no município de Porto Nacional, a uma distância de 60 km ao sul de Palmas.
Finalidade	Aproveitamento da água do Reservatório da UHE do Lajeado para projetos de irrigação visando acolher os atingidos pela construção da barragem, além de outros colonos.
Custo Total	R\$ 170.000.000,00
Valor investido	R\$ 30.897.733,33 (incluindo a contrapartida)
Módulos do Projeto	Projeto Piloto – 640 ha
	Projeto de irrigação - 3.583 ha (incluindo a Projeto Piloto)

<b>ETAPA EM EXECUÇÃO – Pólo de Fruticultura Irrigada São João (640 há)</b>	
Início da obra	1º semestre de 2001.
Área total	3.583 ha para irrigação
Projeto de Irrigação	3.583 ha irrigáveis
3.583 ha.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 227 lotes para pequenos empresários;</li> <li>• 349 lotes para pequenos irrigantes.</li> </ul> <p>FASE 1 da Área Piloto: 640 ha.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão: 2004 até o 2º semestre de 2005.</li> </ul>
	Custo total da Área Piloto: R\$ 40 milhões
	OGU 2004 empenhados: R\$ 9,168 milhões. Para conclusão do Projeto Piloto será necessário, ainda, R\$ 2,0 milhões.
	No atual governo foi feito um aporte de recursos no montante de R\$ 9.000.000,00 (RAP

	<p>2003).</p> <p>Serão repassados ainda em 2004 R\$ 9.168.000,00 (A liberação está condicionada à aprovação de um TAC pelo Ministério Público Federal para sanar problemas nas Licenças Ambientais).</p> <p>Estão previstos para serem aplicados no âmbito do PPA os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ em 2005 recursos no montante de R\$ 8.000.000,00;</li> <li>○ em 2006 recursos no montante de R\$ 4.000.000,00;</li> <li>○ em 2007 recursos no montante de R\$ 10.000.000,00;</li> <li>○ em 2008 recursos no montante de R\$ 15.000.000,00.</li> </ul>
Exploração agrícola	Fruticultura: Caju, abacaxi, mamão, maracujá, coco e banana;

### Programa Integração de Bacias Hidrográficas

Secularmente, o homem desbravou e ocupou os espaços do território nacional apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob esta ótica, os cursos d'água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e desenvolvimento das populações devido à característica intrínseca de seus usos múltiplos. Na região Nordeste do País, as características do clima e dos solos ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, aumentada pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas, aliado à degradação ambiental, estão gerando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos. A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e/ou continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional. A não implementação do programa crrará conflitos já existentes e propiciará o desenvolvimento dos passíveis de ocorrer.

#### **Estratégia**

São visualizadas duas formas de execução do programa, em função das bacias hidrográficas envolvidas: federais e internacionais, cuja a execução será direta. Em todas as ações deverá ser prevista a parceria com os órgãos ambientais e/ou com o MMA e a ANA, haja vista que as ações de integração entre bacias envolvem aspectos ambientais e de gestão de recursos hídricos. As ações serão estruturadas segundo necessidades regionais, no caso de bacias federais.

## Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Tem como objetivo, articular as ações de instituições federais, estaduais e locais na implementação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial a fim de buscar a redução das desigualdades regionais e promover a ativação dos potenciais da rica diversidade social, econômica e social do território. O planejamento e a implementação dessas ações são orientados conforme as escalas territoriais nacional, macrorregional, mesorregional, microrregional e intra-urbana.

### **Justificativa**

O panorama histórico da economia brasileira apresenta um quadro permanente de desigualdades regionais, agravado recentemente com o fenômeno da globalização e a ausência de políticas que minimizassem as forças tradicionais de concentração do desenvolvimento e levassem o dinamismo para as regiões menos prósperas. Como consequência, acirram-se as desigualdades sociais e regionais, aumentando a necessidade de que se organizem políticas capazes de minorar os efeitos negativos e reafirmar a coesão social e territorial do País e de suas regiões.

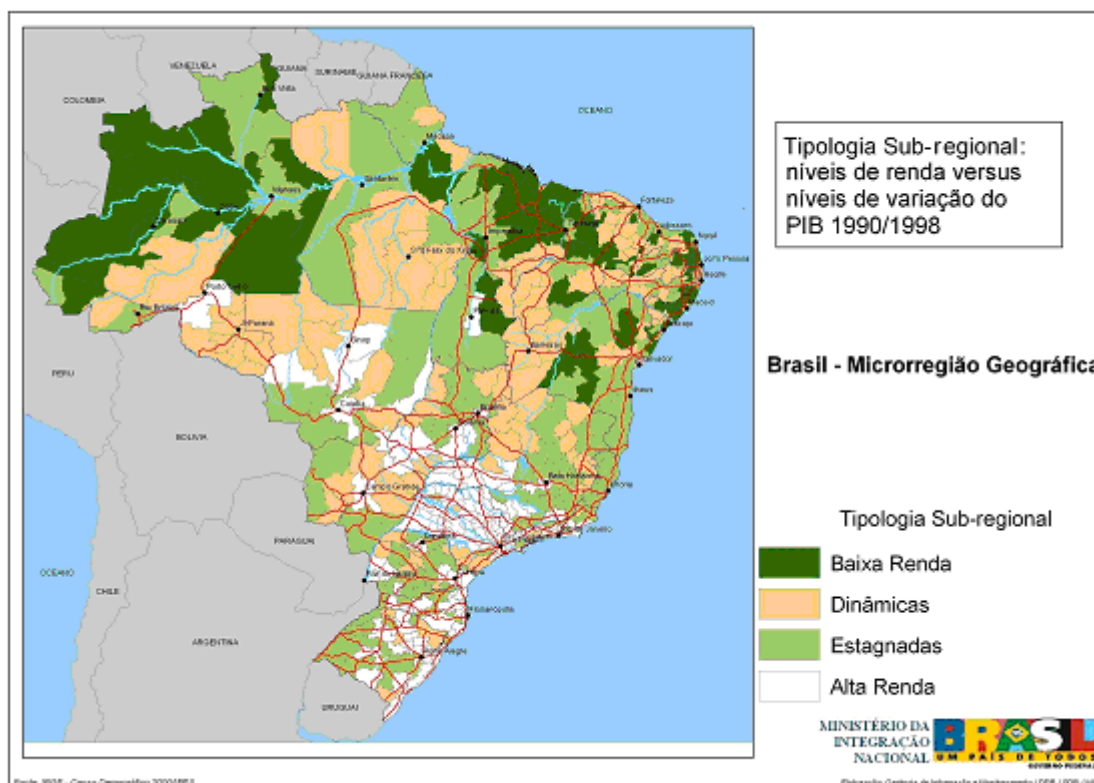
Enquanto certas regiões assistem a um uso intenso dos recursos disponíveis, principalmente diante das maiores dotações de infra-estrutura e mão-de-obra qualificada, outras vêem seus potenciais de desenvolvimento sub-utilizados. Essa diferença resulta, no território nacional, em um mosaico de situações distintas quanto à inserção produtiva e, por consequência, quanto à inclusão social. Os desequilíbrios observados, no entanto, são passíveis de alteração com a implementação de políticas de desenvolvimento regional.

Dentre os megaobjetivos do Plano Plurianual 2004/2007 (PPA 2004/7), destaca-se o de reduzir as desigualdades regionais. Foi nesse contexto que o Ministério da Integração Nacional elaborou a [Política Nacional de Desenvolvimento Regional \(PNDR\)](#), que recebeu a chancela do Governo Federal por meio da Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, composta por representantes de 21 pastas, e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), da Presidência da República.

A PNDR está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, valorizando a magnífica diversidade regional do País.

No intuito de alcançar seus objetivos, a PNDR adota a caracterização das realidades regionais, conforme mapa com as microrregiões geográficas brasileiras (cartograma abaixo), definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A política considera o cruzamento de duas variáveis:

- Rendimento domiciliar médio por habitante, calculado a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, elaborado pelo IBGE;
- Variação dos produtos internos brutos (PIB) microrregionais entre 1990 e 1998, calculada com base nas estimativas dos PIB municipais elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



### Estratégia de Implementação do programa

- Dotar a PNDR dos meios necessários à articulação das ações associadas à política, promover sua difusão nos diversos níveis federativos e realizar a capacitação dos agentes locais de desenvolvimento regional;
- Promover a articulação entre as entidades responsáveis pelas ações do programa – Ministério da Integração Nacional, Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) – com vistas à integração das agendas de trabalho relacionadas com as áreas de:
  - estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento regional;
  - capacitação de servidores e agentes locais para o de desenvolvimento regional;
  - elaboração de planos macrorregionais e sub-regionais;
- Promover a articulação entre o Ministério da Integração Nacional e os ministérios setoriais, na busca pela consolidação dos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional como referência auxiliar na implantação das diversas políticas públicas.

## **Programa de Prevenção e Preparação para Emergência e Desastres – PPED**

Este programa é estabelecido pela Política Nacional de Defesa Civil e previsto no Orçamento da União, é um importante programa estratégico, de âmbito nacional. Tem sua aplicabilidade em longo prazo e os seguintes objetivos gerais:

- Incrementar o nível de segurança intrínseca e reduzir a vulnerabilidade dos cenários dos desastres e das comunidades em risco;
- Otimizar o funcionamento do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, em todo o território nacional;
- Minimizar as influências negativas relacionadas com as variáveis tempo e recursos, sobre o desempenho do SINDEC;
- Facilitar uma rápida e eficiente mobilização dos recursos necessários ao restabelecimento da situação de normalidade, em circunstâncias de desastres.

Esse programa segue os preceitos do artigo 21, inciso XVIII, da Constituição Federal, que estabelece como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra as calamidades públicas.

É certo que os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social, intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, e afetam o desenvolvimento sustentável do País. Assim, a falta de medidas preventivas implica vultosos e crescentes gastos na resposta a desastres que poderiam financiar projetos de grande impacto social, com geração de emprego e renda.

### **As Ações do PPED:**

- Fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de defesa civil, com reaparelhamento e reequipamento dos órgãos diretamente responsáveis por esse trabalho;
- Apoio com recursos a obras preventivas de desastres que visam reduzir as perdas e danos resultantes dos processos erosivos, dos deslizamentos e das inundações;
- Produção e divulgação de publicidade de utilidade pública a fim de informar a população sobre a necessidade da adoção de comportamentos que lhe melhorem a sua qualidade de vida;
- A Capacitação de Agentes de Defesa Civil, ação fundamental no Programa de Prevenção para Emergência e Desastres, promove a capacitação, a especialização, o aperfeiçoamento, a aprendizagem de novas técnicas e a atualização dos corpos técnicos dos órgãos que integram o SINDEC, tudo isto em parcerias com as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil.



## **Programa de Resposta aos Desastres - PRD**

O PRD objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as pessoas de menor renda.

As bases legais do PRD estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com urgência necessária – ações relacionadas com o socorro, a assistência às pessoas afetadas e a reabilitação dos cenários.

### **Ações do PRD:**

- Criação de Grupo de Apoio a Desastres para atuar em todo território nacional, apoiando estados e municípios na pronta resposta aos desastres de grande e muito grande porte.
- Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, em todo território Nacional, objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grandes porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.
- Reabilitação dos Cenários de Desastres busca promover a reabilitação das áreas atingidas por desastres naturais ou provocados pelo homem, quando comprometida a capacidade local de atendimento, especialmente se interrompida a prestação dos serviços essenciais nos casos de desastres de grande e muito grande porte.

## **Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT**

### **PRODES - Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite**

Desde 1988, o INPE vem produzindo estimativas anuais das taxas de desflorestamento da Amazônia Legal. A partir do ano de 2002, estas estimativas estão sendo produzidas por classificação digital de imagens seguindo a Metodologia PRODES. A principal vantagem deste procedimento está na precisão do geo-referenciamento dos polígonos de desflorestamento, de forma a produzir um banco de dados geográfico multitemporal.

A partir dos incrementos de desflorestamento identificados em cada imagem, as taxas anualizadas são estimadas para a data de 1/agosto do ano de referência.

No ano 2007-2008: A estimativa da Taxa de Desflorestamento baseando-se em 85 imagens LANDSAT e de outros satélites quando houver cobertura de nuvens. Ao usar



imagens de mais de um satélite (de datas próximas), o resultado é composto usando como base o recorte da cena Landsat. O INPE estima que a Taxa Projetada de desmatamento no período de Agosto de 2007 a Agosto de 2008 seja de 11.968 km<sup>2</sup>, com uma margem de erro de 4%.

O programa de Monitoramento da Amazônia por Sensoriamento Remoto do INPE conta com quatro sistemas operacionais e complementares: PRODES, QUEIMADAS, DETER e DEGRAD. O PRODES é operado pelo INPE desde 1988 para estimar a taxa anual do desmatamento por corte raso, quando ocorre a retirada total da cobertura florestal. O PRODES identifica áreas de corte raso maiores que 6,25 ha. Não registra as derrubadas parciais da floresta resultantes de queimadas e de extração seletiva de madeira.

Os dados do PRODES não são suficientes para ações de prevenção e de fiscalização, devido ao tempo que levam para ser produzidos e por incluir apenas as áreas de corte raso. Por isto, a partir de 2004 o INPE implementou o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real – DETER - para monitoramento contínuo do desmatamento e da degradação florestal. O sistema foi criado para atender ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal do Governo Federal, iniciado em 2003.

O DETER fornece a localização e a dimensão aproximada de novas ocorrências de mudanças na vegetação para auxiliar ações de fiscalização e controle do desmatamento. O DETER usa um conceito de desmatamento mais abrangente do que o do PRODES, incluindo tanto o corte raso quanto as ocorrências de degradação florestal. Para obter maior rapidez em suas medidas, o DETER utiliza satélites que cobrem a Amazônia com maior frequência, mas cujas imagens têm menor resolução espacial. Em consequência, as medidas do DETER são menos detalhadas que o PRODES.

Adicionalmente, o INPE mantém desde 1985 um sistema operacional de monitoramento de queimadas por satélite. Para isto, desenvolveu metodologias e programas para identificar focos de calor em imagens de satélites de baixa resolução, como os da série NOAA, GOES, TERRA, AQUA e METEOSAT.

Em 2008, o INPE desenvolveu o sistema DEGRAD, em função das indicações do crescimento da degradação florestal da Amazônia obtidas a partir dos dados do DETER. Trata-se de um novo sistema destinado a mapear áreas em processo de desmatamento em imagens LANDSAT e CBERS, onde a cobertura florestal ainda não foi totalmente removida. O objetivo deste sistema é mapear em detalhe áreas de floresta com tendência a ser convertida a corte raso. Estas áreas não são computadas pelo PRODES.

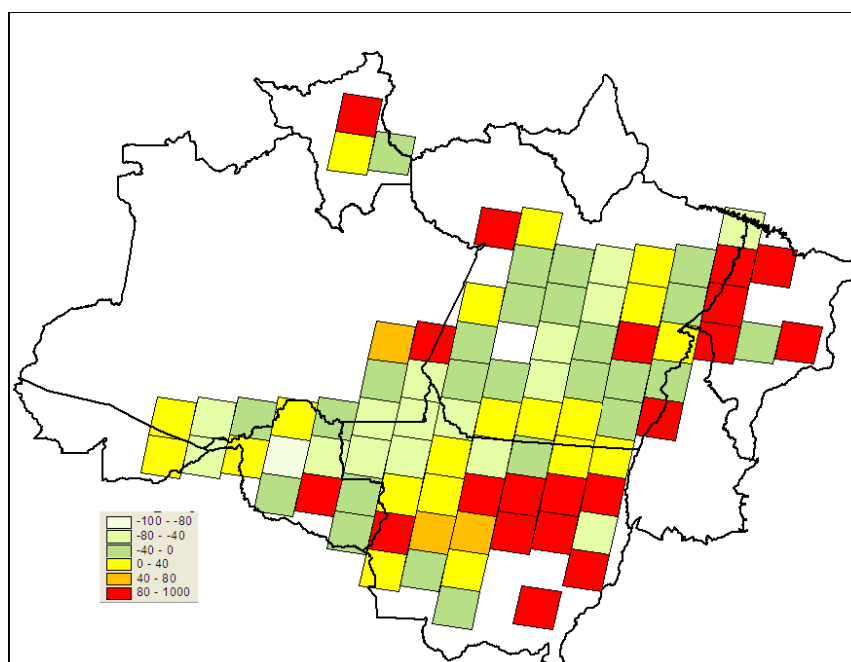
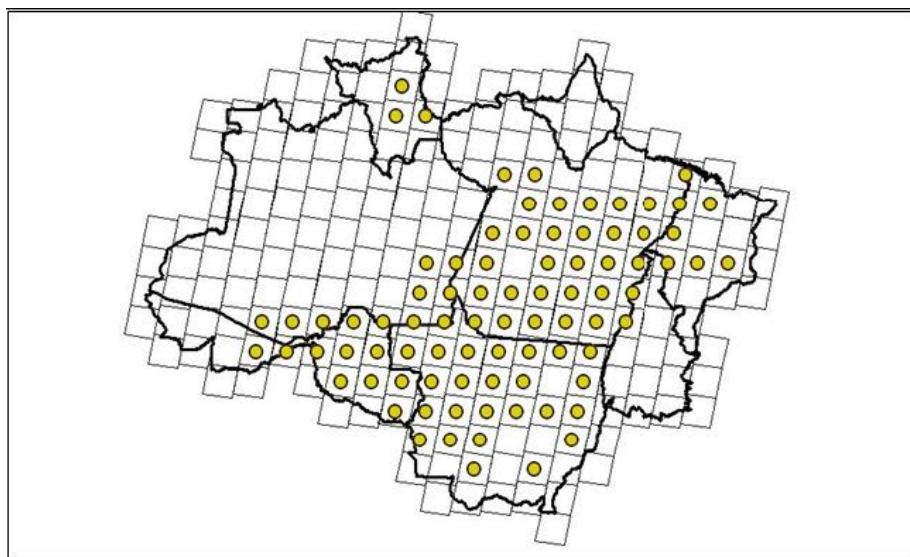
Os sistemas PRODES e o DETER são complementares. O PRODES utiliza imagens dos sensores TM (satélite LANDSAT da NASA), DMC (satélites da Disaster Monitoring Constellation) e CCD (satélites CBERS do INPE), que cobrem a Amazônia com baixa frequência temporal (16 e 26 dias) e têm resolução espacial de 30 e 20 metros, respectivamente.

O DETER - Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real utiliza imagens dos sensores MODIS, a bordo do satélite TERRA, da NASA e WFI, a bordo do satélite brasileiro CBERS-2B do INPE. Esses sensores cobrem a Amazônia com alta frequência temporal, de dois e cinco dias, respectivamente, mas com resolução espacial moderada

de 250 metros. Com essa resolução espacial, as imagens desses sensores permitem apenas a detecção de desmatamentos cujas áreas sejam superiores a 25 hectares. As medidas do DETER são assim mais imprecisas que o PRODES, mas feitas com maior frequência.

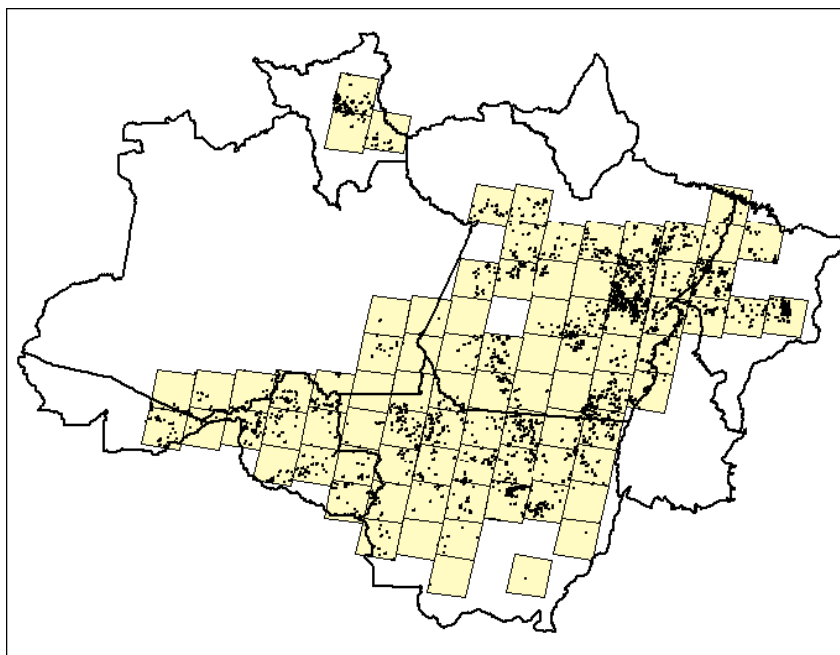
A taxa de desmatamento na Amazônia Legal brasileira para o período de 2007/2008 estimada pelo INPE foi de 11.968 km<sup>2</sup> o que representa um aumento de 3,8% em relação à taxa de 2006/2007, de 11.532 km<sup>2</sup>.

Uma descrição detalhada da metodologia para o cálculo da taxa anual de desmatamento está disponível no sítio do PRODES e pode ser encontrada em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/metodologia.pdf>.



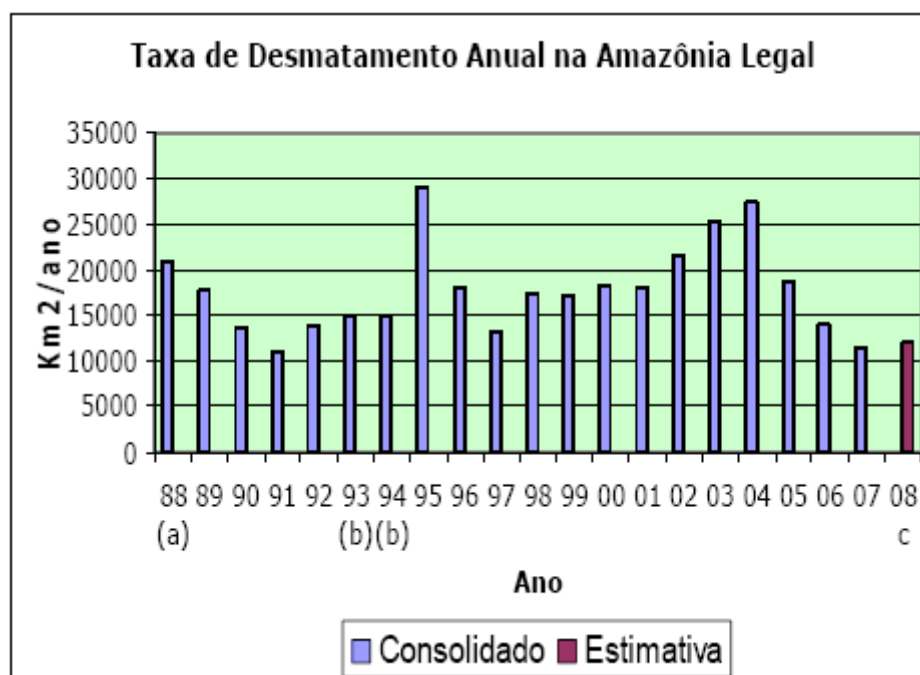
Variação relativa (%) entre o desmatamento encontrado nas 85 cenas em 2007 e 2008

A Figura abaixo mostra a distribuição das áreas mapeadas pelos PRODES 2008, dentre os Estados da Amazônia Legal .



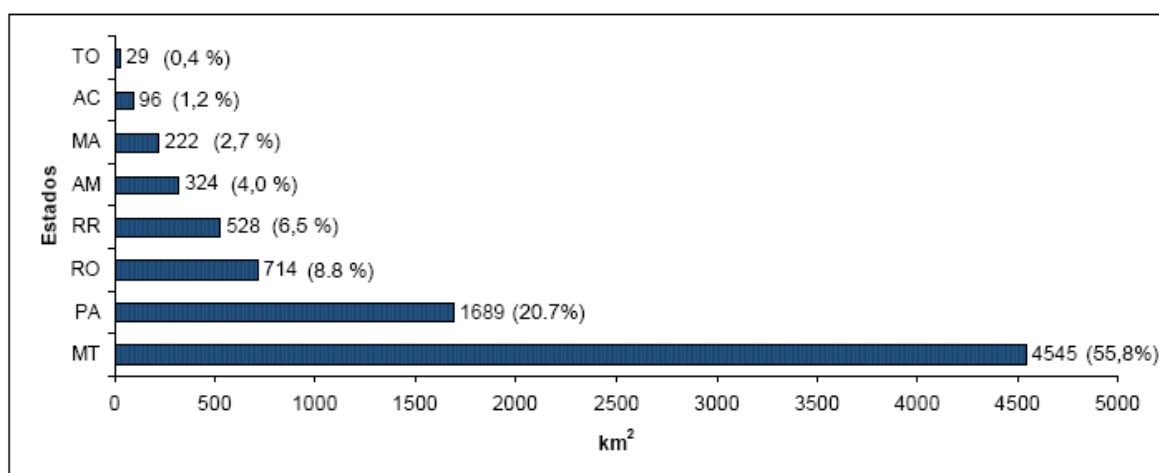
Taxa de desmatamento para os Estados da Amazônia Legal.

Estado	Taxa (km <sup>2</sup> )
Acre	222
Amazonas	479
Amapá	-
Maranhão	1085
Mato Grosso	3259
Pará	5180
Rondônia	1061
Roraima	570
Tocantins	112
<b>Total</b>	<b>11.968</b>



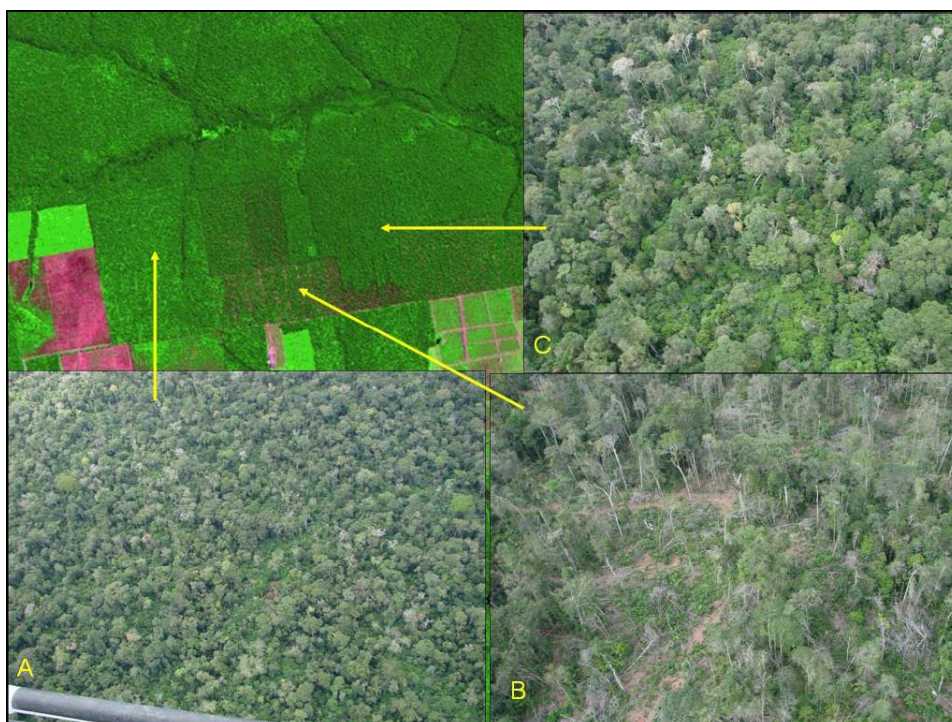
## DETER

A área desmatada apontada pelo DETER no período de agosto de 2007 a julho de 2008 foi de 8.147 km<sup>2</sup> correspondentes a 7.758 Alertas.



## DEGRAD

Em 2008, o INPE desenvolveu o sistema DEGRAD, em função das indicações do crescimento da degradação florestal da Amazônia obtidas a partir dos dados do DETER. Trata-se de um novo sistema destinado a mapear áreas em processo de desmatamento onde a cobertura florestal ainda não foi totalmente removida.



Padrões de degradação florestal por extração de madeira observados em imagens realçadas. A) Degradação de intensidade moderada, área em regeneração após exploração madeireira, pátios ainda discrimináveis; B) Degradação de intensidade alta, exploração madeireira ativa, grande proporção de solo exposto; C) Degradação de intensidade leve, evidência de instalação de estradas de acesso.

O levantamento preliminar de áreas degradadas nessas imagens registrou 14.915 km<sup>2</sup> em 2007 e 24.932 km<sup>2</sup> em 2008.

Estado	2007	2008
Acre	89	27
Amazonas	180	65
Amapá	-	-
Maranhão	1.814	3.978
Mato Grosso	8.744	12.534
Pará	3.466	7.708
Rondônia	367	477
Roraima	118	77
Tocantins	137	66
Total	14.915	24.932

## Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal para o ano de 2007

(OBS. Os dados apresentados para o Estado do Acre, a seguir, estão disponíveis para todos os Estados da Amazônia Legal)

### Acre

(\*) esta área foi extraída do polígono de cada município, baseando-se no mapa digital fornecido pelo IBGE na escala 1/2.500.000. Pode haver uma diferença mínima em relação à área oficial divulgada pelo mesmo IBGE

Nr	Município (Estado)	Área (km²)(*)	Desflorestamento até 2007 (%)	Incremento 2006/2007 (%)	Floresta até 2007 (%)	Nuvem até 2007 (%)	Não Observado em 2007 (%)	Não Floresta em 2007 (%)	Hidrografia em 2007 (%)	Check
<a href="#">1</a>	<a href="#">Rio Branco (AC)</a>	9509	2917.2 (31%)	18.1 (0%)	6569.9 (69%)	21.8 (0%)	0.1 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">2</a>	<a href="#">Plácido de Castro (AC)</a>	2099	1473.2 (70%)	6.6 (0%)	611.3 (29%)	11.2 (1%)	3.3 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">3</a>	<a href="#">Sena Madureira (AC)</a>	26182	1449.9 (6%)	18.3 (0%)	24709.9 (94%)	0.0 (0%)	19.3 (0%)	2.9 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">4</a>	<a href="#">Brasiléia (AC)</a>	4484	1340.3 (30%)	7.1 (0%)	3131.7 (70%)	0.0 (0%)	11.7 (0%)	0.0 (0%)	0.3 (0%)	100
<a href="#">5</a>	<a href="#">Porto Acre (AC)</a>	3071	1336.7 (44%)	13.7 (0%)	1723.8 (56%)	7.7 (0%)	2.8 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">6</a>	<a href="#">Senador Guiomard (AC)</a>	1887	1272.1 (67%)	6.3 (0%)	563.5 (30%)	51.4 (3%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">7</a>	<a href="#">Bujari (AC)</a>	3572	1249.2 (35%)	12.5 (0%)	2322.3 (65%)	0.0 (0%)	0.5 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">8</a>	<a href="#">Tarauacá (AC)</a>	16278	1123.6 (7%)	13.4 (0%)	15146.5 (93%)	0.0 (0%)	2.2 (0%)	0.0 (0%)	5.7 (0%)	100

<a href="#">9</a>	<a href="#">Xapuri (AC)</a>	5416	1122.3 (21%)	1.8 (0%)	4293.2 (79%)	0.0 (0%)	0.4 (0%)	0.1 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">10</a>	<a href="#">Feijó (AC)</a>	25248	1053.3 (4%)	15.3 (0%)	24129.5 (96%)	0.0 (0%)	58.3 (0%)	0.4 (0%)	6.5 (0%)	100
<a href="#">11</a>	<a href="#">Acrelândia (AC)</a>	1610	858.4 (53%)	10.4 (1%)	536.9 (33%)	212.7 (13%)	2.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	99
<a href="#">12</a>	<a href="#">Epitaciolândia (AC)</a>	1710	830.4 (49%)	2.7 (0%)	871.0 (51%)	0.0 (0%)	8.5 (0%)	0.0 (0%)	0.1 (0%)	100
<a href="#">13</a>	<a href="#">Capixaba (AC)</a>	1765	818.4 (46%)	3.3 (0%)	940.3 (53%)	0.0 (0%)	6.3 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	99
<a href="#">14</a>	<a href="#">Cruzeiro do Sul (AC)</a>	8352	628.5 (8%)	8.9 (0%)	6959.2 (83%)	727.7 (9%)	36.4 (0%)	0.2 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">15</a>	<a href="#">Rodrigues Alves (AC)</a>	3491	417.7 (12%)	4.6 (0%)	1527.7 (44%)	1492.1 (43%)	52.8 (2%)	0.7 (0%)	0.0 (0%)	101
<a href="#">16</a>	<a href="#">Mâncio Lima (AC)</a>	4947	332.2 (7%)	2.0 (0%)	3260.9 (66%)	1209.4 (24%)	144.5 (3%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">17</a>	<a href="#">Manoel Urbano (AC)</a>	9741	227.7 (2%)	5.9 (0%)	9457.8 (97%)	0.0 (0%)	12.6 (0%)	0.0 (0%)	42.9 (0%)	99
<a href="#">18</a>	<a href="#">Marechal Thaumaturgo (AC)</a>	8145	164.4 (2%)	2.7 (0%)	7808.2 (96%)	80.1 (1%)	91.6 (1%)	0.2 (0%)	0.5 (0%)	100
<a href="#">19</a>	<a href="#">Assis Brasil (AC)</a>	2986	138.9 (5%)	1.5 (0%)	2813.5 (94%)	0.0 (0%)	33.6 (1%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">20</a>	<a href="#">Porto Walter (AC)</a>	6461	138.3 (2%)	7.6 (0%)	6131.6 (95%)	186.5 (3%)	1.6 (0%)	3.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">21</a>	<a href="#">Jordão (AC)</a>	5692	105.8 (2%)	1.8 (0%)	5558.6 (98%)	11.7 (0%)	15.4 (0%)	0.1 (0%)	0.4 (0%)	100
<a href="#">22</a>	<a href="#">Santa Rosa do Purus (AC)</a>	6225	67.4 (1%)	3.9 (0%)	6089.7 (98%)	0.0 (0%)	32.8 (1%)	0.1 (0%)	35.0 (1%)	101

### Lista dos 30 municípios que mais desmataram em 2007

Nr	Município (Estado)	Area (km2)(*)	Desflorestamento até 2007 (%)	Incremento 2006/2007 (%)	Floresta até 2007 (%)	Nuvem até 2007 (%)	Nao Observado em 2007 (%)	Nao Floresta em 2007 (%)	Hidrografia em 2007 (%)	Check
<a href="#">1</a>	<a href="#">São Félix do Xingu (PA)</a>	84249	15128.5 (18%)	878.9 (1%)	63389.2 (75%)	995.0 (1%)	6.6 (0%)	3790.0 (4%)	939.7 (1%)	99
<a href="#">2</a>	<a href="#">Paragominas (PA)</a>	19452	8630.6 (44%)	107.1 (1%)	10353.1 (53%)	422.6 (2%)	5.0 (0%)	7.0 (0%)	33.7 (0%)	99
<a href="#">3</a>	<a href="#">Marabá (PA)</a>	15127	7533.5 (50%)	165.4 (1%)	6820.9 (45%)	649.2 (4%)	1.7 (0%)	35.9 (0%)	85.8 (1%)	100
<a href="#">4</a>	<a href="#">Juara (MT)</a>	21430	7305.9 (34%)	110.1 (1%)	12533.8 (58%)	0.0 (0%)	0.4 (0%)	1463.3 (7%)	126.6 (1%)	100
<a href="#">5</a>	<a href="#">Porto Velho (RO)</a>	34636	7246.1 (21%)	432.3 (1%)	26149.3 (75%)	33.0 (0%)	21.7 (0%)	433.1 (1%)	752.8 (2%)	99
<a href="#">6</a>	<a href="#">Santana do Araguaia (PA)</a>	11607	6747.5 (58%)	220.6 (2%)	3985.2 (34%)	0.0 (0%)	0.3 (0%)	807.1 (7%)	66.9 (1%)	100
<a href="#">7</a>	<a href="#">Cumarú do Norte (PA)</a>	17106	6721.3 (39%)	292.2 (2%)	8730.7 (51%)	39.5 (0%)	172.0 (1%)	1442.5 (8%)	0.0 (0%)	99
<a href="#">8</a>	<a href="#">Novo Repartimento (PA)</a>	15433	5912.6 (38%)	361.9 (2%)	7579.9 (49%)	771.5 (5%)	0.2 (0%)	1.0 (0%)	1167.8 (8%)	100
<a href="#">9</a>	<a href="#">Altamira (PA)</a>	159701	5772.1 (4%)	369.3 (0%)	147864.7 (93%)	605.2 (0%)	25.2 (0%)	3765.5 (2%)	1668.3 (1%)	100
<a href="#">10</a>	<a href="#">Santa Maria das Barreiras (PA)</a>	10350	5586.5 (54%)	120.8 (1%)	2153.3 (21%)	17.5 (0%)	27.4 (0%)	2509.8 (24%)	55.5 (1%)	100
<a href="#">11</a>	<a href="#">Santa Luzia (MA)</a>	6193	5531.1 (89%)	27.1 (0%)	661.5 (11%)	0.0 (0%)	0.4 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100





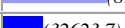
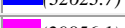
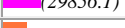
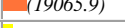
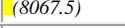


<a href="#">12</a>	<a href="#">Tapurah (MT)</a>	11610	5374.5 (46%)	48.0 (0%)	4828.3 (42%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1389.6 (12%)	17.6 (0%)	100
<a href="#">13</a>	<a href="#">Rondon do Pará (PA)</a>	8286	5176.4 (62%)	86.2 (1%)	3104.8 (37%)	4.8 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	99
<a href="#">14</a>	<a href="#">Açailândia (MA)</a>	5844	5145.8 (88%)	34.2 (1%)	664.8 (11%)	32.2 (1%)	1.2 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">15</a>	<a href="#">Querência (MT)</a>	17856	4895.0 (27%)	39.4 (0%)	10612.7 (59%)	0.0 (0%)	0.8 (0%)	2268.0 (13%)	79.5 (0%)	99
<a href="#">16</a>	<a href="#">Água Azul do Norte (PA)</a>	7586	4876.7 (64%)	35.1 (0%)	2579.9 (34%)	0.3 (0%)	0.0 (0%)	129.1 (2%)	0.0 (0%)	100
<a href="#">17</a>	<a href="#">Alta Floresta (MT)</a>	8955	4761.0 (53%)	61.0 (1%)	3895.4 (43%)	0.0 (0%)	1.7 (0%)	261.0 (3%)	35.9 (0%)	99
<a href="#">18</a>	<a href="#">Novo Progresso (PA)</a>	38183	4622.3 (12%)	347.7 (1%)	29760.9 (78%)	251.9 (1%)	11.1 (0%)	3462.0 (9%)	74.8 (0%)	100
<a href="#">19</a>	<a href="#">Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)</a>	13698	4558.4 (33%)	18.7 (0%)	2455.1 (18%)	0.0 (0%)	22.4 (0%)	6589.2 (48%)	72.9 (1%)	100
<a href="#">20</a>	<a href="#">Monte Alegre (PA)</a>	21701	4547.9 (21%)	26.8 (0%)	11446.2 (53%)	2669.1 (12%)	6.1 (0%)	1888.2 (9%)	1143.5 (5%)	100
<a href="#">21</a>	<a href="#">Vila Rica (MT)</a>	7450	4471.4 (60%)	101.8 (1%)	2779.4 (37%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	188.9 (3%)	10.3 (0%)	100
<a href="#">22</a>	<a href="#">Santarém (PA)</a>	22876	4377.4 (19%)	39.2 (0%)	12529.6 (55%)	1406.2 (6%)	11.8 (0%)	667.5 (3%)	3883.5 (17%)	100
<a href="#">23</a>	<a href="#">Itaituba (PA)</a>	62096	4307.3 (7%)	120.9 (0%)	54929.9 (88%)	1584.1 (3%)	4.3 (0%)	462.5 (1%)	807.9 (1%)	100
<a href="#">24</a>	<a href="#">Pacajá (PA)</a>	11852	4305.7 (36%)	168.0 (1%)	5109.0 (43%)	2429.3 (20%)	8.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	99
<a href="#">25</a>	<a href="#">Juína (MT)</a>	26358	4184.8 (16%)	44.2 (0%)	19486.7 (74%)	0.0 (0%)	3.1 (0%)	2643.1 (10%)	40.3 (0%)	100

<a href="#">26</a>	<a href="#">São José do Xingu (MT)</a>	7467	4171.4 (56%)	25.5 (0%)	2933.4 (39%)	0.0 (0%)	4.9 (0%)	301.9 (4%)	55.4 (1%)	100
<a href="#">27</a>	<a href="#">São Félix do Araguaia (MT)</a>	16857	4122.3 (24%)	42.1 (0%)	6485.8 (38%)	0.0 (0%)	0.7 (0%)	6189.4 (37%)	58.8 (0%)	99
<a href="#">28</a>	<a href="#">Itupiranga (PA)</a>	7899	4107.2 (52%)	131.3 (2%)	2707.0 (34%)	966.5 (12%)	1.1 (0%)	5.7 (0%)	111.5 (1%)	99
<a href="#">29</a>	<a href="#">Brasnorte (MT)</a>	16001	4055.2 (25%)	50.2 (0%)	8147.2 (51%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	3765.4 (24%)	33.2 (0%)	100
<a href="#">30</a>	<a href="#">Nova Uiratã (MT)</a>	12690	3944.1 (31%)	19.2 (0%)	5948.8 (47%)	0.0 (0%)	0.1 (0%)	2796.5 (22%)	0.5 (0%)	100

- Gráfico do Desflorestamento -

**Distribuição dos 699864.4 km2 de DESMATAMENTO ate 2007**

L o c a l i d a d e	PA		(233399.4)
	MT		(198354.4)
	MA		(94647.9)
	RO		(81409.2)
	AM		(32623.7)
	TO		(29856.1)
	AC		(19065.9)
	RR		(8067.5)
	AP		(2440.3)

## **Programa integrado de C,T&I para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica**

Estruturar e consolidar um Programa que integre ações coordenadas por instituições do MCT na Região Amazônica, com ações de outras instituições que atuam na região, tendo como foco o uso da terra, a biodiversidade e o clima, a formação e a fixação de recursos humanos.

O Programa tem como público alvo os Atores Sociais e Institucionais do Setor Público, Privado e da Sociedade Civil Organizada

Em dezembro de 2008, foram concluídas as atividades da Fase II do Subprograma de C&T (SPC&T/PPG7) no âmbito do Acordo de Doação RFT N.º TF054957 e USAID N.º TF054958. Entre os principais resultados obtidos, podem ser destacados: a consolidação do modelo de redes de pesquisa para a Amazônia, de forma multidisciplinar, com cooperação entre grupos consolidados e emergentes, otimizando recursos e gerando pesquisas científicas integradas, de alta qualidade, com potencial para subsidiar a conservação e o uso sustentável da Região Amazônica nos temas Ecologia e Manejo de Organismos Aquáticos, Produtos Madeireiros e Não-Madeireiros, Recuperação de Áreas Degradadas e Gestão de Águas na Amazônia; o fortalecimento da capacidade regional de pesquisa; a aplicabilidade dos resultados devido à inserção obrigatória nas pesquisas de pelo menos um dos temas Economia Ecológica, Relações Estado e Sociedade e Etnociências; a expressiva formação de recursos humanos por meio da participação de 162 bolsistas nos projetos, em diferentes níveis; a divulgação da produção científica dos pesquisadores, por meio de artigos em revistas internacionais e nacionais, periódicos, capítulos de livros, livros, trabalhos completos em Anais de Congressos, dissertações defendidas, resumos em congressos.

## **Programa de Pesquisa em Biodiversidade**

Objetiva estruturar redes de pesquisa e desenvolvimento voltadas à otimização dos resultados para a inovação de produtos e processos derivados da biodiversidade e dos recursos naturais, bem como para o atendimento às demandas de estratégias de planejamento, desenvolvimento, conservação e uso sustentável do território nacional.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio foi desenvolvido pela SEPED do MCT em consonância com os princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica e com as Diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (Decreto 4.339 de 22/08/2002). O Programa foi oficializado pela Portaria MCT nº 268, de 18.06.2004, que define seu objetivo principal e seus quatro objetivos específicos, e modificado pelas Portarias MCT nº 382 de 15 de junho de 2005 e MCT nº 388 de 22 de junho de 2006.

A abrangência do Programa é nacional, e em sua fase inicial impulsionará as atividades na Amazônia Oriental - Museu Paraense Emílio Goeldi (<http://www.museu-goeldi.br/biodiversidade/index.asp>), na Amazônia Ocidental - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (<http://ppbio.inpa.gov.br>) e no Semi-árido - Universidade Federal de Feira de Santana (<http://www.uefs.br/ppbio/index.html>). O Programa adota um modelo de gestão descentralizado, onde a implementação de suas ações se faz em articulação

com agências de fomento à pesquisa e com apoio direto de institutos de pesquisa e universidades, designados para exercerem a função de Núcleos Executores do PPBio. O objetivo central do PPBio é articular a competência regional e nacional para que o conhecimento da biodiversidade brasileira seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada. Os objetivos específicos do Programa são:

I - apoio à implantação e manutenção de redes de inventário da Biota;

II - apoio à manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos do País (coleções ex situ);

III - apoio à pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade;

IV - desenvolvimento de ações estratégicas para políticas de pesquisa em biodiversidade.

A Coordenação de Políticas e Programa de Pesquisa em Biodiversidade - CGBD foi criada pela nova estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia, instituída pelo Decreto N.º 4.724 de 10 de junho de 2003.

A missão da CGBD é promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em biodiversidade, bem como participar de todos fóruns de discussão sobre esse tema, visando a implementação das diretrizes estabelecidas pela Convenção de Biodiversidade - CDB.

O principal programa da CGBD é Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio cuja atuação está direcionada principalmente para os temas relacionados a inventários, taxonomia e coleções biológicas. As ações do PPBio estão inseridas no Plano Plurianual 2004-2007 no Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Natureza e Clima, assim distribuídos:

a) 8964 – Apoio à Implantação e Manutenção de Redes de Inventário da Biota;

b) 8963 – Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções ex situ);

c) 8978 – Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade;

d) 6739 – Desenvolvimento de Ações Estratégicas para Políticas de Pesquisa em Biodiversidade.

O PPBio tem abrangência nacional e sua implantação teve início na região amazônica por meio de dois núcleos executores – O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, atuando na Amazônia Ocidental e o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, atuando na Amazônia Oriental. Em seguida, foi estruturada a Rede de Pesquisa do Semi-árido – INSEAR, tendo como núcleo executor a Universidade Federal de Feira de Santana – UEFS. Atualmente está em fase de implantação a Rede Mata Atlântica. A meta do PPBio é incluir pelo menos um novo bioma a cada ano de atuação.

Outros programas e projetos são conduzidos na CGBD, tais como o Programa de Taxonomia, o Projeto de gestão da informação sobre a Biodiversidade do Espírito Santo, o Projeto Rede Virtual de Informações sobre Biodiversidade.

A CGBD/MCT tem ativa participação na implementação das diretrizes da CDB, sendo atualmente o Ponto Focal de Taxonomia (Global Taxonomy Initiative – GTI National Focal Point).

Atua também de forma intensa em fóruns nacionais e internacionais defendendo a posição do governo brasileiro nesses fóruns.

Na atuação interna destaca-se a representação nas reuniões, grupos de trabalho e câmaras temáticas do Conselho Gestor do Patrimônio Genético – CGEN. Participa das seguintes câmaras temáticas: Legislação; Procedimentos administrativos; Patrimônio genético mantido em condições ex situ; repartição de benefícios; conhecimento tradicional associado.

A CGBD responde pela representação do MCT (suplente) no CGEN.

Participa do Conselho Nacional de Biodiversidade – CONABIO, representando o MCT como titular e suplente, e nas câmaras temáticas: Coleções biológicas e COP 8.

Destaca-se ainda a participação e empenho da CGBD na consolidação do PL de Acesso ao Patrimônio Genético (Casa Civil), nas discussões sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios e na CPI da Biopirataria.

Como resultado dessa atuação a CGBD é constantemente solicitada a participar como debatedor e conferencista em congressos, simpósios realizados dentro e fora do país.

### **Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA)**

As Pesquisas de Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental – GEOMA é a primeira Rede de Pesquisas do Ministério de Ciência e Tecnologia que integra 6 unidades de pesquisa deste Ministério, sendo três sediadas na região Norte: Instituto Nacional de pesquisa da Amazônia- INPA/AM, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG/PA e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM/AM e três no Sudeste: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto de Matemática Pura e Aplicada -IMPA e Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC.

O objetivo desta Rede é desenvolver modelos computacionais capazes de prever a dinâmica dos sistemas ecológicos e socio-econômicos em diferentes escalas geográficas, dentro do conceito de sustentabilidade; auxiliar a tomada de decisão nos níveis local, regional e nacional, ao fornecer ferramentas de simulação e modelagem e contribuir na formação de recursos humanos nos níveis de mestrado e doutorado. Para desenvolver novas abordagens ao conceito de sustentabilidade que levem a modelos computacionais, a Rede baseia-se em uma perspectiva interdisciplinar, com um grupo de pesquisadores com experiência em informação geográfica, modelagem matemática/computacional, sensoriamento remoto, ecologia, meteorologia, geografia, computação, entre outras. O Geoma está estruturado em seis áreas temáticas::

- Modelagem de Mudanças de Uso e Cobertura da Terra e da Dinâmica Populacional e Ocupação Humana
- Modelagem de Ecossistemas Inundáveis
- Modelagem de Biodiversidade
- Modelos Integrados, Simuladores Ambientais e Bancos de Dados Geográficos

- Física Ambiental
- Modelagem climática

Em 2004, as atividades do GEOMA passaram a contribuir para o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira, liderado pela Casa Civil.

### **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado**

A Rede ComCerrado, aprovada no PPA 2008-2011, foi estruturada com participantes de várias instituições de ensino e pesquisa focadas no Bioma Cerrado e é composta por um Conselho Diretor com representação institucional, um Comitê Científico, uma secretaria executiva e um Comitê Gestor Provisório com representatividade regional e inclui a Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas do MCT e o Núcleo Cerrado do MMA. Essas instâncias deverão garantir a interação e complementaridade das atividades desenvolvidas pelas diferentes instituições com base em um Plano Científico para a rede.

A Rede está em sintonia com as ações temáticas do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado que incluem: i) monitoramento e análise do processo de ocupação e uso do Cerrado; ii) avaliação das perspectivas produtivas, energéticas, culturais e de serviços ambientais voltadas para as áreas de conservação e frentes de expansão e intensificação produtiva; iii) avaliação dos impactos resultantes da ocupação e uso do solo em escala local, regional, e global bem como as consequências das mudanças ambientais sobre a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas de Cerrado; iv) fornecimento de subsídios para elaboração de políticas públicas voltadas à sustentabilidade socioambiental do Cerrado.

A Rede COMCERRADO atuará em colaboração com outras iniciativas como a Rede de Parcelas Permanentes no Bioma Cerrado (MMA), a rede TROPDRY (Estudos de Florestas Tropicais Secas) (IAI), o Centro de Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD-UnB), Programa LBA (MCT).

O Plano Científico da Rede ComCerrado está num estágio de discussão, sendo que os componentes de pesquisa estão sendo tratados de forma integrada através da atuação conjunta de instituições e pesquisadores das áreas de ciências ambientais e sociais.

Protocolos de calibração, coleta e análise de dados estão sendo definidos para os diferentes componentes de pesquisa de forma a garantir a uniformidade e comparação dos mesmos.

## **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**

### **Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

#### Objetivo Geral:

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário objetiva viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações por meio de contratos e convênios. Para viabilizar o Programa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA seleciona as emendas parlamentares direcionadas para a agropecuária, que contemplam tanto operações de custeio quanto de investimento.

- As contratações feitas por intermédio da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se somente a investimentos (obras, máquinas e equipamentos)
- As contratações por meio da Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/SDC aplicam-se apenas a custeio (feiras, eventos, insumos e serviços)

#### Como funciona

A verba é consignada no Orçamento Geral da União – OGU através de emendas parlamentares. As emendas são selecionadas pelo MAPA e as entidades beneficiárias são comunicadas para que apresentem seus Planos de Trabalho, contendo toda a descrição técnica do objeto pretendido. Cabe ao MAPA verificar se a proposta apresentada está de acordo com as ações estabelecidas no Programa.

Em seguida, o MAPA envia os Planos de Trabalho aprovados para a CAIXA, responsável pelas análises técnicas e acompanhamento da execução do empreendimento: A CAIXA é o agente contratado pelo MAPA para celebrar os contratos e realizar as execuções orçamentárias e financeiras das operações relativas ao repasse de verbas das emendas parlamentares selecionadas.

O **Departamento de Infra-Estrutura e Logística**, através da Coordenação de Infra-Estrutura Rural (CIER/DIEL), participa das políticas governamentais relacionadas ao fomento da produção agropecuária pela gestão, normatização e fiscalização do Programa.

#### **Ações do Programa:**

O Programa pode apoiar projetos de energização rural, desenvolvimento do setor agropecuário, mecanização agrícola e de estímulo ao desenvolvimento da fruticultura, conforme detalhamento a seguir:

**Energização rural** destina-se a propiciar infra-estrutura básica de apoio para acesso à iluminação, aquecimento, refrigeração, serviços, lazer e força eletromotriz para mecanização de todas as etapas do processo produtivo.

#### Exemplos:

- Instalação de Rede de Eletrificação Rural.
- Instalação de Pequenas Centrais de Geração de Energia (Hidroelétrica, Termoelétrica, Biomassa, Eólica, Solar, etc.).
- Ampliação da capacidade de Redes de Eletrificação Rural pré-existentes.

- Instalação de Transformadores.

**Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário** destina-se a viabilizar ações de custeio ou investimento que permitam a implantação de projetos para o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e a sua comercialização. Contemplam ainda ações relacionadas ao apoio voltado à promoção, capacitação e treinamento de pequenos e médios produtores, extensão rural, assistência técnica, pesquisa e realização de diagnósticos.

Exemplos:

- Construção de Parque de Exposições.
- Construção de centros de captação e resfriamento de leite.
- Realização de capacitação de pequenos produtores
- Realização de Feiras Agropecuárias.
- Aquisição de Patrulha Mecanizada.
- Construção, adequação e modernização de mercado municipal de produtos agrícolas.

**Mecanização Agrícola** destina-se a apoiar a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação.

Exemplos:

- Aquisição de Trator Agrícola;
- Aquisição de Patrulha Mecanizada;
- Aquisição de colhedeira de forragens e carreta agrícola;
- Aquisição de patrol para recuperação e conservação de estradas vicinais.

**Estímulo ao Desenvolvimento da Fruticultura** destina-se a contribuir para o avanço da capacidade produtiva e gerencial dos produtores de frutas e ampliação dos mercados interno e externo, por meio de ações de capacitação tecnológica para a incorporação de métodos, técnicas e processos baseados, principalmente, em concepções de sistemas integrados de produção, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar, em busca do aumento da produção e da renda.

Exemplos:

- Difusão de tecnologias em fruticultura;
- Controle de pragas na fruticultura;
- Controle de resíduos químicos em frutas;
- Campanha para promoção das frutas brasileiras;
- Sistema de integração e qualificação da informação comercial e tecnológica;



- Promoção de eventos técnicos;
- Assistência técnica e extensão rural.

## **Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura**

### **Apresentação**

A degradação ambiental no Brasil atinge níveis críticos, impondo elevados custos à sociedade, pela grande perda de solos agricultáveis através da erosão, causando a redução da capacidade produtiva do solo, o assoreamento dos cursos d'água e represas e, conseqüentemente, o empobrecimento do produtor rural, com reflexos negativos para a economia nacional. Para tanto, as ações voltadas para o racional uso e manejo dos recursos naturais, principalmente o solo, a água e a biodiversidade visam promover uma agricultura sustentável, aumentar a oferta de alimentos e melhorar os níveis de emprego e renda no meio rural.

### **Objetivo Geral**

Promover o desenvolvimento rural de forma integrada e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e a organização dos produtores como estratégia para promover a melhoria da produtividade agrícola e o uso de tecnologias adequadas sob o ponto de vista ambiental, econômico e social.

As microbacias são unidades geográficas naturais onde os fatores ambientais, econômicos e sociais encontram-se em condições homogêneas e por isso, mais apropriadas para o estabelecimento de planos de uso e manejo, monitoramento e avaliação das interferências humanas no meio ambiente. Elas representam unidades sistêmicas que permitem a identificação e o conhecimento das interrelações dos fluxos de energia e dos demais fatores envolvidos no processo produtivo, com vistas a compatibilizar as atividades humanas com a preservação ambiental.

A adoção da microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e ocupação do espaço rural constitui uma alternativa prática, onde a parceria e a união de esforços são requisitos básicos para a consecução dos benefícios a que se propõe um projeto de desenvolvimento sustentável.

O Planejamento e a implementação dos trabalhos em microbacias hidrográficas são realizados a partir da organização da comunidade em torno de objetivos comuns. A caracterização do meio físico e biótico (cobertura vegetal nativa, clima, tipos de solo, topografia, uso atual da terra, recursos hídricos disponíveis, fauna), aliado aos aspectos socioeconômicos (estrutura e situação fundiária, mercado, infra-estrutura de transporte, energia, telecomunicação, agentes financeiros), permite o estabelecimento de prioridades e metas, a curto, médio e longo prazos, a divisão de responsabilidades e a união de esforços para assegurar a melhoria da produtividade, a estabilidade ambiental, a geração de emprego e renda, e o bem-estar no meio rural.

**Público Alvo**

Comunidades rurais organizadas, pequenos e médios produtores rurais, técnicos do setor agrícola e gestores públicos municipais e estaduais.

**Área de Abrangência**

Os Programas atuam em todo o território nacional, obedecendo às peculiaridades regionais e locais.

**Estratégia de Execução**

Os trabalhos serão executados tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e ocupação do espaço rural. As comunidades organizadas, a parceria entre as instituições públicas e privadas mediante Convênios, Ajustes e Acordos de Cooperação Técnica serão a base da estratégia operacional a ser adotada.

**Ações Prioritárias**

- Capacitação de pessoal técnico e agricultores em Planejamento de Bacias Hidrográficas e Conservação de Solo e Água;
- Validação e difusão de tecnologias apropriadas em manejo e conservação de solo;
- Introdução de práticas de cobertura de solo;
- Práticas de agricultura orgânica e agroflorestais;
- Implantação de viveiros de plantas;
- Recomposição de matas ciliares e proteção de áreas frágeis;
- Práticas de preservação e uso sustentável dos recursos hídricos;
- Adequação de estradas vicinais de terra;
- Calagem e gessagem do solo agrícola;
- Práticas de contenção e controle de voçorocas;
- Demarcação de curvas de nível e construção de sistemas de terraceamento;
- Implantação de projetos demonstrativos de manejo integrado de pragas (MIP);
- Produção e difusão de material técnico/educativo;
- Apoio e realização de eventos técnicos (dias-de-campo, seminários, reuniões de trabalho);
- Recuperação de áreas degradadas;
- Introdução do Sistema Plantio Direto.

**Instituições Parceiras**

- Embrapa
- Prefeituras Municipais
- Instituições de Pesquisa Agrícola
- Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ONGs



## **Programa de Zoneamento Agrícola**

Coordenado pelo MAPA, importante instrumento de Política Agrícola, que atua na Amazônia em parceria com o Programa ZEE, executando projetos nas áreas indicadas para consolidação da agropecuária, caso de Rondônia (desde 2006) e Acre (a partir de 2008).

Entre os principais resultados alcançados pelo Programa de Zoneamento Agrícola do Mapa, destacam-se:

- redução das perdas de produção agrícola devido a eventos climáticos;
- retorno do capital aplicado em operações de crédito agrícola;
- diminuição

Muito exposta às intempéries climáticas, a agricultura é uma atividade de alto risco. Para minimizar prejuízos relacionados ao clima, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) desenvolveu o zoneamento agrícola de risco climático.

### **Como é feito o estudo**

Primeiro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolve um estudo que indica as exigências mínimas de cada cultura a ser zoneada. Com base nesse estudo, em séries históricas climáticas de no mínimo vinte anos e nas características dos solos, uma empresa contratada pelo Mapa elabora um calendário de plantio por município, por tipo de solo e por cultivar. O objetivo é evitar que adversidades climáticas recorrentes atinjam as lavouras em suas fases de desenvolvimento mais sensíveis. Esses estudos são revisados anualmente e indicam também as cultivares e respectivos ciclos adaptados às diversas regiões.

### **Por que seguir o zoneamento**

O produtor deve usar essa ferramenta porque ela indica que em dez safras há a possibilidade de se obter sucesso em pelo menos oito. Para fazer jus ao Proagro, ao Proagro Mais e à subvenção federal ao prêmio do seguro rural, o produtor tem que observar as recomendações desse pacote tecnológico. Além disso, alguns agentes financeiros já estão condicionando a concessão do crédito rural ao uso do zoneamento.

### **Culturas contempladas**

Realizado em quase todas as Unidades da Federação, o zoneamento já abrange 25 culturas. Entre as culturas de ciclo anual já contempladas com o zoneamento estão algodão, arroz, amendoim, canola, cevada, feijão *phaseolus*, feijão caupi, girassol, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo. As culturas de ciclo permanente agrupam ameixa, banana, café, caju, coco, dendê, maçã, mamona, nectarina, pêra, pêssego e uva.

### **Onde encontrar as informações**

No texto das portarias publicadas no Diário Oficial da União o produtor encontra informações para seguir corretamente os indicativos do zoneamento. As portarias

indicam o período de plantio recomendado por tipo de solo e por ciclo de cultivar para cada município. Também são listadas todas as cultivares adaptadas para cada região.

**Para saber mais:**

Consulte sua cooperativa, associação de produtores, agente financeiro ou a Coordenação Geral de Zoneamento Agropecuário do Mapa:

[zoneamento@agricultura.gov.br](mailto:zoneamento@agricultura.gov.br)

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, sala 652 - 6ª andar

CEP: 70043-900 – Brasília - DF

Tel: (61) 3218-2286

Somente as culturas da UF que já possuem o estudo de Zoneamento Agrícola de Risco Climático publicado pelo MAPA possuem Portarias nos Estados da Amazonia Legal

UF	CULTURA
ACRE	<a href="#">Arroz</a>
	<a href="#">Dendê</a>
	<a href="#">Feijão 2ª Safra</a>
	<a href="#">Mandioca</a>
	<a href="#">Milho</a>

UF	CULTURA
RONDONIA	<a href="#">Arroz de Sequeiro</a>
	<a href="#">Café</a>
	<a href="#">Feijão 2ª Safra</a>
	<a href="#">Mamona</a>
	<a href="#">Mandioca</a>
	<a href="#">Milho</a>
	<a href="#">Soja</a>

UF	CULTURA
TOCANTINS	<a href="#">Algodão</a>
	<a href="#">Amendoim</a>
	<a href="#">Arroz de sequeiro</a>
	<a href="#">Coco</a>
	<a href="#">Feijão 1ª safra</a>
	<a href="#">Feijão 2ª safra</a>
	<a href="#">Girassol</a>
	<a href="#">Mamona</a>
	<a href="#">Mandioca</a>
	<a href="#">Milho</a>
	<a href="#">Soja</a>
	<a href="#">Sorgo</a>

UF	CULTURA
MARANHÃO	<a href="#">Algodão</a>
	<a href="#">Arroz de Sequeiro</a>
	<a href="#">Banana</a>
	<a href="#">Caju</a>
	<a href="#">Dendê</a>
	<a href="#">Feijão caupi</a>
	<a href="#">Girassol</a>
	<a href="#">Mamona</a>
	<a href="#">Mandioca</a>
	<a href="#">Milho</a>

	<a href="#">Soja</a>
	<a href="#">Sorgo</a>

UF	CULTURA
MATO-GROSSO	<a href="#">Algodão</a>
	<a href="#">Amendoim</a>
	<a href="#">Arroz de sequeiro</a>
	<a href="#">Café</a>
	<a href="#">Feijão 1ª safra</a>
	<a href="#">Feijão 2ª safra</a>
	<a href="#">Girassol</a>
	<a href="#">Mamona</a>
	<a href="#">Mandioca</a>
	<a href="#">Milho</a>
	<a href="#">Milho 2ª safra</a>
	<a href="#">Sorgo</a>
	<a href="#">Soja</a>
	<a href="#">Trigo irrigado</a>
	<a href="#">Trigo</a>

### PROAGRO

Criado pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, regido também pelas disposições da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei Agrícola), ambas regulamentadas pelo Decreto nº 175, de 10 de maio de 1991, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO é um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento do seu custeio agrícola, em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações. Além disso, o Programa garante a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrer perdas por essas razões.

O Proagro é custeado por recursos provenientes de uma contribuição (nesse caso, chamada de *adicional do PROAGRO* \*), que produtor rural paga ao optar pelo enquadramento do financiamento no Programa quando da assinatura do contrato de custeio; por outros recursos especiais alocados ao programa; e pelas receitas obtidas com a aplicação desses recursos. Tais recursos também são destinados ao pagamento de R\$ 100,00 (cem reais) aos agentes do Proagro (Bancos e Cooperativas), a partir da safra 2007/2008, por pedido de cobertura analisado (deferido ou indeferido).

Esse Programa tem como única instância recursal administrativa a Comissão Especial de Recursos (CER), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com representantes dos agricultores, agentes financeiros operadores do Proagro, entidades de classe e Governo, que decide sobre os pedidos de cobertura de prejuízos e indenizações no âmbito do Proagro.

A CER, órgão colegiado específico, atualmente tem a seguinte composição (Decreto nº 5.502/2005): Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Federação Brasileira de Bancos, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Organização das

Cooperativas Brasileiras e Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agropecuário.

Atualmente, a CER conta com 3 Turmas de Julgamento Regional instaladas em Brasília-DF (1ª TJR), Porto Alegre-RS (4ª TJR) e Curitiba-PR (5ª TJR), além da Turma Especial de Julgamento, também instalada em Brasília. Em 2007, o Colegiado da CER realizou 17 reuniões, nas quais foram julgados 5.594 recursos administrativos impetrados por agricultores inconformados com o indeferimento, total ou parcial, de seus pedidos de cobertura pelos agentes do Proagro para os custeios enquadrados no Programa.

A utilização dos indicativos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático do MAPA para enquadramento do custeio agrícola no PROAGRO, conforme determinação do Conselho Monetário Nacional – CMN, teve início com a Resolução nº 2.422/1997 do Bacen, o que permitiu a redução das perdas nas lavouras e, conseqüentemente, das indenizações do Programa por efeitos climáticos adversos, a inibição de fraudes, além da diminuição de aportes de recursos do Tesouro Nacional.

O PROAGRO é administrado pelo Banco Central do Brasil – Gerência-Executiva de Regulamentação e Controle das Aplicações Obrigatórias em Crédito Rural e do Proagro – GEROP ([gtpro@bcb.gov.br](mailto:gtpro@bcb.gov.br)), que elabora e divulga as normas do Programa aprovadas pelo CMN, codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR 16), bem como fiscaliza o cumprimento das mesmas pelos agentes do Proagro, entre outras atribuições previstas no MCR 16-1-3.

## **Ministério das Cidades**

### **Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC**

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos e gestão territorial.

#### **Descrição da Ação**

Apoio aos municípios na implementação de ações de modernização institucional na área de desenvolvimento urbano, capacitação e treinamento de equipes técnicas e atores sociais sobre legislação e gestão urbanística e ambiental; cartografia; cadastro técnico; processamento de dados; elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos, participação comunitária; aquisição de equipamentos de informática para modernização do setor da administração municipal responsável pelo desenvolvimento urbano.

#### **Implementação da Ação**

O apoio aos municípios é realizado por meio de atividades de capacitação promovidas pelo Ministério das Cidades que visem ao apoio à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais e de órgãos dos governos estaduais e federal; à formação de agentes sociais e conselheiros do Conselho das Cidades e de conselhos municipais e estaduais afetos à política urbana; à promoção do planejamento e da realização de cursos que divulguem experiências de participação e controle social e de metodologias

desenvolvidas por instituições com experiência na área; à realização de seminários nos quais sejam discutidas as possibilidades e limites de operação de formas de gestão metropolitana ou intermunicipal; à prestação de assessoria ao desenvolvimento de planos, programas e ações locais, desde que a atividade se constitua também em promoção da formação das equipes locais; à divulgação de experiências bem-sucedidas de gestão municipal, de gestão compartilhada inter-municipal e das formas existentes de gestão de serviços urbanos operados pelos estados; à promoção da articulação dos programas e ações federais voltados para o desenvolvimento institucional dos municípios que abranjam as áreas de habitação, saneamento ambiental, legislação urbanística, planejamento do uso e ocupação do solo, regularização fundiária e mobilidade, transporte e trânsito, valorizando as competências de cada órgão e otimizando recursos; e à realização de atividades necessárias para subsidiar o programa, como a promoção de estudos específicos, publicação de livros e revistas e produção de material de divulgação.

Coordenador da Ação

Elcione Diniz Macedo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Secretaria Executiva/DDI/GC

Contato: Eglaísa Micheline Pontes Cunha (Gerente de Capacitação)

capacitacao@cidades.gov.br

Telefone – (61) 2108 1574

Fax – (61) 2108 1503

### **Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários**

O programa tem duas ações, a saber: Apoio a projetos de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais em áreas urbanas - Programa Papel Passado e Apoio a Programas Municipais de Redução e Erradicação de Riscos.

### **Programa de Mobilidade Urbana**

O Programa Mobilidade Urbana objetiva promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável, priorizando a implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre diversas modalidades de transportes, bem como implementação do conceito acessibilidade universal para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiências ou restrição de mobilidade.

O programa, que tem gestão do Ministério das Cidades - MCidades, é operado com recursos do Orçamento Geral da União - OGU.

Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais mínimos definidos pelo MCidades, em conformidade com a LDO e com base no IDH-M, conforme disposto no site do MCidades, por município/estado/DF.

## **Ministério do Turismo**

### **Programa de Regionalização do Turismo**

O Programa de Regionalização do turismo é um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

Regionalizar o turismo é transformar a ação centrada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. É, também, esforço coordenado entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social.

Como objetivo , pretendemos ampliar e qualificar o mercado de trabalho; dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional ; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional ; ampliar o consumo turístico no mercado nacional e aumentar o tempo de permanência e gasto médio do turista .

A Rede Nacional de Regionalização do Turismo é um instrumento de troca de informações, experiências e fortalecimento das relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo- -Roteiros do Brasil.

Tem por objetivo promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos com a regionalização do turismo no Brasil, por meio da troca de experiências e informações e de modo a contribuir para o desenvolvimento ordenado da atividade turística no País

Módulos operacionais do Programa:





## Ministério dos Transportes

### ✚ Programa de Redução de Acidentes no Trânsito – PARE

Instituído em 02 de julho de 1993, através da Portaria Ministerial 621, nasce o Programa PARE com objetivo de combater os altos índices de acidentes de trânsito. Sua base é o resgate da postura de cidadania no trânsito, utilizando-se de alternativas que mudem o comportamento dos indivíduos, resultando em uma convivência harmônica, preventiva e defensiva no cotidiano das ruas e estradas. Para isso, mantém inter-relação com os demais Ministérios, e busca estabelecer alianças e cooperação em diversas regiões, observando as características e peculiaridades locais. São parceiros ideais, além das autoridades constituídas, as instituições de ensino e educação, os meios de comunicação, os clubes de serviços, as associações de classe e de moradores, as organizações não-governamentais e outras que possam, em conjunto, tornarem-se pólos irradiadores do conceito de trânsito seguro, em função da preservação da vida.

*O ser humano , a via e o veículo são focos de atuação do Programa Pare.*

Quanto ao Ser Humano, busca:

- Desenvolver ações no campo educacional, de comunicação e de mobilização social que visem desenvolver, junto ao cidadão, de forma perene, os conceitos e práticas básicas de trânsito seguro;

- Disponibilizar acesso fácil ao cidadão para atendimento de suas dúvidas, anseios, necessidades e denúncias, sob a ótica de um trânsito seguro.

Quanto à Via:

- Desenvolver estudos e treinamentos que visa a melhoria do ambiente viário, principalmente no que tange à segurança de circulação – condições das vias, sinalização, operação;
- Desenvolver metodologias, utilizando-se de estatísticas confiável e sistematizada, de forma a identificar, com precisão, os fatores contribuintes dos acidentes de trânsito e planejar ações para correção.

Quanto ao Veículo:

- Desenvolver ações que auxiliem e exijam das indústrias montadoras nacionais o contínuo aperfeiçoamento de seus produtos, de forma a prover o mercado com veículos cada vez mais seguro;
- Desenvolver ações que, além da segurança, valorizem os aspectos do meio ambiente e da fluidez.

Os demais programas do MT serão levantados em visita ao Ministério, devido a dificuldade em consulta ao site. Cabe acrescentar que em geral os programas estão vinculados ao PAC, descritos no item a seguir.

## **Planos do Governo**

### **Plano Amazonia Sustentável**

O PAS teve como objetivo geral implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização das potencialidades de seu enorme patrimônio natural e sociocultural, voltado para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais, a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, e o uso sustentável dos recursos naturais com a manutenção do equilíbrio ecológico.

O desafio de organização de uma estrutura produtiva sustentável compreende a promoção de ações que permitam que a integração internacional seja acompanhada de maior integração nacional, intrarregional e doméstica, objetivando conciliar objetivos de crescimento das exportações com o de internalização de seus benefícios na região. Para isso, torna-se indispensável gerar estímulos à formação e adensamento de cadeias produtivas, particularmente em torno das atividades exportadoras internacionais ou domésticas. d) Atendimento das necessidades de investimento na infra-estrutura, na pesquisa e desenvolvimento tecnológicos e na formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos; e) Reunião de recursos dos governos estaduais e municipais e do setor privado para viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento e consolidação de cadeias produtivas e APLs regionais; e f) Maior flexibilidade no uso de recursos para evitar padronizações que impedem uma melhor adaptação à distintas realidades regionais.

Para vários usos, uma ação eficaz de geração de conhecimentos e a definição de mecanismos de difusão de tecnologias para o setor produtivo da região constituem pontos obrigatórios da estratégia para a Amazônia. O objetivo principal é alcançar de fato a estrutura produtiva regional, além de fortalecer a base técnico-científica de cunho mais acadêmico. A ferramenta básica de um processo como esse, de conformação de um setor produtivo integrado e competitivo, é a inovação.

A estratégia preconizada pelo PAS pressupõe dotar as cidades de equipamentos e serviços para aprimorar a qualidade de vida das populações, particularmente tratando da segurança pública, habitação e do saneamento, mas também assegurando adequada provisão de infra-estruturas básicas de telecomunicação, viária e de energia. Com isso, pode-se integrar vastas camadas da população mais pobre ao mercado, inclusive nas áreas rurais, ampliando condições para revalorizar sub-regiões da Amazônia e estimular certos papéis urbanos em cidades dotadas de densidade socioeconômica crescente, a exemplo do ocorrido com Santarém, Marabá e Rondonópolis nos anos noventa.

É preciso considerar que a indústria e o comércio em áreas urbanas oferecem emprego e renda sem desmatamento, como no Pólo Industrial de Manaus. Em muitos casos, com destaque para alimentos, bebidas, vestuário, calçados e material de construção, o mercado de consumo regional poderia ser melhor atendido pela produção.

A integração da Amazônia sul-americana constitui outro elemento estratégico do PAS, tendo em vista as perspectivas que abre para o desenvolvimento da região. Dentre os vários itens passíveis de apropriação em uma agenda comum com parceiros de países vizinhos, sobressaem-se a necessidade de resgate e fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a construção de uma agenda para projetos conjuntos, e o aprofundamento das relações entre as comunidades fronteiriças em nível local.

Quanto à integração continental, outro componente estratégico se adiciona para além do mencionado fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): o apoio à integração física, já prevista e iniciada pela Iniciativa para Integração Regional da América do Sul (IRSA).

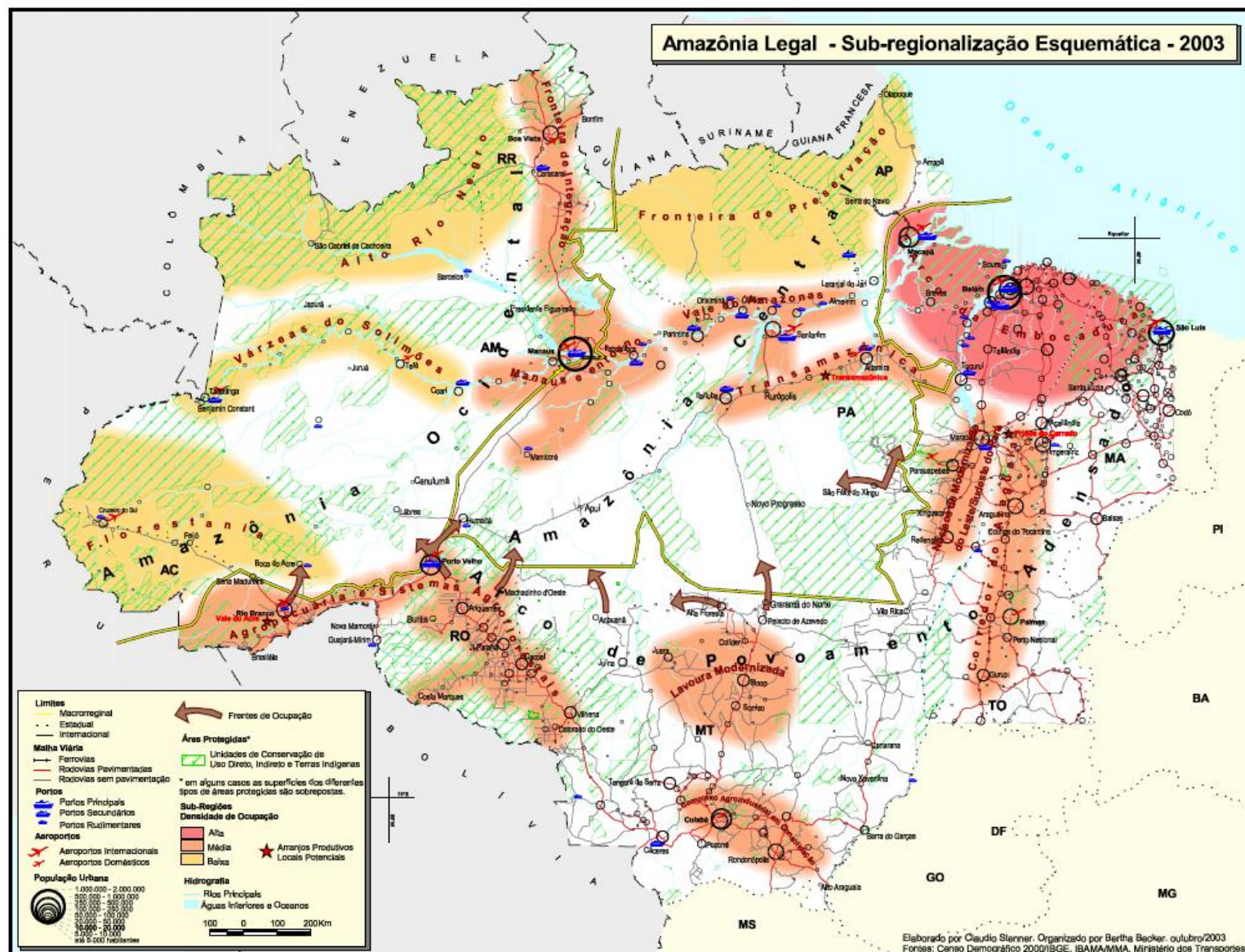
Adoção de novo padrão de financiamento proposto para a região deve conter as seguintes características, visando otimizar o aproveitamentos dos recursos existentes na região e criar melhores condições para viabilizar o PAS:

- a) Cooperação entre as diversas instituições que operam os recursos, sobre as diversas modalidades de créditos e fontes de financiamento destinados à Região Amazônica (FNO, FDA, Pronaf, BNDES, CEF, fundos setoriais etc.);
- b) Incorporação de fontes adicionais de recursos derivadas das próprias atividades produtivas da região;
- c) Redução do custo financeiro dos projetos mediante aglutinação/cominação de fontes distintas: fundos orçamentários, fundos constitucionais, linhas de crédito de instituições oficiais (Caixa Econômica Federal, BNDES etc.);
- d) Atendimento das necessidades de investimento na infra-estrutura, na pesquisa e desenvolvimento tecnológicos e na formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;

e) Reunião de recursos dos governos estaduais e municipais e do setor privado para viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento e consolidação de cadeias produtivas e APLs regionais; e

f) Maior flexibilidade no uso de recursos para evitar padronizações que impedem uma melhor adaptação à distintas realidades regionais.

O Mapa a seguir apresenta a subregionalização esquemática proposta no PAS.





## **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)**

Dentre as competências da SUDAM de acordo com a Lei Complementar no. 124 Art. 4º. inciso II destaca-se o seguinte:

*“formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;”*

Define-se a competência do Conselho Deliberativo da SUDAM (CONDEL) em relação ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), na mesma lei supra citada no Art. 10º. inciso I como segue:

*“estabelecer as diretrizes de ação e propor, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, projeto de lei que instituirá o plano e os programas regionais de desenvolvimento da Amazônia, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação e deliberação;”*

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) dialoga com a PNDR, com os PPA's dos estados e consolida-se na esfera governamental como o braço tático-operacional do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

### Programas Propostos pelo PRDA

#### **Programa de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Setor Florestal na Amazônia**

Promover a cooperação e a gestão compartilhada de políticas públicas de ordenamento territorial entre as esferas de governo na Amazônia. O resultado pretendido é a transformação do potencial do bioma regional em benefícios aos diversos segmentos da população, consubstanciado em produção sustentável com inovação tecnológica e inclusão social.

#### **Programa de Reorganização Industrial e Pólos na Amazônia**

Esse programa fundamenta-se na necessidade de promoção da industrialização para transformação de matérias-prima regional em bens e serviços. Para tal há necessidade de infra-estrutura adequada e apoio institucional. Espera-se como resultado, maior verticalização da produção, internalizando os benefícios como geração de emprego e renda.

#### **Programa de Transporte Multimodal para a Amazônia**

Considerando a importância de condições estruturais básicas capazes de viabilizar a economia local, destaca-se o segmento dos transportes fluviais, para uma região com mais de 20.000 Km de vias navegáveis. A grande questão é o estado de trafegabilidade e a segurança nos transportes fluviais. A necessidade passa pela disponibilidade de tecnologias de comunicação, capacidade de estocagem, portos, boas condições de conservação dos produtos regionais. Sanar tais problemas passa necessariamente por

investimentos governamentais no transporte fluvial para promover o adensamento dos vínculos econômicos inter e intraregionais.

### ***Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação***

O paradigma do programa de Ciência, Tecnologia e Inovação busca combinar a produção científica na Amazônia com a geração de tecnologia ambientalmente segura e sua inserção no setor produtivo, de forma a promover a inovação. O programa proposto em tela deverá promover a ampliação, a modernização e a consolidação do sistema regional de ciência, tecnologia e inovação para gerar, difundir e utilizar o conhecimento e a tecnologia adequados a um moderno sistema produtivo, capaz de produzir o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

### ***Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Energética da Amazônia***

A proposição de um programa de Infra-Estrutura Energética para a Amazônia, pauta-se no princípio de que energia e desenvolvimento constitui um binômio indissociável. A energia é o insumo básico para promover desenvolvimento e reduzir a pobreza na Região. Para o setor de energia, as estratégias específicas têm como base seu planejamento estratégico, efetuado a partir da análise de custos e benefícios sociais, econômicos e ambientais, considerando fontes alternativas sob uma ótica matricial (hidrelétrica, gás natural, biomassa, solar, eólico, maré motriz etc.) assim como as opções de escala, tecnologia e localização. Na Região é significativo o suprimento energético por termelétricas movidas a diesel o que, além de ser insuficiente para atender a demanda regional, revela-se onerosa e ambientalmente nociva.

### ***Programa de Promoção e Organização da Cadeia Produtiva da Mineração Social na Amazônia***

Os estados que integram a Região Amazônica não dispõem, de uma maneira geral, de unidades organizativas voltadas para o planejamento, desenvolvimento e regulação da atividade mineral de grande porte em seus territórios. As ações previstas no programa proposto são as seguintes:

- Promoção da dinamização, da modernização e da regulamentação/controle da atividade de mineração social, incentivando os aspectos relativos a qualificação, saúde preventiva e a exploração racional dos recursos;
- Promover a ampliação e o aprofundamento do diagnóstico socioeconômico e ambiental em áreas de extração;
- Promover amplo cadastramento de áreas produtoras de materiais de emprego imediato na construção civil, nas capitais dos Estados amazônicos e nos municípios;
- Promover estudos tecnológicos dos minérios a fim de determinar a sua qualidade e melhor aplicabilidade industrial;
- Incentivar o funcionamento do setor, na perspectiva de construir Arranjos Produtivos Locais-APL, com o desenvolvimento de maiores sinergias;
- Promover a elaboração de metodologias para abordar e equacionar o funcionamento da atividade da mineração social, a serem disponibilizadas para aplicação por parte dos municípios e estados amazônicos.

### ***Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia***

As ações para a expansão e a consolidação do setor abrangem investimentos: em infraestrutura básica e de apoio ao turismo; na adoção de tecnologias de baixo impacto ambiental; no ordenamento territorial e uso sustentável do patrimônio de interesse turístico; no fortalecimento das instâncias de gestão governamental da atividade; na capacitação do setor privado e das comunidades tradicionais e locais; no estímulo à participação social; nas estratégias de promoção, marketing e consumo responsável; e no monitoramento e controle dos impactos ambientais potencialmente produzidos pela atividade.

### ***Programa de Desenvolvimento do Setor Pesqueiro na Amazônia***

A cadeia produtiva da pesca e aquicultura necessita de melhorias na infra-estrutura de beneficiamento e processamento, no armazenamento e transporte, para assim chegar ao mercado consumidor um produto de qualidade.

### ***Programa de Desenvolvimento para Exportação de Produtos Amazônicos***

O programa de desenvolvimento para a exportação de produtos amazônicos é fundamental para o crescimento da dinâmica econômica regional. Pretende-se que seja o grande propulsor para a inserção dos mais diversos produtos de origem amazônica nos mercados local, nacional e internacional. O programa deverá proporcionar que os produtores de bens e serviços da Região, possam chegar ao mercado consumidor independentemente da posição geográfica onde ele se encontre. Esse programa deverá ser o alavancador para densificar a relação entre produtores, cooperativas, empresários e o mercado consumidor. Isso significará incremento econômico tanto para o meio urbano como para o rural. Produtos de origem amazônica dentro da ótica da sustentabilidade, representa hoje importante papel no imaginário mundial. Além disso, em termos práticos é preciso agregar qualidade e valorar essa produção.

### ***Programa para a Integração Econômica Intra e Inter-Regional da Amazônia***

O Programa de Incentivo à Integração Econômica Intra e Inter-Regional da Amazônia coloca em primeiro plano o mercado regional, para dinamizar as potencialidades da economia de cada estado que compõe à Amazônia Legal, sem discutar de que todos os processos produtivos fazem parte de uma situação econômica globalizada.

Em termos práticos, a operacionalização do programa transcorre sob os efeitos dos encaixes das cadeias produtivas locais criando “links” entre os diversos setores e processos produtivos regionais. Resulta de tudo isso, em última instância o consumidor final e/ou empresa beneficiado com os produtos de qualidade, apresentando o requisito da competitividade, face aos produtores extra-regionais. Dessa forma, pretende-se com este programa mudar a atual tendência de importar quase de tudo o que se consome na Região e exportar quase tudo o que se produz. Isso impede o enraizamento da economia regional já que o fluxo de renda é rápido, com pouca irrigação sobre os negócios que os amazônidas concebem, criam e implantam.



## **Plano Agrícola e Pecuário**

Programas propostos no Plano:

### **PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO (PRODUSA)**

O Produsa foi criado com o objetivo de estimular a recuperação de áreas degradadas, reinserindo-as no processo produtivo, além de fomentar a adoção de sistemas sustentáveis, em consonância com a legislação ambiental. O Programa, que incorporou o Prolapex e os itens do Moderagro relacionados à conservação ou recuperação de solos, tem três eixos estruturantes:

- Estímulo à implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas e pastagens degradadas;
- Implementação de medidas que visam ao melhor uso do solo, à geração de energia limpa e renovável e ao aproveitamento de resíduos vegetais;
- Incentivo ao produtor rural para ajustar-se à legislação ambiental vigente.

O Produsa disporá de R\$ 1 bilhão, originário do Sistema BNDES, que será aplicado obedecendo dois limites de financiamento, que são cumulativos desde que o produtor atenda às condições previstas.

### **INCENTIVO À ARMAZENAGEM PARA EMPRESAS CEREALISTAS NACIONAIS**

Criado para apoiar o desenvolvimento e a modernização do setor de armazenagem nacional, o programa é destinado a empresas comerciais cerealistas que trabalhem diretamente com o produtor rural e suas cooperativas. Com uma linha de R\$ 300 milhões disponível, ao ampliar a capacidade de armazenamento nacional no segmento, o produtor rural é beneficiado já que, a curto e médio prazos, as pressões logísticas nos períodos de escoamento da safra serão minimizadas.

Para operacionalizar as políticas de apoio à comercialização, a proposta de Orçamento da Política Agrícola para 2009 é de R\$ 3,8 bilhões (R\$ 2,3 bilhões para aquisição e R\$ 1,5 bilhão para equalização de preços). Durante o ano de 2008, o Governo promoverá leilões de contratos de opções de vendas, antes do plantio, para garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2009, a preços compatíveis com os custos. Os preços mínimos de garantia vigentes para as safras de verão e produtos regionais 2008/2009 e do Norte e Nordeste 2009 foram reajustados para recompor a alta do custo de produção agropecuária e se adequar ao novo nível de cotação das commodities.

Preços Mínimos  
Safr de Verão e Produtos Regionais 2008/2009 e do Norte e Nordeste 2009

Produtos	Regiões e Estados amparados
Algodão em caroço	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Caroço de algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR
	Norte e MT
Arroz longo em casca	Sul (exceto PR)
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR
	Norte e MT
Borracha natural	Todo o Território Nacional
Produtos	Regiões e Estados amparados
Castanha do Brasil em casca	Norte
Castanha do Brasil beneficiada	
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Feijão macaçar	Norte e Nordeste
Juta/Malva embonecada	Norte e MA
Juta/Malva prensada	
Leite	Sul, Sudeste e Nordeste
	Centro-Oeste (exceto MT)
	Norte e MT
Milho	Sul, Sudeste, MS, GO e DF
	MT e RO
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(1)</sup>
Milho pipoca	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
Mandioca em raiz	Sul, Sudeste e Centro-Oeste
	Norte e Nordeste
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste
	Norte e Nordeste
Fécula de Mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste
Soja	Todo o Território Nacional (exceto MT, RO, AM, PA e AC)
	MT, RO, AM, PA e AC
Sorgo	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)
	MT, e RO
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Ba- Sul, Sul do MA, Sul do PI e TO início de vigência em janeiro/2009

Tipo/Classe Básico	Instrumento da PGPM	Unidade	R\$/ud	Início de Vigência
-	EGF	15 kg	14,40	Jan/2009
			Jul/2009	
Tipo SLM 41.4	AGF e EGF		44,60	Jan/2009
			Jul/2009	
-	EGF		2,37	Jan/2009
			Jul/2009	
-	EGF	25kg	18,07	Jan/2009
Tipo 1-58/10	AGF e EGF	50 kg	25,80	Jan/2009
		60 kg	30,96	
		80 kg	25,50	
Tipo 2-55/13	AGF e EGF	50 kg	15,74	Jan/2009
		60 kg	18,88	
		80 kg	16,12	Set/2008
-	EGF	kg	1,53	Jan/2009
Tipo/Classe Básico	Instrumento da PGPM	Unidade	R\$/ud	Início de Vigência
-	EGF	hl	52,49	Jan/2009
		kg	2,49	Jan/2010
Tipo 2	AGF e EGF	60 kg	80,00	Nov/2008
				Jan/2009
-	EGF	60 kg	53,00	Jan/2009
Tipo 2	AGF e EGF	kg	1,02	Jan/2009
		kg	1,21	
-	EGF	l	0,47	Jul/2008
			0,45	
			0,41	
Único	AGF e EGF	60 kg	16,50	Jan/2009
			13,20	
			19,00	Jul/2009
-	EGF	kg	0,50	Jan/2009
-	-	t	98,85	Jan/2009
			106,12	
Fina T3	AGF e EGF	50 kg	23,68	Jan/2009
			26,83	
Tipo 2	AGF e EGF	kg	0,69	Jan/2009
Classificada	AGF e EGF	kg	0,74	Jan/2009
-	EGF	60 kg	22,80	Jan/2009
-			18,30	
Único	AGF e EGF	60 kg	13,20	Jan/2009
			10,56	
			17,10	Jul/2008

## Preços Mínimo - Sementes

Safras de Verão e de Produtos Regionais 2008/2009 e do Norte e Nordeste 2009

Produtos	Regiões e Estados amparados	R\$/kg		Início de Vigência
		Grão/Caroço	Sementes <sup>1</sup>	
Algodão <sup>(2)</sup>	Brasil	0,1580	0,6892	Jan/2009
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,7228	2,4064	Jan/2009
Arroz longo fino	Brasil	0,5160	0,9762	Jan/2009
Arroz longo		0,3267	0,6180	
Feijão <sup>(3)</sup>	Brasil	1,3333	2,5451	Jan/2009
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	0,8833	1,4806	Jan/2009
Juta/Malva	Norte e Maranhão		4,7377	Jan/2009
Milho híbrido	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2750	1,6337	Jan/2009
	Mato Grosso e Rondônia	0,2200	1,3070	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(4)</sup>	0,3167	1,8813	Jun/2009
Milho variedade	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2750	0,9080	Jan/2009
	Mato Grosso e Rondônia	0,2200	0,7264	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(4)</sup>	0,3167	1,0455	Jun/2009
Soja	Brasil	0,3800	0,8742	Jan/2009

Produtos	Regiões e Estados amparados	R\$/kg		Início de Vigência
		Grão/Caroço	Sementes <sup>1</sup>	
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2200	1,3070	Jan/2009
	MT e RO	0,1760	1,0456	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(4)</sup>	0,2850	1,6931	Jun/2009
Sorgo variedade	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2200	1,3070	Jan/2009
	MT e RO	0,1760	1,0456	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(4)</sup>	0,2850	1,6931	Jun/2009

(1) Genética, básica e certificada, S1 e S2, de acordo com o artigo 35 do Decreto 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

(2) Regiões Norte e Nordeste (exceto BA-Sul), início de vigência em junho/2009.

(3) Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA- Sul, início de vigência em novembro/2008.

(4) Ba- Sul, Sul do MA, Sul do PI e TO início de vigência em janeiro/2009

## RECOMPOSIÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS

Uma das orientações do PAP 2008/2009 é que no pico da safra (momento da colheita), quando os preços de mercado tendem a cair, o Governo compre produtos que poderão ser utilizados para regular o mercado no período de entressafra, seja no abastecimento ou no controle de preço. A proposta é de que os estoques públicos passem de 1,5

milhões de toneladas em 2008, para 6 milhões de toneladas em 2009, montante superior inclusive aos estoques de 2006 que eram da ordem de 4 milhões de toneladas.

#### **Estoques Públicos de Alimentos - toneladas - Posição Junho**

<b>Produto</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Proposta para 2009</b>
Arroz	1.313	57	3	73	1.119	1.130	1.372	1.600
Farináceos	67	-	-	-	1	1	-	-
Feijão	-	-	1	4	4	81	5	100
Milho	820	93	1.195	1.581	2.293	2.433	211	4.100
Trigo	-	-	152	961	618	6	6	200
<b>Total</b>	<b>2.200</b>	<b>150</b>	<b>1.351</b>	<b>2.619</b>	<b>4.035</b>	<b>3.651</b>	<b>1.594</b>	<b>6000</b>

Fonte: Conab.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) conta com um orçamento, em 2008, de R\$ 160 milhões, valor que supera em 60,8% o orçamento do ano anterior. Se integralmente aplicado, esse montante contemplará 72 mil produtores, na contratação de 82 mil apólices de seguro. O valor é suficiente para garantir capital da ordem de R\$ 7 bilhões e dar cobertura para 6 milhões

de hectares, cerca de 10% da área cultivada com culturas anuais e permanentes. Em 2007, foram aplicados R\$ 61 milhões em subvenção, proporcionando cobertura para 2,3 milhões de hectares e garantindo capital da ordem de R\$ 2,7 bilhões. O resultado foi significativamente maior que o verificado em 2006, quando foram aplicados R\$ 31,1 milhões em subvenção.

### **Plano Nacional de Logística de Transportes**

O Plano Nacional de Logística de Transporte, apresenta um estudo detalhado para o setor, com um plano de investimento e expansão até 2023, que deverá ser considerado na execução do MacroZEE da Amazônia Legal.

Um primeiro e fundamental objetivo do PNLT é a retomada do processo de planejamento no Setor dos Transportes, dotando-o de uma estrutura permanente de gestão e perenização desse processo, com base em um sistema de informações georreferenciadas contendo todos os principais dados de interesse do setor, quer na parte de oferta, envolvendo todas as modalidades de transporte, quer na parte de demanda, por meio da institucionalização do acesso às bases de dados socioeconômicos disponíveis nos diversos órgãos e instituições afins e correlatos com o setor.

Um segundo objetivo, também relevante, é a consideração dos custos de toda a cadeia logística que permeia o processo que se estabelece entre as origens e os destinos dos fluxos de transporte, levando à otimização e racionalização dos custos associados a essa cadeia, ao invés da simples consideração dos custos operacionais das diversas modalidades de transporte envolvidas. Isso é fundamental para melhorar a eficiência e a

competitividade da economia nacional e reflete a realidade dos mercados doméstico e internacional em que se processam as relações comerciais no mundo globalizado.

Um terceiro objetivo é a necessidade de efetiva mudança, com melhor equilíbrio, na atual matriz de transporte de cargas do País, na medida em que a otimização e a racionalização citadas acima estão associadas ao uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária e aquaviária, tirando partido de suas eficiências energéticas e produtividades no deslocamento de fluxos de maior densidade e distância de transporte.

#### Indicadores Socioeconômicos dos Vetores Logísticos

INDICADORES 1.000 KM <sup>2</sup>			VETORES LOGÍSTICOS						BRASIL
			AMAZÔNICO	CENTRO-NORTE	LESTE	NORDESTE SETENTRIONAL	NORDESTE MERIDIONAL	CENTRO-SUDESTE	
Área			3.372,09	1.721,51	653,67	555,14	669,88	1.117,81	8.526,40
		% BR	39,55	20,19	7,67	6,51	7,86	13,11	100,00
PIB Total (Preços de 2005 em Milhões de R\$)	2002	Absoluto	61.892	58.967	448.963	132.833	92.470	763.709	1.795.619
		% BR	3,45	3,28	25,00	7,40	5,15	42,53	100,00
	2023	Absoluto	123.474	106.593	914.037	232.829	168.694	1.525.101	3.566.660
		% BR	3,46	2,99	25,63	6,53	4,73	42,76	100,00
		Var % aa	3,34	2,86	3,44	2,71	2,90	3,35	3,32
População Total	2002	Absoluto	7.391.656	13.803.263	36.957.095	27.502.692	15.358.222	55.049.721	174.401.059
		% BR	4,24	7,91	21,19	15,77	8,81	31,57	100,00
	2023	Absoluto	12.318.878	20.152.914	46.041.998	32.194.369	18.060.834	69.035.985	219.082.851
		% BR	5,62	9,20	21,02	14,70	8,24	31,51	100,00
		Var % aa	2,46	1,82	1,05	0,75	0,77	1,08	1,09
Densidade (hab./km <sup>2</sup> )	2002		2,19	8,02	56,54	49,54	22,93	49,25	20,45
	2023		3,65	11,71	70,44	57,99	26,96	61,76	25,69
PIB per Capita (R\$)	2002		8.373,18	4.271,95	12.148,23	4.829,81	6.020,90	13.873,07	10.295,92
	2023		10.023,15	5.289,19	19.852,25	7.231,99	9.340,32	22.091,39	16.279,96
		Var % aa	0,86	1,02	2,37	1,94	2,11	2,24	2,21

#### Investimentos Recomendados em Infra-estrutura de Transportes, por Modal, até 2023

Período	Modo de transporte	Extensão/quantidade	Recursos (milhões de R\$)	Participação modal no total de investimentos (milhões de R\$)
2008-2011	Rodoviário	19.743	42.296,00	72.700,00
	Ferrovário	4.099	16.969,00	
	Hidroviário	3.363	2.672,00	
	Portuário	56	7.301,00	
	Aeroportuário	13	3.462,00	
2012-2015	Rodoviário	3.769	13.109,00	28.573,00
	Ferrovário	2.183	3.048,00	
	Hidroviário	3.244	3.962,00	
	Portuário	58	5.450,00	
	Aeroportuário	13	3.004,00	
Após 2015	Rodoviário	19.691	18.789,00	71.141,00
	Ferrovário	13.974	30.539,00	
	Hidroviário	7.882	6.173,00	
	Portuário	55	12.411,00	
	Aeroportuário	14	3.229,00	
Total modal	Rodoviário	43.203	74.194,00	43,0%
	Ferrovário	20.256	50.556,00	29,4%
	Hidroviário	14.489	12.807,00	7,4%
	Portuário	169	25.162,00	14,6%
	Aeroportuário	40	9.695,00	5,6%
Total Brasil			172.414,00	100,0%

#### Investimentos nos Modais por Vetor Logístico

Modal	Indicadores	Vetores Logísticos							% do Modal no Total BR
		Amazônico	Centro-Norte	Nordeste Setentrional	Nordeste Meridional	Leste	Centro-Sudeste	Sul	
Aeroportuário	Valor (milhões de R\$)	532.060,00	118.180,00	2.714.370,00	94.590,00	2.379.130,00	3.088.220,00	767.840,00	9.694.390,00
	% no Vetor	3,1	0,7	13,9	0,6	6,8	7,9	2,6	-
	% do Modal no Brasil	5,5	1,2	28,0	1,0	24,5	31,8	8,0	100,0
Ferrovário	Valor (milhões de R\$)	-	6.600.980,40	6.907.521,59	4.953.023,95	11.857.021,43	8.069.513,32	12.167.488,63	50.555.549,32
	% no Vetor	0,0	41,6	35,4	30,0	33,8	20,7	42,0	-
	% do Modal no Brasil	0,0	13,0	13,7	9,8	23,5	16,0	24,0	100,0
Hidroviário	Valor (milhões de R\$)	6.026.569,51	3.909.258,83	276.610,00	280.015,98	-	125.834,38	2.187.443,61	12.805.732,31
	% no Vetor	35,4	24,7	1,4	1,7	0,0	0,3	7,5	-
	% do Modal no Brasil	47,0	30,5	2,2	2,1	0,0	1,0	17,1	100,0
Portuário	Valor (milhões de R\$)	983.000,00	1.046.150,00	2.338.660,00	946.895,00	6.944.970,00	9.188.070,00	3.721.155,00	25.168.900,00
	% no Vetor	5,2	6,6	12,0	5,7	19,8	23,5	12,8	-
	% do no Modal Brasil	3,6	4,2	9,3	3,8	27,7	36,6	14,8	100,0
Rodoviário	Valor (milhões de R\$)	9.862.894,00	4.182.500,00	7.289.130,00	10.226.147,00	13.898.284,00	18.573.540,00	10.157.378,00	74.189.873,00
	% do Vetor	58,3	26,4	37,3	62,0	39,6	47,6	35,0	-
	% no Modal no Brasil	13,0	5,7	9,9	13,8	18,7	25,2	13,7	100,0
Total	Valor (milhões de R\$)	17.404.523,51	15.857.069,23	19.526.291,59	16.500.671,93	35.079.405,43	39.045.177,70	29.001.305,24	172.414.444,63
	% no Brasil	9,9	9,2	11,3	9,6	20,4	22,7	16,9	100,0

#### Investimentos em Transportes no Vetor Amazônico, no Período, 2008-2011

Modo de Transporte	Código	Tipo de Intervenção	Descrição	Custo estimado (mil R\$)	Participação Modal no Total (%)
Aeroportuário	não simulável	Ampliação	Ampli. do Term. de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (AM)	246.900	2,5
Hidroviário	MTH107	Construção	Rio Madeira: Construção de Eclusas	1.400.000	13,9
Portuário	não simulável	Construção	Amazônia: Construção de 120 Terminais Hidroviários	500.000	5,4
		Construção	Porto de Vila do Conde (PA): Construção do Pier 400	40.000	
Rodoviário	MTRP003	Pavimentação	BR-364: Diamantino (MT) - Sapezal (MT) - Comodoro (MT) – 100 km restantes	90.000	78,2
	MTRP013	Pavimentação	BR-364: Construção e Pavimentação de 210 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul (AC)	242.500	
	MTRP014	Pavimentação	BR-317: Construção e Pavimentação entre Boca do Acre (AM) e Div. AM/AC	144.600	
	MTRP016	Pavimentação	BR-319: Pavimentação e Recuperação de trechos Manaus (AM) - Porto Velho (RO) – 711 km	675.000	
	MTRP020	Pavimentação	BR-230: Marabá (PA) - Altamira (PA) – Construção/Pavimentação	511.530	
	MTRP021	Pavimentação	BR-163: Div. MT/PA – Miritituba (PA) - Rurópolis (PA) – 820 km	781.760	
	MTRP109	Pavimentação	BR-230: Itaituba/PA (Entr.BR-163) - Altamira/PA (Entr. BR-158) – Construção/Pavimentação	522.910	
	MTRP111	Pavimentação	BR-230: Construção e Pavimentação entre Humaitá (AM) e Lábrea (AM)	227.470	
	MTRP130	Pavimentação	BR-163: Construção e Pavimentação Matupá (MT) - Itaituba (PA)	1.300.000	
	MTRP131	Pavimentação	BR-364: Diamantino (MT) - Sapezal (MT) - Comodoro (MT) – Construção e Pavimentação	528.000	
	RP127	Pavimentação	Construção da Rodovia entre BR-163, Alta Floresta (MT) - Cachoeira Rasteira (MT)	315.040*	
	RP158	Pavimentação	Pavimentação do trecho entre Sapezal (MT) e Campo Novo do Parecis (MT)	400.740*	
	RR097	Recuperação	BR-364: Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC)	596.592*	
	RR103	Recuperação	BR-174: Manaus (AM) - Boa Vista (RR)	911.868*	
	RR104	Recuperação	BR-174: Boa Vista (RR) - Fronteira Brasil-Venezuela	254.460*	
	RR110	Recuperação	BR-163: Sinop (MT) - Matupá (MT)	66.252*	
	RR151	Recuperação	BR-364: Rio Branco (AC) - Sena Madureira (AC)	171.492*	
	MTRA151	Adequação de Capacidade	BR-163: Santarém (PA) - Rurópolis (PA)	100.000	
	MTRP004	Pavimentação	BR-242: Sorriso (MT) - Entr. BR-158 – 465 km	320.000	
Total				10.347.114	100,0

Modo de Transporte	Código	Tipo de Intervenção	Descrição	Custo estimado (mil R\$)	Participação do Modal no Total (%)
Aeroportuário	Não Simulável	Ampliação	Ampliação do Terminal de Carga Doméstica do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (AM)	121.220	5,6
Hidroviário	Sem Sensibilidade	Recuperação	Navegabilidade do Sistema Fluvial Solimões/Amazonas (IIRSA)	115.000	89,6
		Recuperação	Navegabilidade do Rio Içá no Estado do Amazonas (Integração com o Rio Putumayo) (IIRSA)	18.400	
		Recuperação	Navegabilidade do Rio Madeira entre Porto Velho (RO) - Guyaramerim (BOL) – Eclusa de Abunã (IIRSA)	500.000	
		Recuperação	Navegabilidade do Rio Madeira entre Porto Velho (RO) - Guyaramerim (BOL) – Eclusas de Jirau/Santo Antonio (IIRSA)	1.300.000	
Portuário	Não Simulável	Implantação	Implantação do Porto Centro-amazônico em Manaus (AM)	23.000	4,8
		Construção	Porto de Manaus (AM): Novo Terminal	80.000	
Total				2.157.620	100,0

Modo de Transporte	Código	Tipo de Intervenção	Descrição	Custo estimado (mil R\$)	Participação do Modal no Total (%)
Aeroportuário	Não Simulável	Ampliação	Ampliação do Terminal de Carga Doméstica do Aeroporto de Porto Velho (RO)	13.870	3,3
		Construção/Ampliação	Novo Terminal de Passageiros e Ampliação do Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Porto Velho (RO)	150.070	
Hidroviário	MTH107	Implantação	Hidrovia Teles Pires-Juruena-Tapajós	1.428.750	55,0
	MTH108	Recuperação	Navegabilidade dos Rios Branco e Negro no Trecho Manaus (AM)-Boa Vista (RR) (IIRSA)	800.000	
	MTH110	Recuperação	Adequação da Hidrovia do Madeira	120.000	
	MTH112	Recuperação	Melhoramento da Navegabilidade do Rio Acre (entre Boca do Acre/AM e Rio Branco/AC)	21.750	
	MTH113	Recuperação	Melhoramento da Navegabilidade do Rio Juruá Sté Cruzeiro do Sul (AC)	164.655	
	MTH167	Recuperação	Navegabilidade do Rio Negro entre Cucuí (AM) e Manaus (AM) (Integração com o Rio Orinoco) (CAF)	118.065	
	Sem Sensibilidade	Construção	Terminal de Contêineres no Porto de Porto Velho (RO)	39.950	
Portuário	Não Simulável	Construção	Construção do Terminal Bi-Modal da CEASA (Manaus/AM)	170.000*	6,9
		Construção	Porto de Itacoatiara (AM): Construção de Novo Terminal	170.000*	
Rodoviário	MTRP015	Pavimentação	BR-429: Entroncamento BR-364 - Costa Marques (RO) – Pavimentação – 344 km	618.000	34,8
	MTRP017	Pavimentação	BR-401: Boa Vista (RR) - Fronteira c/ Guiana – Conclusão dos 75 km que faltam	58.000	
	RP095	Pavimentação	Pavimentação da Rodovia BR-230 (Transamazônica) entre Itaituba (PA) e Lábrea (AM)	1.026.680*	
Total				4.899.790	100,0

Carregamentos Multimodais (com Minério, sem Carga Geral) – 2007





Carregamentos em 2023 com Investimentos (com Minérios, sem Carga Geral)





## **Plano BR-163**

O Plano BR-163 será apresentado de forma bastante resumida, especificando os principais objetivos e diretrizes.

O Plano tem como objetivo geral implementar um novo modelo de desenvolvimento local e regional e organizar a ação de Governo, com base na valorização do patrimônio sócio-cultural e natural, na viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras e no uso sustentável dos recursos naturais, visando à elevação do bem estar da população em geral.

### Objetivos Específicos

- Prevenir e mitigar impactos associados à pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém, em particular os conflitos fundiários, a violência no campo, o deslocamento de produtores familiares e populações tradicionais de seus territórios, o desmatamento acelerado e outros problemas socioambientais.

- Promover um conjunto de ações voltadas à criação das condições estruturantes necessárias ao desenvolvimento local e regional, nas áreas de ordenamento territorial e ambiental, fomento a atividades sustentáveis com inovação tecnológica e agregação de valor, melhorias na logística de infra-estrutura sócio-econômica e fortalecimento da inclusão social e cidadania.
- Ampliar a presença do Estado, garantindo maior governabilidade sobre os processos de ocupação territorial e maior capacidade de orientação dos processos de transformação sócio-produtiva.
- Estimular processos de diálogo, negociação e formação de consenso entre órgãos governamentais e diferentes grupos da sociedade, em contextos democráticos de gestão de políticas públicas, contemplando as necessidades de arbitragem de conflitos pelo Estado.
- Promover a gestão compartilhada das políticas públicas, por meio da efetivação de parcerias entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal).
- Reconhecer e valorizar a diversidade sócio-cultural, econômica e ambiental nos territórios contemplados na área de abrangência do Plano, como aspecto fundamental de sua estratégia de implementação.
- Promover uma estratégia de ordenamento territorial capaz de impedir movimentos indesejados de ocupação de áreas conservadas da floresta e de estimular a melhor utilização de áreas já desmatadas que, às vezes, encontram-se abandonadas.
- Fomentar as atividades produtivas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, com densidade técnico-científico, valorização de sabedorias das populações locais e agregação de valor, de modo a contribuir para a geração de emprego e renda e para o fortalecimento da segurança alimentar.
- Apoiar a estruturação dos núcleos urbanos, considerando suas funções de apoio à produção (energia, armazenagem, transportes e comunicações) e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes (saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública).

Para maximizar o alcance de seus objetivos, a estratégia de implementação do Plano BR-163 Sustentável adotará as seguintes diretrizes norteadoras:

- Estimular o desenvolvimento com equidade, evitando-se a reprodução de uma sociedade desigual, em que poucos se beneficiam dos investimentos e das iniciativas organizadas para a região.
- Minimizar o desmatamento ilegal, associado à transformação da estrutura produtiva regional, impedindo a replicação do padrão extensivo do uso do solo que caracterizou a economia de fronteira da Amazônia nas últimas décadas.
- Fortalecer e empoderar a sociedade civil da região, para que o avanço da presença do Estado se construa em sinergia com o engajamento da sociedade local.

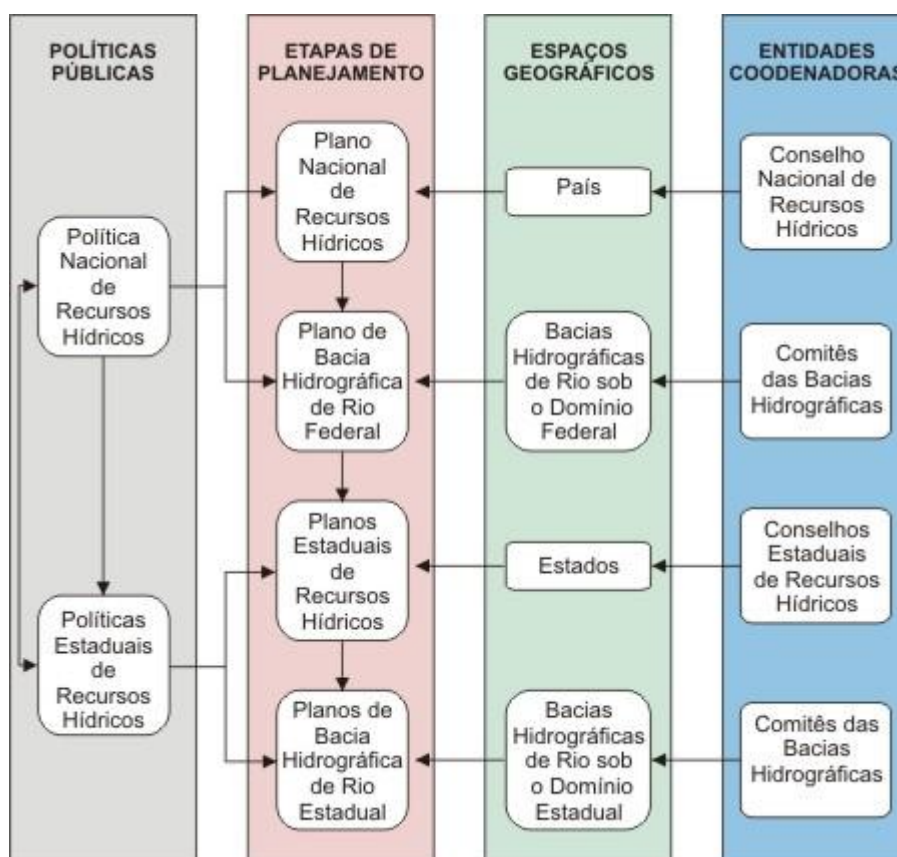
## Plano Nacional de Recursos Hídricos

Os Planos de Recursos Hídricos configuram-se como um dos instrumentos previstos na Lei das Águas, e devem ser elaborados em três níveis:

- Nacional - Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- Estadual – Plano Estadual de Recursos Hídricos.
- das Bacias Hidrográficas – Plano de Bacia Hidrográfica.

O PNRH tem abrangência nacional, seu propósito principal é a construção e implementação conjuntas com a sociedade. Para a sua elaboração partiu-se do princípio de que “planejar é reunir as condições para construir o futuro desejado e estabelecer os meios para atingi-lo”. O futuro é uma janela aberta a todas as possibilidades, e o planejamento deve permitir a antecipação do que é provável ou improvável acontecer, fornecendo as ferramentas básicas para o melhor gerenciamento dos recursos hídricos.

Desta forma, pode-se agir estrategicamente, isto é, preventivamente (evitando perdas e minimizando o que tende a ser negativo) e pró-ativamente (provocando as mudanças desejadas e aproveitando as oportunidades).



Políticas públicas, tipos de planos, âmbitos geográficos e entidades coordenadoras no processo de planejamento de recursos hídricos no Brasil

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é um dos instrumentos estabelecidos pela Lei nº 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, a ser pactuado entre o Poder Público, os usuários (indústria, irrigação, setor de abastecimento de água, geração de

energia, entre outros) e a sociedade civil (associações comunitárias, ONG's, sindicatos, universidades, escolas entre outros), para fundamentar e orientar a gestão das águas.

Aprovado por unanimidade no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em 30 de janeiro de 2006, o Plano traz um conjunto de diretrizes, metas e programas para assegurar o uso racional da água no Brasil até 2020. É constituído por quatro volumes (1. Panorama dos Recursos Hídricos do Brasil; 2. Águas para o futuro: Cenários para 2020; 3. Diretrizes; 4. Programas Nacionais e Metas).

O PNRH tem como base a Divisão Hidrográfica Nacional aprovada pelo CNRH, com aconselhamento do IBGE e outras instituições federais. Ela define 12 Regiões Hidrográficas para o território brasileiro, compostas por bacias hidrográficas próximas entre si, com semelhanças ambientais, sociais e econômicas.

Outro critério adotado pelo Plano envolve as denominadas “Áreas Especiais de Planejamento” (AEP). As AEP não coincidem, necessariamente, com as bacias hidrográficas, entretanto, merecem uma atenção especial, devido às suas características peculiares e à relação com os recursos hídricos. São exemplos de AEP: o Aquífero Guarani, o Pantanal Mato-grossense, os Núcleos Desertificados, o Sistema Elétrico Interligado, as transposições entre bacias, entre outros.

O processo de construção do PNRH foi coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA) em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e teve a participação de aproximadamente 7 mil pessoas. Participaram setores usuários, especialistas, organizações não governamentais, movimentos sociais, governos estaduais, municipais e federal, além de populações tradicionais e indígenas.

O Plano atende às Metas do Milênio e à proposta da Agenda da Cúpula de Joanesburgo (Rio + 10), quando a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou que os países construíssem seus planos de gestão integrada de recursos hídricos até 2005, com o objetivo de, até 2015, reduzir à metade o número de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico.

A ONU adotou a Década Mundial da Água para o período de 2005-2015 e o Brasil, também priorizando a gestão dos recursos hídricos no país, estabeleceu a Década Brasileira da Água para o mesmo período.

#### *AS PREMISSAS DO PNRH*

Para que o processo de elaboração do PNRH fosse bem sucedido, foram adotadas as seguintes premissas:

- O PNRH caracteriza-se como um processo permanente de elaboração, que aperfeiçoa e aprofunda os temas considerados, à medida que a necessidade o exija. Assim, o PNRH deve ser entendido como um processo contínuo de elaboração, discussão e ajustes, obtendo-se, periodicamente, um “retrato” da situação naquele momento.

- O PNRH é o principal elemento orientador das políticas públicas de recursos hídricos no âmbito nacional.
- O PNRH deve ser construído/implementado por meio de um amplo processo de mobilização, participação social e consultas públicas.

#### *OS DOCUMENTOS BÁSICOS DO PNRH*

Após ampla discussão no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que teve como importante marco inicial a aprovação das “Diretrizes para a Elaboração do PNRH”, em dezembro de 2000, a Câmara Técnica aprovou o Conteúdo e a Estrutura do Plano. Esse conteúdo, desenvolvido sequencialmente, dará origem a um documento de 5 volumes, assim descrito:

**Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil:** apresenta um quadro referencial do país em termos de qualidade e quantidade de águas superficiais e subterrâneas, bem como dos diversos usos e usuários da água, além de abordar temas relacionados à política e ao modelo de gestão de recursos hídricos vigentes no Brasil e situações especiais de planejamento estabelecidas pelo PNRH.

**Águas para o Futuro: Cenários para 2020:** define três cenários prováveis sobre os recursos hídricos no Brasil para 2020.

**Diretrizes:** estabelece orientações gerais para as tomadas de decisão no âmbito do Plano.

**Programas Nacionais e Metas:** apresenta os programas, subprogramas e metas do PNRH, com marcos operacionais e indicadores de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados em sua implementação.

**Síntese Executiva:** reúne de forma sintética e objetiva, as informações apresentadas nos 4 volumes anteriores.

### **Plano Nacional de Agroenergia**

O Plano Nacional de Agroenergia visa organizar e desenvolver proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia para garantir sustentabilidade e competitividade às cadeias de agroenergia. Estabelece arranjos institucionais para estruturar a pesquisa, o consórcio de agroenergia e a criação da Unidade Embrapa Agroenergia. Indica ações de governo no mercado internacional de biocombustíveis e em outras esferas.

O Plano Nacional de Agroenergia, lastreado nos fatos e nas premissas expostos, visa a:

Estabelecer marco e rumo para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e de tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional dessa energia renovável. Tem por meta tornar competitivo o agronegócio brasileiro e dar suporte a determinadas políticas públicas, como a inclusão social, a regionalização do desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental.

O alcance desse propósito geral implica atingir os seguintes objetivos específicos, de acordo com as políticas públicas brasileiras, de atender aos anseios da sociedade e às demandas dos clientes:

- Assegurar o aumento da participação de energias renováveis no Balanço Energético Nacional (BEN).
- Garantir a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, baseados na expansão da agricultura de energia e na agregação de valor nas cadeias produtivas a ela ligadas.
- Criar oportunidades de expansão de emprego e de geração de renda no âmbito do agronegócio, com mais participação dos pequenos produtores.
- Contribuir para o cumprimento do compromisso brasileiro no Protocolo de Quioto e possibilitar o aproveitamento das oportunidades que o acordo favorece para a captação de recursos de crédito de carbono.
- Induzir a criação do mercado internacional de biocombustíveis, garantindo a liderança setorial do Brasil.
- Otimizar o aproveitamento de áreas resultantes da ação humana sobre a vegetação natural (áreas antropizadas), maximizando a sustentabilidade dos sistemas produtivos, desestimulando a expansão injustificada da fronteira agrícola e o avanço rumo a sistemas sensíveis ou protegidos. Desenvolver soluções que integrem a geração de agroenergia à eliminação de perigos sanitários ao agronegócio.

A gestão da política de agroenergia seja realizada por um Conselho Gestor Interministerial, subordinando-se às seguintes diretrizes gerais:

*Desenvolvimento da agroenergia.* Pela expansão do setor de etanol, implantação da cadeia produtiva do biodiesel, aproveitamento de resíduos e expansão de florestas energéticas cultivadas, com abrangência nacional, objetivando a eficiência e a produtividade e privilegiando regiões menos desenvolvidas.

*Agroenergia e produção de alimentos.* A expansão da agroenergia não afetará a produção de alimentos para o consumo interno, principalmente da cesta básica. Pelo contrário, co-produtos do biodiesel, como torta de soja e de girassol, tendem a complementar a oferta de produtos para a alimentação humana e a animal.

*Desenvolvimento tecnológico.* Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agropecuárias e industriais adequadas às cadeias produtivas da agroenergia, que proporcionem maior competitividade, agregação de valor aos produtos e redução de impactos ambientais. Concomitantemente, deverá contribuir para a inserção econômica e social, inclusive com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao aproveitamento da biomassa energética em pequena escala.

*Autonomia energética comunitária.* A idéia é propiciar às comunidades isoladas, aos agricultores individualmente, cooperativados ou associados, e aos assentamentos de reforma agrária, meios para gerar sua própria energia, em especial nas regiões remotas do território nacional.



*Geração de emprego e renda.* A política de agroenergia deve constituir um vetor da interiorização do desenvolvimento, da inclusão social, da redução das disparidades regionais e da fixação das populações no seu habitat, em especial pela agregação de valor à cadeia produtiva e pela integração às diferentes dimensões do agronegócio.

*Otimização do aproveitamento de áreas antropizadas.* As culturas energéticas devem ser produzidas respeitando a sustentabilidade dos sistemas produtivos e desestimulando a expansão injustificada da fronteira agrícola ou o avanço rumo a sistemas sensíveis ou protegidos, como a Floresta Amazônica, a região do Pantanal, entre outras. Poderá, ainda, contribuir para a recuperação de áreas degradadas.

*Otimização das vocações regionais.* Incentivo à instalação de projetos de agroenergia em regiões com oferta abundante de solo, radiação solar e mão-de-obra, propiciando vantagens para o trabalho e para o capital, dos pontos de vista privado e social, considerando-se as culturas agrícolas com maior potencialidade.

*Liderança no comércio internacional de biocombustíveis.* O Brasil reúne vantagens comparativas que lhe permitem ambicionar a liderança do mercado internacional de biocombustíveis e implementar ações de promoção dos produtos energéticos derivados da agroenergia. A ampliação das exportações, além da geração de divisas, consolidará o setor e impulsionará o desenvolvimento do País.

*Aderência à política ambiental.* Os programas de agroenergia deverão estar aderentes à política ambiental brasileira e em perfeita integração com as disposições do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, aumentando a utilização de fontes renováveis, com menor emissão de gases de efeito estufa.

## **Plano Nacional de Energia**

O Plano Nacional de Energia 2030 (PNE - 2030) é um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão do sistema nas próximas décadas, através da orientação estratégica da expansão.

O Plano Decenal de Energia Elétrica - PDEE 2006/2015, aprovado pela Portaria MME nº 121, em 31 de maio de 2006, representou a retomada de fato pelo Ministério de Minas e Energia - MME, enquanto responsável pela concepção e implementação de políticas para o Setor Energético, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Políticas Energéticas - CNPE, do planejamento como função de governo.

Os estudos do PNE 2030 foram desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, coordenados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE, do Ministério de Minas e Energia - MME, com o apoio do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (CEPEL).

Foram elaborados doze (12) volumes, partes integrantes do PNE 2030, conforme a seguir:

Volume 1 - Análise Retrospectiva

Volume 2 - Projeções

Volume 3 - Geração Hidrelétrica

Volume 4 - Geração Termelétrica - Petróleo e Derivados

Volume 5 - Geração Termelétrica - Gás Natural

Volume 6 - Geração Termelétrica - Carvão Mineral (revisado pela EPE)

Volume 7 - Geração Termonuclear (revisado pela EPE)

Volume 8 - Geração Termelétrica - Biomassa

Volume 9 - Outras Fontes

Volume 10 - Combustíveis Líquidos

Volume 11 - Eficiência Energética

Volume 12 – Transmissão

Principais Recomendações:

1) Considerar a fonte primária hidrelétrica como a opção prioritária, em termos quantitativos, para o suprimento dos requisitos de energia elétrica do país, no período 2015/2030. Assim, considerando a capacidade instalada hidrelétrica prevista de 98 GW, em 2015, a estratégia de expansão, no período 2015/2030, prevê um montante de 70 GW hidrelétricos adicionais, com cerca de 60% deste valor constituído de usinas na Região Norte, resultando numa capacidade instalada total no país de 168 GW, em 2030.

2) Planejar o aproveitamento das bacias hidrográficas da Região Norte, por razões de viabilidade socioambiental, sem grandes reservatórios de regularização plurianual. No planejamento e no dimensionamento destas usinas hidrelétricas e dos respectivos sistemas de transmissão, considerar que a regularização anual e plurianual da geração sazonal das mesmas seria viabilizada através da integração com o Sistema Interligado Nacional, que apresenta um elevado grau de regularização, proporcionado pelos grandes reservatórios já existentes.

3) Reavaliar, com novos estudos de engenharia e socioambientais, a parcela de 86 GW do potencial hidrelétrico nacional, não considerada na parcela a ser aproveitada até 2030. Isto objetiva caracterizar a viabilidade de seu aproveitamento, com o enfoque de uso múltiplo do recurso hídrico, após o horizonte deste Plano, considerando a importância estratégica para o país deste recurso natural.

4) Priorizar a realização, até o ano de 2012, dos estudos de inventário das bacias hidrográficas e dos rios onde se localizam as usinas hidrelétricas consideradas para aproveitamento até 2030. Simultaneamente à conclusão destes inventários, desenvolver os estudos de viabilidade das usinas hidrelétricas, com os melhores índices de economicidade, visando disponibilizar uma carteira de projetos hidrelétricos para ser considerada nas atividades de planejamento, no âmbito dos Planos Decenais.

5) Prosseguir o aproveitamento dos recursos hidrelétricos nacionais, incluindo as PCHs, nos montantes estabelecidos por este Plano, nas diversas regiões geográficas do país. Nas usinas da região Norte, priorizar o atendimento dos mercados da própria região, disponibilizando os excedentes para o Sistema Interligado Nacional.



- 6) Incorporar nos futuros Planos Decenais um programa termelétrico nos montantes identificados neste Plano e analisar sua economicidade visando a inclusão de usinas termelétricas nos futuros leilões de energia, nas regiões geográficas identificadas neste Plano.
- 7) Definir o prosseguimento do programa nuclear brasileiro, após Angra III, com uma expansão mínima de 4 GW, podendo alcançar 8 GW até 2030, nas regiões Sudeste e Nordeste, iniciando os estudos de localização destas novas centrais nucleares.
- 8) Programar a elevação da produção de petróleo, do valor atual de 1,7 milhões de barris/dia em 2005, para 3 milhões de barris/dia em 2030, procurando ajustar a produção à demanda prevista, mantendo neste horizonte de longo prazo a auto-suficiência nacional no setor de petróleo. Continuar o esforço em exploração e produção, priorizando a pesquisa para avanços no conhecimento geológico das bacias sedimentares e nas tecnologias de prospecção e extração, de forma a manter a relação reserva/produção em níveis semelhantes aos atuais no Brasil, considerando também a prática internacional.
- 9) Considerar a agroenergia como uma contribuição importante para a solução dos problemas da sustentabilidade do fornecimento de combustíveis, com menor impacto ambiental, social e econômico para o consumidor. Monitorar as áreas agriculturadas e agriculturáveis, e investir em tecnologia para a melhoria do processo produtivo, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável.
- 10) Promover a elevação da produção nacional de gás natural, reduzindo a necessidade de importação no longo prazo, minimizando a dependência do país deste energético. Realizar um estudo específico visando estabelecer a participação mais adequada, quanto às importações, sob a ótica de estratégia de abastecimento, entre gasodutos oriundos dos países vizinhos e GNL.
- 11) Promover a eficiência energética para que se torne uma opção sustentável aos investimentos na expansão da oferta de energia, com o objetivo de minimizar impactos ambientais, por meio de mecanismos estruturantes e operacionais, para induzir os consumidores e produtores de energia a atingir as metas definidas neste Plano.
- 12) Analisar mecanismos de fomento às fontes alternativas renováveis de forma a aumentar a participação destas fontes na Matriz Energética Nacional, tais como da agroenergia (biomassa da cana, óleos vegetais e resíduos sólidos urbanos) e a energia eólica, conforme apontado neste Plano.
- 13) Direcionar os recursos de P&D disponíveis no setor para as áreas prioritárias estudadas neste documento, com especial destaque para os temas bioenergia, eficiência energética e energias renováveis, além de reservar uma parcela dos recursos para novas pesquisas.

## **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**

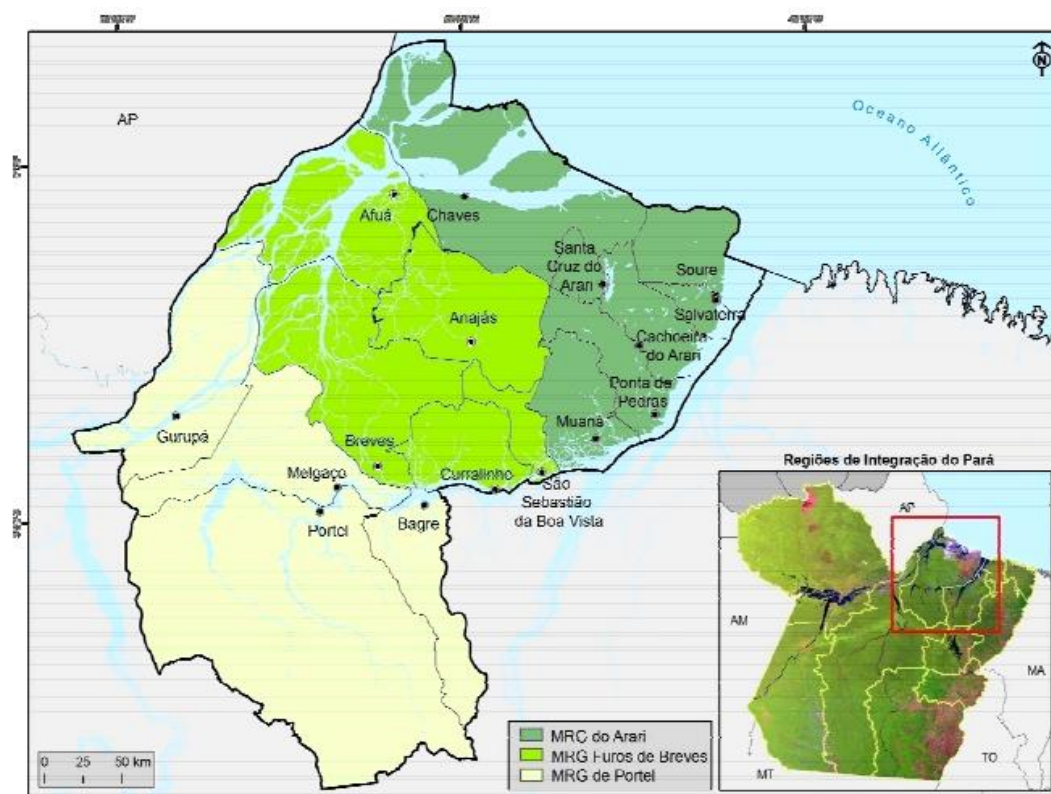
O Plano, publicado em 2007, trata-se de um plano estratégico de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), que estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira e suas sub-regiões.

A sua elaboração esteve inicialmente a cargo do Grupo Executivo Interministerial (GEI), criado por Decreto Presidencial em 26 de julho de 2006, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, com a posterior adesão do Grupo Executivo do Estado do Pará para o Plano Marajó (GEPLAM), criado por Decreto Estadual em 30 de julho de 2007.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó foi construído a partir de diretrizes inicialmente propostas pelo Governo Federal, discutidas com o Governo do Pará e com as prefeituras e amplamente debatidas e aperfeiçoadas nas consultas públicas, momento em que as duas esferas de governo puderam ouvir, avaliar e pontuar as principais reivindicações da população marajoara. As diretrizes foram agrupadas em cinco eixos temáticos:

- a) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental;
- b) fomento às atividades produtivas sustentáveis;
- c) infra-estrutura para o desenvolvimento;
- d) inclusão social e cidadania; e
- e) relações institucionais e modelo de gestão.

A área de atuação do Plano de Desenvolvimento compreende os dezesseis municípios que compõem, segundo o IBGE, a Mesorregião Geográfica do Marajó que além do arquipélago, abrange alguns municípios do continente, somando 104.140 km<sup>2</sup>



Fonte: GeoPARÁ, 2007.

MUNICÍPIOS	ÁREA (Km²)
<b>MRG DO ARARI</b>	<b>28.950</b>
CACHOEIRA DO ARARI	3.102
CHAVES	13.085
MUANÁ	3.766
PONTA DE PEDRAS	3.365
SALVATERRA	1.044
SANTA CRUZ DO ARARI	1.075
Soure	3.513
<b>MRG FUROS DE BREVES</b>	<b>30.094</b>
AFUÁ	8.373
ANAJÁS	6.922
BREVES	9.550
CURRALINHO	3.617
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	1.632
<b>MRG DE PORTEL</b>	<b>45.096</b>
BAGRE	4.397
GURUPÁ	8.540
MELGAÇO	6.774
PORTEL	25.385
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>104.140</b>

Fonte: IBGE.

## Plano Nacional de Reforma Agrária

O novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) vai garantir o acesso à terra a 530 mil famílias até o final de 2006. Serão 400 mil famílias assentadas pelo programa da reforma agrária e outras 130 mil que receberão terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário – que atinge áreas abaixo de 15 módulos fiscais e não podem ser desapropriadas. O anúncio foi feito pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, para cerca de três mil trabalhadores rurais, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve ao lado de Rossetto e deu o aval para o anúncio das metas propostas pelo novo PNRA.

Além de garantir terra a 530 mil famílias, o governo federal prevê a regularização fundiária de outras 500 mil famílias até o final de 2006, concedendo a elas o título definitivo da terra. Com isso, será elevado para 1.030.000 o número total de famílias beneficiadas pelo PNRA em quatro anos.

O Plano Nacional de Reforma Agrária representa uma inovação em relação ao modelo de implementado nos últimos anos ao se orientar para fazer dos assentamentos espaços de produção e qualidade de vida integrados ao desenvolvimento territorial.

O PNRA orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais.

**Número de famílias assentadas e gastos no período de 1995 a 2007**

<b>Assentamentos 1995 - 2007</b>					
<b>ANO</b>	<b>Famílias assentadas</b>	<b>Gastos com obtenção (R\$)</b>	<b>Total de famílias assentadas por período</b>	<b>Média famílias assentadas por ano</b>	<b>Média anual do período</b>
1995	30.716	2.149.449.582			
1996	41.717	1.236.908.756			
1997	66.837	1.939.626.283	238.010	59.503	
1998	98.740	1.548.156.235			
1999	99.201	938.091.299			65.548 1995/2002
2000	69.929	406.224.856	286.370	71.593	
2001	73.754	331.501.430			
2002	43.486	379.641.299			
2003	30.000	400.000.000			
2004	115.000	1.461.664.845	400.000	100.000	2003/2006
2005	115.000	1.461.664.845			
2006	140.000	1.827.081.056	520.000	130.000	2004/2007
2007	150.000	1.973.247.540			

A partir do II PNRA a criação e o desenvolvimento dos novos assentamentos passarão a se orientar por um projeto regional produtivo associado a um plano de desenvolvimento territorial, definido conjuntamente com os beneficiários e acompanhado pela assistência técnica. Significará uma oportunidade para ampliar a oferta de alimentos na região e para promover a diversificação produtiva, tanto em função da matriz tecnológica proposta – produção agroecológica – como em função da destinação dos seus produtos e subprodutos – alimentos e geração de energia. Ao integrar-se aos arranjos produtivos locais, os assentamentos contribuirão para a expansão das cadeias produtivas existentes

ou para a formação de novas cadeias, dinamizando o desenvolvimento dos municípios e das regiões.

O princípio geral do PNRA é incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor. Essa mudança se dará com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e dos custos primários de produção, a todo o espectro da população rural atingida pela Reforma.

O instrumento prioritário de obtenção de terras para o assentamento de famílias é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, complementada pela compra e venda (Decreto 433); destinação de terras públicas; obtenção de áreas devolutas; e outras formas de obtenção (devedores, dação em pagamento).

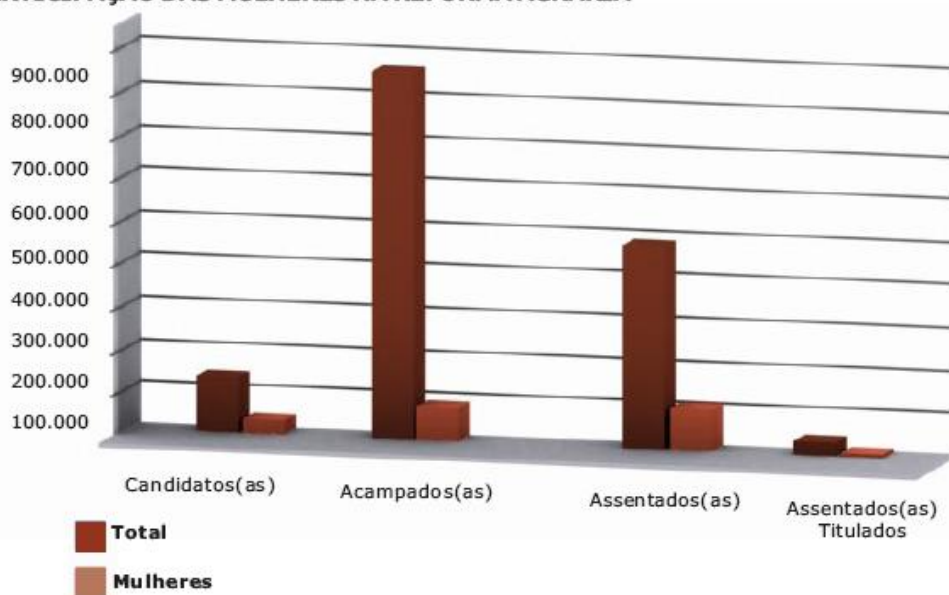
O Plano Nacional de Reforma Agrária tem como uma de suas prioridades a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR de uso múltiplo com a utilização de imagens de satélite e do georeferenciamento de todos os imóveis rurais, que resultará progressivamente num novo mapa fundiário do país e em referência obrigatória para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

A recuperação e consolidação dos assentamentos criados ao longo dos últimos anos são prioridades do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento complementar à desapropriação. É um mecanismo de acesso à terra por meio do financiamento da aquisição de imóvel rural e de investimentos básicos e comunitários em projetos apresentados pelos beneficiários voltados a produzir o aumento da renda e da produção de alimentos, à melhoria das suas condições de vida e à dinamização das economias locais.

O Plano Nacional de Reforma Agrária abraça o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social.

### PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA REFORMA AGRÁRIA



O Plano contempla a implementação de uma política de regularização fundiária que garanta o direito de uso e posse, bem como o acesso aos instrumentos de política pública que favoreçam a permanência dos quilombolas na terra, sob coordenação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, do MDA, em conjunto com o INCRA.

O objetivo é identificar alternativas para o uso dos recursos naturais nos assentamentos, principalmente nos biomas da Amazônia, do Cerrado e da Caatinga. A exploração da floresta natural poderá associar-se a sistemas agroflorestais para o atendimento das necessidades de subsistência das famílias.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária prevê a implementação de uma política específica de reassentamento deste segmento da população rural a ser coordenada pelo governo federal e que envolverá vários órgãos.

Estima-se que em toda a região Amazônica sejam mais de 600 mil pessoas, sendo que cerca de 300 mil no estado do Amazonas. O II Plano Nacional de Reforma Agrária reconhece este setor como parte de seu público alvo e prevê a elaboração e implementação de políticas públicas, baseada no reconhecimento e valorização da cultura e tradições desse povo e dirigidas à promoção da melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades produtivas.

#### Medidas propostas

1. Revisão do conceito de propriedade reformável com a inserção de coeficientes de aproveitamento ambiental e trabalhista que também são itens do cumprimento da função social da terra previsto pela Constituição Federal.
2. Atualização dos índices de definição de improdutividade de terras passíveis de desapropriação para fim de Reforma Agrária a ser analisada pelo Conselho de Política Agrícola.

3. Revisão das normas internas do MDA/INCRA visando a agilizar o processo de obtenção de terras, disciplinar a implantação dos assentamentos e as ações de promoção da igualdade de gênero, de desintrusão de não índios e a titulação das áreas de remanescentes de quilombolas.
4. Estabelecer competência concorrente da União com os Estados e Municípios na propositura de ações discriminatórias.
5. Estabelecer caráter preferencial das ações discriminatórias em andamento, referentes a domínio ou posse de imóveis situados na área discriminada.
6. Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 438/ 2001, já aprovado no Senado Federal e em trâmite na Câmara dos Deputados, que prevê a expropriação para fim de Reforma Agrária das propriedades em que foi comprovada a utilização de trabalho escravo.
7. Alterações na Lei Complementar 76/93 que dificultam o processo de desapropriação ou repercutem em aumento dos custos finais da indenização, nos termos do Projeto de Lei Complementar 566/99, que tramita no Senado Federal.
8. Implementação das ações necessárias para que o Estado exproprie as propriedades com plantação de psicotrópicos e as destine para a Reforma Agrária.
9. Notificação prévia de ingresso no imóvel particular para efeitos de vistoria por via documental.

## **Plano Plurianual**

Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

O Plano Plurianual 2008-2011 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

I. Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido, sendo classificado como:

- a) Programa Finalístico: pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;
- b) Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais: aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo;

II - Ação: instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não-orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme a sua natureza, em:

- a) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;



b) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Lista dos principais Programas do PPA por órgão responsável que poderão contribuir no processo de implementação das ações do MacroZEE

#### Plano Plurianual 2008 - 2011

Órgão	Tipo	Programa
Gabinete da Presidência da República	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Informações Integradas para Proteção da Amazônia
		Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Finalístico	Abastecimento Agroalimentar
		Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
		Desenvolvimento da Agroenergia
		Desenvolvimento da Economia Cafeeira
		Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional
		Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacao
		Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
		Minimização de Riscos no Agronegócio
		Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social
		Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
		Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
		Segurança da Sanidade na Agropecuária
		Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
		Gestão da Política Agropecuária
Ministério da Ciência e Tecnologia	Finalístico	Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais
		Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
		Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social
		Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação
		Meteorologia e Mudanças Climáticas
		Nacional de Atividades Espaciais - PNAE
		Nacional de Atividades Nucleares
		Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
		Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação
		Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação
Ministério da Cultura	Finalístico	Brasil Patrimônio Cultural
		Cultura Afro-Brasileira
		Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC
Ministério da Defesa	Finalístico	Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade
		Calha Norte
		Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária



Órgão	Tipo	Programa
		Segurança da Navegação Aquaviária
		Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
		Desenvolvimento da Aviação Civil
		Gestão da Política de Defesa Nacional
		Mobilização para Defesa Nacional
		Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
		Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
		Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
		Recursos do Mar
		Serviço de Saúde das Forças Armadas
		Tecnologia de Uso Aeroespacial
		Tecnologia de Uso Naval
		Tecnologia de Uso Terrestre
Ministério da Educação	Finalístico	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
		Brasil Escolarizado
		Brasil Universitário
		Desenvolvimento da Educação Especial
		Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
		Educação para a Diversidade e Cidadania
		Qualidade na Escola
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Estatísticas e Avaliações Educacionais
		Gestão da Política de Educação
Ministério da Fazenda	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Administração Tributária e Aduaneira
		Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM
		Gestão da Política de Regulação de Mercados
		Gestão da Política Econômica
		Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
		Produção de Moeda e Documentos de Segurança
		Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional
Ministério da Integração Nacional	Finalístico	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
		Desenvolvimento Macrorregional Sustentável
		Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial
		Infra-Estrutura Hídrica
		Integração de Bacias Hidrográficas
		Prevenção e Preparação para Desastres
		Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO
		Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
		Resposta aos Desastres e Reconstrução
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Integração Nacional
Ministério da Justiça	Finalístico	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
		Segurança Pública nas Rodovias Federais
Ministério da Previdência Social	Finalístico	Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal
Ministério da Saúde	Finalístico	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada
		Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos
		Atenção Básica em Saúde
		Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde

Orgão	Tipo	Programa
		Implementação da Política de Promoção da Saúde
		Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde
		Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar
		Saneamento Rural
		Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados
		Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de
		Bens e Serviços
		Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Saúde
Ministério das Cidades	Finalístico	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
		Habitação de Interesse Social
		Mobilidade Urbana
		Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H
		Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
		Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos
		Serviços Urbanos de Água e Esgoto
		Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Fortalecimento da Gestão Urbana
		Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Ministério das Comunicações	Finalístico	Aprimoramento dos Serviços Postais
		Inovação Tecnológica em Telecomunicações
		Qualidade dos Serviços de Telecomunicações
		Universalização dos Serviços de Telecomunicações
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Comunicações
Ministério das Relações Exteriores	Finalístico	Análise e Difusão da Política Externa Brasileira
		Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior
		Promoção das Exportações
		Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular
Ministério de Minas e Energia	Finalístico	Atuação Internacional na Área de Petróleo
		Brasil com Todo Gás
		Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia
		Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis
		Eficiência Energética
		Energia Alternativa Renovável
		Energia na Região Norte
		Energia nos Sistemas Isolados
		Geologia do Brasil
		Indústria Petroquímica
		Luz para Todos
		Mineração e Desenvolvimento Sustentável
		Oferta de Petróleo e Gás Natural
		Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural
		Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Orgão	Tipo	Programa
		Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás
		Natural e Biocombustíveis
		Refino de Petróleo
		Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Energia
		Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Finalístico	Agricultura Familiar - PRONAF
		Assentamentos para Trabalhadores Rurais
		Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
		Crédito Fundiário
		Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento
		Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
		Educação do Campo (PRONERA)
		Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas
		Incentivo à Comercialização da Produção da Agricultura Familiar
		Paz no Campo
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Finalístico	Acesso à Alimentação
		Erradicação do Trabalho Infantil
		Proteção Social Básica
		Proteção Social Especial
		Transferência de Renda com Condicionais - Bolsa Família
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Finalístico	Artesanato Brasileiro
		Competitividade das Cadeias Produtivas
		Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
		Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora
		Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual
		Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA
		Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade
		Pólo Industrial de Manaus
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços
Ministério do Meio Ambiente	Finalístico	Combate à Desertificação
		Comunidades Tradicionais
		Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
		Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Orgão	Tipo	Programa
		Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
		Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
		Nacional de Florestas
		Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais -
		Florescer
		Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas
		Qualidade Ambiental
		Recursos Pesqueiros Sustentáveis
		Resíduos Sólidos Urbanos
		Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e
		Degradação Ambiental
		Zoneamento Ecológico-Econômico
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Agenda 21
		Gestão da Política de Meio Ambiente
		Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Finalístico	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
		Inclusão Digital
		Informações Estatísticas e Geocientíficas
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública
		Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública
		Gestão da Política na Área de Planejamento
		Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União
		Governo Eletrônico
Ministério do Trabalho e Emprego	Finalístico	Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda
		Democratização das Relações de Trabalho
		Economia Solidária em Desenvolvimento
		Erradicação do Trabalho Escravo
		Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda
		Microcrédito Produtivo Orientado
		Qualificação Social e Profissional
		Rede de Proteção ao Trabalho
		Segurança e Saúde no Trabalho
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda
Ministério do Turismo	Finalístico	Brasil: Destino Turístico Internacional
		Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Turismo
Ministério dos Transportes	Finalístico	Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval
		Qualidade dos Serviços de Transporte
		Vetor Logístico Amazônico
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política dos Transportes
Ministério Público da União	Finalístico	Defesa da Ordem Jurídica
Secretaria Especial de	Finalístico	Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

Orgão	Tipo	Programa
Aquicultura e Pesca		
		Desenvolvimento Sustentável da Pesca
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política Aquícola e Pesqueira
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Finalístico	Brasil Quilombola
		Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial
Secretaria Especial de Portos	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política Portuária

### Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

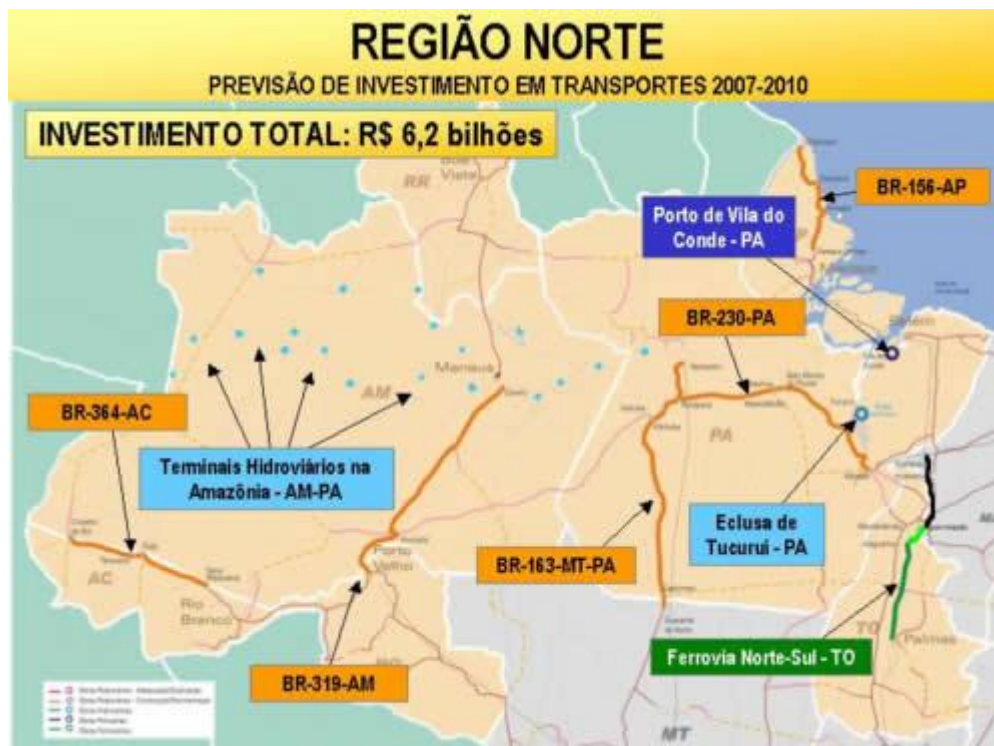
O PAC, apesar de ser um programa, foi inserido no item Planos por sua importância na execução do MacroZEE. Ele é um novo conceito de investimento em infra-estrutura que, aliado a medidas econômicas, vai estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país.

Medidas Institucionais previstas no PAC:

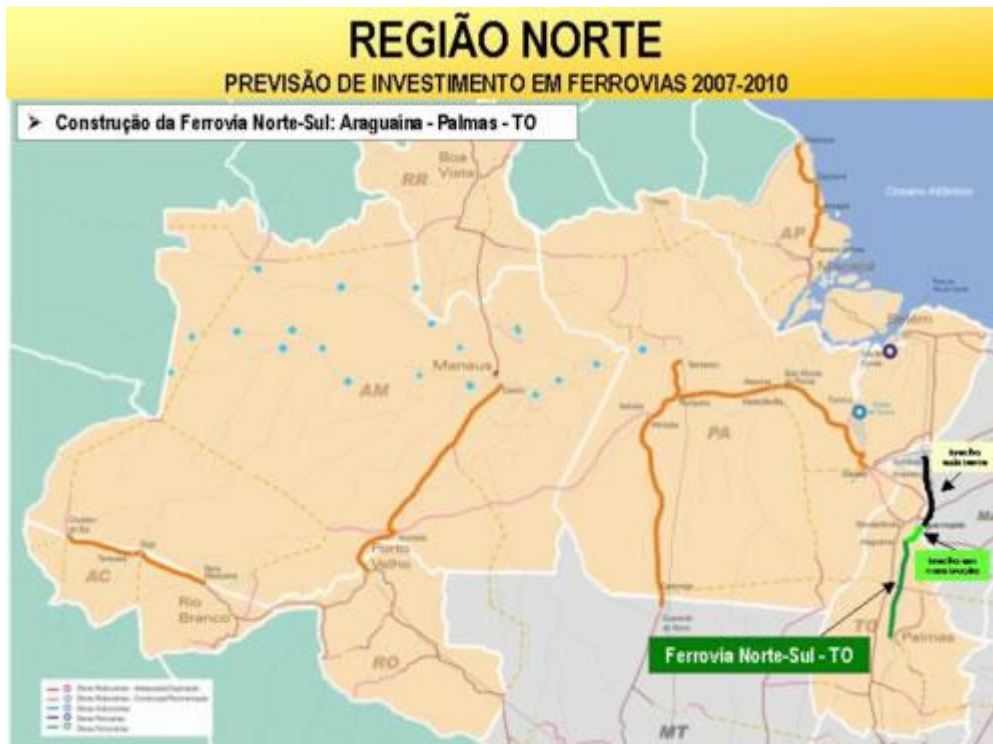
- Estímulo ao Crédito e Financiamento
- Melhoria do Ambiente de Investimento
- Desoneração e Administração Tributária
- Medidas Fiscais de Longo Prazo
- Consistência Fiscal
- Medida de Gestão

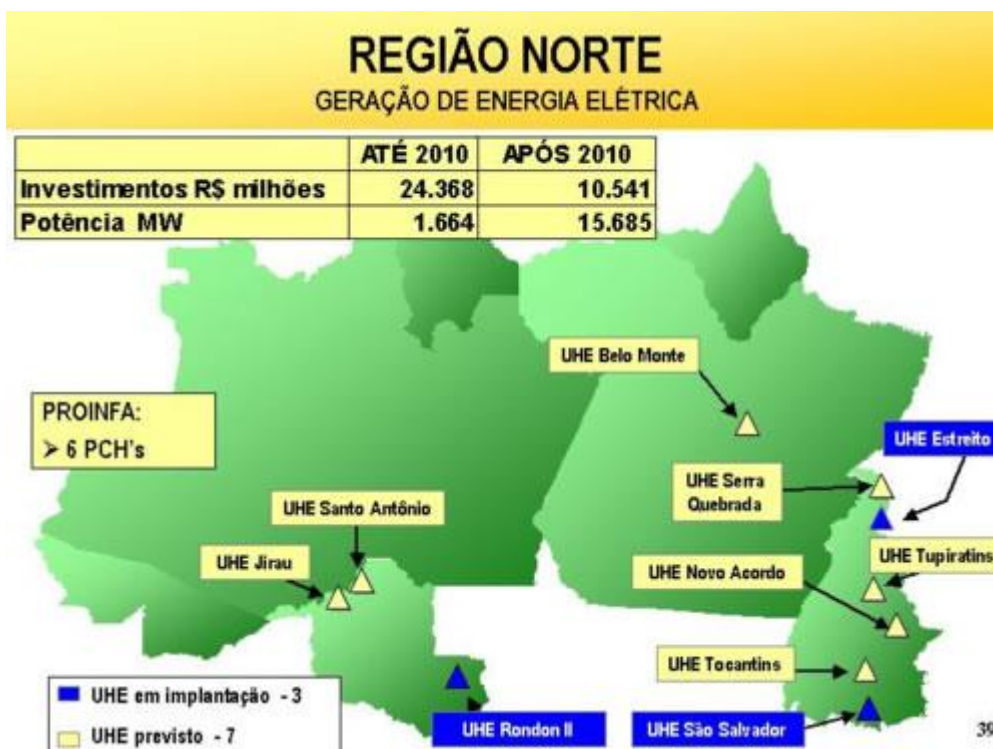
Além dos balanços quadrimestrais, o Governo divulga a atualização dos relatórios estaduais. São informações do desenvolvimento das ações em cada unidade da federação e empreendimentos de abrangência regional nos eixos de Infra-estrutura Logística, Energética, Social e Urbana, incluindo todas as obras de Saneamento e Habitação. Alguns Programas importantes do Governo Federal nos estados também são apresentados.

As figuras apresentadas, a seguir, mostram a previsão de investimento do PAC para a Região Norte.











## REGIÃO NORTE

### TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	ATÉ 2010	APÓS 2010
Investimentos R\$ milhões	5.420	466
Linhas de Transmissão km	4.721	613



40

## REGIÃO NORTE

### PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Investimento Total: R\$ 359 milhões



63

# REGIÃO NORTE

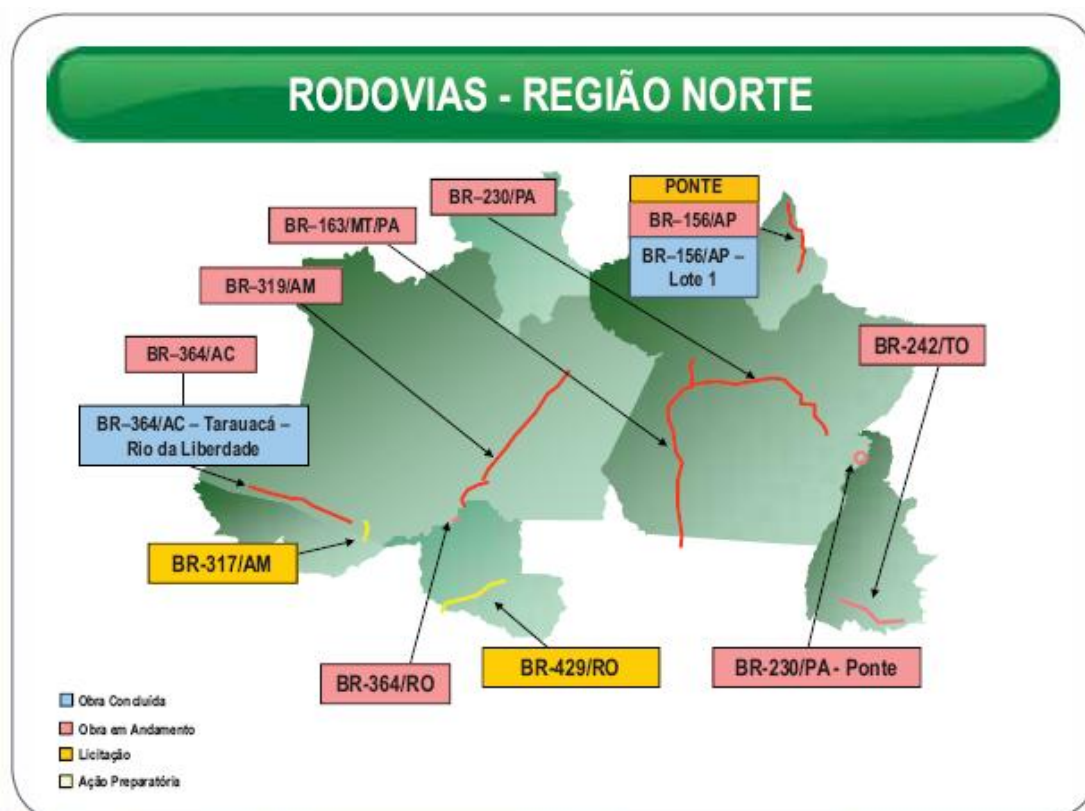
PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM AEROPORTOS 2007-2010

**Investimento Total: R\$ 95 milhões**



32

Exemplos dos investimentos do Balanço 2007/2008, exemplificados abaixo:



## BR-163/PA/MT

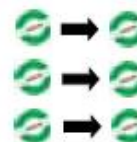


Pavimentação Guarantã do Norte/MT – Santarém/PA, incluindo o acesso a Miritituba BR-230/PA  
 UF: PA META: 996 km  
 DATA DE CONCLUSÃO: 4º trimestre/2011  
 INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 1,15 bilhão  
 INVESTIMENTO PÓS-2010: R\$ 0,40 bilhão  
 EXECUTOR: DNIT, Exército 8º e 9º BEC's e Prefeitura Municipal de Guarantã

➤ TRECHO 1: RURÓPOLIS – SANTARÉM

➤ TRECHO 2: DIVISA MT/PA KM 0 – RURÓPOLIS KM 789 – incluindo o acesso a Miritituba

➤ TRECHO 3: GUARANTÃ DO NORTE – DIVISA MT/PA



## BR-319/AM



Restauração e pavimentação Manaus/AM – Porto Velho/RO  
 UF: AM META: 680 km  
 DATA DE CONCLUSÃO: 4º trimestre/2012  
 INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 600 milhões  
 INVESTIMENTO PREVISTO PÓS-2010: R\$ 95 milhões  
 EXECUTOR: DNIT e Exército 5º, 6º e 7º BEC's

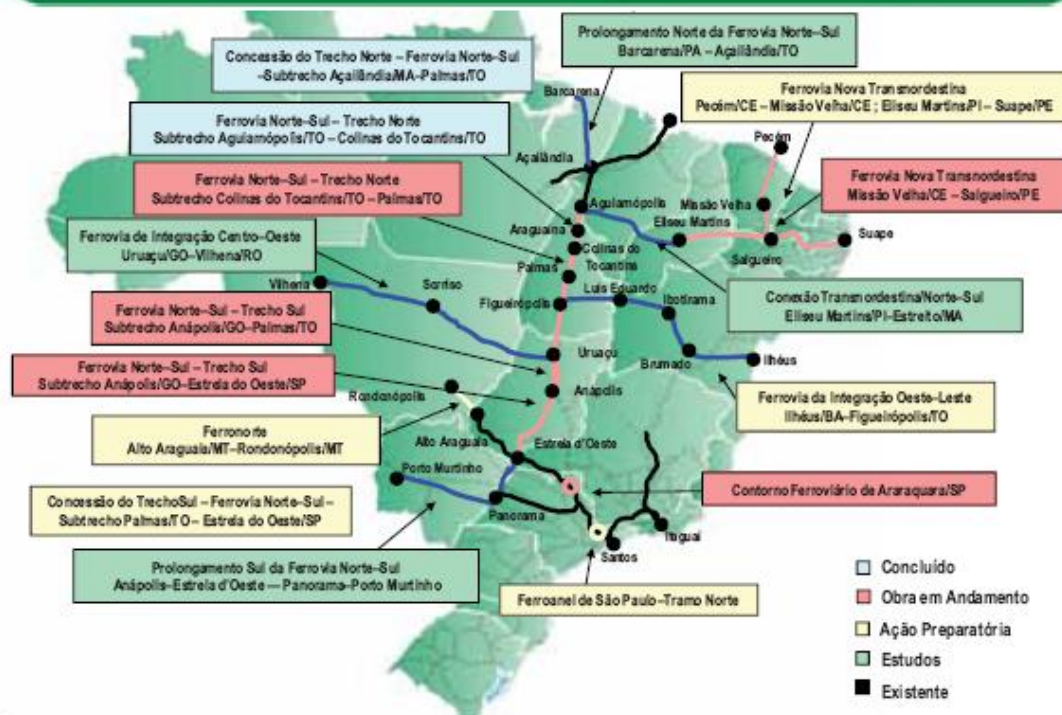
➤ TRECHO 1: Km 198 – KM 656

➤ TRECHO 2: KM 656 – KM 814 – PORTO VELHO

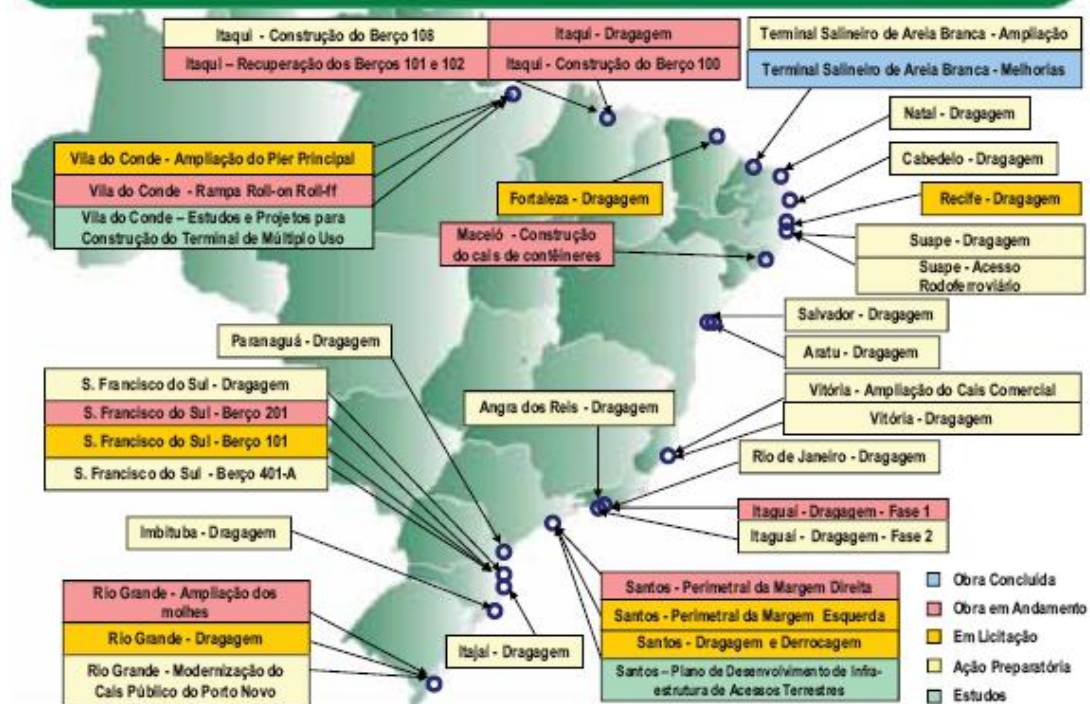




## FERROVIAS – SISTEMA DE BITOLA LARGA



## PORTOS



## HIDROVIAS

AMAZONAS	
1. São Raimundo	
2. Manacapuru	
3. Itacoatiara	
4. Coari	
5. Manicoré	
6. Tefé	
7. Autazes	
8. Borba	
9. Lábrea	
10. Boca do Acre	
11. Maués	
12. Santa Isabel do Rio Negro	
13. Fonte Boa	
14. Humaitá	
15. Mansiquiri	
16. Benjamin Constant	
17. Urucurituba	
18. Tabatinga	
19. São Sebastião do Uatumã	
20. Nhamundá	

PARÁ	
1. Monte Alegre	
2. Breves	
3. Santarém	

RONDÔNIA	
1. Porto Velho (Cal'n'Água)	



## AEROPORTOS





## BOA VISTA

### Terminal de Passageiros



Terminal de Passageiros

DESCRIÇÃO: Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros, reurbanização do acesso e construção de edificações complementares ampliando a capacidade de 270 para 330 mil passageiros/ano

UF: RR

META: 7003 m<sup>2</sup>

DATA DE CONCLUSÃO REVISTA: 16/02/2009

INVESTIMENTO PREVISTO TOTAL: R\$ 10,6 milhões

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 9,0 milhões

#### RESULTADOS

- Executados 99,5% da obra até 30/12/2008

#### PROVIDÊNCIAS

- Concluir obra até 16/02/2009



## MACAPÁ



Construção novo terminal de passageiros

DESCRIÇÃO: Construção de novo Terminal de Passageiros, Sistema Viário, Edificações de Apoio, Ampliação do Pátio de Aeronaves e Obras Complementares, ampliação da capacidade de 170 para 700 mil passageiros/ano

UF: AP

META: 17.000 m<sup>2</sup>

DATA DE CONCLUSÃO REVISTA: 20/12/2011

INVESTIMENTO PREVISTO TOTAL: R\$ 114,9 milhões

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 86,2 milhões

INVESTIMENTO PREVISTO PÓS-2010: R\$ 28,7 milhões

#### RESULTADOS

- Executados 39% da obra até 09/06/2008, compreendendo a conclusão das obras do pátio de aeronaves concreto, da terraplenagem da estrutura das pistas de táxi e da estrutura do TPS

#### RESTRIÇÃO

- Obra paralisada desde 09/06/2008

#### PROVIDÊNCIAS

- Publicar edital para cobertura do terminal de passageiros até 20/02/2009
- Concluir obra de cobertura do terminal de passageiros até 10/11/2009
- Publicar edital para complementação do projeto executivo até 29/05/2009
- Publicar edital de contratação das obras do terminal de passageiros e obras complementares até 20/07/2010



Map of Brazil showing the locations of various hydroelectric power plants (UHE) and their status. The map is color-coded by state and includes a legend for the status of each plant.

**Legend:**

- Concluída (Completed)
- Obra em Andamento (Under Construction)
- A licitar - Obtenção de LP (To be tendered - LP acquisition)
- Licitada - Obtenção LP (Licensed - LP acquisition)
- Licitada - Obtenção LI (Licensed - LI acquisition)

**Hydroelectric Power Plants (UHE) and their status:**

- UHE Serra Quebrada (Completed)
- UHE Cachoeira (Completed)
- UHE Belo Monte (Under Construction)
- UHE Estreito (Under Construction)
- UHE Jurupema (Completed)
- UHE Santo Antônio (Completed)
- UHE Rondon II (Completed)
- UHE Dardanelos (Under Construction)
- UHE Castelo Branco (Completed)
- UHE Estreito do Parnaíba (Completed)
- UHE Ribeiro Gonçalves (Completed)
- UHE Pedra Branca (Completed)
- UHE Riacho Seco (Completed)
- UHE Mirador (Completed)
- UHE São Salvador (Under Construction)
- UHE Uruguai (Completed)
- UHE Novo Aécio (Completed)
- UHE Corumbá II (Completed)
- UHE Davinópolis (Completed)
- UHE Batalha (Completed)
- UHE Retiro Baixo (Completed)
- UHE Serra do Facão (Completed)
- UHE Trairão II (Completed)
- UHE Baguari (Completed)
- UHE Baú I (Completed)
- UHE Barra do Pomba (Completed)
- UHE Barra do Braúna (Completed)
- UHE Simplicio (Completed)
- UHE São Miguel (Completed)
- UHE Tijuco Alto (Completed)
- UHE Telêmaco Borba (Completed)
- UHE Mauá (Completed)
- UHE Salto Grande (Completed)
- UHE Salto Pilo (Completed)
- UHE Garibaldi (Completed)
- UHE Pai Querê (Completed)
- UHE Monjolinho (Completed)
- UHE Castro Alves (Completed)
- UHE 14 de julho (Completed)
- UHE São José (Completed)
- UHE Passo São João (Completed)
- UHE Itaipiranga (Completed)
- UHE Foz do Chapeco (Completed)
- UHE Baixo Iguaçu (Completed)
- UHE São Domingos (Completed)
- UHE Porto Galeano (Completed)
- UHE Salto do Rio Verde (Completed)
- UHE Foz do Rio Claro (Completed)
- UHE Tucano (Completed)
- UHE Salto (Completed)
- UHE Caçu (Completed)
- UHE Barra dos Coqueiros (Completed)
- UHE Couto Magalhães (Completed)
- UHE Água Limpa (Completed)
- UHE Tororço (Completed)
- UHE Cachoeirão (Completed)
- UHE Jirau (Completed)

Vista aérea da obra

UF: RO

**META: 3,150.4 MW**

DATA DE CONCLUSÃO: 30/04/2012

INVESTIMENTO PREVISTO TOTAL: R\$ 12,2 bilhões

**INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 4,7 bilhões**

INVESTIMENTO PREVISTO PÓS-2010: 7,4 bilhões

EMPREENDEDOR: SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A (ODEBRECHT 17,6%; ODEBRECHT 1%; Construtora Andrade Gutierrez S/A 12,40%; FURNAS 39%; CEMIG 10%; FIP 20%)

## RESULTADOS

- Obra em Andamento com 11% de realização em 2008
- Obras iniciadas em 15/09/2008
- Escavações comuns, em rocha e obras de desvio do rio em andamento

## PROVIDÊNCIA

- Executar 18% até 30/04/2009





## UHE JIRAU



Projeto da UHE Jirau

DESCRIÇÃO: Construção de UHE com 1975,3 MW médios no rio Madeira

UF: RO

META: 3.300 MW

DATA DE CONCLUSÃO: 31/01/2013

Rio: Madeira

INVESTIMENTO PREVISTO TOTAL: R\$ 9 bilhões

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 5,4 bilhões

INVESTIMENTO PREVISTO PÓS-2010: 3,6 bilhões

EMPREENDEDOR: Consórcio Energia Sustentável do Brasil (SUEZ 50,1%; Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura 9,9%; ELETROSUL 20%; CHESF 20%)

### RESULTADOS

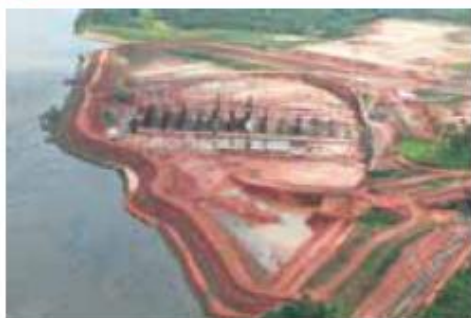
- Emitida LI em 14/11/2008 para o canteiro de obras pioneiro e ensecadeiras
- Obras do canteiro pioneiro iniciadas em 15/11/2008
- Consórcio protocolou PBA no IBAMA em 10/12/2008
- Emitida a Autorização de Supressão Vegetal do canteiro pioneiro em 12/12/2008
- Emitida a autorização para o resgate de fauna em 12/12/2008

### PROVIDÊNCIA

- Obter a LI do reservatório até 30/04/2009



## UHE ESTREITO



Vista aérea da obra

DESCRIÇÃO: Construção de UHE com 584,9 MW médios no Rio Tocantins

UF: TO/MA

META: 1.087 MW

DATA DE CONCLUSÃO: 30/08/2010

INVESTIMENTO PREVISTO TOTAL: R\$ 3,2 bilhões

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 3,1 bilhões

INVESTIMENTO PREVISTO PÓS-2010: 134,2 milhões

EMPREENDEDOR: Consórcio Estreito Energia (CAMARGO 4,5%; SUEZ 40%; ALCOA 25,5%; CVRD 30%)

### RESULTADOS

- Obras em andamento com 31% de realização, sendo 21% em 2008
- Em andamento a construção das estruturas de concreto da tomada d'água, casa de força e vertedouro

### PROVIDÊNCIA

- Executar 40% até 30/04/2009



## UHE DARDANELOS



Vista aérea da obra

DESCRIÇÃO: Construção de UHE com 154,9 MW médios no rio Aripuanã

UF: MT

META: 261 MW

DATA DE CONCLUSÃO: 28/02/2010

INVESTIMENTO PREVISTO TOTAL: R\$ 735,1 milhões

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 735,1 milhões

EMPREENDEDOR: Energética Água das Pedras S.A.

(ODEBRECHT 5%; CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5%; NEO ENERGIA 46%)

### RESULTADOS

- Obras em andamento com 59% de realização, sendo 46% em 2008
- Em andamento as escavações em rocha. Iniciada a construção da barragem e estruturas de concreto da casa de força e tomada d'água

### PROVIDÊNCIA

- Executar 67% até 30/04/2009



## UHE BELO MONTE



Descrição: Aproveitamento hidrelétrico no rio Xingu

UF: PA

META: 11.181,3 MW

DATA DE CONCLUSÃO: 30/04/2014

INVESTIMENTO PREVISTO TOTAL: R\$ 7,0 bilhões

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 2,8 bilhões

INVESTIMENTO PREVISTO PÓS-2010: R\$ 4,2 bilhões

EMPREENDEDOR (responsável pelos estudos): Eletrobrás

### RESULTADOS

- CNPE publicou em 16/07/2008 a Resolução nº 6 sobre as diretrizes da revisão do inventário do rio Xingu
- ANEEL aprovou a revisão do inventário do rio Xingu em 28/07/2008

### PROVIDÊNCIAS

- Eletrobrás entregar o EIA/RIMA até 28/02/2009
- Obtenção da LP até 30/08/2009
- Leilão até setembro de 2009



## BACIA DO RIO TAPAJÓS

### Inventário



Vista de corredeira nas imediações do eixo JMX-166 no rio Jamanxim

Descrição: Inventário da Bacia do rio Tapajós a jusante dos formadores Teles Pires e Juruena 127.350 km<sup>2</sup>  
 UF: AM / PA META: 11.000 MW  
 DATA DE CONCLUSÃO: 28/02/2009  
 INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 13,2 milhões  
 RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS: ELETRONORTE (41,8%) e CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A (58,2%)

#### RESULTADOS

- Resultados preliminares dos estudos indicam 7 aproveitamentos ótimos
- Eletronorte entregou os estudos à ANEEL em 30/06/2008
- ANEEL aceitou os estudos em 17/09/2008
- ANEEL, em 26/11/2008, solicitou a ELETRONORTE informações complementares
- ELETRONORTE, em 01/12/2008, entregou as complementações

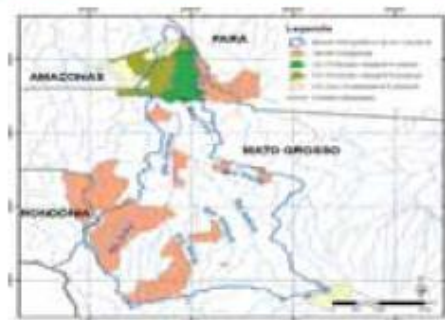
#### PROVIDÊNCIA

- ANEEL concluir a análise dos estudos de inventário até 28/02/2009



## BACIA DO RIO JURUENA

### Inventário



Descrição: Estudos de reinventário sendo realizados em uma área de 190.940 km<sup>2</sup>

UF: AM / MT META: 5.000 MW  
 DATA DE CONCLUSÃO: 30/12/2009  
 INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 15,3 milhões  
 RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS: EPE

#### RESULTADOS

- Obtidas todas as autorizações para ingresso e trânsito nas terras indígenas em 05/11/2007 e 25/07/2008
- EPE iniciou os trabalhos de campo nas terras indígenas em 25/08/2008

#### RESTRIÇÃO

- Interrompidas as campanhas para investigações geológico-geotécnicas nas terras indígenas Nambiguara, devido a situação de insegurança na via de acesso próxima à terra indígena Enawenê-Nawê

#### PROVIDÊNCIA

- EPE concluir os estudos até 30/08/2009





## TABAJARA

### Estudo de Viabilidade



Descrição: Estudos de viabilidade de um aproveitamento resultante do reinventário da Bacia do rio Ji-Paraná

UF: RO

META: 350 MW

DATA DE CONCLUSÃO: 30/06/2010

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 1,4 milhões

RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS: ELETRONORTE e QUEIROZ GALVÃO

#### RESULTADOS

- Eletronorte enviou proposta de TR ao IBAMA em 17/04/2008
- IBAMA se posicionou, em 10/10/2008, a respeito do Ofício encaminhado pelo Instituto Chico Mendes, informando que está impossibilitado de emitir o TR

#### RESTRIÇÃO

- Instituto Chico Mendes manifestou-se contrário ao prosseguimento do licenciamento, devido ao empreendimento afetar diretamente 0,16% da área total do PARNA Campos Amazônicos

#### PROVIDÊNCIA

- MME, MMA, IBAMA e ICMBIO apresentarem encaminhamentos até 30/03/2009



## TELES PIRES

### Estudo de Viabilidade



Descrição: Estudos de viabilidade de um aproveitamento resultante do inventário da Bacia do rio Teles Pires

UF: MT

META: 1.820 MW

DATA DE CONCLUSÃO: 30/01/2010

INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010: R\$ 31,1 milhões

RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS: EPE

#### RESULTADO

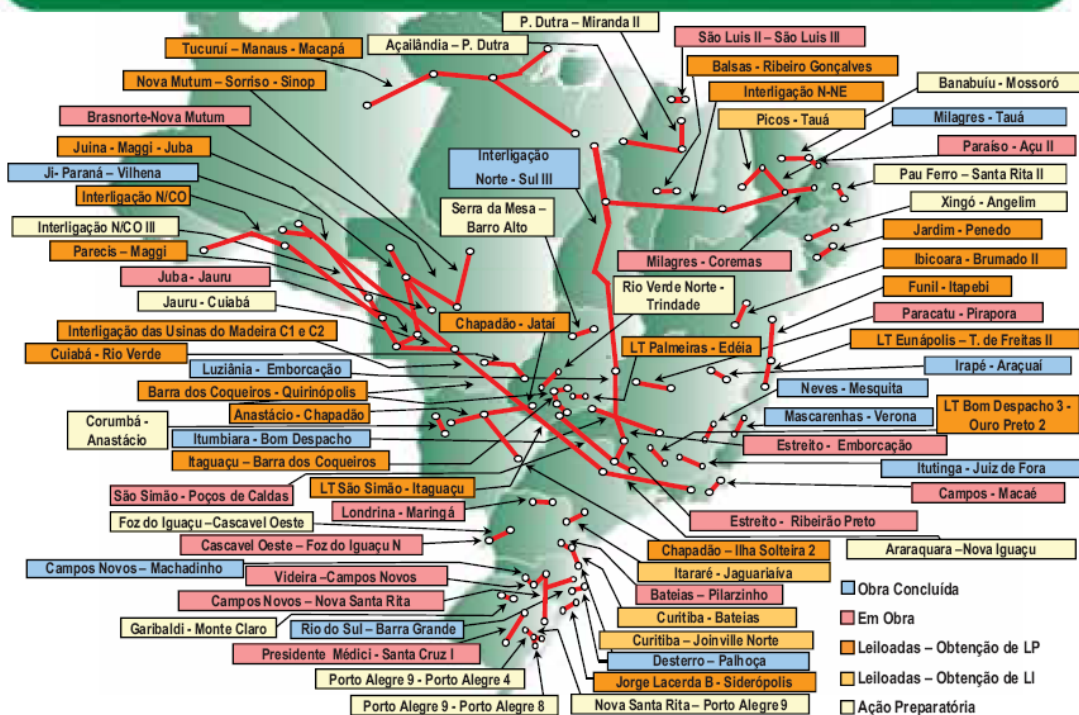
- IBAMA emitiu o TR para a EPE em 19/01/2009

#### PROVIDÊNCIA

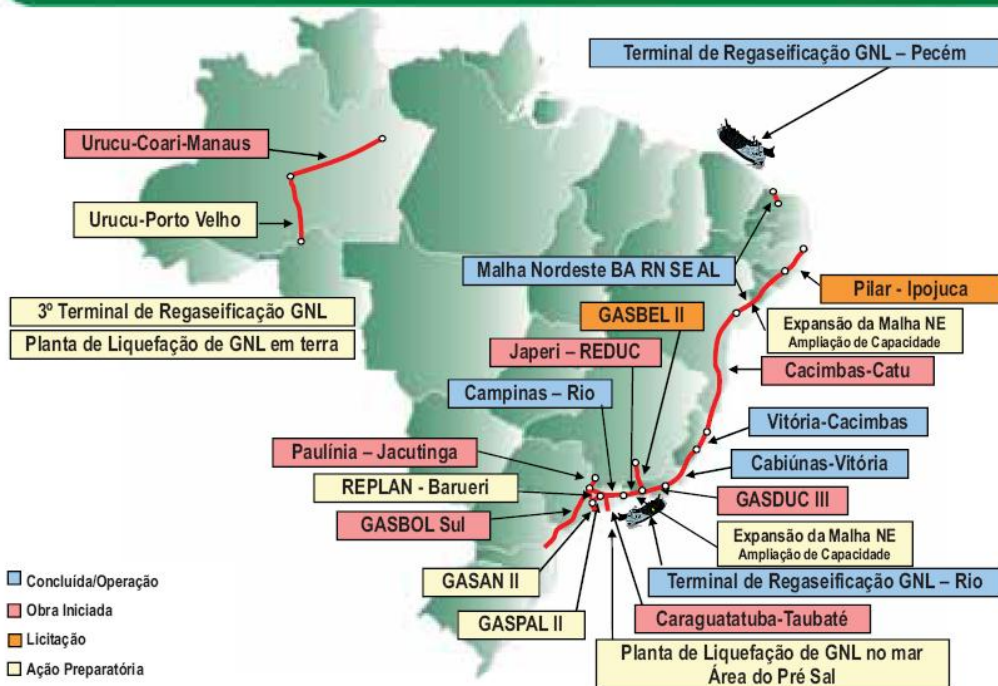
- EPE concluir os estudos até 30/10/2009



## TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA



## INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL



## LUZ PARA TODOS

SITUAÇÃO	UF
Estados que alcançaram a meta antes de Dez/2008	ES, MG, MS, PE, RJ, RN, SC, SE, SP
Estados que alcançaram a meta em 2008	AL, CE, PR, RS
Estados que alcançarão a meta após 2008	AC, AM, AP, BA, GO, MA, MT, PA, PB, PI, RO, RR, TO

UF	Meta do PAC	Realizado até 2008	% Execução
AC	50.000	24.511	49
AL	53.500	56.443	106
AM	81.000	23.158	29
AP	4.783	1.381	29
BA	360.707	302.740	84
CE	112.000	116.281	104
ES	12.279	45.590	371
GO	35.415	31.180	88
MA	249.000	193.739	78
MG	113.178	214.393	189
MS	20.540	26.938	131
MT	92.662	73.484	79
PA	236.050	209.044	89
PB	46.950	41.986	89
PE	79.837	89.862	113
PI	149.600	44.023	29
PR	37.050	44.793	121
RJ	7.620	16.765	220
RN	30.095	42.472	141
RO	48.265	24.160	50
RR	10.440	3.223	31
RS	55.919	69.102	124
SC	17.677	37.438	212
SE	28.716	48.515	169
SP	26.717	65.510	245
TO	40.000	30.631	77
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000</b>	<b>1.877.362</b>	<b>94</b>

## HABITAÇÃO – URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

RMs, Capitais e Municípios com mais de 150 mil habitantes – R\$ 10,5 bilhões

### Previsão de conclusão das obras

UF	Até dez/2010		Após dez/2010	
	Quant. Obras	% em rel. ao valor	Quant. Obras	% em rel. ao valor
AC	3	100,0		
AL	4	100,0		
AM	4	100,0		
AP	1	100,0		
BA	10	100,0		
CE	6	100,0		
DF	5	100,0		
ES	9	100,0		
GO	9	100,0		
MA	3	100,0		
MG	27	75,1	2	24,9
MS	5	100,0		
MT	3	100,0		
PA	12	78,3	4	21,7
PB	3	100,0		
PE	16	93,8	1	6,2
PI	5	100,0		
PR	19	100,0		
RJ	29	100,0		
RN	4	100,0		
RO	6	100,0		
RS	10	100,0		
SC	5	100,0		
SE	3	100,0		
SP	28	55,0	10	45,0
TO	39	80,3	1	19,7
Total	268	83,0	18	17,0

### % de execução em 2010 das obras com conclusão pós-2010

UF	Quantidade de obras		
	entre 40 e 60%	Entre 60 e 80%	Acima de 80%
MG			2
PA		4	
PE	1		
SP		2	8
TO		1	
Total	1	7	10

## SANEAMENTO

RMs, Capitais e Municípios com mais de 150 mil habitantes – R\$ 21,2 bilhões

### Previsão de conclusão das obras

UF	Até dez/2010		Pós dez/2010	
	Qtde. Obras	% em rel. ao valor	Qtde. Obras	% em rel. ao valor
AC	12	100		
AL	8	100		
AM	4	100		
AP	6	100		
BA	56	100		
CE	21	57	5	43
DF	11	54	1	46
ES	46	83	2	17
GO	26	100		
MA	7	100		
MG	94	97	1	3
MS	8	100		
MT	17	100		
PA	28	100		
PB	22	100		
PE	25	81	3	19
PI	8	100		
PR	82	85	9	15
RJ	62	86	5	14
RN	35	100		
RO	4	100		
RR	4	100		
RS	60	85	7	15
SC	29	100		
SE	5	100		
SP	119	59	43	41
TO	3	100		
TOTAL	802	84	76	16

### % de execução em 2010 das obras com conclusão pós-2010

UF	Quantidade de Obras				
	entre 0% e 20%	entre 20% e 40%	entre 40% e 60%	entre 60% e 80%	Acima de 80%
CE				1	4
DF		1			
ES			1	1	
MG				1	
PE	1		1		1
PR				4	5
RJ					5
RS				2	5
SP	1	2	7	21	12
TOTAL	2	3	9	30	32



## HABITAÇÃO – URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

RMs, Capitais e Municípios com mais de 150 mil habitantes - OGU

REGIÃO / UF	INVESTIMENTO R\$ milhões		
	Contratado	Em obras	% Em obras
<b>NORTE</b>	<b>591,1</b>	<b>528,6</b>	<b>89,4</b>
AM	168,8	106,3	63,0
AP	28,0	28,0	100,0
PA	243,2	243,2	100,0
RO	95,3	95,3	100,0
TO	55,7	55,7	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>1.828,9</b>	<b>1.777,5</b>	<b>97,2</b>
AL	155,0	155,0	100,0
BA	273,9	273,9	100,0
CE	453,0	453,0	100,0
MA	326,3	326,3	100,0
PB	62,3	62,3	100,0
PE	392,8	341,5	86,9
PI	31,9	31,9	100,0
RN	86,2	86,2	100,0
SE	47,5	47,5	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>4.815,4</b>	<b>4.297,3</b>	<b>89,2</b>
ES	131,7	116,9	88,8
MG	673,5	635,0	94,3
RJ	1.173,2	1.085,8	92,5
SP	2.837,0	2.459,6	86,7
<b>SUL</b>	<b>545,4</b>	<b>485,6</b>	<b>89,0</b>
PR	238,8	179,0	75,0
RS	220,4	220,4	100,0
SC	86,2	86,2	100,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>389,5</b>	<b>383,7</b>	<b>98,5</b>
DF	127,1	121,2	95,4
GO	151,4	151,4	100,0
MS	84,9	84,9	100,0
MT	26,1	26,1	100,0
<b>BRASIL</b>	<b>8.170,2</b>	<b>7.472,7</b>	<b>91,5</b>

## SANEAMENTO

RMs, Capitais e Municípios com mais de 150 mil Habitantes - OGU

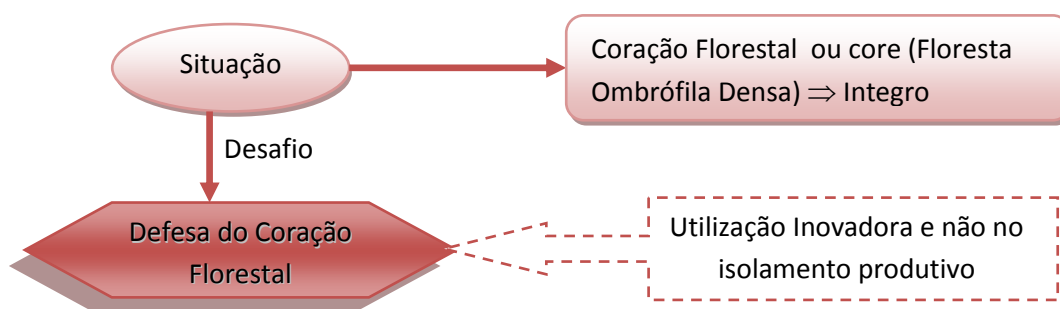
REGIÃO / UF	INVESTIMENTO R\$ milhões		
	Contratado	Em obras	% Em obras
<b>NORTE</b>	<b>980,0</b>	<b>758,3</b>	<b>77,4</b>
AC	194,0	194,0	100,0
AM	0,0	0,0	0,0
AP	120,0	120,0	100,0
PA	266,8	265,6	99,5
RO	328,0	123,6	37,7
RR	56,6	40,8	72,2
TO	14,6	14,2	97,7
<b>NORDESTE</b>	<b>3.122,5</b>	<b>2.572,2</b>	<b>82,4</b>
AL	159,9	159,0	99,5
BA	791,9	753,0	95,1
CE	424,4	177,8	41,9
MA	279,7	259,7	92,9
PB	273,7	243,3	88,9
PE	584,5	372,2	63,7
PI	216,3	216,3	100,0
RN	170,5	170,0	99,7
SE	221,6	220,8	99,6
<b>SUDESTE</b>	<b>3.260,7</b>	<b>2.830,6</b>	<b>86,8</b>
ES	105,7	105,7	100,0
MG	250,3	227,1	90,7
RJ	1.635,5	1.452,6	88,8
SP	1.269,1	1.045,1	82,3
<b>SUL</b>	<b>569,5</b>	<b>539,7</b>	<b>94,8</b>
PR	103,3	101,9	98,6
RS	364,9	337,6	92,5
SC	101,3	100,2	98,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>969,4</b>	<b>709,0</b>	<b>73,1</b>
DF	3,8	0,0	0,0
GO	459,3	260,8	56,8
MS	193,7	193,7	100,0
MT	312,5	254,5	81,4
<b>TOTAL BRASIL</b>	<b>8.902,2</b>	<b>7.409,7</b>	<b>83,2</b>

## ALGUNS ESTUDOS RELEVANTES

### + Projeto Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia – Desafios ao Projeto Amazônia (CGEE)

- + Projeto Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia – Desafios ao Projeto Amazônia (CGEE), publicado em 2008, é estruturado de forma geral, com os fundamentos do estudo, um sumário executivo, um volume “Uma visão do Futuro para o coração florestal da Amazônia”, outro “Recursos Florestais, dinâmica Agrária Sustentável” e “à guisa de conclusão”.

Cabe aqui destacar de forma bastante preliminar, alguns pontos, de forma resumida e esquemática, da proposição da Dra. Bertha K. Becker.



No documento foi proposto um novo modelo de utilização do capital natural com base em CT&I.

↓

Valoração dos Serviços Ambientais Produzidos pela Natureza e pela População

↓

O Coração Florestal com condições de inverter o processo de povoamento regional, constituindo uma plataforma produtiva inovadora.

↓

Movimento Contrário Inovador em direção as áreas mais densamente povoadas e entorno.

Apresenta uma discussão e proposição em torno da rede de cidades, que são unidades territoriais estratégicas para induzir o novo modelo de produzir e romper a dicotomia entre os grandes e ricos e os muito pequenos e pobres atores da região. A rede de cidades poderão constituir um cordão de “blindagem flexível” do coração florestal. Propõem a revisão do atual quadro regulatório, incluindo a não abertura de concessões de

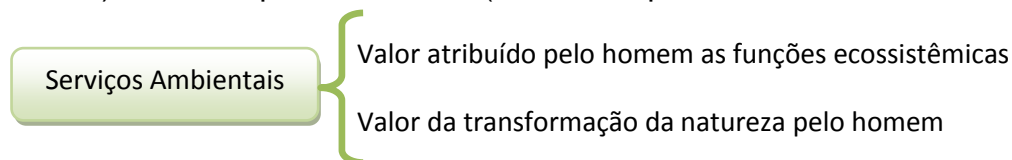
exploração nas florestas nacionais localizadas no coração florestal. Acrescenta-se que as cidades da rede da madeira comporão um segundo cinturão de “blindagem flexível” em articulação com a bioprodução.

Os serviços ambientais para o Desenvolvimento da Amazônia tem um valor econômico e estratégico (de existência).

- a) Reconhecer que os AS não tem apenas um valor econômico, mas também estratégico

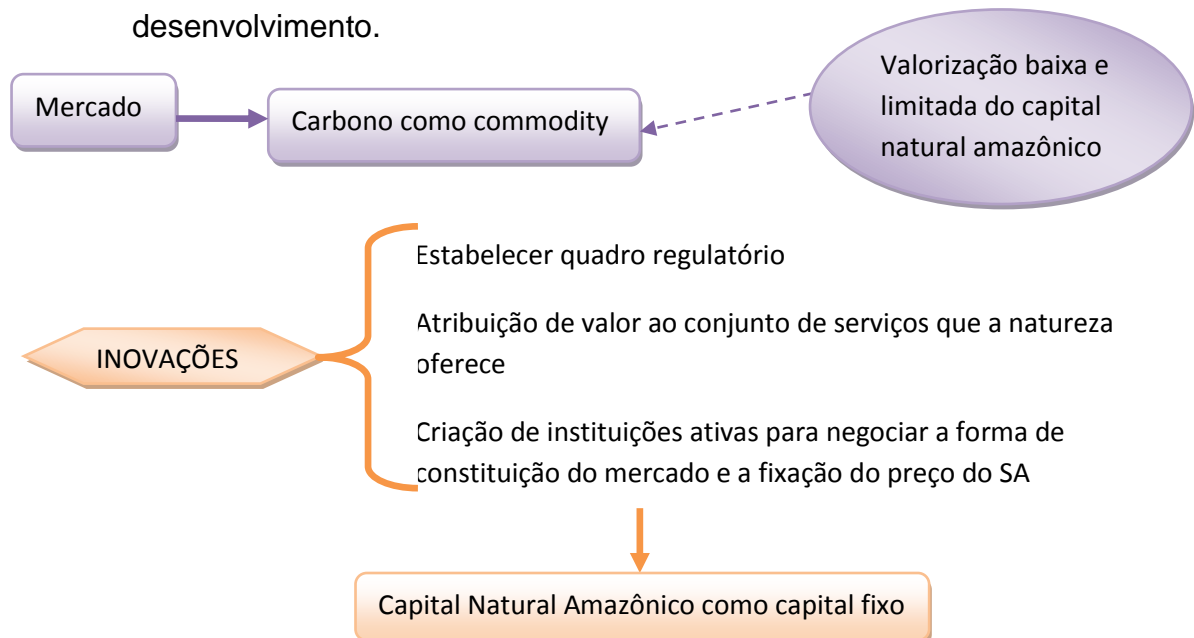


- b) Produzir para conservar (benefícios para a Amazônia com os SA)



Criar acesso dos produtores a dupla riqueza a da produção e dos serviços ambientais.

- c) Inovação Institucional, chave para viabilizar os SA como fator de desenvolvimento.



- d) Manaus como cidade Mundial Tropical, com base na organização da prestação de serviços ambientais.

**Fronteira para Inovar a Mineração** – diversas contribuições, destacando a sugestão para implementação de um novo projeto Radam para conhecimento geológico da região, tributação da lavra e a associação do Estado com a iniciativa

privada para radicalizar a lógica do mercado. Reconhecimento da atividade como parte integrante da realidade de ações de crédito e de apoio técnico permanentes para gerar a pequena/média empresa de mineração. Quanto a mineração em terras indígenas, propõe-se revisão da legislação e iniciar atividades mineradoras em TI mediante a organização de cooperativas, da capacitação e empresas juniores. Quanto a infra-estrutura, destacar a questão portuária. Não para escoamento de minério bruto, mas para exportar produtos manufaturados.

Outros temas abordados no documento são as Estruturas, Dinâmicas e Perspectivas, com utilização de Recursos Florestais não madeireiros, tratando das comunidades tradicionais, sendo necessário a ampliação de iniciativas proporcionando condições técnicas, matérias e institucionais para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, com a maior circulação de informações com a criação de redes de intercambio e de informações. Adicionalmente, deve-se valorizar os produtos e serviços ambientais prestados pelas comunidades tradicionais. Sugere-se um avanço no processo de aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica e da bioindústria na área de fitofármacos e fármacos derivados. Melhoria na regulação e acesso ao patrimônio genético para projetos de bioprospecção.

Quanto a utilização de Recursos Florestais Madeireiros, sugere-se a criação de Distritos Florestais Sustentáveis, de uma empresa de economia mista para promoção da gestão florestal e inovação no setor madeireiro. Acrescenta-se a urgência em empreender um esforço visando a simplificação dos procedimentos burocráticos e atualização, consolidação e simplificação dos marcos regulatórios para as atividades de exploração madeireira. Necessidade de focar políticas nas esferas técnicas de exploração da madeira e no comportamento do mercado consumidor para aceitar os produtos certificados de qualidade ambiental. Desenvolvimento de pólos industriais moveleiros. Por fim, trata do desenvolvimento sustentável e agrário e na Amazônia: Trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade.

### **Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI – A necessidade de uma Revolução Científica e Tecnológica, da Academia Brasileira de Ciências;**

Em linhas gerais, aponta para o planejamento integrado de grande porte para o desenvolvimento científico tecnológico e de inovação que exige a participação e coordenação de diferentes Ministérios, Governos Estaduais, setores empresariais e sociedade civil por meio de uma ação concertada.

O documento propõe a criação de novas universidades públicas, a criação de institutos científico - tecnológicos associados ao ensino e pesquisa tecnológica. Ampliação e fortalecimento da pós-graduação e fortalecimento das redes de informação na região.

### **Macrodiagnostico da Amazônia Legal (incluindo o Banco de Dados atualizado em 2000)**

O Diagnóstico da Amazônia Legal foi celebrado entre a SAE e o IBGE, em 2/06/99, cujo objeto eram “os estudos iniciais do ZEE da Amazônia Legal, tendo em vista a elaboração do Diagnóstico Ambiental, através do macrozoneamento da Região, que deverá identificar a situação ambiental e indicar as áreas de atuação de modo a fundamentar as grandes linhas de ação governamental para a ordenação do território amazônico”. O IBGE, com apoio da FBDS e da FUNCATE, concluiu e entregou à SAE-PR no final de 1995 o *Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal*. O material encaminhado à SAE consta de um relatório, de um banco de dados georeferenciados<sup>1</sup>, compilado a partir de dados dos diferentes censos demográficos, e de um conjunto de mapas temáticos digitalizados, na escala de 1:2.500.000 (base cartográfica, geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia, sócio-economia, uso da terra, biodiversidade e antropismo).

Foram entregues à SAE/PR apenas 50 exemplares do referido CD-ROM. Este *Diagnóstico* apenas foi disponibilizado à sociedade em 2002, pelo MMA, após transferência da coordenação do Programa ZEE e de um amplo esforço de recuperação do acervo proveniente da SAE, digitação e conversão dos dados para o Sistema de Informação Geográfica – SPRING, que constitui um *software* de domínio público executável em ambiente *Windows*.

O Consórcio ZEE BRASIL empreendeu esforço em atualizar este Banco de Dados, com incorporação de novos temas, servindo de apoio ao projeto “Cenários para a Amazônia Legal – Sistematização e Atualização de Informações”, publicado em 2002.

O documento mostra a correlação entre os ativos ambientais da Amazônia e os projetos dos eixos de desenvolvimento e integração nacional, reunindo informações e análises para a tomada de decisão.

Para a realização deste trabalho, o MMA, como coordenador, contou com a participação do Consórcio ZEE Brasil, além da colaboração das secretarias de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, de Coordenação da Amazônia e de Biodiversidade e Florestas, todas do MMA, e do INCRA, FUNAI, DNPM, ANEEL, ELETRONORTE, INMET, ANP, ANTT, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e IMAZON.

Cabe acrescentar que após este período o MMA vem procedendo ao longo dos anos, uma atualização constante de diferentes temáticas integrantes do referido banco de dados. A atividade de coleta de dados atualizados a serem incorporados no Projeto MacroZEE da Amazônia Legal é uma tarefa em execução pela equipe técnica do MMA,

---

<sup>1</sup> Software utilizado: MGE ( model Geographical Environmet ), produzido pela empresa INTERGRAPH

responsável pela coordenação do Programa Nacional de Zoneamento Ecológico-Econômico.

## **CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA A AMAZÔNIA (2005 – 2025)**

Os estudos de cenários ora desenvolvidos concretizam uma importante contribuição da Eletronorte para o planejamento governamental, balizando as futuras ações em nível Federal e Estadual, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

<b>PROCEDIMENTOS ESSENCIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS</b>
Análise Retrospectiva e Diagnóstico do Objeto de Estudo
Seleção dos Condicionantes de Futuro
Escolha dos Condicionantes de Baixa Incerteza
Eleição das Condicionantes de Alta Incerteza (Incertezas Críticas)
Identificação dos Atores com Poder de Influenciar o Comportamento das Incertezas Críticas
Descrição dos Estados Possíveis das Incertezas Críticas
Análise Morfológica - Combinação Coerente e Consistente dos Estados Possíveis das Incertezas Críticas
Descrição dos Estados Possíveis
Definição das Trajetórias Alternativas Prováveis da Realidade
Descrição das Cenas
Estimativa dos Indicadores mais Importantes do Objeto de Estudo, em Cada Cenário

O ritmo das transformações, associado aos conflitos entre dois modelos de desenvolvimento antagônicos, divide hoje o território amazônico em três macrorregiões.

### **MACRORREGIÃO DO POVOAMENTO CONSOLIDADO**

Conjunção das áreas mais povoadas e mais economicamente ocupadas, a Macrorregião do Povoamento Consolidado<sup>2</sup>, forma uma “territorialidade” estruturada, onde se localiza o maior número de cidades e redes urbanas interdependentes e as principais rodovias. Nela se concentra a produção regional mais dinâmica e os maiores investimentos produtivos privados do setor mineral voltados à exportação (Província de Carajás), o pólo agropecuário, todos pautados nos incentivos fiscais regionais, além da indústria madeireira, já em verticalização. Seu mapeamento físico forma uma extensa faixa territorial que parte de Rio Branco, no estado do Acre, e corta o estado de Rondônia passando por Porto Velho e, ao longo da BR-364, segue por Cuiabá e pela área mais populosa do Mato Grosso, dando continuidade pela BR-153 (Belém/Brasília), continuando por Palmas no sentido norte do Tocantins, até o leste e sudeste do Pará (Marabá), atingindo Belém e oeste do Maranhão (Imperatriz), incluindo São Luís.

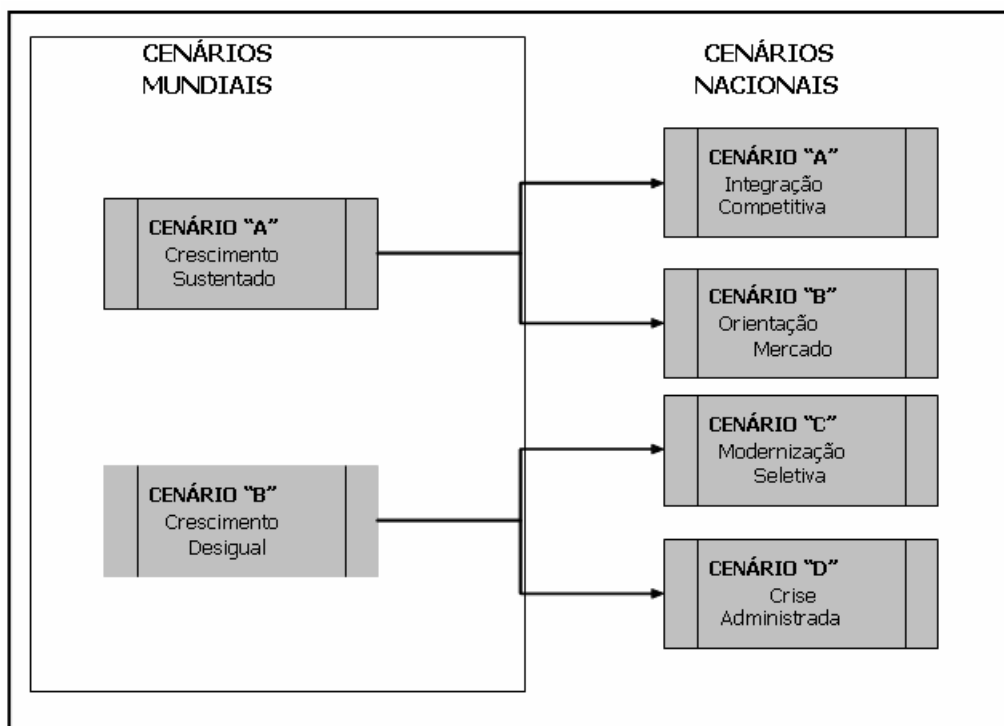
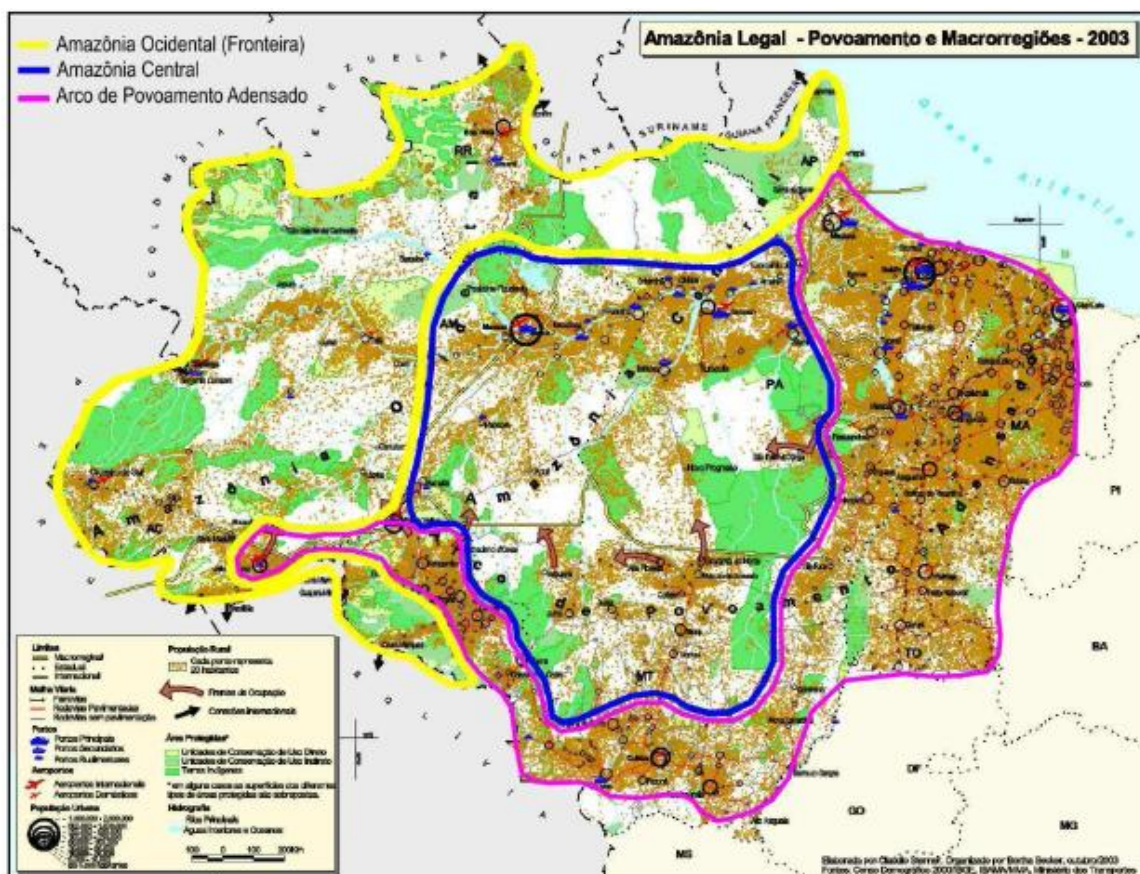
### **MACRORREGIÃO AMAZÔNIA CENTRAL**

A segunda macrorregião compreende toda Amazônia Central e forma uma “territorialidade” potencialmente em efervescência, por compreender a porção subsequente e contígua às áreas saturadas do Povoamento Consolidado. Abrange todo o chamado “nortão” matogrossense e, também, os municípios do oeste e centro-sul do Estado do Pará. Incorpora toda área de abrangência da BR-163, incluindo Santarém até a Calha do Amazonas, englobando o noroeste do Amapá. Ao sudoeste vai até Humaitá, no Amazonas. Trata-se da porção mais vulnerável da Amazônia nos dias atuais, dado o fato de encontrarem-se aí as três grandes frentes de expansão da fronteira amazônica, pressionada pelo cinturão agropecuário já consolidado. Extensas áreas de florestas e terras indígenas também caracterizam-na, razão pela qual concentra nesta região a maior parte das inidades de conservação recentemente criadas.

### **MACRORREGIÃO AMAZÔNIA OCIDENTAL**

A terceira macrorregião – Amazônia Ocidental - corresponde às áreas mais preservadas da região Amazônica, incluindo as sub-regiões de fronteira, os estados do Amazonas, Roraima, Amapá e parte do Acre. Limitada pelos países pan-amazônicos, abrange a área de mais baixa densidade humana e de ocupação econômica. Nela, destaca-se Manaus, cidade industrial confinada na floresta protegida, dentre outros poucos núcleos urbanos, a maioria capitais, razão da forte concentração urbana da macrorregião.





## Comparação Qualitativa dos Cenários para a Amazônia

INCERTEZAS	HIPÓTESES PLAUSÍVEIS PARA A SITUAÇÃO EM 2025			
Política Regional	Efetiva	Parcialmente implantada	Compensatória	Ausente
Política Fiscal	Ampliação espacial e diversificação dos incentivos atuais	Manutenção dos incentivos atuais	Manutenção dos incentivos atuais	Extinção dos incentivos fiscais
Investimentos Públicos e Privados	Acelerado com participação pública e privada	Moderado com participação pública e privada	Manutenção do atual nível de investimento com pouca participação privada	Reduzido investimento, somente com recursos públicos
Articulação Política e Institucional	Forte capacidade de articulação	Média capacidade de articulação	Pouca capacidade de articulação	Sem articulação
Questão Socioambiental	Alta prioridade	Moderada prioridade	Baixa prioridade	Sem prioridade
Questão Fundiária	Solução parcial com amenização dos conflitos	Solução parcial com conflitos	Sem solução com acirramento dos conflitos	Sem solução com acirramento dos conflitos
Pesquisa, C&T	Desenvolvimento acelerado	Desenvolvimento moderado	Desenvolvimento lento	Estagnação
Dinâmica Econômica	Acelerada	Moderada	Baixa	Estagnada
<b>IDÉIAS-FORÇAS</b>	<b>AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL</b>	<b>AMAZÔNIA COMPETITIVA</b>	<b>AMAZÔNIA DESARTICULADA</b>	<b>AMAZÔNIA VULNERÁVEL</b>

## Cenas da Trajetória de Referência

INCERTEZAS	CENA 1 (2006-2008)	CENA 2 (2009-2016)	CENA 1 (2017-2008)
Política Regional	Em implantação	Parcialmente implantada	Efetiva
Política Fiscal	Manutenção dos incentivos fiscais	Ampliação e diversificação dos incentivos fiscais	Diversificação dos incentivos fiscais
Investimentos Públicos e Privados	Manutenção do nível atual, com pouca participação privada	Moderado, com participação pública e privada	Acelerado, com participação pública e privada
Articulação Política e Institucional	Pouca capacidade	Média capacidade	Forte capacidade
Questão Socioambiental	Moderada prioridade	Alta prioridade	Alta prioridade
Questão Fundiária	Sem solução, com conflitos	Solução parcial, com amenização dos conflitos	Solução parcial, com amenização dos conflitos
Pesquisa, C & T	Desenvolvimento lento	Desenvolvimento moderado	Desenvolvimento acelerado
Dinâmica Econômica	Moderada	Moderada	Acelerada

Fonte: Eletronorte/EPEM

O Cenário de referencia é o cenário que caracteriza a evolução futura considerada mais provável para o objeto cenarizado, no instante em que a projeção é realizada e a todos os instantes onde escolhas ou rupturas se impõem aos atores dominantes.

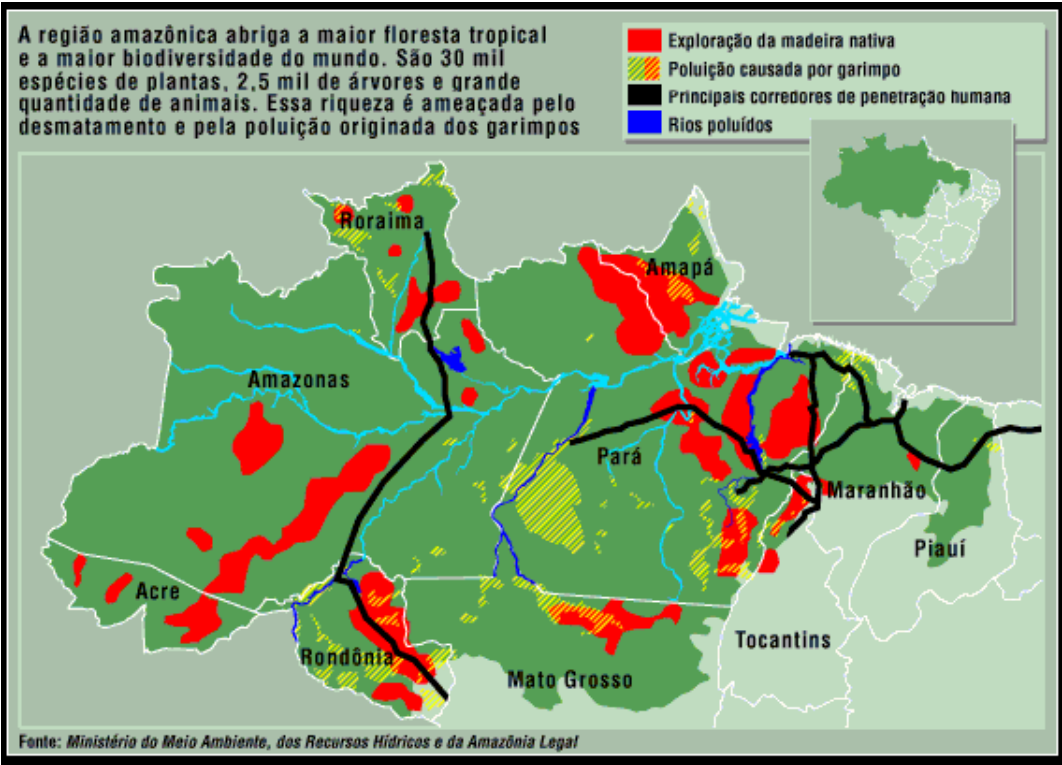
### **Cenários Socioenergéticos da Amazônia (2000- 2020)**

O redesenho do espaço regional levou, inicialmente, à formação de quatro pólos de desenvolvimento, nos quais ainda hoje se concentram as atividades econômicas mais importantes. Para eles, converge o movimento de imigração, que, por sua vez, gera diferentes potenciais de transformação local, modernização e impacto irradiador sobre o conjunto da região.

1. Núcleo Eletroeletrônico de Manaus - formado por um conjunto de estabelecimentos importadores e produtores de bens finais de alta tecnologia, em grande parte vinculados a empresas nacionais e multinacionais localizadas no Centro-Sul do País. Estão voltados para atender ao mercado nacional de entretenimento e informação, assim como os de veículos de duas rodas, pequenos motores, jóias e material óptico;
2. Triângulo de Carajás, com vértices em Belém, São Luís e Marabá - constituído pelo mais importante complexo mineral, metalúrgico e portuário da Amazônia, pela plataforma de produção de energia elétrica de Tucuruí, bem como por diversificadas indústrias eletrointensivas em EE, que potencializam o desenvolvimento dessa área e adicionam valor aos recursos naturais regionais;
3. Eixo Agropecuário do Sudeste Amazônico - dinamizado a partir de grandes empreendimentos pecuários em Mato Grosso, Tocantins, sul do Pará e sul do Maranhão, que foram implantados com incentivos fiscais e financeiros, administrados regionalmente; e
4. Pólo Agrícola de Rondônia - caracterizado como centro regional da Amazônia Meridional, atua como fonte complementar de abastecimento de grãos, vinculando-se fortemente ao centro-sul do País.

A esses pólos somam-se alguns novos centros de grande potencial e dinamismo, decorrentes de investimentos em obras de infraestrutura e empreendimentos a eles associados, como o núcleo de exploração de gás e petróleo de Urucu e Juruá, o eixo de expansão e escoamento da produção agropecuária denominado Madeira-Amazonas, a área cortada pela rodovia Cuiabá-Santarém e o Centro-Oeste do Pará, com a implantação da linha de transmissão de energia elétrica Tucuruí -Altamira (Tramo-Oeste).

Amazônia ameaçada pelo desmatamento e poluições originadas dos garimpos



DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS E DE LIGAÇÃO

Dimensão	Exógena	Endógena
Econômica	<ul style="list-style-type: none"><li>◆ Demanda por Recursos Naturais e Agropecuários</li><li>◆ Dinamismo da Economia Nacional</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>◆ Gastos e Investimentos Públicos</li><li>◆ Investimentos Privados</li><li>◆ Dinâmica da Economia Regional</li><li>◆ Oferta de Transporte</li><li>◆ Oferta de Comunicação</li><li>◆ Oferta de Energia</li></ul>
Político-Institucional	<ul style="list-style-type: none"><li>◆ Papel do Estado</li><li>◆ Política de Desenvolvimento Regional</li><li>◆ Política Ambiental</li><li>◆ Política Energética</li><li>◆ Política Educacional e de Ciência e Tecnologia</li><li>◆ Política de Defesa Nacional</li><li>◆ Política Indigenista</li></ul>	
Ambiental		<ul style="list-style-type: none"><li>◆ Disponibilidade de Recursos Naturais</li></ul>
Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"><li>◆ Rede e Tecnologia da Informação</li><li>◆ Modo de Exploração dos Recursos Naturais</li></ul>	
Espacial	<ul style="list-style-type: none"><li>◆ Integração Continental</li></ul>	

## **CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS**

O presente relatório pretendeu apoiar o processo de execução do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, por intermédio do levantamento das principais políticas nacionais em vigência; dos programas federais com rebatimento na região amazônica e que poderão contribuir na implementação das diretrizes do ZEE; dos principais planos do Governo; e da apresentação de alguns estudos relevantes a serem considerados no processo de execução do MacroZEE.

O presente estudo não esgota todas as ações de governo que deverão ser consideradas, porém já contribui para uma primeira visão das ações do Governo Federal para a Amazônia Legal.

Na seqüência, com a participação dos Ministérios que compõem a CCZEE e das instituições integrantes do Consórcio ZEE Brasil, pretende-se terminar o levantamento dos estudos existentes a fim de selecionar os principais atores que representam territorialidades para inserir no processo de execução do MacroZEE.